

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

MAXLANDER DIAS GONÇALVES

**VEJA – UMA HISTÓRIA
DO PT E DO PRIMEIRO GOVERNO LULA
SOB A ÓTICA DAS NOTÍCIAS**

VITÓRIA
2009

MAXLANDER DIAS GONÇALVES

**VEJA – UMA HISTÓRIA
DO PT E DO PRIMEIRO GOVERNO LULA
SOB A ÓTICA DAS NOTÍCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira

VITÓRIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G635v Gonçalves, Maxlander Dias, 1983-
 Veja : uma história do PT e do primeiro governo Lula sob a ótica
 das notícias / Maxlander Dias Gonçalves. – 2009.
 234 f. : il.

Orientador: Valter Pires Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. *Veja* (Revista). 3.
Verdade. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

MAXLANDER DIAS GONÇALVES

**VEJA – UMA HISTÓRIA
DO PT E DO PRIMEIRO GOVERNO LULA
SOB A ÓTICA DAS NOTÍCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo/ Orientador

Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Souza da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Alexandre Curtiss Alvarenga
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Nara Saletto
Universidade Federal do Espírito Santo

*À Cristo, pela vida,
à minha esposa pela força,
aos meus pais pela dedicação
e aos educadores pelo aprendizado*

RESUMO

O partido dos trabalhadores nasceu como fruto do movimento de insatisfação social que tomou conta do país desde a ditadura militar. No final da década de 70 os movimentos grevistas no ABC insuflaram ainda mais os ânimos dos descontentes. Unidos, sindicalistas, estudantes, católicos progressistas e marxistas das mais diversas estirpes, fizeram emergir um partido político diferente, que propunha um socialismo democrático, de construção de propostas coletivas e debates junto à sociedade a fim de levar o Brasil a uma outra possibilidade. Também no período da ditadura nasce a revista *Veja*, após algumas experiências da editora Abril com uma série de materiais impressos de boa penetração e circulação. A idéia era que o semanário pudesse oferecer informação precisa a um contingente cada vez maior de leitores, em especial os consumidores em expansão da classe média. Formar opiniões, sugerir posturas através do seu discurso, eis alguns dos objetivos da *Veja*. Por falar de quase tudo nestes muitos anos, a revista não deixou de retratar o PT. De fato, desde as greves no ABC, *Veja* tem ocupado suas páginas com diversas reportagens a fim de explicar aos leitores que eventos são esses, quem são os personagens, que país é esse que o PT pretende construir. A revista sai em defesa do discurso liberal, toma-o como primado e, em decorrência disso, passa a escrever e afirmar uma série de verdades que visam contradizer o PT na história e desestabilizá-lo politicamente. No âmbito do discurso da *Veja* nos será desvelado um partido confuso, antiquado, corrupto. No domínio deste trabalho veremos uma revista atuando politicamente, opondo-se ao PT, fazendo do seu discurso uma trincheira intransponível para idéias contrárias as suas.

Palavras-chaves: Revista *Veja*. Partido dos Trabalhadores. Discurso. Verdade.

ABSTRACT

The Work's Party was born as a result of workers class moving from social discontent that took over the country since the military dictatorship. At the end of the 70's, strikers in the ABC's movement breathe more of the animals dissatisfied. Together, trade unionists, students, progressive Catholics and Marxists from various strains, made up a different political party, which proposed a democratic socialism, the collective construction of proposals and discussions among society was looking for to lead the country to another possibility. Also during the dictatorship comes *Veja* magazine, after some experience of April Publisher with a series of printed materials that took good penetration and circulation. The idea was that the weekly printed magazine could provide accurate information to a growing contingent of readers, particularly consumers in expansion of the middle class. Constructing opinions, attitudes suggest through a speech, these are some of the goals of *Veja* magazine. Speaking about almost everything through these many years, the magazine has not stopped portraying PT. In fact, since the strikes on ABC, *Veja* has occupied its pages with various reports in order to explain to readers what these events are, who are the characters and what country is that the PT wants to build. The magazine comes out in defense of liberal discourse, took it as a rule and in result, will write and say a number of truths that seek to contradict the PT in the history and destabilize it politically. Within the discourse of *Veja*, PT will be revealed as confusing party, antiquated and corrupt. In the area of this work we'll see a magazine acting politically as opposed to PT, making a speech as trench barrier for contrary ideas.

Keywords: *Veja* Magazine, Workers' Party. Speech. Truth.

LISTA DE SIGLAS

ABC - Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

AI - 5 - Ato institucional nº5

AL - Alagoas

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BC - Banco Central

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CFJ - Conselho Federal de Jornalismo

CPEM - Consultoria para Empresas e Municípios

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

IRB - Instituto de Resseguros do Brasil

LIBELU - organização estudantil Liberdade e Luta

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MLST - Movimento de Libertação dos Sem-Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

ONG - Organização não Governamental

PA - Pará

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCO - Partido da Causa Operária
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF - Polícia Federal
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP - Política Operária
PP - Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR - Partido da República
PRC - Partido Revolucionário Comunista
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRO - Partido da Revolução Operária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PV - Partido Verde
RS - Rio Grande do Sul
Secom - Secretaria de Comunicação
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 QUEM É QUEM NESTA HISTÓRIA?	20
1.1 A REVISTA <i>VEJA</i>	21
1.1.1 Como tudo começou	21
1.1.2 Um patrimônio com identidade sócio-política	25
1.1.3 A identidade social geral dos leitores de <i>Veja</i>	29
1.1.4 O que fala <i>Veja</i> ?	31
1.1.5 Porta-voz de um discurso político	33
1.2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES	36
1.2.1 Como tudo começou	36
1.2.2 O partido é dos trabalhadores	39
1.2.3 Um Partido partido	45
1.2.4 Os diversos PT's...	52
2 VEJA – A HISTÓRIA DO PT É OUTRA	65
2.1 JORNALISMO E DISCURSO VERDADEIRO	65
2.2 <i>O PT CRESCE E AGITA</i>	69
2.3 AS VITÓRIAS DO PT SÃO UM SOCO DAS URNAS	76
2.4 DO PARTIDO DE LUTAS AO <i>PT COR-DE-ROSA</i>	87
2.5 <i>O PT ESTÁ PREPARADO PARA A PRESIDÊNCIA?</i>	99
3 (RE)TRATANDO LULA-GOVERNO E O PT	114
3.1 <i>GUERRA CONTRA OS RADICAIS LIVRES</i> (2003)	115
3.2 <i>O VALE-TUDO DO PT</i> (2004)	120
3.3 <i>O ANO EM QUE A ESTRELA SE PARTIU</i> (2005)	137
3.4 ANO DE ELEIÇÕES (2006)	188
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	218
ANEXOS	227

INTRODUÇÃO

Ao longo desses mais de vinte e cinco anos de existência, o Partido dos Trabalhadores (PT) se deparou com muitas dificuldades e glórias. Perdeu três eleições para presidente, foi criticado por alguns setores da esquerda que o acusaram de descaracterização dos ideais trabalhistas e socialistas, passou por cisões diversas em sua estrutura interna, das quais decorreram novas agremiações como o Partido da Causa Operária (PCO), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e, mais recentemente, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), porém subiu ao lugar mais alto do cenário político nacional ao eleger o operário Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil, em 2002, com uma plataforma de governo popular (inclusive com a inserção de debates dos movimentos sociais) e que pretendia ser uma alternativa à ordem vigente.

Para quem sempre lutou por ética e justiça nos âmbitos do Executivo e Legislativo brasileiros era chegada a hora de mudar a história do país. No entanto o que se viu, ouviu e assistiu não foi isso. Entre o início de 2003 e o final de 2006 as notícias nos mostraram um partido corrupto e que, como tal, deveria ser eliminado do mapa nacional. De fato essas mesmas notícias já nos anunciavam, em décadas passadas, que um partido surgido de um novo sindicalismo, onde a “balbúrdia de grupelhos extremistas, clérigos de esquerda, teóricos diversos e políticos oportunistas” tinham vez, não podia resultar em algo bom (VEJA, n.652, p.11).

Boa parte dos casos de corrupção envolvendo o PT foram noticiados pela *Veja*, semanário cuja tiragem ultrapassa a casa do milhão de exemplares. Partindo do pressuposto de que a revista é um veículo de comunicação de massa¹, a seguinte pergunta dá o norte inicial: de que maneiras, no decorrer da história, *Veja* tem retratado o Partido dos Trabalhadores?

Inicialmente, este trabalho presume que nesta relação de poder entre *Veja* e PT a disputa é da ordem do discurso. Todavia, de acordo com Foucault (2006, p.10), “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo

¹ De acordo com Wilson Dizard Jr. (2000, p.23), “mídia de massa, historicamente, significa produtos de informação e entretenimento, centralmente produzidos e padronizados, distribuídos a grandes públicos [...]”.

que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. De tal modo, o que está em jogo é uma vontade de verdade², ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.

Também vale lembrar, conforme Crisoston Terto Vilas Boas (2002, p.69), que poder e saber estão diretamente implicados. A *Veja*, no caso, detém um saber da notícia, se auxilia de outros saberes como sociologia, economia e história para relatar a informação e exerce um poder sobre os seus leitores³.

A verdade, fato relatado na revista e pela revista, contém um efeito de poder, um presságio de um domínio que se internaliza por todos os segmentos sociais, interioriza-se em nós. Enfim, a verdade é objeto de debate político, de confronto social e cada sociedade, em determinado momento histórico, tem a sua.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p.12)

A presente pesquisa tem por justificativa maior a preponderância tanto da *Veja* quanto do PT no cenário político e no imaginário social brasileiro. Por conta da penetração e crescimento de ambos junto à opinião pública é significativo reconhecê-los e, em especial, enxergar este retrato do PT (re)tratado na revista. Assim, veremos quais estratégias são utilizadas pela *Veja* a fim de informar sobre o partido e o governo do PT.

Merece destaque a ênfase que será dada em todo trabalho ao aspecto político e não o comercial da revista. Sabe-se que como empresa esta necessita aumentar cada vez mais a venda de seus produtos e o produto de seus anunciantes, no entanto, ao vender um meio de comunicação ela

² Verdade aqui pensada como “[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, p.14).

³ Na verdade o poder acaba por se exercer sobre os consumidores de informação em geral, afinal, em se tratando de corrupção no governo federal, por exemplo, a reportagem sempre ganha repercussões maiores e alcança outros veículos e meios também.

também vende uma idéia, e, no caso da *Veja*, um discurso político. Ficará bem clara em todo este trabalho a maneira como é possível enxergar a revista: portadora de uma postura política singular (expressa em palavras através de seus editores, articulistas e repórteres) e de um projeto político.

Na *Veja*, a imagem do Partido dos Trabalhadores está sendo o tempo todo desgastada. Ao enxergar o partido através da história contada pela revista é possível perceber que o discurso de *Veja* se configura como liberal⁴ e, desta maneira, contrário ao PT, que se enquadra na categoria de partido de esquerda. A *Carta ao leitor*⁵ escrita em 1978 por Victor Civita (fundador da editora Abril) dá subsídios para esta afirmação.

Para começar queremos afirmar que nos consideramos liberais. Muito se tem discutido, com variados graus de sofisticação, sobre se estas velhas e tradicionais definições ainda são válidas. Para nós são. [...] Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social. [...] A greve deve ser o último recurso, não o primeiro instrumento de pressão. [...] Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade, de inevitáveis prejuízos materiais à nação. Por isso nos opomos à fundação de centrais sindicais tipo CGT, que fatalmente se concentram na ação político-ideológica. [...] Eis no que acreditamos, por achá-lo melhor para o país. (VEJA, n.523, p.18)

Uma vasculhada também em edições da década de 1980 e 1990, por exemplo, nos fez assimilar este pressuposto na exata medida, pois, em períodos de greve geral, marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), manifestações contra a privatização e marcha dos Cem mil, a atitude da revista foi sempre a de denegrir a imagem do movimento social envolvido. Além disso, a crítica sempre acentuada sobre a postura ideológica de esquerda, do PT – e o elogio ao estilo PT Light – é um outro fator considerável.

Destarte, em cada edição a ser pesquisada, entre 1980 e 2006, este trabalho buscará enxergar o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula sob a ótica das notícias de *Veja*. Da sua concepção, crescimento, desenvolvimento e propalado fim, tudo o que foi enunciado e, de certa forma, contribuiu e tem contribuído para a consolidação no cenário nacional de uma verdade sobre o PT e do governo Lula será do interesse desta pesquisa.

⁴ Entendido aqui tal qual o modelo liberal clássico das liberdades individuais, do livre mercado e da livre iniciativa. “Na formulação hoje mais corrente, o liberalismo é a doutrina do ‘Estado mínimo’ (o *minimal state* dos anglo-saxões)” (BOBBIO, 2000, p.89).

⁵ A *Carta ao leitor* é o editorial de *Veja*. Nesta seção estão expressas as opiniões dos editores e do próprio dono da Editora Abril.

A contribuição das mídias para o estabelecimento dos alicerces político-econômicos no Brasil e no mundo é inegável. A sua consolidação e a ampliação de determinadas técnicas trouxe o planeta para a casa de todos nós. É impossível imaginar o próprio desenvolvimento da modernidade, do capitalismo (e a “nova idéia” que estes trazem consigo) sem o advento dos veículos de massa, como também é difícil conceber a própria expansão dos *mass media* sem uma constante modernização.

Esta modernidade, além de trazer e ser trazida pelos meios, trouxe também, através e a partir deles, novos anseios para a sociedade e para as instituições. Os veículos de comunicação não trouxeram informação, trouxeram uma forma de enxergar e pensar a ciência, a política, a economia, o comportamento etc...

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (Deleuze e Guattari, 1995, p.17)

É preciso notar que dentro desta realidade constituidora e constituída, através e a partir da mídia, “os discursos assertivos/constatativos, que colocam o dizer como informação incontestável”, são os que pretendem não deixar margem a discordâncias, mas se colocam como verdade irrefutável (GOMES, 2003a, p.90). Através da ordenação de fatos, por exemplo, o discurso midiático vem e consolida uma realidade retratada, que é a determinação das características de um dado grupo social, a exposição da sua forma de ver a realidade.

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é - não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções - a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. (FOUCAULT, 1979, p.12)

É na esteira do arcabouço foucaultiano que se desenvolve a presente pesquisa junto à revista *Veja*. Em seu discurso jornalístico está presente um fator ordenador daquilo a que chamamos de

realidade e, principalmente, verdade. O fato narrado e ordenado pela imprensa acaba por transformar o evento, o acontecimento, na própria realidade constituída.

Nesta suposta relação conflitante entre *Veja* e PT, o que está em jogo é a constituição da verdade ensejada no discurso. Assim, a desmistificação do partido, feita nas páginas do semanário estudado, visa – mas nem sempre alcança – um controle que age sobre os seus leitores, a sociedade e também o partido. Não se faz referência aqui ao “poder” que supostamente teria a *Veja*. Na verdade ela detém, e isso sem sombra de dúvidas, um saber sobre a notícia e dela se utiliza para exercer um poder sobre os consumidores de informações.

Escrever sobre o Partido dos Trabalhadores é sempre um desafio, devido à complexidade das forças envolvidas na sua construção e, principalmente, porque o PT em tempo algum foi um partido sectário – mesmo que em seu interior houvesse grupos assim. Logo, historicizar sobre uma “metamorfose ambulante” é falar de algo que, apesar de ter face, está o tempo todo a mudar as características. A começar pela própria palavra socialismo. Defendê-la rendeu frutos, porém, defini-la custou caro e dividiu os muitos atores envolvidos em sua concepção.

A reflexão acerca do que é ser democrático em um país extremamente excludente, onde boa parte da população não é plenamente alfabetizada, pesou bastante na estruturação do PT. Dar voz e vez aos sujeitos que durante anos estiveram calados passou, rapidamente, da necessidade ao direito. Os “anos de chumbo” tentaram apagar a chama que recrudescer e resultou em vários movimentos sociais libertários Brasil a fora. Não era mais possível governar o povo sem o povo. Agora o povo queria se governar.

O grito democrático dos trabalhadores brasileiros era, também, um não às diversas experiências socialistas no mundo. Os regimes ditatoriais engendrados pela União Soviética faliram, no Leste Europeu, juntamente com as receitas sobre como se chegar a um mundo mais igual, a um mundo socialista. Agora a ordem era fazer um “socialismo à nossa maneira”, à maneira do Partido dos Trabalhadores. Galgados na base, passo a passo as conquistas foram sendo alcançadas. Vereadores, prefeitos, deputados, governadores, senadores e a presidência. O PT cresceu.

Os construtores dessa pátria agora passavam a gerir politicamente o país. Antes da ditadura, aos braçais era concedido o direito de votar e de serem ouvidos. Apareceram muitos políticos querendo conduzi-los. Na ditadura o mínimo virou nada. Greve por melhorias, nem pensar. A ordem era acatar as decisões vindas dos quartéis. Após a abertura do regime, a participação efetiva dos lutadores e lutadoras desta nação ganhou espaço no cenário político e, em especial, virou regra no PT.

Indo a um outro extremo, o pequeno relato dos parágrafos acima poderia ter sido contado da seguinte maneira:

Criado há catorze anos em um encontro de sindicalistas, intelectuais e esquerdistas num restaurante frango-com-polenta em São Bernardo do Campo, o Partido dos Trabalhadores chega a 1994 como uma estrela que brilha e assusta.

[...]

Lula não é um candidato que tranqüiliza. Com um braço na CUT e outro nos sem-terra, o PT é um partido associado à idéia de desordem. Em caso de vitória de Lula, existe a possibilidade de elevação da temperatura social do país, com greves e invasões de terras numa escala como nunca se viu. (VEJA, n.1344, p.38)

Histórias sobre o PT, escritas dessa forma, são constantes na *Veja* – principalmente depois da eleição de Lula para presidente da República. Porém, com uma postura como essa, a revista deturpa completamente o caráter do jornalismo. Não se ouve mais os dois lados. Passa a se escrever revista como um panfleto partidário. Nas palavras de Luís Nassif:

O maior fenômeno de anti-jornalismo dos últimos anos foi o que ocorreu com a revista *Veja*. Gradativamente, o maior semanário brasileiro foi se transformando em um pasquim sem compromisso com o jornalismo, recorrendo a ataques desqualificadores contra quem atravessasse seu caminho, envolvendo-se em guerras comerciais e aceitando que suas páginas e sites abrigassem matérias e colunas do mais puro esgoto jornalístico. (NASSIF, acesso em 07 jan. 2009).

O fenômeno da Editora Abril é extremamente peculiar. Seu fundador – o ítalo-americano Victor Civita – veio para o Brasil em 1949 e, na década de 1950, lançou uma revista para o público infantil (Pato Donald) e desde então o seu império não parou de crescer. A Abril é hoje o maior parque gráfico da América Latina e a *Veja* é a revista de maior tiragem do país. Criada durante a ditadura militar, a revista passou por maus momentos no seu início. Primeiramente, a censura, através do Ato Institucional nº 5 (AI-5), impôs uma série de limitações à prática jornalística. As

mudanças dentro do corpo editorial para agradar ao regime militar tornaram-se necessárias. Entretanto, as demissões trazem consigo uma outra questão. Sua tiragem inicial de 700 mil exemplares trouxe dificuldades. Não havia público consumidor naquele tempo para a revista. Além disso, a crítica da época não assimilou bem a proposta da *Veja* (muito texto e pouca imagem, diferentemente de outras revistas como a *Manchete*). Assim, nos anos seguintes sua tiragem diminuiu bastante ao ponto de sua receita passar a ser sustentada por outras publicações da Abril e, também por isso, ficou difícil sustentar grande parte dos repórteres e editores.

Para muitos a revista *Veja* é sinônimo de veracidade das informações. Em especial para as classes A e B, consumidoras das suas matérias. Sua análise dos temas, sua opinião sempre com base em especialistas e “sujeitos interados no assunto” permitem que ela exale legitimidade. Em uma sociedade que anseia por respostas como a nossa, a *Veja* aguça o desejo humano pelo saber. Ela é alimentada pelas vontades dos seres humanos e sacia os mesmos. Segundo Venício A. de Lima (2004, p.113), boa parte da sociedade contemporânea pode ser considerada centrada na mídia, pois depende dela “para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões” e é a própria mídia quem constrói “a realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana”.

Nesta relação recíproca entre a revista e seus leitores, impera uma determinada forma de enxergar a realidade. O discurso presente nas linhas do semanário delega poder aos que detém o monopólio da fala, aos que foram “alforriados” academicamente sob um tipo de conhecimento reinante, transformado em primordial, encarado como único possível. Tudo isso é passível de comprovação a cada reportagem, pois, na contemporaneidade, o jornalismo necessita disso para se sustentar e as pessoas também, para tomarem decisões, fazerem suas escolhas.

O fato é que a tomada de partido é constante. Ninguém está imune a isso. Contudo há liberdade para expressão e este é o diferencial da nossa sociedade! – alardeiam os especialistas de plantão. Sinônimo de democracia? Nem sempre. Conforme De Lima (2004, p.114),

A globalização no setor de comunicações entre nós, até agora, tem significado concentração de propriedade, crise financeira, manutenção de velhas estruturas familiares, fortalecimento de elites políticas locais e regionais e um enorme crescimento da presença de igrejas (leia-se, da religião). Esse intrincado processo pode

se constituir, de fato, em risco potencial, não só para a 'liberdade de expressão', mas para a plena consolidação da democracia no Brasil.

No PT, desde a sua criação, a grande questão colocada pela mídia era se o partido tinha ou não capacidade para conduzir um governo democrático, de respeito às leis econômicas capitalistas e de coalizão com outras forças partidárias. Durante um bom tempo a informação que corria era de que o Partido dos Trabalhadores não conseguia conduzir uma administração pública por conta da série de exigências feitas pelas tendências do partido aos seus candidatos eleitos. O que para o PT era sinônimo de democracia – participação da base na escolha dos nomes a serem elevados a eleição, conselhos que ajudavam a pautar o debate político – era, para os meios de comunicação, um exemplo de burocracia e falta de preparo. De fato, as primeiras experiências em prefeituras foram bastante complicadas como é o caso da gestão de Maria Luiza Fontenelle, eleita em 1985 em Fortaleza. Culpa talvez da inexperiência do PT e, porque não, da conjuntura política e econômica da sociedade.

Nas eleições presidenciais algo parecido acontecia. A imagem não convencia boa parte do eleitorado em razão da presença de grupos marxistas dentro do PT, afirmava a grande imprensa. O radicalismo em demasia (noticiavam alguns meios de comunicação) não era bem visto pelos brasileiros. Logo, o que era considerado um exemplo de democracia interna pelos petistas era noticiado como falta de organização. Essa situação por diversas vezes acabou pautando a dinâmica, o debate interno e a estrutura do PT, mudando assim algumas de suas táticas e estratégias.

O fato é que toda e qualquer história possui as suas peculiaridades e com o Partido dos Trabalhadores não foi e não tem sido diferente. Principalmente quando a historiadora é a revista *Veja*. E é no rastro do semanário da Abril que nós vamos encontrar o PT e, com a ajuda de Michel Foucault, vamos procurar ambos.

Perceber de que maneira a revista (re)trata o Partido dos Trabalhadores com base em seu discurso liberal e avaliar como a *Veja* (re)constrói as imagens históricas do partido buscando exercer um poder sobre este com base em uma verdade é o que interessa a este estudo.

É a partir da capa que passaremos a procurar vestígios deste (re)trato do PT. Conforme o próprio Roberto Civita (Acesso em 22 mar. 2008), presidente da editora Abril e editor de *Veja*, “a capa de uma revista define o que ela é. Se uma pessoa olha as 2000 capas de *Veja* até hoje, ela entende que revista é essa”. Deste modo procuraremos entender não apenas que revista é esta, mas quais olhares são lançados sobre o PT por este semanário. Tal importância é atribuída à capa da revista por ser ela um grande chamariz para que o leitor mergulhe nos textos. A manchete de capa também tem o intuito de apresentar ao leitor o fato mais importante naquele momento para a revista. Logo, as capas que compõem esta pesquisa têm manchetes que mostram de modo eloquente a forma como o PT e o governo Lula foram tratados ao longo desses anos. A análise deste trabalho não se centra na capa, contudo seu ponto de partida é a capa para que, na sequência da revista, seja possível conhecer a maneira como o PT tem sido (re)tratado.

As 60 edições selecionadas foram impressas entre os anos de 1980 e 2006, respectivamente, ano da criação do partido e fim do primeiro mandato do governo Lula – também ano eleitoral em que o PT almeja à reeleição. Todavia o grande esforço da pesquisa se concentrará no primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) porque é neste período que as capas reincidem, com maior frequência, sobre o PT.

Entre 1980 e 2002 serão (re)tratados o nascimento e o crescimento do PT no espectro político brasileiro, seguindo inicialmente a trajetória de Lula. Assim, será possível perceber como a trajetória do PT se confunde com a do presidente da república nas páginas da revista.

Com a expansão, a conseqüente popularização da imagem do partido e suas experiências bem sucedidas tanto no legislativo quanto nos executivos municipais e estaduais, o PT passará a figurar no semanário da Abril com uma identidade própria, portadora de características de um modo geral não tão admiráveis pela revista. Entretanto perceber-se-á que esta imagem se confundirá o tempo todo com a imagem do governo em casos de corrupção, principalmente.

Dessa maneira, no primeiro capítulo, será preciso relatar quem é a *Veja*, como ela surgiu, em que contexto, qual o perfil do seu público leitor e qual a sua linha editorial. A história da construção, da ideologia, e da expansão do Partido dos Trabalhadores complementarará esta primeira parte.

Remontar a história do PT sob o viés da revista semanal de informações proporcionará uma outra visão. A partir do discurso jornalístico que se pretende verdadeiro veremos, no capítulo dois, os primeiros passos do partido e de Lula como liderança sindical na *Veja*. A partir das matérias de capa serão relatadas outras histórias sobre o PT e uma nova história do partido passará a nos ser desvelada.

No terceiro capítulo trabalharemos uma análise das respectivas reportagens, artigos e editoriais – partindo sempre do enfoque das capas – que tratam do PT na presidência e o governo Lula. Será necessário perceber de que maneira a *Veja* (re)trata o partido utilizando apenas palavras – se é possível afirmar que palavras são apenas palavras – com base em uma postura ideológica bem demarcada, apoiada nos conceitos liberais.

1 QUEM É QUEM NESTA HISTÓRIA?

Uma tem contado muita história e o outro tem muita história para contar. A revista *Veja* e o Partido dos Trabalhadores fazem parte da história recente do país. Ambos nasceram com o intuito de se tornarem grandes e os anos e as condições históricas lhes possibilitaram isto. Sem sombra de dúvidas a *Veja* trouxe, em suas mais de 2.000 edições, variadas idéias que traduzem uma forma de enxergar os problemas nacionais e as soluções para estes. Concomitantemente, o PT, em mais de 25 anos, carregou consigo uma série de ideais que balizaram a sua maneira de agir e demonstrou o seu intuito de democratizar a sociedade brasileira.

O discurso da fiscalização daquilo que é de interesse público tem norteado o trabalho da imprensa moderna. Destarte, *Veja* tem procurado levar informação ao seu leitor de modo tal que estes possam se sentir preenchidos pela notícia. Matérias carregadas de comentários são consideradas importantes para o total entendimento do tema pelo seu público alvo. Há uma reciprocidade no que tange ao informar/estar informado e produto revista/público consumidor.

Da mesma maneira o PT tem buscado atingir, através de suas táticas e estratégias, as camadas sociais brasileiras com um discurso de mudança. Os seus militantes vêem no partido um instrumento de transformação. A atuação não só nos momentos de eleição marcou o PT como uma agremiação preocupada com a formação e com o debate. Há uma reciprocidade entre militantes simpatizantes/partido para que objetivos sejam alcançados.

Dentre as muitas histórias contadas por *Veja* podemos elencar uma série de reportagens com o foco no PT. O partido fundado na contramão da história política brasileira foi diversas vezes questionado pelo semanário quanto ao seu programa partidário, governo e sua maneira de administrar. O PT em dados momentos questionou a postura da revista na cobertura de muitos eventos. Dois atores peculiares, duas histórias distintas. Várias histórias contadas para se contar.

1.1 A REVISTA *VEJA*

1.1.1 Como tudo começou

A revista *Veja* foi lançada no dia 11 de setembro de 1968. Ainda em 1959, os responsáveis pela Editora Abril já haviam feito testes com o chamado “Projeto Falcão” (uma espécie de modelo para a futura revista). De fato, desde o final desta década de 50 a Abril já havia se modernizado o suficiente para produzir uma revista que pudesse alcançar um grande público. Contudo, o que se viu nos 14 únicos números do “Projeto Falcão” foi um produto bastante diferente daquele que chegaria às bancas em 1968.

De acordo com Daniella Villalta (2002, p.05), a idéia inicial da nova publicação da Abril tem como pai o filho de Victor Civita, o fundador da editora. Após anos de estudo e trabalho nos Estados Unidos (estagiando na Time Inc), Roberto Civita vem para o Brasil com uma proposta que só contagiaria seu progenitor anos mais tarde: a de um semanário ilustrado como a americana *Life*.

Porém, com a ascensão da TV este padrão de revista passava a perder espaço no mercado editorial de então. Logo, a nova empreitada seria criar um informativo nos moldes da *Time*.

[...] no final da década de 1960, o modelo de jornalismo proposto pelas revistas semanais ilustradas estava em franca decadência. As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, por exemplo, começaram a usar a cor com regularidade a partir de 1957, como uma maneira preventiva à ação das imagens móveis da TV, a essa época ainda em preto-e-branco. A estratégia colorida, adotada pelas semanais ilustradas no fim dos anos 1950, levou seus números de circulação a uma elevação substancial e superou os padrões técnicos internacionais, mas isso não garantiu sua viabilidade. (VILLALTA, 2002, p.06)

A seleção de toda a equipe de redação de *Veja* se deu de uma maneira inusitada.

Os jornalistas que trabalharam na fase inicial da revista foram selecionados em um processo que envolveu 1.800 candidatas que responderam aos anúncios veiculados em outras revistas da Abril que perguntava: “você quer ser jornalista?” 250 pessoas foram classificadas inicialmente [...] (DA SILVA, 2005, p.56)

A partir dessa escolha inicial, era dada aos candidatos uma formação com duração de seis meses com temas variados que iam da política nacional aos problemas sociais brasileiros. A formação era ministrada por pessoas de renome como Delfim Netto, Ulisses Guimarães, José Sarney, entre outros.

A revista foi lançada no ano de 68 com o título *Veja e leia*, dando a entender que o enfoque seria muito maior nas figuras que nos textos. Inclusive o *leia* era grafado em letras bem menores que o *Veja*. Mas, as primeiras edições não agradaram tanto. Jornalistas criticaram a postura adotada pela revista da seguinte forma “é impressionante como se pode pegar um original excelente [como a *Time*] e copiá-lo jogando fora todas as suas qualidades”. (Tribuna da Imprensa, apud VILLALTA, 2002, p.07).

Os leitores também tiveram dificuldades de assimilar o conteúdo proposto pelo semanário da Abril, pois, além de complicada, a *Veja* possuía um texto grande e de difícil compreensão (MARCOS, 2006, p.89). Além do mais, todos estavam acostumados com os padrões *Manchete e Visão* de revista, ou seja, grandes fotos, pequenos textos (VILLALTA, 2002, p.07). “Os números do prejuízo aceitos pela editora estão em torno de US\$ 6,5 milhões de dólares (nos anos 1960)” (DA SILVA, 2005, p.56).

Dentre as dificuldades, a maior ainda estava por vir. Como se não bastasse a crítica da classe jornalística e a baixa receptividade do público leitor, o governo edita, neste mesmo ano de 1968, o AI-5. O ato institucional instituiu o monitoramento e censura de todas as notícias e demais matérias consideradas subversivas, que expusessem e/ou pudessem colocar em xeque os procedimentos dos militares, bem como repercutissem na ordem pública. Estava instaurada a censura que por pouco não colocou fim ao sonho dos Civita.

Três meses após o lançamento de *Veja*, o presidente Arthur Costa e Silva [sic] editou o AI-5 e fechou o Congresso [...]. Nesse mesmo dia, 13 de dezembro de 1968, um coronel se apresentou a Roberto Civita para censurar *Veja*. A capa da próxima edição da revista traria uma foto de Costa e Silva sozinho no Congresso. Civita apresentou a foto e disse que nada seria escrito na capa, temendo o veto. Horas depois da distribuição a revista foi apreendida nas bancas. (AUGUSTI, 2005, p.73)

Este tipo de procedimento se tornou frequente em muitas redações. Com *Veja* não foi diferente. O trabalho passava a ficar comprometido e a tiragem da revista também. Lançada com 700 mil exemplares sob uma gigantesca campanha publicitária, logo chegou a 70 mil, e em 1972 ela não passava de 40 mil. Sumiram os anunciantes e jornalistas foram demitidos. Somente em 1973 a história começaria a mudar (AUGUSTI, 2005, p.74).

Durante todo o período de crise financeira enfrentada por *Veja*, o lucro de outras revistas acabou por sustentar o rombo deixado pelo informativo da Abril. Mas, tudo começa a mudar de fato, em relação ao regime ditatorial, quando sai de cena o diretor da revista Mino Carta. “Carta era conhecido como um dos maiores jornalistas trabalhando no Brasil, e sua atuação na revista tinha uma relativa independência com relação à direção da empresa (DA SILVA, 2005, p.62)”.

Mino Carta foi quem melhorou um pouco a estrutura visual da revista, inseriu a entrevista no início de cada edição⁶, convidou o Millôr Fernandes para escrever duas páginas de humor e publicou resenhas de filmes e livros. Sua relação com a Abril começa no final da década de 50 quando Mino recebe um convite em Roma de Victor Civita para dirigir, inicialmente, a revista Quatro Rodas e termina com a sua saída a pedido do regime ditatorial. Da Silva (2005, p.62) lembra bem que a equipe montada por Mino, composta por Millôr, Raimundo Rodrigues Pereira e Plínio Marcos, não agradava ao regime e tampouco a revista, que fizera o favor de, em algumas situações, censurar suas idéias, por exemplo, em razão das matérias contrariarem o pensamento dos militares.

Parece claro ter havido uma identificação entre o período dirigido por Mino Carta e a censura à revista, pois em dezembro de 1975 Mino Carta deixou a direção da revista e em abril de 1976 a censura prévia da revista acabou. [...] As relações de *Veja* com os governos ditatoriais tiveram portanto, importante marco na saída de Mino Carta da direção. (DA SILVA, 2005, p. 63)

O segundo diretor de *Veja* foi José Roberto Guzzo juntamente com Sérgio Pompeu. Para redator-chefe, diretor adjunto e chefe de redação foram convidados Carmo Chagas, Élio Gaspari e Dorrit Harazin, respectivamente. Nesta época, de acordo com Mário Sérgio Conti (1999, p.105 e 106), foi trocada mais de 90% da equipe da revista a fim de adaptá-la a nova etapa.

⁶ As famosas páginas amarelas surgiram por conta do estoque de papel amarelo que sobrou da gráfica. (AUGUSTI, 2005, p.73)

A Élio Gaspari é atribuída as mudanças consideráveis nos rumos editoriais da revista. Muitos o viam como uma espécie de agente da ditadura dentro da imprensa, pessoa próxima ao general Ernesto Geisel, inclusive porque na *Carta ao leitor* da edição de 18/09/1996 elogios são tecidos ao ditador que acabou com a censura à revista. “O editorial convenientemente apagava as mudanças que a empresa havia feito na revista, adequando-se à ordem ditatorial” (DA SILVA, 2005, p.74).

José Roberto Guzzo deixa a direção no ano de 1991 após 15 anos⁷. Élio Gaspari não assume em seu lugar, pois estava escrevendo suas obras sobre a Ditadura – a partir de documentos doados por Geisel e Golbery. Assume então Mário Sérgio Conti que permanece até 1998. Sua saída é justificada por conta do desejo de Conti em escrever um livro que traria alguns inconvenientes à *Veja*, conforme salienta Da Silva (2005, p.68).

O próximo nome na lista dos diretores de *Veja* é Tales Alvarenga que fica à frente da revista até 2004 mantendo-se, posteriormente, como um importante colunista e diretor editorial de *Veja* e *Exame*. Tales havia ingressado na revista ainda em 1976, tendo sido editor-assistente das seções de educação e ciência. Faleceu em 2006 em São Paulo. De acordo com Luis Nassif, Tales Alvarenga foi o primeiro a estrear na *Veja* o estilo “neocon”, um jornalismo de linguagem ofensiva herdeiro da escola americana.

Durante todos os anos 90, *Veja* havia desenvolvido um estilo jornalístico onde campeavam alusões a defeitos físicos, agressões e manipulação de declarações de fonte. Quando o estilo "neocon" ganhou espaço nos EUA, não foi difícil à revista radicalizar seu próprio estilo.

Um segundo fenômeno desse período foi a identificação de uma profunda antipatia da chamada classe média midiática em relação ao governo Lula, fruto dos escândalos do "mensalão", do deslumbramento inicial dos petistas que ascenderam ao poder, agravado por um forte preconceito de classe. Esse sentimento combinava com a catarse proporcionada pelo estilo "neocon". (Luis Nassif, acesso em 07 jan. 2009)

No ano de 2004, no mês de abril, assume a direção da revista Eurípedes Alcântara. Sua carreira foi trilhada dentro da redação de *Veja*, como correspondente em Nova York e chefe da sucursal

⁷ Todavia não deixa de se envolver de algum modo com a revista. Atualmente seu cargo é de membro do Conselho Editorial.

em Belo Horizonte (Minas Gerais). Eurípedes Alcântara, de acordo Nassif, juntamente com Lauro Jardim, Mario Sabino e Diogo Mainardi – editor especial, redator-chefe e colunista, respectivamente – formam o quarteto da *Veja* responsável pelo envolvimento do semanário com o banqueiro Daniel Dantas.

O acerto de *Veja* com Mainardi foi precedido de uma aproximação entre Eurípedes e Dantas, intermediada por Lauro Jardim. A partir de então, Eurípedes passou a ter ligação direta com o banqueiro. Conversam corriqueiramente, sem prejuízo dos contatos de Dantas com Jardim e Mainardi. O diretor abria espaço por cima; os colunistas entravam com a mão de obra. O trio se tornava, então, o quarteto de *Veja* que, dali por diante, entraria de cabeça na campanha a favor de Dantas [...]. (NASSIF, acesso em 07 jan. 2009).

Percebe-se que em cada momento histórico a revista teve em sua direção pessoas condizentes com a sua linha editorial. Fica claro que em momento algum, os diretores deram uma guinada radical nos rumos da revista.

Os diretores de redação foram peças chaves na história da revista. E [...] está claro que estiveram em sintonia com a linha editorial da editora. Inicialmente, com Carta, alguma liberdade editorial em troca da necessidade da revista de se afirmar jornalisticamente. A partir de Guzzo, com as influências diretas de Élio Gaspari, a posição de sintonia com a ditadura e seus eixos programáticos estavam claros: abertura ao capital externo e os preceitos do mercado como sendo a própria natureza da história. (DA SILVA, 2005, p.69)

1.1.2 Um patrimônio com identidade sócio-política

Mais do que um veículo de informação, toda e qualquer revista traz consigo uma gama de significados. Ela fala para um público específico, assuntos específicos de uma realidade específica. A revista sobrevive do particular, do singular e é reconhecida, antes de mais nada, pelo seu leitor.

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo. (SCALZO, 2003, p.12)

A particularidade de toda e qualquer revista é a mesma que caracteriza a *Veja*. Quem nunca ouviu um comentário do tipo: “*Veja* é revista da classe média”. Tão certo como uma adolescente poderia desenvolver o hábito de ler a *Capricho*, ou um rapaz poderia incluir na mochila escolar um exemplar da *Playboy*, assim também dever-se-ia considerar a revista *Veja* um semanário com grande penetração entre as classes médias e mais abastadas, onde os leitores têm um nível de educação e consumo particularmente altos.

Há um respaldo de parte da literatura disponível que defendem que a revista fala para “a classe média”. Nossa hipótese é de que *Veja* busca sim atingir uma ampla categoria de leitores dos setores médios, incluídos aqueles que estão no seio da reestruturação produtiva e necessitam aprender a moldar novas formas de trabalho. São esses também os sujeitos das novas formas de comportamento e consumo englobados na “sociedade do espetáculo”. Esse é o público alvo do gerenciamento em torno dos interesses do capital: as reengenharias, as adequações ao desemprego estrutural, que devem aparecer sempre como um desafio pessoal. (DA SILVA, 2005, p.629)

Deste modo, como podemos definir a identidade da revista? Primeiramente é importante destacar que ela é feita de seções dentre as quais se destacam as páginas amarelas, a *Carta ao leitor* e os artigos. A centralidade do pensamento da revista está localizada nestas seções. Nas páginas amarelas figuram entrevistados em consonância com o projeto político do veículo. Para se ter uma idéia, Fernando Henrique Cardoso (FHC) apareceu uma dezena de vezes nas páginas amarelas. É a personalidade política que mais apareceu.

Via de regra, a cada edição há uma entrevista, normalmente com três páginas, uma fotografia, alguns “olhos” de destaque, e uma página de publicidade entre elas. Embora esse seja o espaço das entrevistas, em alguns casos especiais essas páginas deram lugar a outros tipos de texto [...]. Casos especiais de entrevistas maiores são reservados a pessoas que supostamente merecem maior destaque, como Fernando Henrique Cardoso, que teve entrevistas com ilustrações e explicações paralelas. (DA SILVA, 2005, p.119)

Da Silva (2005, p.239) ainda reafirma o apreço da revista pela possibilidade de FHC, ministro da Fazenda de Itamar Franco, se tornar presidente da república. Elogios do tipo: “intelectual de renome e um político capaz, credibilidade no Congresso, no empresariado e nos meios sindicais” estão presentes no discurso da *Veja* que tinha em FHC um nome certo para o avanço das etapas de reestruturação do capital no país.

Cada uma dessas seções que ultrapassam os limites da reportagem – são de fato palavras que expressam o pensamento padrão da revista – tem as suas peculiaridades, mas em todas elas a defesa de um projeto para o país está presente. Na *Carta ao leitor* da *Veja* de 14/6/1995 lê-se:

O Brasil mudou, está mudando. A criação do real, as privatizações, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência, a aprovação dos primeiros itens da reforma constitucional e o fim do monopólio das telecomunicações e da Petrobrás formam uma continuidade de mudanças. Mudanças coerentes entre si, e apontando num mesmo sentido – o da estabilidade econômica, da abertura do país à competição internacional, da saída do Estado de setores inteiros da vida nacional. Juntas, elas mostram que há uma mentalidade nova no Brasil de hoje, bastante diferente da existente, por exemplo, durante o período da Assembléia Constituinte, em 1988, nos governos de Jose Sarney e Fernando Collor. No futuro, quando os historiadores estudarem o atual período, poderão vir a escolher a data de quarta-feira passada como o símbolo maior das modificações profundas que, afinal, viraram uma página e definiram o novo perfil do país. (DA SILVA, 2005, p.328)

Ao editarem uma revista do porte de *Veja* os Civita tinham em mente que levariam informação para um público com quem eles já possuíam um contato prévio a partir de outras publicações. As experiências com o Projeto Falcão também tinham este intuito de refletir de que modo a população receberia o semanário da Abril.

Desde a década de 50 com o primeiro lançamento de *Pato Donald*, a Editora Abril crescia bastante em um país de maioria analfabeta. Das 7 publicações iniciais passou-se para 121 em menos de 30 anos. De quadrinhos a variedades, nada passava incólume perante os Civita.

Como explicar tamanho crescimento? Segundo Scalzo (2003, p.66) a explicação está no plano editorial, no objetivo, na missão e no posicionamento de cada revista em relação ao mercado e, principalmente, ao leitor. “Cada revista tem sua ‘voz’ própria expressa na pauta, na linguagem e em seu projeto gráfico”.

A revista *The Economist*, por exemplo, talvez a publicação do gênero mais conceituada e admirada do mundo, tem como missão ‘tornar claros, para seus leitores, temas complexos’. Segundo Bill Emmott, editor da revista, a redação da *The Economist* espera que os leitores, depois de lerem suas matérias e artigos, sempre digam ‘ah, agora sim, entendi’. (SCALZO, 2003, p.61)

Todavia a explicação em relação a *Veja* pode ser outra. A revista procurou sempre circular nas esferas onde seria possível tocar um projeto político condizente com o seu. Quando, no período

da ditadura (como já fora dito), tudo estava bastante complicado o seu corpo dirigente deu um jeito de fazer as mudanças à sua maneira. Nos momentos de reestruturação do capitalismo no país no início da década de 1990 ela se comportou de modo a fortalecer quem, até então, pensava e contribuía de modo “indispensável para o país que queremos ser”⁸.

Veja foi peça chave na disseminação de um ideário que vinha sendo arquitetado pelos pensadores tupiniquins mais à direita do espectro político. Suas idéias confluíam com as seguintes questões presentes no Fórum Nacional⁹: cortar as despesas; aumentar a receita do Estado; reformar a máquina estatal; afirmar o mercado como instrumento básico de realização do projeto de produção; fim do grevismo selvagem e o mínimo de interferência do Estado. Sob estas prerrogativas¹⁰ a revista solidificou o seu novo estilo de fazer jornalismo e abriu fogo contra aqueles e aquilo que não condizia com seus preceitos liberais.

Desde a edição de lançamento da *Veja* em 1968, Victor Civita busca esclarecer, na sessão *Carta ao leitor*, quais são os objetivos da nascente publicação que, a partir daquele momento, procurava ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros.

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA. (VEJA, n.01, p.21)

Tamanha presunção a partir de uma nova publicação não é mera coincidência. Nas palavras de Victor Civita, a própria Editora Abril – com todas as suas publicações e negócios espalhados por várias áreas da comunicação – possui uma proposta que mais parece uma plataforma de governo de um candidato qualquer.

⁸ A frase faz parte de uma campanha institucional da *Veja*, iniciada em outubro de 2007. Cada anúncio mostra uma criança olhando para o leitor, segurando com a mão direita uma foto que ilustra situações negativas, simbolizando o presente; enquanto, com a mão esquerda, apresenta uma imagem com o contraponto positivo, ilustrando o Brasil idealizado para o futuro. Ao final, destaca-se a assinatura: “*Veja*. Indispensável para o país que queremos ser”.

⁹ Para informações sobre a ligação ideológica de *Veja* com o Fórum Nacional e a importância deste para a consolidação de uma perspectiva neoliberal no país, vide DA SILVA.

¹⁰ Que em tempo algum haviam deixado de ser as suas, mas que agora estavam mais do que nunca latentes e presentes no debate da intelectualidade política – de direita – do Brasil.

A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país. (VEJA, n.1145, p.01).

A citação acima faz parte da edição número 1145 de *Veja* – que traz ainda na capa a foto de Victor com um imenso sorriso – e é uma homenagem ao criador da Abril, falecido poucos dias antes da circulação do exemplar. Na sessão *Carta ao leitor*, seu filho, o diretor Roberto Civita descreve o pai e demonstra quão claro era na cabeça de um sujeito com acesso privilegiado a outros conterrâneos seus – afinal qualquer veículo de comunicação é um meio de divulgação de idéias, projetos, propostas –, o Brasil ideal:

Durante todos esses anos de altos e baixos, [Victor Civita] nunca deixou de acreditar no fantástico potencial do Brasil ou de se preocupar com a busca de soluções para os grandes problemas nacionais. Nós, da Abril, devemos a ele boa parte da nossa consciência social – inclusive no que diz respeito à obsessão pela melhoria da educação (para a qual criou a sua querida Fundação Victor Civita), pelo planejamento familiar e pela necessidade de eliminar os terríveis desníveis entre ricos e pobres.

Ainda: era fanático pela livre iniciativa esclarecida e convencido de que não há caminho melhor para desenvolver um país. E intransigente defensor da democracia sem adjetivos, da sagrada liberdade do indivíduo e da necessidade permanente de contar somente a verdade. (VEJA, n.145, p.27)

1.1.3 A identidade social geral dos leitores de *Veja*

A *Veja* é, no seu segmento, a quarta maior revista em circulação no mundo. Perde apenas para a *Time*, *Newsweek* e *U.S. News and World Report*. “Os leitores da revista têm nível de escolaridade acima da média nacional e, por isso, formam a elite do Brasil, influenciada por *Veja* na tomada de decisões” (AUGUSTI, 2005, p.80).

Segundo a própria revista, 72% de seus leitores são da classe A e B (VEJA, 2007, p. 61). São sujeitos que possuem casa, carro e curso superior. Muitas de suas decisões – tomadas a partir da leitura da revista – são reflexos de um dado estilo de vida criado/reproduzido nas páginas do semanário da Abril.

Existe ainda, por parte da revista, uma atenção especial para o que seria a classe média. Há dois aspectos a ressaltar. O primeiro é a difusão da idéia de que a vida está melhor; e o segundo, de que qualquer um pode chegar a ser classe média, diluindo a pobreza, a

partir de níveis maiores de consumo, no ideário próprio da classe média. (DA SILVA, 2005, p.545)

Na opinião de Da Silva (2005, p.546) existe ainda um público indireto que *Veja* não considera seus leitores, porém possui alguma ligação com estes. A revista fala a este público de serviços em geral – garçons, domésticas, dentre outros que servem à elite – que através do consumo eles poderão alçar vôos maiores. “A revista estimula inclusive a ilusão de que eles podem, comprando as novidades, se entender como membros da classe média, e não mais simplesmente pobres”.

Segundo Bernardo Kucinski (1998, p.17), o aparente papel das revistas semanais ilustradas e informativas no país é o de preencher o espaço dos jornais diários, nem sempre consumidos pelos setores médios da população brasileira, e, em especial, o de ser uma fonte rica de leitura devido a sua longevidade e alcance nacional. A *Veja*, por exemplo, possui um vasto público leitor e mantém com esse público um forte laço de lealdade.

Nas funções de determinação da agenda e produção de consenso [essas revistas] atuam como usinas de uma ideologia atribuída às classes médias, inclusive no reforço de seus preconceitos. A lealdade às classes médias fez dessas revistas as condutoras da campanha contra o presidente Collor de Mello, que confiscara suas poupanças. (KUCINSKI, 1998, p.17)

De uma forma geral, dentre os consumidores de *Veja*, praticamente se equiparam o público feminino e o masculino com pouca vantagem para o primeiro grupo (53% a 47%, respectivamente) sendo que 68% de todos os leitores possuem nível superior completo – destes, 24% são pós-graduados (VEJA, n.2077, p.260). Além disso, 80% têm casa própria; 80% têm automóvel no lar; 51% têm TV a cabo, (AUGUSTI, 2005, p.80).

Seria difícil mensurar com precisão qual o perfil do público leitor da revista. Este também não é o interesse do presente trabalho. Porém, a partir do dado sobre escolaridade podemos enxergar um indício: de acordo com os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, acesso em 08 jun. 2009), “entre a população de 25 anos ou mais de idade (85,4 milhões), 5,8 milhões concluíram o curso superior (graduação, mestrado ou doutorado), o equivalente a 6,8%” e “quase 84% da população de 5 anos ou mais de idade são alfabetizadas. Os outros 16% equivalem a cerca de 24 milhões de pessoas não-alfabetizadas”.

Entre os leitores da revista, quase 70% possuem nível superior e no restante do país menos que 5% da população têm titulação acadêmica. Isto é um sinal de que o leitor de *Veja* têm um grau de instrução, um nível social (um estilo de vida) e econômico bastante diferente da maioria da população brasileira¹¹ e suas atitudes, seus costumes e desejos têm sido reiterados em todo tempo nas páginas da revista. Em tais circunstâncias encomendam-se pesquisas a institutos especializados, para saber qual público tem lido as suas notícias, a fim de vender espaço publicitário para empresas interessadas em consumidores destas qualidades.

1.1.4 O que fala *Veja*?

Desde o seu surgimento, em 1968, época de embates ideológicos, os grandes temas da revista *Veja* sempre estiveram ligados à política e economia. A primeira capa trouxe a foice e o martelo com os dizeres “*O grande duelo no mundo comunista*”. O texto procurava relatar os acontecimentos da Checoslováquia, as insubordinações na “galáxia vermelha” – das disputas políticas às ideológicas – e a divisão no mundo comunista. Tempos depois, em uma entrevista, Victor Civita afirmou não ter gostado da capa, porque dava a entender que a Abril estava fazendo um tipo de publicidade comunista (VILLALTA, 2002, p.8).

As principais manchetes, até hoje, continuam sendo relacionadas à política e economia, contudo, matérias sobre comportamento, saúde e meio ambiente têm, também, inundado as páginas de *Veja* em profusão cada vez maior. A fim de elucidar uma infinidade de temas enquadrados em seu suposto domínio, a revista procura explicar as coisas do mundo para seus leitores recorrendo frequentemente ao conhecimento legitimado. (AUGUSTI, 2005, p.80). É aquela idéia de colocar palavras na boca de determinados especialistas para ratificar os seus argumentos. Paulo Ghiraldelli Jr., em seu blog, relata uma situação um tanto quanto cômica acerca de uma entrevista negada ao semanário da Abril.

¹¹ Uma família sem nenhum integrante com curso superior tem uma renda média mensal equivalente a R\$ 1.215,24. Uma família com uma pessoa com curso superior tem uma renda média mensal equivalente a R\$ 3.817,96. No conjunto, 48,5 milhões das famílias (84% do total) são formadas por pessoas sem curso superior. (FREITAS, acesso em 12 jan. 2009).

Uma jornalista de lá da redação ligou para minha casa. Ela queria me convencer de que estava havendo uma ideologização nas escolas, que todo professor era marxista etc. Quando eu disse para ela que eu não via a educação brasileira por essa ótica, ela tentou de toda maneira que eu desse uma entrevista para ela, mas falando o que ela queria ouvir. Ou seja, ela queria o meu aval de filósofo, de pesquisador e escritor para a idéia de uma reportagem feita antes mesmo de qualquer investigação empírica. (GHIRALDELLI JR., acesso em 27 dez. 2007).

Matérias que levam em consideração o apelo ideológico das ações governamentais ou partidárias, em especial, ainda fazem parte do acervo de notícias de *Veja*. Na sequência do texto, Ghiraldelli Jr. põe em questão a sobrevivência da revista com reportagens seguindo este tipo de padrão – que se refere a temas de décadas passadas. Considerações à parte, o fato é que a revista continua vendendo bem e falando cada vez mais não só sobre política e economia, mas sobre comportamento, estilo de vida e modos de ser e viver.

Considerando que o público padrão de *Veja* é a classe média, segmento em busca de dicas sobre como viver melhor [...], esse poder tem mais chances de se concretizar. Remetendo o saber científico para o leitor, o discurso do veículo em questão aponta para o homem contemporâneo aquilo que deve determinar seu comportamento. (AUGUSTI, 2005, p.82)

Nascimento (2002, p.174) ressalta que as matérias de *Veja*, além de tratarem de variadíssimos temas, pretendem-se sempre explicativas. O discurso do poder e do saber faz-se o tempo todo presente. Conforme Hernandez (2004, p.126), a *Veja* é uma revista que procura fazer da opinião algo irrefutável, com base em fatos inquestionáveis, “dados estatísticos, casos da ‘vida real’, discursos aprovadores de autoridades e instituições, análises de estudiosos reconhecidos”. Para o presidente e editor Roberto Civita o compromisso de *Veja* é com o leitor e o objetivo é o de informar corretamente, com verdade, opinião, coragem e independência (AUGUSTI, 2005, p.83).

Em boa parte do seu corpo editorial a revista se faz valer do juízo de valor para expor suas reportagens. Em suas páginas é de extrema importância a sua própria opinião – uma comprovação de seu domínio sobre determinado assunto – que, para uma parcela da população, serve como fonte de caráter objetivo e, para si própria, é um atestado de legitimidade.

[...] a revista faz crer que apresenta a interpretação da notícia como verdade última e incontestável. A idéia de presença (de que *Veja* acompanha os fatos) [...] aparece quando a publicação busca persuadir da verdade de seu discurso através de suas interpretações e opiniões. Ao opinar, a revista assume um tom didático que a reporta para o lugar onde julga estar: aquele em que detém um saber maior que o do leitor. (AUGUSTI, 2005, p.84).

Com o fim do mundo bipolar, simbolizado pela queda do muro de Berlim, e a crescente e propalada globalização, a revista viu-se intimada a mudar a perspectiva de muitas de suas matérias. “*Veja* defende que é notícia aquilo que interessa seus leitores. A realidade de uma revista voltada basicamente à política, como era até a metade dos anos 80, não corresponde mais ao enfoque de *Veja*” (AUGUSTI, 2005, p.77).

Com o intuito de manter a grande tiragem da revista e, conseqüentemente, a verba publicitária que, conforme Nascimento (2002, p.78), ocupa de 35,96% a 51,40% das páginas, os editores do semanário se viram obrigados a modificar, em parte, as estratégias da revista. Em uma entrevista dada em outubro de 2000, o editor da *Veja* Júlio César de Barros “admite que a revista cede mais espaço na pauta para assuntos referentes a comportamento, minorias e saúde. Isso ocorre devido ao fato de estar crescendo o número de pessoas incorporadas à sociedade de consumo” (AUGUSTI, 2005, p.78).

A ampliação do número de matérias relacionadas a assuntos diversos de forma alguma impediu a reflexão da revista em assuntos políticos ou econômicos. Grandes reportagens acerca da corrupção no Brasil, investimento financeiro no exterior e política internacional (em especial o tal “chavismo venezuelano”) continuam dando o que falar no semanário da Editora Abril.

1.1.5 Porta-voz de um discurso político

Para o filósofo italiano Antonio Gramsci, ninguém é imparcial (do ponto de vista objetivo da ciência) e todos são intelectuais, pois qualquer trabalho, por mais mecânico que seja, exige algum tipo de raciocínio. “Todos os homens são intelectuais [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”, frisava Gramsci (1989, p.7). Este modo de pensar revolucionou o conceito de intelectual.

O intelectual orgânico, diferentemente do tradicional – ligado ao pensamento clerical, militar, acadêmico –, se envolve sobremaneira na sua profissão com base em uma determinada forma de

enxergar o mundo. “É uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas [...]” (SEMERARO, 2006, p.378).

Cada grupo social [...] cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 1989, p.3-4).

Pensar a revista *Veja* como portadora de um discurso político exige crer que a atividade jornalística tem uma importância ímpar, tanto para a sustentação quanto para a superação da racionalidade vigente. Lênin, em especial, lutou dentro e fora do seu partido para a criação de um jornal que pudesse ser uma referência para os trabalhadores e lutadores do povo espalhados por toda a Rússia. Este jornal deveria ter grande tiragem e circulação e ser, ao mesmo tempo, um agitador, um propagandista e um organizador coletivo (LÊNIN, 1978). Gramsci não fica de fora dessa. Ao organizar e escrever para *L'Ordine Nuovo* ele visava conquistar a hegemonia da sua classe partindo do seguinte princípio: conhecimento científico, filosofia e ação política atrelados a um processo educacional permanente.

De fato o jornalismo para ele deveria desempenhar uma série de funções. Em especial, era considerado uma escola para os adultos (GRAMSCI, 1989, p.191). Gramsci (1989, p.161) se propõe a refletir acerca de um tipo de jornalismo (chamado integral) que não só pretende satisfazer as necessidades de seu público, “mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” cujos leitores são considerados maleáveis à transformação.

Nestes anos todos *Veja* tem sido uma revista importante para a construção de um imaginário liberal sobre o Brasil. Sua penetração junto às classes mais abastadas a qualifica como um informativo a serviço de um tipo de educação conectada a uma determinada visão de mundo. Sua opinião e suas dicas são um atestado de sua importante ação junto a uma parcela do povo brasileiro.

Dessa forma, o que temos é uma verdadeira tomada de partido por parte da *Veja*, mesmo não sendo ela um partido propriamente dito. Gramsci revela que as revistas do tipo geral, que pretendem modificar a opinião média da sociedade, ao criticar e ao mesmo tempo sugerir, exercem profunda influência (1989, p.177). A *Veja*, no caso, defende suas idéias (aquilo que acredita ser o melhor para o Brasil) e se utiliza da sua vasta inserção junto a um considerável público (que toma importantes decisões em relação a negócios, escolhas profissionais, tendências da moda) para determinar as ações destes.

O jornalismo, sob o aspecto abordado por *Veja*, aparece, inevitavelmente, como uma instituição com poder normatizador. Assume uma postura capaz de ditar normas para o leitor. [...] Remetendo o saber científico para o leitor, o discurso do veículo em questão aponta para o homem contemporâneo aquilo que deve determinar seu comportamento. (AUGUSTI, 2005, p.82)

De acordo com Lino Geraldo Resende (2005, p.39), o jornalista, ao exercer um papel orgânico, pode contribuir para a superação ou manutenção da lógica atual. Ainda, segundo Gramsci (1989, p.179), “o elemento fundamental para a sorte de um periódico é o ideológico”. Este aspecto, presente em *Veja*, toma por base o modo de vida da classe média, seu público alvo, para criticar condutas que não condizem com seu discurso e sugerir comportamentos alinhados com sua maneira de enxergar a realidade.

Em diversos momentos a tomada de partido da revista é bastante enfática (mas, nem sempre a *Veja* se coloca de maneira clara para uma série de assuntos). No caso do referendo sobre o desarmamento, por exemplo, a revista marcou posição, se expressando contrariamente ao fim do comércio de armas de fogo. Dentre as explicações para a rejeição de tal proposta seria a de que o referendo é uma cortina de fumaça, uma inutilidade do ponto de vista prático. De fato, conforme Tavares,

A postura de *Veja* com esse discurso radical e até agressivo está coerente com a posição que a revista vinha tomando diante da crise do governo Lula já há alguns meses. [...] Para ratificar seu discurso mais antigo contra o governo do Partido dos Trabalhadores, *Veja* precisa derrubar o discurso Outro, o *sim*, que é a posição oficial do governo e a posição pessoal do presidente. E a revista somente obtém êxito em desqualificar o discurso *sim* se ratificar ainda mais sua posição contra o governo. (TAVARES, 2006, p.06)

Como podemos perceber, neste caso do referendo, o que está em jogo é um embate político capitaneado pela revista em relação ao governo do PT. Não sendo ela partido, se comporta como um e visa derrotar o Partido dos Trabalhadores politicamente querendo demonstrar que seus conceitos e propostas não são viáveis para o Brasil que a revista acredita ser o ideal. O seu discurso político, travestido de jornalismo, atua de maneira incisiva a fim de desmontar os argumentos do adversário em questão.

1.2 PARTIDO DOS TRABALHADORES

1.2.1 Como tudo começou

A construção do Partido dos Trabalhadores (PT) se deu a partir da união de forças populares insatisfeitas com o cenário político preponderante no Brasil desde a ditadura militar. A partir da distensão lenta e gradual iniciada no governo Geisel, não foi mais possível ao regime calar os movimentos sociais organizados. O *novo sindicalismo*, em especial, trouxe ânimo aos trabalhadores organizados e suas lutas por ganhos salariais resultaram em greves. Os anos de 1978-1979 foram decisivos para o surgimento do partido que se tornaria o grande fenômeno e a única novidade do sistema político brasileiro de então.

A ditadura por muito tempo controlou os sindicatos, a imprensa, os partidos políticos e grupos de esquerda. Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) participavam do jogo eleitoral de cartas marcadas. Com a entrada de Figueiredo (o último dos presidentes militares) várias alterações eleitorais foram feitas no sistema partidário.

O regime reformulou o sistema partidário na clara intenção de cindir as forças oposicionistas, garantir o apoio governamental através de um partido de centro – o Partido Popular – e garantir a representação das classes trabalhadoras sobre uma sigla confiável – o renascido Partido Trabalhista Brasileiro. (MENEGUELLO, 1989, p.25).

A insatisfação era tamanha no início da década de 1980 e o regime tentava de diversas formas enfraquecer a oposição promulgando leis (como a Orgânica dos Partidos e o Pacote de Novembro) a fim de garantir um cenário no mínimo razoável para as eleições de 1982.

Com efeito, a análise dos resultados eleitorais oficiais demonstra que aquela disputa teve caráter predominantemente bipartidário na grande maioria dos Estados brasileiros. Somente em alguns Estados mais importantes – São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – a soma dos votos dos dois maiores partidos, PDS e PMDB, não ultrapassou 80% do total de votos dados. (MENEGUELLO, 1989, p.125)

A brecha concedida pela lei possibilitou a criação do PT. Algumas resoluções, posteriormente, impuseram dificuldades para que este participasse das eleições, no entanto nada que não pudesse ser resolvido¹². A lei, que inicialmente tentava enfraquecer a oposição que se reunia basicamente em torno do MDB (depois, Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB), acabou concedendo a oportunidade desejada pelos trabalhadores insatisfeitos com a ditadura. A falta de um canalizador dos anseios dos trabalhadores – com verdadeira identidade de trabalhador, tanto urbanos quanto rurais, foi o carro-chefe para a fundação do partido.

A constituição do novo sindicalismo como sujeito político, a partir do desenvolvimento das greves de 1978 dos metalúrgicos do ABC paulista, levou a que o movimento sindical seguisse uma nova direção, fundada na participação de massa e na emergência de novos conteúdos reivindicativos tanto ao nível da sociedade como do Estado. (MENEGUELLO, 1989, p.42)

É sabido que o controle do movimento sindical brasileiro, tanto por parte do governo quanto por parte dos empresários, impediu que os trabalhadores se articulassem da melhor maneira no período ditatorial.

De certa forma, devido sobretudo à fraqueza organizativa do movimento sindical do final dos anos 50 e início dos anos 60, não foi difícil para o regime de 64 reprimir e reorganizar o conjunto das organizações sindicais, implementando medidas desmobilizadoras [...]. (MENEGUELLO, 1989, p.43)

A expansão e crescimento de forma desordenada do capitalismo no Brasil da década de 1970, aliado ao crescimento econômico e concentração de renda nas mãos de poucos fizeram surgir este novo movimento sindical caracterizado pela articulação em torno do questionamento de pontos centrais do sistema de relações profissionais, o agravamento das condições de trabalho e a disparidade entre o crescimento da produtividade e os salários (MENEGUELLO, 1989, p.44).

¹² Exemplo: resolução baixada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 20/05/1982 impedia o uso de apelidos no registro dos candidatos afetando claramente o Lula. Sendo assim Luís Inácio incluiu em seu nome o Lula, ficando Luís Inácio Lula da Silva (MENEGUELLO, 1989, p.125) podendo assim participar do pleito daquele ano.

Em julho de 1978, Lula – a grande liderança trabalhista surgida das greves do ABC – falou pela primeira vez sobre a criação de um partido. “As greves que se seguiram nos anos de 1979 e 1980, propagadas para outras regiões e outras categorias, foram fundamentais para que o novo sindicalismo adquirisse o papel de força política” (MENEGUELLO, 1989, p. 46).

Incendiados pelo clima democrático que arrebatava o Brasil de um lado a outro, estudantes, intelectuais, grupos de esquerda, movimentos sociais e setores progressistas da Igreja católica se uniram aos milhares de trabalhadores insatisfeitos. “Dessa forma, ao lado dos trabalhadores industriais, ocorreram mobilizações de [...] trabalhadores com base em serviços, profissionais liberais, servidores públicos etc. [...]” (MENEGUELLO, 1989, p.48). O chamado sindicalismo de classe média entrava definitivamente nessa disputa por melhores condições de trabalho e acabou por contribuir enormemente para a criação e fortalecimento de um partido de trabalhadores.

A idéia de um partido dos trabalhadores foi oficialmente lançada [...] como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo, em janeiro de 1979. A decisão desse encontro sobre política partidária conclamava os trabalhadores a superarem sua marginalização, unindo-se para formar um partido marcado pela democracia interna, pelo reconhecimento da importância primordial dos trabalhadores na vida social brasileira [...] (KECK, 1991, p.83).

Em janeiro de 1980, cerca de 80 parlamentares e as mais expressivas lideranças sindicais do país se reuniam em São Bernardo do Campo, para discutir a proposta do PT (MARCOS, 2006, p.58). Credo em uma luta diferente daquelas seguidas por parcela da juventude revolucionária das décadas de 1960 e 1970 – e temendo a criação de um partido centralizador e autoritário nos moldes do execrado stalinismo – o PT formalizou-se baseado na pluralidade.

Na tentativa de construção de um espaço de atuação política autônoma, as lideranças do “novo sindicalismo brasileiro” agiram, na verdade, como força centrípeta sobre os militantes dos demais “novos movimentos sociais”, atraindo-os para a construção de um novo partido político e, portanto, para o espaço da ação política institucionalizada. O PT nasceu, assim, quase que como o coroamento do processo de (re)ativação da participação popular, no espaço da sociedade civil, vivido no país durante a década de 70. (CÉSAR, 2002, p.50)

Conforme atesta Meneguello (1989, p.64), mulheres, negros e índios, dentre outras minorias, precisavam de espaço para se expressar, já que os comunistas até então só haviam se preocupado

com questões de classe. Deste modo, além das questões de classe o PT inseria no seu quadro de lutas o debate acerca da inclusão das minorias. Destaque também para os setores mais avançados da Igreja católica que, desde o início, caminharam juntos com os movimentos sociais e marcaram profundamente as características do partido.

Assim, no dia 10 de fevereiro de 1980 foi fundado um novo partido com propostas socialistas para a orientação política dos trabalhadores do país. Conforme César (2002, p.52) o PT expressou um movimento ambíguo, pois buscava o espaço institucional, todavia sempre negava as práticas políticas institucionais. Mas, “[...] longe de ser anacrônico e entrave à consolidação da democracia, [o PT] é contemporâneo à sociedade brasileira, em seu processo contraditório, e incompleto de modernização e complexificação social [...]”. Seu aparecimento e consolidação também “contrariou as expectativas de lideranças localizadas à direita, ao centro ou à esquerda do espectro político” (César, 2002, p. 51). À esquerda a discussão era que o PT dividia a base opositora. À direita o discurso afirmava que o partido era uma ameaça à ordem institucional. Em meio a este cenário de intensas disputas no campo ideológico e político, “[...] o PT configurou-se uma *novidade político-institucional* quanto à origem, organização e proposta” (MENEGUELLO, 1989, p.30).

Afinal, tomadas as análises clássicas da organização partidária, qual é a novidade do PT? Ser o primeiro partido de massa criado no Brasil, de origem externa ao sistema parlamentar, e no sistema político. Todos os partidos políticos no Brasil [...] foram de iniciativa das classes dominantes. (PINHEIRO, 1989, p.10)

Conforme atesta Margareth Keck (1991, p.3), pela primeira vez um partido operário no Brasil era de fato a tradução clara dos anseios dos trabalhadores. Nas palavras de Lula, apud Paulo (2004, p.27), “é preciso que eles que sempre foram oprimidos entendam, de uma vez por todas, de que eles precisam deter o poder político em suas mãos”.

1.2.2 O partido é dos trabalhadores

Feito *pelos, com e para* os trabalhadores, essa era a grande novidade e a principal relevância do PT, cujo discurso estava, em todo tempo, situado junto às bases. Era preciso, para consolidar uma

democracia de fato e de direito, que sujeitos comuns pudessem participar das tomadas de decisões e da organização política diária. As decisões não podiam vir mais de cima para baixo. No PT a ordem era fazer o inverso da histórica política elitista brasileira. Em seu programa podemos ler:

Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base. Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores (PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982).

Para tanto foi preciso mexer com o sentimento do brasileiro. Mas, não foi necessário tanto, pois o movimento democrático contagiava a todos. As eleições diretas injetaram ânimo nos corações mais morosos, e incendiaram os mais apaixonados. A militância do PT foi (nas primeiras eleições para governador e, em especial, na votação para presidente em 1989) preponderante para que o partido se tornasse conhecido em todo o país. Nas campanhas eleitorais era comum um electricista ou um torneiro mecânico pedir o voto de confiança da população. A campanha de 1982, a primeira do PT para o governo de São Paulo, deu a Lula e ao partido 1 milhão e 200 mil votos e combustível para que o sonho petista um dia pudesse se tornar realidade. Em 1986 Luís Inácio recebe mais de 650 mil votos e se torna o deputado federal mais votado daquele pleito (MARCOS, 2006, p.63).

Explicação plausível para o crescimento do PT pode ser a própria dinâmica do partido. A luta diária travada por sujeitos preocupados em mudar a realidade brasileira para mudar a sua própria, penetrava no imaginário da população. Canais de participação direta e diálogo com a sociedade eram criados na medida em que suas arestas eram expandidas. A solidariedade prestada aos vários movimentos sociais e a inserção de suas agendas de luta no PT trouxe o povo para o partido e vice-versa.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas em épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores (PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982).

Cada vez mais perto dos cidadãos comuns, o PT se consolidava com o auxílio de outros grupos e movimentos sociais presentes no quadro petista. Dos setores da Igreja Católica que apoiaram desde o princípio a idéia de um partido dos trabalhadores estão aqueles ligados à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Com a evolução do processo de “abertura”, a relativa liberalização do regime, a reforma partidária e, posteriormente, com o retorno das eleições para governadores e prefeitos das capitais, muitos militantes cristãos progressistas ingressaram nos partidos políticos ou, pelo menos, passaram a apoiá-los. (AZEVEDO, 1995, p.70)

Para Frei Betto era preciso que o movimento crescente feito pelas CEB's, que ao final da década de 1970 eram 80 mil em todo o Brasil, passasse a um outro estágio, centrado “num instrumento de representação dotado de uma proposta programática menos genérica que a da pastoral e mais imediatamente vinculada à mudança de poder na sociedade” (AZEVEDO, 1995, p.70). O partido político seria, então, uma ferramenta importante para que a debatida mudança social e libertação dos oprimidos ocorressem.

Estabelecidos sobre uma nova visão que contagiava, em especial, o catolicismo latino-americano, os padres progressistas e os fiéis mais empenhados viam no PT uma alternativa para a transformação da realidade excludente do país e um novo tipo de esquerda que não coadunava, pura e simplesmente, com a ideologia marxista-leninista – (mesmo que internamente muitas tendências estivessem compelidas a tornar o PT um partido com este viés) – tão sectária em relação aos religiosos.

Os grupos de esquerda são peças cruciais para se entender a constituição do PT. Advindos de linhas de pensamento marxista (boa parte leninista e trotskista), eles estão, em sua maioria, desde a fundação do PT – todavia alguns foram expulsos ou deixaram o partido no decorrer da década de 1990. São organizações que resistiram à ditadura e buscaram no PT uma maneira de consolidar seus objetivos estratégicos, já que não viam mais opção plausível nos partidos comunistas alinhados com as idéias soviéticas, chinesas ou albanesas. Tais organizações são: Convergência Socialista (de viés trotskista e que deixaria o partido para formar o PSTU, seção brasileira da Liga Internacional dos Trabalhadores, a Quarta Internacional); Movimento de

Emancipação do Proletariado (MEP) – grupo voltado à luta armada, dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1970; LIBELU (organização estudantil Liberdade e Luta); Ala Vermelha (dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B)); Ação Popular; POLOP (Política Operária); Partido Revolucionário Comunista PRC (outra dissidência do PC do B) e os trotskistas do Secretariado Unificado (MENEGUELLO, 1989, p.63).

Muitos desses marxistas acreditavam que um partido de trabalhadores era uma ferramenta importante e lutavam internamente para que suas idéias tivessem relevância nas resoluções gerais do PT. De certa maneira, eles não desfizeram os seus grupos com a entrada no partido tornando-se tendências partidárias. O V Encontro Nacional (1987) impôs uma série de regulamentações às tendências.

Na tentativa de diminuir os conflitos e impedir uma fragmentação prejudicial que poderia culminar com uma ruptura interna foi aprovada a regulamentação das tendências durante o 5º Encontro realizado em 1987, onde, os grupos internos tiveram que se acomodar às diretrizes do partido [...] com o objetivo de construir um pensamento político hegemônico e conseqüentemente a destruição da existência de facções ou subpartidos dentro do PT. Neste período, muitas tendências sofreram transformações ou deixaram de existir. (MARQUES, 2005, p.06)

Conforme Margareth Keck, a resolução do V Encontro gera uma gama de controvérsias sobre a existência e atuação dos grupos que se mantinham no PT apenas de maneira estratégica a fim de conquistar alguns de seus objetivos específicos daquele momento. O texto final versa da seguinte forma sobre a questão das tendências:

[...] o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria, implicando inevitavelmente uma dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

[...]

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do Partido. (KECK, 1991, p.141)

Está claro que o PT não tinha por meta extinguir as tendências de seu quadro completamente. Tanto que não os fez. A idéia era que se dissolvessem aqueles grupelhos voltados apenas para seus interesses próprios que, de modo bastante claro, colocavam irremediavelmente em risco a

perspectiva de consolidar o PT “como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o País” (KECK, 1991, p.141).

No movimento sindical o PT encontrou forças para se erguer como uma organização partidária. Ele foi a legítima expressão de um movimento conhecido como *novo sindicalismo*. As greves do final da década de 1970 trouxeram consigo um imenso desejo de transformação estrutural por parte destes novos atores sociais. Seus anseios, que giravam em torno da mudança radical do sindicalismo e das relações trabalhistas no país, por não serem atendidos, alimentaram toda sorte de greves e confrontos com o regime.

Os sindicalistas divididos em diversas tendências tais como *oposições sindicais*, *unidade sindical* e o próprio *novo sindicalismo* estavam dispostos a reverter o quadro de perda salarial crescente. A idéia de um partido político dos trabalhadores ganhava força em meio a um cenário de estagnação econômica e inflação.

Como os envolvidos naquelas paralisações grevistas não percebiam mudanças no cenário nacional e muito menos nas políticas trabalhistas, fora preciso mudar a estratégia da batalha. Os milhares de cidadãos de braços cruzados não foram suficientes naquele tempo para convencer a ditadura de que os operários não estavam satisfeitos. Com a Nova Lei Orgânica dos Partidos de 1979, uma fresta se abriu para a atuação partidária daqueles sindicalistas que também não se sentiam contemplados com o PMDB¹³.

Importantes sindicatos participaram da fundação do PT dentre os quais se destacam os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, de São Bernardo, de Santo André e de Osasco; sindicato dos eletricitários; sindicato dos coureiros; sindicato dos petroleiros e sindicato dos bancários. No âmbito nacional contribuíram também os servidores públicos, em especial professores, que se reuniam em Associações, pois a eles era inviabilizada a construção de um sindicato. Estes trabalhadores organizados colaboraram não somente com o PT, mas também com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

¹³ A oposição da maneira como estava colocada até então não agradava aos sindicalistas do ABC. Lula, segundo Keck (1991, p.172), afirma que não acredita que um partido que tem um latifundiário vai resolver o problema da terra nesse país e nem que um partido que tem um grande empresário vá resolver o problema da classe trabalhadora.

Grupos de estudantes que, entre as décadas de 1970-1980, se reorganizavam em torno dos Grêmios, Centros Acadêmicos e Diretórios livres, além de resistirem contra o regime militar, para manterem ativa a União Nacional dos Estudantes (UNE), contribuíram com o PT desde o início dando fôlego aos seus debates e força nos pleitos. Estudo feito por Benedito Tadeu César indica que a juventude votou no PT na sua primeira eleição.

O eleitorado petista de 1982 caracterizou-se como um eleitorado jovem. Em quatro dos seis estados analisados, ou seja, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Goiás e no Ceará, os maiores percentuais de intenção de voto ocorreram na faixa até os 24 anos [...]. (CÉSAR, 2002, p.160)

E mais: “pode-se afirmar que o voto petista caracterizou-se, naquelas eleições, por provir significativamente do eleitorado estudantil uma parcela social não imediatamente produtiva, nem especificamente profissional” (CÉSAR, 2002, 181).

Políticos progressistas ligados ao MDB que estavam no partido durante a ditadura, porque não havia alternativa oposicionista partidária, colaboraram na fundação do PT e o fortaleceram no contexto político de então. Alguns deles como Airton Soares e Eduardo Suplicy deixaram o MDB nesta época e, em 1980, já faziam parte dos quadros do PT.

As negociações promovidas em junho de 1979 por Fernando H. Cardoso, Lula e Almino Afonso enfatizavam a possibilidade de participação de boa parte dos parlamentares do MDB nas discussões pela formação do PT. (MENEGUELLO, 1989, p.60)

Os intelectuais ligados principalmente ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), além da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foram determinantes para que a série de conceitos que compunham inicialmente o projeto de partido pudesse se consolidar.

[...] após o Encontro do PT-SP de 18 de agosto de 1979, quando organizou-se uma comissão formada por Fernando H. Cardoso, Almino Afonso, Weffort e Roque da Silva para a elaboração de uma plataforma comum, ficou evidente a predominância da idéia de Partido dos Trabalhadores com relação à presença dos parlamentares.

Daquele impasse resultaram as saídas de Fernando H. Cardoso e Almino Afonso do processo de formação do PT e o fortalecimento dos setores intelectuais envolvidos desde o início nas discussões sobre o partido popular. (MENEGUELLO, 1989, p.62)

Os movimentos sociais ligados às causas das minorias também foram peças-chave para a construção de um partido dos trabalhadores. No PT as bandeiras ligadas aos direitos humanos de um modo geral (defesa da cultura afro e valorização dos afrodescendentes; defesa dos direitos dos homossexuais; defesa do direito à terra aliado à reforma agrária – terra para quem vive dela; defesa dos direitos das mulheres) foram ganhando espaço no decorrer dos anos.

Havia uma preocupação desde o início de que era preciso contemplar uma parte considerável da população brasileira infringida em seus direitos. Negros, gays, mulheres e trabalhadores rurais passaram a enxergar que, com atuação política, seus anseios seriam alcançados. “O partido recebeu ao longo de seu processo de organização a adesão de uma diversidade de movimentos, tais como grupos de negros, grupos feministas, movimentos libertários, sociedades amigos de bairros etc. (MENEGUELLO, 1989, p.64)”. No Programa do PT a defesa das minorias também está bastante demarcada.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem como a questão do negro assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura (PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982).

1.2.3 Um Partido partido

Os mecanismos de democracia interna eram os principais argumentos petistas para conquistar o povo e novos partidários. Para esse fim, dizia a carta de princípios de 1979, o Partido dos Trabalhadores busca implantar núcleos de militantes nos locais de trabalho e onde estiverem os construtores desta nação.

Não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores [...]. O PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas trabalhadoras (AZEVEDO, 1995, p.17).

A idéia era que o PT fosse um partido verdadeiramente de massa. De fato, isso não foi unanimidade em nenhum momento. Boa parte dos filiados almejava um PT revolucionário, marxista-leninista. Logo, queriam um partido de vanguarda, bem diferente daquele novo partido operário, de ideologia bem definida, mas fraco no aporte teórico e filosófico. Com isso, o que se viu inicialmente foi a disputa interna para saber que linha seguir e, principalmente, que partido ser. A grande variedade de tendências existentes era um sinal de sua extrema democracia interna, mas, para muitos dissidentes e críticos, era uma demonstração clara de que os partidários não vislumbravam um futuro em comum. A organização, em 1983, da *Articulação dos 113*, com diversas figuras do movimento sindical tais como Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar, era uma tentativa de consolidação de uma liderança coesa dentro de um PT fragmentado.

Felix Guattari (1986, p.160), psicólogo e militante francês que durante muito tempo apoiou os movimentos sociais de seu país, em uma de suas vindas ao Brasil, no início da década de 1980, reiterara que a grande façanha do PT era unir tantas diferenças em uma sublime democracia interna, onde havia autonomia para as lutas específicas, e como isso já era uma novidade no mundo. No entanto, manter uma proposta como essa, incondicionalmente, custava caro ao PT. Inclusive porque determinadas tendências pareciam querer eliminar as louváveis diferenças. Vide o caso ocorrido em 1986, quando antigos componentes da tendência denominada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) assaltaram um banco. Ao se declararem membros do PT, alegaram que o dinheiro roubado seria para ajudar a revolução nicaraguense (KECK, 1991, p.138). Foram expulsos, entretanto, episódios como esse tendiam a manchar a imagem do partido. Algumas mudanças foram mais que necessárias.

O V Encontro Nacional (1987) pôs fim à balbúrdia que ameaçava contaminar o partido. O texto de agora afirmava que “o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT” (KECK, 1991, p.141). Em razão disso, alguns grupos (como a Causa Operária e a Convergência Socialistas) acabaram expulsos mais tarde.

Outro passo relevante foi dado neste encontro de 1987. O projeto político trazia à cena alguns conceitos importantes para a estruturação do PT. Não bastava aos militantes saber que lutavam em um partido de esquerda, socialista. Destarte, as palavras *tática* e *estratégia* passaram a fazer parte do dicionário petista.

Por *tática* entende-se, de acordo com Lourival de Carvalho (1988, p.13), as formas políticas para se obter resultados a curto e médio prazo. Já *estratégia*, complementa, “é essencialmente uma política de longo prazo, com a qual o partido prepara a força social, política e ideológica que vai tomar o poder e construir o socialismo”. Assim, historicamente o PT adotou táticas diversas (e ainda tem adotado) a fim de alcançar o seu objetivo estratégico rumo ao socialismo democrático. Na construção do partido foi extremamente importante a abertura das portas do PT para todos aqueles que se identificavam com a proposta programática.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim, de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa (PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982).

O passar dos anos fez com que várias tendências deixassem o partido, por não mais verem nele um meio tático para se alcançar objetivos estratégicos. O grupo que permaneceu e fez do PT um partido forte e de grande penetração nas camadas sociais do Brasil, no decorrer da história recente, mudou em muitos momentos a sua tática, sua ação cotidiana. Gerido na quase totalidade das vezes pelo Campo Majoritário (grupo atualmente chamado de Construindo um Novo Brasil, que agrega as principais tendências dentre elas a Articulação) o PT centrou sua ação na melhoria progressiva do capitalismo passando a idéia de que o mercado era insuperável, sendo necessário agir apenas para melhorar as condições de vida sob o capitalismo (GRABOIS, 2006, p.62).

De fato, para a eleição de 2002, a ser explicada mais à frente, o partido tinha um discurso de ruptura com as práticas do governo anterior e se elegeu com base nisto. Porém alguns pressupostos político-econômicos do período FHC se mantiveram gerando inclusive muito

debate e expulsões de alguns militantes¹⁴. Segundo Mario Grabois, essa dificuldade de se situar no campo das táticas e estratégias advém da imprecisão em relação ao que é, de fato, o socialismo democrático almejado.

Na medida em que a questão central – a formulação da estratégia geral do partido – não tem como ser resolvida pelo instrumental político adequado nem pelo caminho do embate entre frações, mas de todo modo precisa ser equacionada, ela acaba resolvida não pelo mecanismo da síntese dialética, mas por uma solução que não ataca verdadeiramente a questão, antes a contorna e a dissimula, terminando por conduzir o partido a cair num desvio: o principismo, isto é, a unidade que se forma não em torno da adesão coletiva e consciente à estratégia, mas, sim, pela coesão possível em torno de princípios políticos gerais de esquerda nos estreitos limites da atividade propagandística. Essa unidade se objetiva em práticas como a recusa em se fazer acordos ou em participar de alianças políticas e partidárias em nome, justamente, da defesa dos princípios e não em função dos elementos analítico-teóricos e político-programáticos proporcionados por uma estratégia claramente definida. (GRABOIS, 2006, p.69)

O Encontro de 1987 foi também um divisor de águas na história do PT, por conta da pavimentação de idéias até então desestruturadas dentro do partido. Desde o princípio ficava claro a todos que o Partido dos Trabalhadores tinha lado, era classista, socialista. Porém, que socialismo é esse? Uma parcela considerável acreditava que não fazia sentido falar de um socialismo conceitual. O PT queria construir o seu próprio socialismo democrático a partir das lutas e conquistas cotidianas e assim ficou decidido. Nada de socialismo apenas conceitual ou repetidor de outros modelos. A dinâmica diária do povo revelaria o socialismo do PT, aquele possível para o Brasil.

Após quase uma década de existência, diversas situações acabaram mudando o PT. A começar pelo colapso do *socialismo real*, em 1989, nos países europeus. O fim do mundo comunista obrigou os vários partidos de esquerda em todo o planeta a reverem conceitos. No Partido dos Trabalhadores aconteceu o mesmo¹⁵.

¹⁴ É o caso de Babá e Luciana Genro. Para se ter uma idéia Luciana Genro afirmou que a Carta ao Povo Brasileiro era um sinal claro de que o PT estava assumindo um compromisso com o capital financeiro e com a continuidade do modelo de gestão tucana (DEMIER, 2003, p.20)

¹⁵ Apesar de se posicionar contrariamente ao modelo comunista do leste europeu e inclusive enfatizar que controle e ausência de democracia ruiam as bases do sonho soviético, foi um baque para o PT a queda do muro e suas ideologias. Por conta disso, a palavra socialismo seria colocada em xeque anos mais tarde no 2º Congresso.

A imagem ligada ao socialismo, mesmo que democrático – que de fato era diferente do socialismo de então – levou o PT a repensar, inclusive, qual era sua identidade de partido socialista. No decorrer da década de 1990 os vários eventos partidários acabaram por consagrar a direita do partido (com a Articulação à frente) e as diretrizes passaram a rechaçar a própria palavra socialismo. O discurso e a prática do PT passaram a ser outros. O 2º Congresso, em 1999, retomava o debate acerca do socialismo, porém, agora, com o seguinte enfoque:

[...] decidimos não fazer referência ao socialismo por entendermos que este conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada [...] (MARQUES, 2005, p.14).

Para entender a dinâmica do PT, é preciso reconhecer quem são os grupos em disputa pela sua hegemonia. Dentre as várias tendências destacam-se três blocos: um situado à direita, outro no centro e um último à esquerda. A *Articulação dos 113* se tornou o campo majoritário. Está à direita e é o bloco que durante um bom tempo manda no partido. O único momento em que não esteve coordenando o PT foi em 1993. Era ano de eleição e a derrota de Lula para Fernando Henrique Cardoso recaiu sobre o grupo de esquerda que dirigia o partido. Segundo Marques (2005, p.13), a Articulação creditou a derrota à esquerda, pois esta não facilitou uma aliança entre o PT e o PSDB.

[...] é possível determinar como direita do PT os grupos que defendem a mobilização social juntamente com a luta institucional pela via parlamentar, bem como as alianças de caráter centrista. Ao apresentar suas teses econômicas, estas tendências aceitam as regras de mercado, mas ao mesmo tempo concebem um Estado regulador da competição e promotor do bem-estar social. (MARQUES, 2005, p.9)

Os grupos situados ao centro do PT dão prioridade à democracia e as lutas sociais, todavia com posicionamentos mais moderados, mantendo interlocuções com as outras correntes do partido. Já as tendências de esquerda possuem uma característica em comum, apesar das muitas diferenças: são marxistas. “Enfocam um conceito de democracia adjetivada pelo socialismo e mesmo aceitando a luta pela via parlamentar, enfatizam a luta social e a ampla mobilização popular” (MARQUES, 2005, p.9).

Apesar das diversas tendências e das dificuldades para se negociarem determinados pontos a cada congresso, a diferença, mesmo assim, era extremamente considerada no PT. No I Congresso (1991), em meio a todas as críticas à ditadura socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, os grupos marxistas-leninistas ainda se expressavam com maior intensidade (MARQUES, 2005, p.11). As teses ainda falavam de uma ruptura com a ordem vigente, no entanto já se delineavam os primeiros traços de um partido menos revolucionário e mais social-democrata. O II Congresso (1999) foi determinante para uma nova mudança de paradigmas. A alteração no processo de eleição para a escolha dos dirigentes, passando de proporcionais para diretas, aboliu, de acordo com Marques (2005, p.14), a pluralidade da base e foi preponderante para a supremacia do campo majoritário e sua forma de conduzir o PT.

Apesar das diferenças entre as tendências e da supressão de uma série de instrumentos tidos por muitos como democráticos no que tange à eleição, o II Congresso se mostrou extremamente importante para o rearranjo das forças de esquerda no cenário político brasileiro. Temas relevantes dentro do partido continuavam presentes nas Resoluções Finais, chamadas também de Teses Finais ou ainda Programa da Revolução Democrática.

Aprovado pelo II Congresso do PT, em novembro de 1999, o Programa da Revolução Democrática parte de três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. No conteúdo do programa, aprovado em Belo Horizonte, está detalhado um conjunto de reformas econômicas e políticas a serem realizadas por um novo governo, apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente transformador na sociedade brasileira.

O Programa da Revolução Democrática parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve caminhar paralelamente ao aprofundamento da democracia econômica e social. Sua dimensão social põe na ordem do dia mudanças na economia – o que exige uma radical inversão de prioridades e provoca enfrentamentos com os interesses do capital financeiro nacional e internacional.

Para realizar esse programa de transformações é fundamental que o Brasil ocupe outro lugar no mundo. O PT defende que um governo comprometido com o desenvolvimento do país deve promover políticas industriais e agrícolas, fortalecer as bases educacionais, de ciência e tecnologia, homogeneizar políticas econômicas de desenvolvimento, garantir direitos sociais, fortalecer e aprofundar a democracia e promover a integração cultural.

Para desencadear essa ofensiva será necessária uma nova correlação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem, com êxito, o exercício do poder. Sabemos que não basta chegar ao governo para mudar a sociedade; é preciso, também, que a sociedade se modifique. Daí a importância de articular a luta institucional com a luta social. (PEREIRA e SORIANO, 2003, p.27)

Como se percebe o texto final da resolução tem endereço certo: a política neoliberal do governo FHC. Com base nisso, os petistas reunidos em Belo Horizonte versam da seguinte maneira, no que diz respeito ao neoliberalismo:

Derrotar FHC e o bloco de forças dominantes no país – na prática e não apenas no terreno do voluntarismo verbal – passa necessariamente por consolidar um amplo movimento de oposição ao neoliberalismo, abrangente e não sectário, capaz de galvanizar, além das esquerdas e dos setores populares já organizados, também milhões de brasileiros insatisfeitos. (PEREIRA e SORIANO, 2003, p.52)

E mais: reafirmam a opção pelo socialismo democrático.

Para desencadear essa ofensiva será necessária uma nova correlação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem, com êxito, o exercício do poder. Sabemos que não basta chegar ao governo para mudar a sociedade; é preciso, também, que a sociedade se modifique. Daí a importância de articular a luta institucional com a luta social. (PEREIRA e SORIANO, 2003, p.27)

Como se percebe o texto final da resolução tem endereço certo: a política neoliberal do governo FHC. Com base nisso, os petistas reunidos em Belo Horizonte versam da seguinte maneira, no que diz respeito ao neoliberalismo:

Derrotar FHC e o bloco de forças dominantes no país – na prática e não apenas no terreno do voluntarismo verbal – passa necessariamente por consolidar um amplo movimento de oposição ao neoliberalismo, abrangente e não sectário, capaz de galvanizar, além das esquerdas e dos setores populares já organizados, também milhões de brasileiros insatisfeitos. (PEREIRA e SORIANO, 2003, p.52)

E mais: reafirmam a opção pelo socialismo democrático.

Para construir o socialismo, no entanto, é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. O socialismo que queremos – como assinalamos desde a fundação do PT – será construído pelas maiorias sociais neste vasto cenário de lutas. Nesse sentido, reafirmamos as resoluções do 7º Encontro Nacional e do 1º Congresso do Partido. (PEREIRA e SORIANO, 2003, p.52)

1.2.4 Os diversos PT's...

As diversas experiências eleitorais possibilitaram ao PT um crescimento considerável, no decorrer dos anos, no âmbito das instituições governamentais, tais como executivos municipais e estaduais, câmaras de vereadores e parlamentos estaduais e federais (Senado e Câmara). Os espaços foram sendo ocupados a cada pleito, com implicações inclusive quanto às filiações consequentes do processo de crescimento da agremiação. O documento de fundação do PT previa que a grande atuação do partido deveria se dar no cotidiano das pessoas. A eleição seria apenas um detalhe, importante, é óbvio, mas que não refletiria o grande objetivo do partido de se tornar uma referência, veículo de luta e esperança da classe trabalhadora brasileira. Perder uma eleição, desta forma, podia não ser considerado uma derrota estratégica; ao contrário, se as forças sociais insatisfeitas saíssem ainda mais fortalecidas da disputa eleitoral, isso era um sinal de que a derrota trouxe vitória. Portanto, a eleição de 1982, a primeira do PT, pode ser lida de várias maneiras.

Uma leitura possível daquela experiência pode ser feita desta forma: “Foi uma ducha de água fria. O desempenho eleitoral do PT foi fraco. Houve também estados [...] em que a votação petista foi menor do que o número de filiados” (PROJETO MEMÓRIA, 2002, p.29).

Contudo, este argumento não é absoluto. Houve um avanço na reflexão acerca de como conduzir um governo ou como deveria se comportar um parlamentar petista. Outro ponto: o candidato tinha que ter sido escolhido pela base e deveria prestar contas à sua base e, conseqüentemente ao partido, além daquela velha máxima petista do *governar com o povo para o povo*. Tudo isso propiciou ao PT um amadurecimento das possibilidades da sua democracia socialista dentro do espaço institucional vigente.

Sendo assim, as duas prefeituras conquistadas tiveram que repensar práticas – ou assimilar melhor a sua teoria – para conduzir a cidade. Um primeiro debate girou em torno de como democratizar os espaços nos municípios. Criar canais de participação efetiva da população na institucionalidade, para transformar a realidade política e cotidiana, foi uma das fórmulas encontradas para alcançar o socialismo democrático do PT. Mesmo assim “para alguns petistas,

os conselhos [populares] deveriam acabar substituindo os órgãos mais tradicionais; para outros, deveriam desempenhar um papel suplementar” (KECK, 1991, p.227). A derrota eleitoral acachapante fez com que o partido optasse por uma outra estratégia para as eleições nas capitais de 1985, já que a idéia de que “trabalhador vota em trabalhador” não havia vingado eleitoralmente.

Outro grave problema acirrou os ânimos dentro do partido. O povo na rua aos gritos de “Diretas Já” pôs fim à ditadura militar no país. Entretanto, uma manobra no Congresso Nacional – denunciada pelo PT – impediu as eleições diretas e o método do Colégio Eleitoral entrou em cena. O partido optou por não compartilhar daquela farsa. Porém alguns deputados petistas decidiram desobedecer e participaram do processo. Resultado: expulsão de José Eudes, Bete Mendes e Airton Soares. De fato, a expulsão deles é um reflexo da postura assumida pelos três de confrontar as deliberações majoritárias do partido.

“O PT veiculou sua imagem em 85 através de uma campanha eleitoral aberta, dirigida a amplos setores sociais, inclusive os setores de classe média anteriormente distantes do partido” (MENEGUELLO, 1989, p.199). Com a eleição de Maria Luiza Fontenelle para a prefeitura de Fortaleza, no Ceará, novas diretrizes foram sendo traçadas ao mesmo tempo em que as disputas internas do PT se recrudesciam. De Souza enumera uma série de razões que levaram Fontenelle a se eleger prefeita de uma capital por um partido ainda pouco representativo no cenário nordestino:

[...] a candidata já estava no seu segundo mandato como deputada estadual, eleita inicialmente pelo MDB e depois através do PMDB, era uma figura política bastante conhecida e sempre atuou intensamente a favor dos setores populares; a televisão teve um papel muito importante, uma vez que foi montada, pela primeira vez em Fortaleza, uma verdadeira estratégia de marketing apresentando a candidata como o símbolo da mudança e da modernidade, em contraposição aos grupos poderosos da política local; divisão dos grupos dominantes por ocasião do processo eleitoral; apoio de setores católicos. (DE SOUZA, 2004, p.305)

Administrar uma das maiores cidades do nordeste brasileiro era o primeiro grande desafio. Porém, os tempos de incertezas pairavam sobre o país. A velha ditadura havia deixado um legado à “Nova República” que levou o país à bancarrota em poucos anos. Inflação disparada, dificuldade para conter os gastos públicos, greves do funcionalismo municipal.

[...] no início da disputa eleitoral não se acreditava na vitória e o PT local via a campanha como um momento de crescimento do partido e, decorrente também desta expectativa, não pensou em programa de governo. Tanto foi assim, que Maria Luiza Fontenele afirma, que antes de assumir não tinha idéia dos reflexos da crise do capitalismo internacional sobre as administrações municipais e que foi aprendendo, na prática, ao mesmo tempo definindo o que era popular, as prioridades e as metas. (DE SOUZA, 2004, 303)

Dentre os problemas que afetaram de maneira substancial o governo de Maria Luiza estavam as greves. Contudo a tendência PRC (Partido Revolucionário Comunista), da qual Fontenelle fazia parte antes da eleição (depois ela veio a fundar com um outro grupo o Partido da Revolução Operária - PRO) já havia decidido sobre as diretrizes que viriam a nortear toda e qualquer ação dentro do governo. Para De Souza (2004, p.310), em relação às paralisações do funcionalismo, a intenção era fazer desse movimento um momento para explicitar as contradições e o desenvolvimento da luta de classes, confrontar com a ordem estabelecida mesmo estando dentro da ordem, do jogo político de então. Isso é uma mostra de que o governo Fontenelle, “diferente de outras experiências petistas, adotava claramente uma postura marxista e funcionava muito mais como uma frente política”.

Obviamente existem outras situações envolvendo a tendência de Fontenelle (PRO) que agravaram ainda mais a relação dela com o PT. “Nas eleições de 1986, enquanto a Prefeita e o PRO posicionavam-se contra a aliança com o grupo político de Virgílio Távora para derrotar a candidatura de Tasso Jereissati ao governo estadual, a direção do partido era favorável a isto.” (DE SOUZA, 2004, p.313). Por fim, as brigas internas fizeram com que Fontenelle fosse expulsa do PT, juntamente com o PRO, em abril de 1988. Nova baixa no quadro petista.

Em meio aos conflitos sobre gestão e ideologia interna envolvendo as prefeituras governadas pelo PT e os militantes a ela ligados, os deputados federais do PT, eleitos em 1986 para a Assembléia Constituinte, tiveram atuação importante e foram os únicos a apresentar um projeto constitucional completo para o Brasil.

Com as eleições de 1988, o partido conseguiu eleger 36 prefeitos nos mais diferentes municípios, embora o que tenha chamado mais a atenção tenham sido as vitórias em capitais como São Paulo, Vitória e Porto Alegre e outras cidades importantes como Santos e Campinas no estado de São Paulo. (DE SOUZA, 2004, p.345)

A maior cidade da América Latina, em 1988, optou por Luiza Erundina na prefeitura. Talvez fosse um reflexo de que as estratégias eleitorais e administrativas do PT estavam mudando. Talvez a própria conjuntura estivesse mudando.

[...] os resultados eleitorais de 1985 vão promover algumas mudanças no partido e expressar um novo período na sua trajetória, no caso de 1985 a dezembro de 1987. Como interações mais importantes e igualmente vinculadas à variável institucional, merecem destaque a relação com os eleitos, a postura diante das eleições de 1986 e da Constituinte e as próprias atividades na elaboração da nova Constituição. (DE SOUZA, 2004, p.197).

De fato, o PT como um todo saiu dividido do embate interno para escolha do nome que disputaria a eleição em São Paulo. A Articulação queria Plínio de Arruda Sampaio. Os grupos de esquerda optaram por Luiza Erundina que saiu vitoriosa nas prévias e também no pleito final. A cisão por conta do episódio ficou clara.

[...] as instâncias partidárias do PT, que eram hegemônicas nos planos nacional, estadual e municipal pela corrente Articulação, praticamente não se envolveram na campanha eleitoral, ou seja, já antes da proclamação do resultado das urnas criou-se um hiato entre as instâncias partidárias e o governo petista de São Paulo [...]. (DE SOUZA, 2004, p.348)

Em meio a todo este quadro faltava à candidata resolver ainda um problema insolucionável: consolidar a plataforma do possível governo petista de São Paulo¹⁶, sem deixar de considerar as diretrizes elencadas no V Encontro (1987).

O discurso de Luiza Erundina, ainda na prévia interna do PT, era pautado, como em Fortaleza, por uma ênfase muito grande na participação popular e particularmente nos conselhos populares. Para ela, a participação estava ligada a decisão e controle, com o governo petista mobilizando a população e estimulando o crescimento dos movimentos sociais. Os conselhos deveriam ser autônomos e independentes da Prefeitura, exercendo poder real sobre as instâncias do governo e decidindo sobre a destinação dos recursos. Embora não chegasse a formular de modo mais acabado, ela defendia o caráter deliberativo dos conselhos e sua importância na construção do socialismo. (DE SOUZA, 2004, p.347)

¹⁶ Segundo o Datafolha a vitória de Luiza Erundina foi uma surpresa, pois, no final de outubro, a candidata tinha apenas 15% das intenções de voto. (DE SOUZA, 2004, p.348).

Já no governo, algumas práticas se desenvolveram de modo a separar o PT partido do PT governo. Isto, de certo modo, contribuiu também para a crise que veio à tona com a derrota de Lula nas eleições de 1989¹⁷.

O governo petista, contudo, premido pelas dificuldades iniciais, terminou adiando, em parte, a implementação das diretrizes como estavam propostas pelo partido e defendidas anteriormente pela Prefeitura. Este ponto é fundamental, porque demarca claramente a atuação distinta dos militantes nas instâncias partidárias e movimentos sociais e o novo papel dos militantes no governo. De um lado a instância partidária cobrando de imediato a efetivação do programa partidário, seus princípios, valores e diretrizes e o papel de governo petista previsto nas orientações gerais e, de outro, o governo petista organizando-se internamente e, a seu modo, procurando implementar as diretrizes. (DE SOUZA, 2004, p.353)

Em meio a todos os episódios que antecederam as eleições, São Paulo surpreendeu o país ao eleger uma petista para a prefeitura mais importante do Brasil. A crença de que o PT tinha competência para resolver os problemas da capital paulista, a partir de um programa democrático, fez com que crescessem os votos naquele que ao nascer era tido, apenas, como um partido de operários iletrados.

Luis Inácio Lula da Silva talvez não fosse a figura mais carismática da esquerda naquele momento. Brizola com uma longa trajetória no “varguismo” e no exílio era um símbolo da resistência. Seria mais natural para o PT articular uma candidatura conjunta com Brizola. Não foi o que aconteceu. Militância na rua e campanha política apaixonada fizeram de Lula o “azarão” do primeiro turno. Muitos criam que era possível vencer Collor de Mello e seu marketing televisivo. Não foi.

O PT, que era considerado um partido de base, de ideais, radical, saiu da primeira derrota à disputa presidencial com a avaliação de que adquiriu projeção nacional e, mesmo a contragosto, passou a ser considerado um partido representativo. A partir de então o PT passou a ponderar sobre as estratégias para vir a conquistar a presidência da República, bem como sobre a importância deste objetivo para a agremiação.

¹⁷ Como o apoio do governo à campanha presidencial não deu-se nos moldes requerido pelas instâncias partidárias, já na primeira avaliação do Diretório Municipal após a derrota de Lula, o governo de Luiza Erundina foi acusado de forma mais ou menos velada de ter contribuído para o resultado negativo. Dizendo com outras palavras, o governo petista de São Paulo teria privilegiado o plano local ao invés do nacional, atribuindo uma importância maior ao primeiro que o previsto na linha política geral do partido (DE SOUZA, 2004, p.354).

O VII Encontro Nacional, em 1990, daria conta de algumas dessas questões e levaria o PT a uma nova lógica de raciocínio sobre a ação partidária.

Fica claro, portanto, que os desafios encontrados na campanha de 1989 ou variável institucional, vão igualmente influenciar a ação do partido em relação a novos contingentes sociais, no caso os despolitizados e desorganizados. Nesse sentido, a ação partidária deveria ir além dos segmentos organizados e abrir-se para outros setores da sociedade, ou, na linguagem do documento, disputar a hegemonia e ter propostas no embate ideológico e político, como se a hegemonia passasse, agora, a ser concentrada, fundamentalmente, no campo ideológico. Daí, por exemplo, o grande papel a ser atribuído à chamada comunicação de massa como jornais, televisão e outros. (DE SOUZA, 2004, p.262)

Os eventos que antecederam as eleições presidenciais de 1994, o VIII e IX Encontros, realizados neste mesmo ano, influenciaram a maneira como o PT entrou na campanha eleitoral. Desde 1993 novas cisões ocorreram entre as tendências, de tal modo que naquele ano não emergiu um bloco majoritário. Permaneciam quatro blocos em plena disputa cada vez mais complexa¹⁸. “As alianças passaram a variar conforme as circunstâncias, alternando-se também os resultados da luta interna” (AZEVEDO, 1995, p.156).

No VIII Encontro Nacional, em 1993, os grupos provenientes da antiga Articulação dividiram-se com relação à indicação do novo presidente do partido. Lula preferia o então deputado federal José Dirceu, da Direita da Articulação, mas seu nome foi vetado pela Esquerda da Articulação. [...] Naquele Encontro, a Hora da Verdade uniu-se às facções da “extrema-esquerda” contra a Unidade na Luta, para impedir a eleição de Dirceu e fazer de Falcão o presidente nacional do partido. [...] A inédita união da Hora da Verdade com as facções da “extrema-esquerda” tinha por objetivo refrear o movimento do PT, no entender daqueles grupos, “excessivamente institucional”, em detrimento das “lutas sociais”, da “ação direta com as massas” e do “trabalho de base”. (AZEVEDO, 1995, p.157)

Seguindo a mesma intenção da diversidade em relação ao agrupamento de tendências, o IX Encontro uniu A Hora da Verdade e a Unidade na Luta, para derrotar a extrema-esquerda a pedido do próprio Lula. “Tratava-se então de tornar o programa de governo petista ‘menos radical’, de forma que a candidatura à Presidência ficasse mais ‘palatável’” (AZEVEDO, 1995, p.157). A idéia era eliminar propostas que aludissem à luta antiimperialista ou a suspensão do pagamento da dívida externa, sempre muito caras eleitoralmente ao PT.

¹⁸ Os grupos estavam divididos em Na Luta PT (extrema-esquerda); Hora da Verdade (esquerda); Unidade na Luta (centro) e Democracia Radical (direita). Para um maior entendimento destas cisões vide AZEVEDO, 1995.

Em 1994 Lula despontava como vitorioso nas primeiras prévias presidenciais. Todavia o país entrava em uma fase de estabilidade financeira por conta de mais um plano para acabar com a inflação. Diferentemente das outras empreitadas, o Plano Real deu fôlego ao Governo Itamar e, principalmente, ao seu ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Tacada certa. FHC se consolidou como nome certo para suceder Itamar. As previsões posteriores indicaram vitória tucana. Dito e feito.

Neste tempo a esquerda esteve à frente do partido impedindo o avanço do mesmo sobre algumas negociações de alianças.

As novas orientações partidárias impediram o avanço de negociações no sentido da formação de uma coalizão de centro-esquerda para concorrer à Presidência, que poderia envolver principalmente o PT e o PSDB. As novas determinações, de que o partido se unisse somente a forças políticas tradicionais aliadas do PT, como PC do B, PPS e PSB, chegando no máximo às bases do PDT, restringiram sobremaneira o campo de atuação de Lula para a formação das alianças que ele julgava necessárias à vitória. (RIBEIRO, 2003, p.61)

Muitos acreditavam que toda aquela empolgação da eleição de 89 levaria Lula ao cargo eletivo mais alto do Brasil. Naquele ano o programa de governo petista era meio confuso. Havia um temor por parte das parcelas mais abastadas. A derrota naquele pleito era admissível, mas agora não.

As esperanças haviam aumentado por conta das Caravanas da Cidadania que percorreram 30 mil km. Onde pairava a exclusão e a fome, a Caravana levou certeza de dias melhores. A expectativa crescia, também, por conta do compromisso assumido pelo PT com uma parcela da classe média urbana que, em parte, acenava para o candidato dos trabalhadores devido às administrações municipais do partido.

Contudo, os anos de neoliberalismo trouxeram novos padrões de consumo para uma parcela do país acostumada a ver determinados tipos de produto apenas pela TV. Com o Real mais valorizado que o Dólar a inflação deixou de ser um pesadelo. Foi possível aumentar as compras de mercadorias importadas. Parte da população brasileira se deleitava com o novo cenário. Neste

contexto emerge a figura de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. A imagem de FHC crescia com o aumento da satisfação do brasileiro em relação ao plano econômico que colocou fim à inflação e aumentou o poder de consumo. A fim de disputar a eleição para presidência da república, FHC deixa o ministério com status de “pai do Plano Real”. A disputa com Lula foi vencida ainda no primeiro turno pelo tucano.

O PT saiu das eleições de 1994 bastante dividido. Dividiam-se, principalmente, as opiniões sobre como e quando fazer alianças para alcançar vitórias.

Para a Democracia Radical, em particular, o partido, já a 15 de novembro, deveria adotar uma postura distinta daquela do primeiro turno, ampliando energicamente as alianças com as demais agremiações partidárias. Para a “extrema-esquerda” e para a maioria dos membros da Hora da Verdade, a derrota do Partido dos Trabalhadores deveu-se não às suas supostas deficiências ou erros na estratégia de campanha, mas à manipulação dos meios de comunicação, ao apoio das grandes empresas à candidatura de Fernando Henrique Cardoso ou ao uso da máquina do governo em favor dos adversários. (AZEVEDO, 1995, p.158)

No governo, Fernando Henrique e o PSDB contavam com o apoio de uma grande parcela da Câmara e do Senado. Partidos como PFL (atual DEM), PPB (atual PP), PTB e parte do PMDB deram sustentação ao governo FHC de tal modo que fora possível aprovar uma emenda constitucional que criava a reeleição para os cargos eletivos do Executivo. A aprovação da emenda pôs novamente Fernando Henrique Cardoso na disputa para a presidência da república em 1998.

Em 1998, Lula e Brizola formavam uma chapa de esquerda mais coesa e bem mais unida do que em outros anos. Não adiantou. O PSDB, na figura de FHC, saiu novamente vitorioso das urnas. Segundo Vera Chaia (2004, p.37), “em 1998, o medo foi novamente utilizado para justificar a necessidade de manter a política como estava, pois se o governo mudasse poderia provocar um caos político e, principalmente um caos econômico no Brasil”.

Durante este tempo o PT consolidou, a partir de Resoluções dos Encontros Nacionais, novos parâmetros para a sua atuação no cenário político brasileiro, já bastante diferente devido às investidas neoliberais de sucessivos governos. Algumas mudanças no próprio sistema de eleição

interna e a consolidação do Campo Majoritário à frente do partido impulsionaram a procura de outras alianças para a conquista da presidência da república.

No 10º Encontro Nacional (1995), com o partido em crise, ocorreu a retomada do poder pela *Articulação* e demais forças centristas. Esta união de centro-direita constituiu-se na nova força hegemônica do partido, passando a ser conhecida a partir de então como campo majoritário, em oposição ao campo minoritário esquerdista. (RIBEIRO, 2003, p.62)

Após a derrota de 1998 havia a certeza dentro do núcleo mais à direita de que era preciso ampliar ainda mais o espectro de ação do PT. A eleição de 2002 traria ao lado de Lula, para vice-presidente, um representante do setor industrial brasileiro, o empresário José Alencar, tendo como lema da campanha a frase “para a esperança vencer o medo”. Enfim, o momento eleitoral áureo do partido havia chegado. A eleição de 2002 consagrou Lula, o operário e retirante nordestino, como o presidente do Brasil mais bem votado da história.

A plataforma de governo, centrada na crítica ao modelo das gestões anteriores, conseguiu agradar uma parcela considerável do eleitorado. Muitos daqueles que haviam, historicamente, execrado a figura política de Lula e, em especial, os radicalismos do discurso petista, neste momento enxergaram no candidato do PT uma luz para conter a crise econômica.

Obviamente Lula trazia para o centro do debate político uma nova arma, capaz de convencer os menos afoitos às ideologias petistas sobre a necessidade de se votar na mudança que o PT dizia representar. A *Carta ao Povo Brasileiro* foi, para muitos, uma demonstração clara de que o partido aceitava a regra do jogo e se limitaria a governar mudando apenas a embalagem FHC, não o conteúdo nele contido.

Destarte, quando as reações do mercado davam sinais claros de que qualquer mudança drástica poderia levar o país à bancarrota¹⁹, o PT lança a *Carta ao Povo Brasileiro* contendo uma série de tópicos que divergiam das Resoluções finais dos últimos Encontros e Congresso Nacionais. Das linhas mais polêmicas estavam aquelas que versavam sobre os contratos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a política monetária do superávit primário.

¹⁹ Os anos de governo FHC puseram o país numa ciranda financeira insuperável elevando o risco-país a patamares altos demonstrando a fragilidade do sistema econômico brasileiro de então.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

[...]

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos (DA SILVA, 2002).

Posteriormente, em 2003, a então deputada eleita pelo PT Luciana Genro radicalizou o discurso a fim de confrontar o Campo Majoritário do partido, provocando inclusive sua expulsão. Ela afirmou que a Carta era um exemplo claro de que o PT estava assumindo um compromisso com o capital financeiro e com a continuidade do modelo de gestão tucana (DEMIER, 2003, p.20). Entretanto, para o núcleo do PT, a Carta representou um passo considerável rumo ao amadurecimento do partido que já havia aceitado a aliança com o Partido Liberal (atual Partido da República - PR) e agora se comprometia com um projeto de governo que extrapolava as limitações dos pleitos anteriores.

No governo, o PT passou a concordar que era necessário ceder espaço para “forças progressistas”. De fato desde o XII Encontro, com a abertura a um maior número de alianças, o partido já havia sinalizado uma mudança para a conquista da presidência da república.

Enfim, em meio aos problemas internos e externos, o partido no governo exibiu ao longo do seu primeiro mandato números econômicos impressionantes. Em todos os setores produtivos houve crescimento, entretanto enfatizou-se na mídia o número de denúncias relacionadas ao mau uso do dinheiro público, por parte do PT, caracterizando-se prática de corrupção, como contraponto ao discurso da ética que o partido sempre defendeu.

Para alguns analistas as prováveis respostas para os problemas petistas no governo podem ser encontradas no seu recente passado. As expectativas criadas em relação à eleição presidencial, por exemplo, desvirtuaram o caminho inicial proposto pelo partido que era de ganhar no discurso e no debate a parcela oprimida da sociedade brasileira.

Uma parcela considerável dos militantes passou a lutar apenas em seus movimentos sociais, com suas bandeiras específicas, e manteve o PT como força estratégica para o alcance de objetivos mais imediatos. Com o PT no governo, políticas públicas para a reforma agrária, igualdade de gênero e de raça, de certa forma, teriam mais condições de serem implementadas. Agora, estes militantes passavam a engrossar a luta do partido apenas nas eleições. O tal PT de massas se esvaziava no cotidiano brasileiro a cada pleito.

Além disso, os movimentos sociais que deram origem ao PT, de um modo geral, cumpriram suas trajetórias e, simultaneamente, foram perdendo espaço no interior do PT, ao mesmo tempo em que crescia o número de filiações de políticos profissionais, sem história de militância no âmbito da esquerda, que almejavam apenas ganhos políticos individuais. Marilena Chauí (2006, p.34) fala ainda que a burocratização do PT "significou a perda de controle do partido por suas bases e pelos movimentos sociais".

Marilena (2006, p.33) salienta que o PT passou a conviver com este cenário de burocratização bem antes do governo Lula, bem antes da crise de 2005. O partido "passou a dar prioridade às eleições e a privilegiar, entre seus quadros, os políticos profissionais, levando-o a submeter-se às condições institucionais [...]". Na opinião de Chauí as lutas democráticas e participativas deram lugar às disputas e vitórias nas eleições.

Como consequência, a formação de quadros partidários deixou de ser feita na e pela luta social e a organização partidária deixou de ser conduzida, renovada e combativa porque nela perderam espaço exatamente os agentes da ação democrática. Esse primeiro fator levou ao crescimento indiscriminado do partido, com filiados sem uma história política de esquerda e sem vínculos com os movimentos sociais e populares, interessados em vantagens eleitorais e em cargos no aparelho de Estado (assessores de parlamentares, prefeitos e governadores). (CHAUÍ, 2006, p.34)

Pedro José Floriano Ribeiro (2003) assinala este mesmo fato a partir da comprovação de que a composição geral do Partido dos Trabalhadores já era completamente diferente no Congresso de 1999 quando a ótica do trabalhador assalariado submetido ao patrão dava lugar ao servidor, assalariado, submetido a uma gestão.

O crescimento eleitoral do partido em todos os níveis do Executivo e do Legislativo acabou por incrementar a participação interna de servidores públicos nomeados por

senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e edis da sigla, o que ao fim e ao cabo contribuiu sobremaneira para consolidar uma posição pró-sistema em substituição à antiga visão anti-sistema. No 2º Congresso do partido, em 1999, os servidores somavam 49% dos 941 delegados presentes, contra 23% de assalariados do setor privado. (RIBEIRO, 2003, p.68)

Dentro do cenário de disputa interna no partido, estes dois tópicos anteriores têm a ver com a vitória da idéia de que a eleição de um presidente da república seria essencial para o PT, mas, à margem das tendências hegemônicas, Virgínia Fontes discorda.

Você pode ter um candidato à presidência da República que não seja eleito e isso não significar, de forma alguma, uma derrota. Pode significar, inclusive, um avanço. Tudo depende do que é fundamental para o partido: se é um partido voltado para a organização de setores populares, para obter conquistas populares e para avançar no sentido da participação popular, ou se o intuito dele é se concentrar nos executivos e agir como se isso resolvesse o problema da organização. (DEMIER, 2003, p.21)

Nestes termos, o PT acabou envolto nas garras do sistema que ele havia criticado. Muito do seu discurso se exauriu com o passar dos anos. O PT de 2002 não é nem sombra do PT de 1989.

O PT preparou-se profissionalmente para a campanha de 2002. Na condição de grande partido, que já era, arrecadou finanças consideráveis. Em seguida, moderou o discurso político, um processo que já vinha se desdobrando, desde a campanha de 1994, mas que alcançaria, em 2002, com a Carta aos Brasileiros, um novo patamar. Finalmente, articulou assessoria de marketing que viabilizaria a proposta do candidato através dos meios de comunicação, além de tratar do seu visual, despindo Lula de quaisquer vestígios que o pudessem assimilar a uma liderança radical – o lema *Lulinha paz e amor* exprimiu bem esta mudança, sobre a qual, aliás, o próprio candidato referia-se sem constrangimento aparente. (REIS, 2007, p.17)

No entanto é notório que a vitória eleitoral reconfigura o quadro de eleições no país – marcado pela presença constante de diplomados, intelectuais – e celebra um novo tempo, mas essa mudança dos atores na administração federal não transforma o cenário do sistema político brasileiro. Este ainda é restritivo à participação. E para o histórico Partido dos Trabalhadores, o socialismo só será alcançado com democracia efetiva.

Resta saber se a eleição de Lula para presidente, com o auxílio de camadas mais abastadas da sociedade e o enfraquecimento das bases e das forças internas, é sinal de retrocesso ou avanço do PT. Nas eleições de 2006, em meio aos escândalos que se sucederam – mensalão e compra de dossiê, especialmente – o Brasil novamente escolheu Lula para ser presidente da república.

O PT e Lula desgastaram-se enormemente. Em meados de 2005, as pesquisas apontavam um tal decréscimo no patamar de popularidade do Presidente que o *impeachment*, que chegara, em certo momento, a ser cogitado pelas oposições, foi deixado de lado, ao menos temporariamente. Ninguém imaginava que Lula, naquelas condições, fosse ousar a reeleição. Se o tentasse, seria massacrado. Mais valia, ao invés de derrubá-lo, deixá-lo apodrecer.

Mas ocorreu, mais uma vez, o improvável.

Já no início de 2006, a surpresa. A popularidade de Lula recuperava níveis perdidos, subia, e não parava de subir. Por incrível que pareça, o mesmo acontecia com o PT, embora em escala não tão marcante. (REIS, 2007, p.19)

Para o partido, este gesto da população representou a aceitação do povo às políticas petistas para o Brasil.

[...] contribuíram decisivamente para a recuperação política de Lula e do PT os efeitos de certas políticas públicas com grande impacto social: o Bolsa-Família, o crédito consignado, o aumento do salário mínimo em proporção maior que a inflação, a diminuição dos impostos sobre os gêneros da chamada cesta básica e também dos que incidiam sobre materiais de construção (cimento). Além disso, é preciso considerar a curva ascendente do emprego, formal e informal, propiciado pela retomada, embora modesta, do desenvolvimento econômico, e as políticas de estímulo e de financiamento, adotadas nas áreas de cultura e da ciência e tecnologia, atenuando críticas e reivindicações das comunidades envolvidas. (REIS, 2007, p.20)

É fato que o PT não saiu ileso de todos os escândalos políticos concernentes aos últimos anos do governo Lula, mas foi, mais uma vez, o maior premiado das eleições. “[...] o PT demonstrou notável e surpreendente vitalidade: elegeu 83 deputados federais (segunda maior bancada, atrás apenas da do PMDB, com 89 deputados eleitos), 2 senadores e também 4 governadores no primeiro turno (Bahia, Acre, Piauí e Sergipe)” (REIS, 2007, p.23).

2 NA VEJA, A HISTÓRIA DO PT É OUTRA

A história do Partido dos Trabalhadores, a partir da revista *Veja*, é outra. Os fatos cotidianos relacionados ao PT pautam as matérias jornalísticas que, por conseguinte, nos trazem novos relatos acerca da agremiação. É um olhar de quem, aparentemente, está de fora do jogo político, mas sempre disposto a opinar, explicar a dinâmica diária da política nacional. Em cada reportagem, a cada nova edição, as histórias montam a história do partido com base em um discurso jornalístico que se quer verdadeiro por advir de um saber específico da revista apoiado por outros saberes que lhe dão consistência.

2.1 JORNALISMO E DISCURSO VERDADEIRO

A síntese do jornalismo consiste em tornar um fato notícia, sendo que nem todo fato vira notícia. Ao lermos ou assistirmos o noticiário todos os dias temos ali, em cada palavra, uma mostra do que foi ou é. O que foi, mas não está ali, é pelo simples fato de não ser para o jornalismo, pois se ali estivesse, mesmo não tendo relevância social, seria.

Logo, o jornalismo vive desta dinâmica diária em apresentar a realidade feita de fatos à população e precisa, necessariamente, se fazer crível para que seja válido. “Afirmar que a verdade é um valor significa: o verdadeiro confere às coisas, aos seres humanos, ao mundo um sentido que não teriam se fossem considerados indiferentes à verdade e à falsidade” (CHAUÍ, 2000, p.111).

Ao jornalismo também é possível transformar mitos em histórias. Basta que os mesmos estejam apoiados em verdades aceitáveis; afinal, é a própria verdade que torna o jornalismo possível. A ética jornalística consiste em fazer emergir a verdade a fim de que esta, base do nosso convívio social, impere sempre e de modo algum seja burlada. Transparecer a verdade é um dos objetivos do jornalismo e isto só acontece a partir da notícia baseada em fatos que, como dito anteriormente, foram selecionados de modo a revelar o que é ou não é. Sendo assim, o falso pode ser fato se o jornalismo o torna fato.

Um fato não é por si interessante; o que o torna interessante é o olhar e a atenção dada por quem escreve essa história. A história é, então, seletiva e classificatória, já que a rota traçada por ela, os fatos contados ou não, são produzidos por quem narra essa história. O caminho seguido não é a verdade, mas a produção de um discurso que classifica, seleciona e normaliza a história, dando voz a alguns fatos e silenciando outros. O sentido da história não é dado pelos fatos, mas pelos discursos que se constituem ao narrar a trama produzida pelo historiador. (HENNING, 2005, p.246)

Gomes (2003b, p.107), levantando alguns aspectos presentes no pensamento de Deleuze, afirma que toda informação funciona como palavra de ordem, pois ordena, educa, disciplina e controla o que é cabível, aceitável. Ou seja, a notícia trabalha sobre esta premissa de retratar estabelecida no saber de uma época.

É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como vigilante. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual ela expõe, a todo momento, os conflitos é também aquele pelo qual ela define a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluam. Enquanto mostra, ela disciplina pela maneira do mostrar, enquanto mostra, ela controla pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pela mídia não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe. (GOMES, 2003a, p.103)

A verdade é também algo mutável, ou seja, em cada momento histórico ela se estabelece de uma maneira, pois o saber de cada época é que lhe permite funcionar como verdade. Gomes nos traz o seguinte exemplo com base nos estudos conduzidos por Foucault:

Imaginemos que a gravura, certamente uma xilogravura ou uma água-forte, do açoitamento de um escravo fosse mostrada a um residente do século XVIII. Achariam vocês que tal imagem lhes apareceria como imagem de violência, imagem do mal? Certamente que não. O ato por ela mostrado estaria dentro da legitimidade sob a roupagem da disciplina a que se submete o escravo. Não há por trás dela essa concepção de bem que nos orienta hoje em dia e que se delineia no respeito da integridade física do inocente, e igualmente do culpado. É por essa ausência que, outrora, ela não pôde aparecer como imagem de violência e é por uma presença, por uma positivação (a idéia de direitos humanos), que hoje ela nos repugna. (GOMES, 2003b, p.104)

Deste modo, temos por certo que a prática jornalística visa se consolidar em todo tempo com base em um discurso verdadeiro a fim de cumprir a sua função de esmiuçar uma realidade a partir dos fatos. Sem o discurso verdadeiro seu objetivo torna-se insosso. “[...] a Imprensa, para

garantir a circulação diária do noticiário, utiliza um conjunto de procedimentos que possibilita uma produção instantânea de verdades” (SEIFERT, 2002, p.02).

Além disso, é importante frisar que o estabelecimento da verdade está ligado aos mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais. A verdade então tem por finalidade justificar ações no campo do estabelecido.

Foucault indica que as verdades universalmente atribuíveis ao sujeito nos termos do conhecimento científico são, em última instância, efeitos de verdade produzidos por mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais. (CANDIOTTO, 2006, p.70)

Quando *Veja* afirma que não há outro caminho para o PT a não ser aceitar que suas idéias políticas estão falidas e que o capitalismo prevaleceu, ela nada mais faz do que produzir/reproduzir o pensamento de uma época que afirma ser o mundo globalizado, dos capitais transnacionais, o futuro da humanidade, o fim da história, a única verdade possível. Não há outro planeta ou ordem admissível, conclui *Veja*, já que o mundo comunista teve quase um século para mostrar que sua ordem era viável e só levou ao atraso e à miséria, chegando ao fim por conta de sua extrema ineficácia.

Tal designação significa que eles [os efeitos de verdade] funcionam como se fossem verdades, com o objetivo de justificar racionalmente aquelas relações de poder. Além disso, um discurso é investido historicamente de um teor verdadeiro, porque cumpre com uma funcionalidade específica, qual seja, produzir efeitos de poder estatuidando regras para o governo das pessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as. (CANDIOTTO, 2006, p.70)

Devemos reiterar que além do discurso verdadeiro, que dá suporte, enfim, sustenta a história como algo inquestionável, o jornalismo de *Veja* também procura exercer o poder através da notícia, estabelecida sobre a veracidade do que está sendo dito. Sobre o poder, Foucault o define da seguinte forma: “não há algo como ‘o poder’ ou ‘do poder’ que existiria globalmente [...]: só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato [...]” (FOUCAULT, 1995, p.242).

Ele [O exercício do poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou

menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. (FOUCAULT, 1995, p.244).

As relações de poder se diferenciam das relações de comunicação, apesar de estarem em todo tempo imbricadas. As relações de comunicação, por exemplo, transmitem informação através de uma língua ou um sistema de signos qualquer, afirma Foucault. “Sem dúvida, comunicar é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros” (FOUCAULT, 1995, p.240). Citando o exemplo da escola, Michel Foucault mostra como se processam as relações de comunicação em consonância com as relações de poder.

A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciadas do valor de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal). (FOUCAULT, 1995, p.241)

Em meio a um cenário de disputa discursiva, *Veja* assume um importante papel de porta-voz de um determinado discurso político em contraposição ao do PT. Ela se utiliza da palavra de forma estratégica a fim de alcançar um objetivo que pode ser impedir o PT de se manter no governo, enfraquecer-lhe nas eleições ou mesmo renegar a sua história reconstruindo-lhe a mesma, imputando-lhe outra. De fato, a prática do discurso tem a ver com o exercício do poder.

Foucault (2002, p.140) afirma que o que fora praticado pelos sofistas na Grécia – onde “falar é exercer um poder, falar é arriscar seu poder” – é um exemplo de como o discurso é de fato uma guerra pelas palavras, uma disputa entre o melhor argumento e não simplesmente a busca por uma suposta verdade eterna. Se para Sócrates não vale a pena falar a não ser que se queira dizer a verdade, “para os sofistas falar, discutir, é procurar conseguir a vitória a qualquer preço, mesmo ao preço das mais grosseiras astúcias [...]” (FOUCAULT, 2002, p.140). Enfim, é o que *Veja* faz sem, contudo, deixar claro que assim o faz.

2.2 O PT CRESCE E AGITA

O Partido dos Trabalhadores começa a delinear a sua história a partir das greves do ABC, que propiciaram a emergência da liderança de Luis Inácio da Silva, o Lula. Este personagem ficaria conhecido por sua história de retirante nordestino, concluinte do ensino fundamental, depois de adulto, e sujeito extremamente perspicaz no uso das palavras para com sua gente. A revista *Veja*, no decorrer dos anos, lhe dedicaria nada menos do que 37 capas²⁰. Lula é, dentre as personalidades, a que mais apareceu nas manchetes principais. Nos primeiros anos de existência do PT, a imagem do partido vinha sempre associada à sua imagem, como *PT de Lula*.

Percebe-se na revista a preocupação com o surgimento e consolidação, no cenário político brasileiro contemporâneo, de um novo ator advindo das bases sociais menos abastadas. Lula tornara-se sinônimo de novidade.

Em 9 de abril de 1980, pela primeira vez, seu rosto foi estampado na capa da *Veja* em uma matéria que tinha por objetivo alardear a tese de que Lula e seus companheiros estavam errados. Com dedos em riste, esbravejando ao microfone, a foto mostra um Lula um tanto quanto alterado com barba e cabelo grandes, demonstrando o viés que a matéria levaria à frente. Na manchete os dizeres ***Lula, o governo e a greve: o preço da intransigência*** enunciavam uma série de fatores que tornavam aquela situação complexa demais ao ponto de *Veja* lançar-se às explicações. Uma imagem ainda embrionária de um partido desordeiro e de idéias consideradas estapafúrdias começa a se formar através deste veículo de comunicação. Já a imagem de Lula passa a se consolidar como a de um líder que precisa ser contido. Em resumo, a matéria principal procurava justificar um tipo de intervenção do Estado no movimento grevista e a punição para os envolvidos.

A greve de 1980, que tinha a adesão de 330 mil metalúrgicos espalhados pelo ABC e por outras 15 cidades do interior, haveria de ser dissolvida logo, como resquícios da intolerância da ditadura. Contudo um imbróglio envolvendo o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que afirmava não ter competência para declarar se o movimento grevista era legal ou não, iniciou um

²⁰ Dados levantados até março de 2007.

debate político onde Lula não era apenas o protagonista, mas o pivô de toda aquela situação. Por conta da decisão do Tribunal de não deliberar sobre a greve, Luis Inácio resolveu comemorar. A imagem de um líder cachaceiro é o primeiro retrato produzido/reproduzido na revista.

Informado da surpreendente decisão, Lula primeiro não acreditou e, depois, risonho, distribuiu pequenos goles de cachaça "51" entre os integrantes de seu estado-maior acampados no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo. (VEJA, n.605, p.17)

A vitória alcançada pelo movimento grevista na batalha com a justiça não foi suficiente para pôr fim à greve. Para *Veja*, isto é um sinal de que a sensatez não foi levada em consideração na hora de deliberar sobre a volta ao trabalho.

A continuação da greve pode configurar um salto no escuro. Se o movimento paredista terminasse na semana passada, a maioria dos metalúrgicos do ABC teria, em seu bolso, as cédulas que reivindicava – e Lula sairia da greve como o mais hábil e poderoso dirigente sindical do país. (VEJA, n.605, p.18)

Para a revista o nascente PT tem um dedo nesta história. A continuação da greve obedece a uma lógica vinda da cúpula do partido que almeja desgastar o governo e elevar a imagem de Lula, em especial, como figura preponderante para posteriores vitórias eleitorais. “Se houver concessão por parte do empresariado, Lula terá sido o comandante da maior greve desde 64. Se vier a intervenção, acreditam os teóricos do PT, Lula poderá entregar-se por inteiro ao trabalho de montagem do partido, aureolado pela imagem de mártir” (VEJA, n.605, p.19).

A revista pretende atribuir ao então líder sindical uma intenção eleitoreira no episódio da greve. Ele não é o trabalhador que sofre com o arrocho salarial, mas o sindicalista que almeja vãos políticos mais ousados.

Até agora, Lula tem-se revelado um competente porta-voz de reivindicações trabalhistas, mas não obtém o mesmo sucesso de público em seus vãos político-partidários - ou seja, ele é eficiente na safra de greves e fraco durante a longa entressafra entre uma paralisação e outra. Os recentes comícios do PT não conheceram platéias superiores a 2000 pessoas - e é improvável que um Lula candidato a deputado federal reúna as 70000 pessoas que, no estádio de Vila Euclides, aprovaram na semana atrasada a decretação da greve. (VEJA, n.605, p.19)

A fim de desgastar ainda mais a figura dos envolvidos e de sua liderança, o semanário escreve que a greve tem gerado uma série de situações desnecessárias e práticas violentas. O metalúrgico da Volkswagen, Brás Prado Ruiz, por exemplo, foi agredido porque desejava trabalhar. Procurado no hospital, nem o sujeito, muito menos a sua ficha de internação foram encontrados, o que para *Veja* tem a ver com um tipo de coação por parte dos líderes grevistas.

Um cenário de risco e conflito com a sociedade também é pincelado. “Os grevistas não estão fazendo piquetes nas portas das fábricas, mas sim nos bairros operários, ameaçando as famílias dos que querem trabalhar” (VEJA, n.605, p.20). Para piorar, a presença de grupos de esquerda dentro do movimento grevista tende a acirrar os ânimos dos militares e justificar uma intervenção:

Minutos antes de ser cantado o Hino Nacional, membros da comissão de organização da greve descobriram um jovem distribuindo panfletos de um certo Partido Operário Revolucionário Trotsquista Posadista, inspirado num lunático esquerdista que acredita em discos voadores. Após alguns cascudos e empurrões, o jovem, sem ser identificado, foi expulso da assembléia. "Estão querendo acabar com a greve e ainda vem um filho da p... desses oferecer pretexto para o governo atacar os trabalhadores", comentou Lula. (VEJA, n.605 p.22)

Novamente, Lula nos é apresentado como um líder despreparado, que fala palavrões, um sujeito sem pudor. É possível notar que os primeiros discursos da *Veja* que tratam do partido já continham certa ressalva. Desde o início da matéria, a revista procura ligar à figura de Lula a idéia de despreparo e fracasso, no âmbito eleitoral principalmente, e culpa também o PT pela série de acontecimentos ocorridos em razão da greve.

O relato do caso do trabalhador agredido porque queria trabalhar, os goles de cachaça dos líderes do movimento após saberem da decisão judicial e a ineficácia da estratégia de Lula para se tornar uma figura política de peso no cenário eleitoral demonstram claramente o posicionamento da *Veja* em relação ao movimento dos trabalhadores.

Mais à frente, agora em 1981, *Veja* se propõe a explicar a condenação de Lula. Sempre com palavras explosivas e gestos que não condizem com a postura de uma figura política, Lula colhe como resultado desta greve – que não só poderia como deveria ter sido encurtada – a condenação.

Na capa, Lula está cabisbaixo e um tanto quanto intempestivo. Sua foto vem seguida da palavra *Condenado*. A prisão é “a amarga conta da greve” (VEJA, n.652, p.44).

[...] o ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, hoje na presidência do Partido dos Trabalhadores, continua equivocado quanto ao prazo ideal para o fim do movimento. Se a greve tivesse cessado no exato momento em que o Tribunal Regional do Trabalho, órgão do Poder Judiciário, considerou ilegal a paralisação dos metalúrgicos, os chefes do movimento não se exporiam à Lei de Segurança Nacional. (VEJA, n.652, p.44)

Diferentemente de como pensam alguns meios de comunicação internacionais, como o *The New York Times*, Lula, para *Veja*, não é um mártir, nem o baluarte do fim da ditadura no país. A abertura política realmente está sendo levada à frente pelo governo, segundo o semanário. Em defesa da ditadura e pelo esvaziamento do caráter singular do nascimento do PT e da greve levada à frente pelos trabalhadores organizados *Veja* diz:

Se a abertura fosse uma farsa, o PT não existiria e a censura trataria de evitar que a agressividade de políticos como Vilela vazasse para os jornais. Se Lula fosse para os trabalhadores brasileiros o que é Walesa para os operários poloneses, a quarta-feira seria lembrada como o dia da maior greve da história do país. Como o ABC não é Gdansk nem Lula é Walesa, o parque industrial paulista funcionou normalmente. (VEJA, n.652, p.50)

Em meio à série de problemas que Lula se viu envolvido na semana do julgamento, o deputado Célio Borja aproveitou para assinalar que “politicamente, a condenação de Lula implica a não-habilitação dele como concorrente a cargo público eletivo” (VEJA, n.652, p.50). Para *Veja* isto soa como uma espécie de “castigo merecido” ao que ousou se contrapor a ordem que punha fim à greve. Agora, o vôo político do presidente do PT está comprometido e dessa forma Lula tende a sumir do mapa, já que, atualmente, ele também não é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e não liderará greves que o impulsionaram no cenário político dos últimos anos.

Veja desde o início se contrapôs à greve. Sua postura visa enfraquecer o movimento trabalhista com palavras duras e de cunho político/moral ao ponto de se parecer por demais com um discurso político partidário.

Neste tempo, conforme assinalamos no capítulo que versa sobre a revista, imperava na *Veja* a idéia de se “abrir o sistema sem perder as rédeas da ordem”, e os trabalhadores em greve vinham pondo em risco todas as ordens. Aliados da ditadura²¹, os diretores da revista estavam do lado oposto dos trabalhadores grevistas naquela época.

O PT cresce e agita é a manchete de capa do dia 25 de dezembro de 1985. A cor de fundo é o vermelho e a foto de Lula é a imagem que faz referência ao Partido dos Trabalhadores.

Passaram-se cinco anos desde a fundação do PT e o partido (ainda atrelado à imagem de Lula) aparece pela primeira vez na capa. Na revista o PT é apresentado como o resultado da abertura política que fez emergir novas bandeiras de luta na esquerda brasileira, e não como o grito que não mais podia ser calado pela ditadura.

Para *Veja*, o crescimento junto aos trabalhadores do campo e da cidade, bem como junto aos pequenos produtores rurais, lideranças da ala progressista da Igreja Católica e estudantes universitários contribuíram para a consolidação política do partido, o que não deixa de ser um fato bastante concreto. Por outro lado, o avanço sobre as categorias sindicais também tem a ver com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o braço sindical dos petistas.

Através da CUT, o PT controla o mais aguerrido sindicato do país, o dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo, e também o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro - uma antiga cidadela da moderação. Está com as mãos postas sobre um dos mais ricos sindicatos do Brasil, o dos bancários de São Paulo [...] e está presente ainda no humilde Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí, na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. Se todas as pessoas filiadas aos sindicatos controlados pelo Partido dos Trabalhadores e pela CUT seguissem as decisões das duas agremiações, elas teriam comando sobre 12 milhões de brasileiros. (VEJA, n.903, p.17)

Quando a revista assinala que o partido controla o mais aguerrido sindicato do país ela pretende mostrar uma agremiação que se estabelece sob a insígnia do confronto. O PT também é retratado como um partido envolvido com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, considerando esta ligação um aspecto negativo. As ações do MST são tidas como criminosas, sendo os aspectos da ocupação ilegal de propriedades rurais e o confronto com a polícia os que merecem maior destaque nas notícias. “No Paraná, membros do PT mantêm vínculos com o

²¹ Como vimos, a saída de Mino Carta iniciou este processo que se fortaleceu com a entrada de Gaspari.

MST; os trabalhadores rurais ergueram suas foices em sinal de resistência com a chegada da polícia; e, em Santo André, três deputados do PT decidiram defender 550 famílias que ocupavam ilegalmente um conjunto habitacional” (VEJA, n.903, p.17).

O envolvimento do partido com o MST e com o sindicalismo deve-se ao fato do seu discurso bastante radical encontrar terreno fértil entre esses grupos organizados, acredita a revista. Conforme as palavras do general Leônidas Pires Gonçalves: “pelo menos em termos de retórica, o PT prega uma sublevação” (VEJA, n.903, p.18). Se o PT prega a sublevação, ele não é um partido de respeito e deve ser desconsiderado como ferramenta política possível no cenário democrático do Brasil. Caso o PT venha a insistir em um ataque enfático demais, os militares deverão garantir, à sua maneira, a estabilidade do governo Sarney. O cenário para o confronto está armado pela revista.

Em destaque, algumas frases perpetradas por Lula – colocadas obviamente de forma deslocada – mostram um PT com discurso famigerado, anunciando sublevação: “A Nicarágua poderá ser um novo modelo para a América Latina”; “Nos outros partidos só existem ladrões” (VEJA, n.903, p.18). O semanário vocifera ainda que o PT é mal humorado, irônico e desastrado em suas palavras.

O socialismo pregado e almejado pelo partido também sofre ataques. “O PT trata de mobilizar pedaços da sociedade brasileira para levá-la para a esquerda, atrás das bandeiras de um vago socialismo” (VEJA, n.903, p.20). Esse socialismo sem forma possibilita algumas vantagens: “Setores da Igreja vinculados à Teologia da Libertação, por exemplo, acham que podem caminhar com o partido” – o “achar que pode” traz consigo a idéia de que os católicos não sabem de fato com o que estão se envolvendo (VEJA, n.903, p.20).

Essa imagem de partido “indefinido ideologicamente” é apresentada por *Veja* como uma estratégia para omissão dos reais desejos do PT. A campanha de Eduardo Suplicy para o município de São Paulo, por exemplo, “misturava alegria, juventude e até um pouco de gaiatice” (VEJA, n.903, p.20). Fora necessário proferir menos discursos sobre problemas das classes

desfavorecidas e preocupação de militantes, mantendo assim uma fala que não condiz com a real prática petista. O PT é apresentado como um partido que engana o eleitor com gaiatices políticas.

O PT é uma heterogênea reunião de operários com estudantes e intelectuais até hoje em busca de um entendimento. Aninham-se dentro de sua generosa malha gatos das mais diversas tonalidades, no espectro que tende para a esquerda. (VEJA, n.903, p.20)

A revista ainda enumera que no partido estão amontoados trotskistas ao lado de cristãos e sindicalistas independentes compondo assim a heterogeneidade partidária tão cara ao PT. Para argumentar que essa heterogeneidade não funciona da melhor maneira, *Veja* cita o exemplo da prefeitura de Fortaleza – a primeira capital a ter uma prefeita do PT – como um modelo mal sucedido de gestão, visão e articulação política antes mesmo de o governo começar.

Ao vencer a eleição para a prefeitura de Fortaleza, a candidata do PT, Maria Luiza Fontenelle, descobriu imediatamente que tinha pedras pelo caminho não apenas nos partidos adversários. No PT de Maria Luiza, para se ter a exata dimensão de sua confusão interna, funciona um grupo chamado Movimento Comunista Internacional, que briga com outro batizado de Movimento de Emancipação do Trabalhador. (VEJA, n.903, p.20)

[...]

A fim de conter a greve e os problemas de salários atrasados dos servidores a prefeita dispôs-se a renunciar aos próprios vencimentos. “A idéia é generosa, mas carrega embutido um alto poder de provocar sustos. Temerosos de que a prefeita possa querer mexer também nos seus vencimentos, com o apoio da população, alguns vereadores [...] já declararam que se dispõem a pedir o impeachment de Maria Luiza logo depois da posse”. (VEJA, n.903, p.21)

A revista também procura argumentar que a democracia para o PT é uma idéia muito cara e mal explicada.

A democracia, no entanto, causa ao PT os mesmos problemas que provoca fora dele. No caso de Lula, por exemplo, ele precisou se dobrar no episódio do Colégio eleitoral a uma tese incômoda simplesmente porque ela era carregada como bandeira até por seus aliados mais fiéis do ABC paulista (VEJA, n.903, p.21).

É a militância do PT o diferencial do partido em relação aos demais²², só que, para *Veja*, os militantes não são apenas dispostos, mas, acima de tudo, desordeiros. Os petistas são retratados como sujeitos que se colocam contrários às regras, enfrentando policiais e instituições que levam

²² E *Veja* (n.903, p.20) reconhece isso: “Os petistas estão em todo canto exibindo suas camisetas, broches e sempre dispostos a arrebatar mais pessoas para o partido”.

a sociedade ao bem estar, simplesmente por acreditarem que seus caminhos são melhores que os outros.

Na semana passada, [os militantes do PT] dispunham-se a encarar os cassetetes da PM paulista para evitar o despejo dos ocupantes do conjunto habitacional de Santo André, da mesma forma que se postavam ao lado de ocupantes de terras nas zonas rurais (VEJA, n.903, p.21).

Como se não bastasse, *Veja* procura descaracterizar a importância dos intelectuais do partido²³ partindo do pressuposto de que eles são “um time de estrelas que nunca trabalhou numa fábrica”. Marilena Chauí, por exemplo, é comparada a um ídolo *teen*, desmerecendo sua capacidade e importância intelectual. “Um mito para toda uma geração de estudantes, capaz de concorrer com um show de rock para lotar sua sala de aula” (VEJA, n.903, p.22).

A edição de n. 903 é a primeira a falar de forma bastante abrangente sobre o PT, desde sua capa²⁴. Contando a história do partido de uma maneira bastante desconexa – dando margem a diversas interpretações – *Veja* procura, nas entrelinhas, situar o partido no oposto daquilo que ela acredita e leva à frente como seu projeto de país. Também é pejorativa a forma de se referir às tendências de esquerda no partido, chamando-as de gatos das mais diversas tonalidades que se aninham no PT. As frases ditas por Lula, em destaque, visam torná-lo inelegível do ponto de vista da ordem vigente, associando-o com a idéia de sublevação, bem como enfraquecer o partido no cenário político, sob a ótica da impossibilidade de agregar mais votos devido à “radicalidade do discurso”.

2.3 AS VITÓRIAS DO PT SÃO UM SOCO DAS URNAS

No ano de 1988, segundo *Veja*, o protesto foi às urnas. Essa foi a explicação encontrada para o crescimento eleitoral do PT e a eleição de uma “xiita” para a prefeitura de São Paulo. Na edição do dia 23 de novembro – que pela primeira vez não alinhava a figura de Lula com a imagem do

²³ Intelectuais e profissionais liberais do calibre de Dalmo Dallari, Hélio Bicudo e Marilena Chauí.

²⁴ As duas edições anteriores, citadas neste trabalho, trazem Lula como figura preponderante e as manchetes não trazem o PT como o mote central.

partido – dois elementos apareciam em destaque: Luiza Erundina e a enorme bandeira vermelha do PT. A manchete *O soco das urnas* pretendia explicar o porquê da vitória petista.

Na opinião do semanário, em três capitais o PT saiu vencedor em razão do repúdio do eleitor a todos os vícios do cenário político brasileiro. O município de São Paulo, o terceiro maior orçamento da União, agora se via administrado por uma petista de atitudes extremadas.

Dedicada militante do movimento do sem-terras, Erundina foi lançada candidata com o patrocínio daquela fatia do partido apelidada de xiita – na reta final, recebeu as bênçãos da hierarquia católica e tornou-se o primeiro caso de candidatura do PT a se beneficiar do voto útil. (VEJA, n.1055, p.29)

Para *Veja*, sem sombra de dúvidas, o Partido dos Trabalhadores não recebeu votos porque canalizava em si a imagem do partido capaz de promover melhorias ou mesmo porque o eleitorado caminha para a esquerda.

O que se viu, nas eleições municipais, foi a emergência de um outro voto – o do eleitor contra tudo isso que sempre esteve aí. [...] É obvio que a maioria dos eleitores não se encontra numa situação de rebelião diante da ordem constituída, da mesma forma que são poucos os brasileiros que comungam das idéias esquerdistas do PT (VEJA, n.1055, p.29).

Aqui a revista procura fortalecer o seu próprio discurso estabelecendo a seguinte tese: se o PT se elegeu, foi por conta do voto de protesto contra tudo isso que está e sempre esteve aí. Logo, põe abaixo a idéia inicial de que o voto do eleitor era a opção por um partido de esquerda e suas propostas para mudar a cidade. Reiterar essa verdade é preciso a fim de mostrar aos leitores que a eleição não determinará uma guinada à esquerda no município de São Paulo, e ao PT, que sua eleição não representa nada, pois poucos brasileiros comungam de idéias esquerdistas.

Segundo a *Veja*, em todo o mundo a eleição de Erundina causou espanto. O jornal francês *Le Monde* afirmou que a votação em São Paulo poderia ser classificada como um “terremoto”. “Na realidade, a grande novidade que saiu das urnas não se encontra no mundo de quem sempre esteve por aí – mas no comportamento das pessoas que quiseram colocar o PT aí” (VEJA, n.1055, p.32).

De fato a cidade de São Paulo se dividiu. O PT obteve muitos votos na periferia enquanto Paulo Maluf agradava a parcela majoritária das classes mais abastadas. Isso ocorreu também em outras capitais onde o PT venceu ou ficou em segundo lugar.

A estrela petista realizou muitas proezas nas eleições municipais e, em São Paulo, por exemplo, a posse de Luiza Erundina irá consumir pelo menos um recorde. Com seus 11 milhões de habitantes, a capital paulista tornou-se, agora, a maior cidade do mundo entregue a um prefeito marxista. (VEJA, n.1055, p.33)

Havia entre alguns paulistanos o temor de uma prefeitura sob o comando petista – e a revista fez questão de fortalecer esta tese do medo. E não só isso. Antes mesmo da posse, *Veja* já apregoava que bobagens aos montes aconteceriam na gestão petista, partindo do princípio de que isso sempre acontece com os governantes no Brasil e que agora o PT passaria a fazer parte daquilo que sempre criticou, assemelhando-se aos outros partidos.

A revista insiste na tese de que o PT não representa uma mudança escolhida pela população. O raciocínio é o seguinte: já que o povo não votou pela mudança, o PT não pode fazê-la. Logo, o PT agora é tudo isso aí que sempre aí esteve, ou seja, a mesma coisa que todos os outros partidos.

Pode-se temer, com certeza, pela competência dos novos prefeitos do PT [...]. Deve-se apostar, inclusive, que cometerão muitas asneiras – como fazem, invariavelmente, os políticos que governam o país. O que é certo, porém, é que o Brasil não vai acabar por causa disso. Afinal, por vontade exclusiva do eleitor, a partir de agora o PT também é isso aí. (VEJA, n.1055, p.33)

Para *Veja*, São Paulo elegeu uma fera radical. Erundina teve que lutar dentro do próprio PT para vencer o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio na convenção partidária. Ela, para os próprios partidários, tinha uma imagem de extremista, além de ser mulher, paraibana e, principalmente, solteira. Segundo a revista, muitos no PT não queriam o seu nome, pois havia o desejo de uma coligação com o PSDB. Plínio para isso seria o par ideal, já Erundina não.

A adesão da ala petista mais forte só ocorreu meses depois do início da campanha. O PT estava dividido, segundo *Veja*. Além disso, nos momentos de campanha Erundina passou por maus bocados. Com pouco dinheiro, foi o apoio da militância que tornou possível o que dentro da cúpula petista era considerado loucura. Todavia, loucura maior será se ela imprimir a série de estatizações que pretende.

Ela já avisou que pretende estatizar as companhias de ônibus, congelar as passagens e, apesar disto, melhorar o serviço de transporte urbano. No Brasil que aí está, os serviços estatais primam pelo desmazelo e por servir pessimamente à população que paga os impostos, e Erundina quer estatizar. Pode até ser que dê certo, mas para fazer uma estatal de transportes eficiente a prefeita terá de procurar modelos de funcionamento que não existem no país. (VEJA, n.1055, p.39)

A questão da moradia, um outro grande problema de São Paulo, também pode ser resolvida se Erundina não optar por ações como as que ela apoiava quando era apenas mais uma militante xiita do PT.

Se optar pelo extremismo das invasões desenfreadas, estará preparando uma conflagração. Mas, se conseguir criar mecanismos que baixem o preço dos terrenos, barateie a construção de conjuntos habitacionais e propicie a melhora da cidade como um todo, terá feito um bem para os paulistanos. (VEJA, n.1055, p.39)

Questão marcante nesta eleição é a presença, nas administrações municipais, de militantes que outrora viviam em confronto com a polícia e, de vez em quando, iam presos. Agora eles são autoridades. *Veja* faz questão de lembrar o passado de militância e confrontação de alguns petistas para então assentar-lhes numa posição de situação, a fim de novamente reafirmar a tese de que o PT, neste momento, faz parte de tudo isso que está aí. “Há muito pouco tempo, o Partido dos Trabalhadores, com sua bela estrela vermelha, era uma legenda que vivia na cadeia, transportada para lá pelos seus líderes presos” (VEJA, n.1055, p.40). O PT mesmo, há alguns anos, era uma legenda que, de tão pequena, cabia por inteiro dentro de uma cela do Dops. Hoje, seus 120.000 militantes, espalhados por todo o país, mais dedicados do que os ativistas dos partidos que estão aí, deixam de comparecer a uma festa com a namorada para discutir questões enfadonhas numa reunião sindical. (VEJA, n.1055, p.41)

Percebe-se no tom agressivo do texto acima a importância que a revista dá aos debates para proposição de alternativas coletivas. *Veja* insinua que os militantes petistas são, no mínimo, loucos, ao ponto de trocar uma boa festa com a namorada por uma reunião enfadonha. Neste discurso a revista quer fortalecer a tese de que para fazer parte de um partido como esse é preciso muito mais do que boa vontade e desejo de mudança. Necessário é enfrentar horas estafantes de discussões, deixar de lado as diversões.

O fato é que agora o PT está dentro do jogo e não poderá mudar as regras da partida, delibera a revista. A partir de agora a verdadeira cobrança se iniciará. O PT que só havia comandado duas cidades no país, até então, neste momento se vê à frente da prefeitura de maior envergadura no Brasil. Conforme *Veja*, ser governo em São Paulo será mais difícil para o PT do que para os outros – vide a experiência fracassada e desastrosa de Maria Luiza Fontenelle em Fortaleza. Na prática o PT tem tanta dificuldade de realizar ações administrativas simples, quanto tem facilidade para discutir fenomenologia trabalhista e criar grupos ideológicos internos. “Os críticos mais irônicos do PT gostam ainda de lembrar que seu comandante, Lula, certa vez referiu-se à Nicarágua, aquele infeliz, diminuto e conturbado país da América Central, como um novo modelo para a América Latina” (VEJA, n.1055, p.41). Isto é, para muitos, uma mostra clara de que o partido pode se enganar na tomada de suas decisões.

Não se pode, contudo, culpar o PT por outra questão muito lembrada em sua biografia: o fato de ter abrigado uma quadrilha de assaltantes – aquela formada por meia dúzia de militantes do PCB que se incrustaram no petismo e, em 1986, roubaram uma agência do Banco do Brasil no campus da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Qualquer partido pode ter bandidos em suas fileiras [...] (VEJA, n.1055, p.41)

Como nada que escreve a revista é mera coincidência, lembrar o fato ocorrido em 1986 pressupõe realçar que tipos de pessoas frequentam ou podem frequentar o PT: quadrilha de assaltantes comuns com idéias retrógradas e funestas baseadas no marxismo. Com isso e com o comentário que se segue (“qualquer partido pode ter bandidos em suas fileiras”) a *Veja* coloca o PT no mesmo nível dos variados partidos brasileiros, ou seja, que mudança pode vir de um partido que apesar das diferenças ideológicas ainda se assemelha tanto aos outros?

Em novembro de 1979, em São Bernardo do Campo, o PT fazia a sua primeira reunião em um restaurante modesto ocupando todo o 2º andar. Trabalhadores, intelectuais e anistiados discutiam qual nome retrataria melhor a realidade daquele novo partido. Primeiro chamaram-no de Partido Operário, depois, Partido dos Assalariados e encerraram o ponto de pauta com a nomenclatura Partido dos Trabalhadores, pois assim seria possível agregar também os micro-empresários e pequenos proprietários rurais.

É curioso ver agora um partido de ferramenteiros, fresadores e chapeiros, proteinizado pelo cruzamento com intelectuais de esquerda e um pedaço da classe média –

professores de baixos salários, por exemplo –, chegar ao poder em algumas grandes cidades brasileiras. (VEJA, n.1055, p.44)

Imaginar um PT bem-comportado não passa de um exercício de ilusão, de acordo com *Veja*. É um alerta para os que crêem que o partido amadureceu, pois, complementa: “Luiza Erundina, nova prefeita de São Paulo, sempre foi uma petista xiita. A diferença é que, desta vez, os paulistanos resolveram descobrir o que faz um xiita sentado na cadeira de prefeito. Pagaram para ver – em votos” (VEJA, n.1055, p.44). “Que se esperar de uma legenda que surgiu para brigar por um pouco de dinheiro a mais no salário?” (VEJA, n.1055, p.45). A revista dá um xeque-mate no partido e reafirma a sua postura contrária ao PT e à sua história. A idéia de que os eleitores pagaram pra ver com votos nos remete àquela tese inicial do descontentamento do eleitor que só votou por protesto, pois um partido que foi criado para brigar por maiores salários pode adotar qualquer postura à frente de uma gestão, mas nenhuma delas levará a uma mudança de fato.

Algo de substancial também ocorre no cenário de disputa presidencial após a eleição de Erundina. Com o crescimento do PT, *Veja* postula que Luis Inácio também cresce. “As urnas fazem de Lula o principal candidato da esquerda à sucessão de Sarney” (VEJA, n.1055, p.46). No entanto, *as mudanças que o PT promete dividem o Brasil*, afirma a revista na capa da edição do dia 29 de novembro de 1989.

A discussão gira em torno dos conflitos de Lula com o Capitalismo. Na foto Lula está com uma acentuada sombra em seu rosto, além do olhar bastante pensativo. Ele é a personificação de um grupo partidário que almeja mudanças divisionistas para este país, sugere a manchete.

O PT agora está no segundo turno da eleição presidencial e a hipótese Lula é uma grande e inquietante novidade para o semanário. “É verdade que existem pelo menos 12 milhões de brasileiros que torcem pela vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva, tanto que foram capazes de lhe dar seus votos no primeiro turno” (VEJA, n.1107, p.52).

A realidade, no entanto, é que nunca houve [...] a possibilidade concreta de um partido como o PT, em que, entre várias correntes, se abrigam sindicalistas com variados graus de agressividade, líderes grevistas e seitas esquerdistas que adoram fazer elogios ao sandinismo da Nicarágua, ao comunismo cubano de Fidel Castro e à luta de classes [...]. (VEJA, n.1107, p.52)

A hipótese Lula no ano de 1989 torna-se uma verdade incômoda para a revista. Sem piedade, a mesma promove um discurso de ataque ao partido ao falar da sua militância, chamando-a de agressiva, com seitas esquerdistas que elogiam as revoluções nicaraguense e cubana. *Veja* também visa incomodar, confrontar o eleitor do PT afirmando que 12 milhões de brasileiros tiveram a “capacidade” de votar em Lula.

[...] a candidatura Lula se transformou no maior pólo de ansiedade política jamais vivida por todos os brasileiros que não partilham de suas receitas para consertar o país, ou, mesmo, têm puro e simples horror a elas. Aquela fatia da população que é dona de seu próprio negócio tem a impressão de que vai ficar muito mais difícil trabalhar, investir e ganhar dinheiro caso a hipótese Lula se transforme no presidente Lula. As pessoas que conseguiram formar um pequeno patrimônio ao fim de uma vida de trabalho, mesmo que seja uma casa posta para alugar, perguntam-se o que pode lhes acontecer. (VEJA, n.1107, p.53)

O tempo do medo chegou. O que era apenas um espanto, com a eleição de Erundina, passa a ser um terror com a possível vitória de Lula. A revista faz essa apologia do medo a fim de impossibilitar o crescimento eleitoral de Lula. As falas de empresários estão bem demarcadas, em espaços reservados e com fotos, com o intuito de mostrar qual a opinião dos administradores e “geradores de emprego” deste país sobre a possibilidade Lula. Dos seis entrevistados, apenas 1 não tem problema algum em dialogar com Lula se ele vir a ser presidente²⁵.

O banqueiro Ângelo Calmon de Sá, dono do banco Econômico, acha que o empresário Antonio Ermírio de Moraes, superintendente do grupo Votorantin, é tão trabalhador quanto Lula e que as propostas do PT não vão resolver os problemas sociais do país. “Lula ainda está no tempo da revolução comunista”, diz ele. (VEJA, n.1107, p.56)

Com base em falas de especialistas, a revista *Veja* insinua que, ao promover distribuição de renda e bem-estar social a partir de portarias ministeriais, o candidato do PT levaria o país à bancarrota. Da mesma forma, argumenta que no meio empresarial o PT provoca apreensão: “No comércio o maior temor é de que o governo do PT decreta o congelamento de preços, que faria os produtos desaparecerem das prateleiras e, com eles, os fregueses” (VEJA, n.1107, p.53). Ademais, industriais, banqueiros e fazendeiros também são alertados sobre a taxaçoão de seus lucros, a

²⁵ “O empresário Pedro Eberhardt, presidente do Sindipeças, o sindicato que reúne as indústrias de autopeças, conheceu Lula há dez anos, nas negociações salariais com os metalúrgicos do ABC paulista. ‘Lula é um negociador íntegro, que cumpre seus acordos’, diz. ‘Eu não teria problemas em conversar com ele na Presidência’” (VEJA, n.1107, p.56).

suspensão do pagamento da dívida externa e a reforma agrária. Os grandes empreendedores deste país estão convictos: o governo Lula será pior que o de Sarney (VEJA, n.1107, p.53).

Para *Veja*, melhorias no salário mínimo, escolas de qualidade, saúde e alimentação são preceitos defendidos por Lula e que toda a população está de acordo. A dúvida fica por conta da metodologia do PT para atingir tais objetivos. Na questão das estatais a situação é grave, pois não há metas de privatização por parte do PT e isso é muito ruim²⁶.

O problema é que o candidato do PT não tem planos para enxugar gastos, cortar despesas inúteis e muito menos pôr a mão no ninho de privilégios onde se abrigam funcionários donos de salários milionários e folgadas jornadas de trabalho. (VEJA, n.1107, p.53).

Vale lembrar que o mote desta campanha era a caça aos marajás – os funcionários públicos que viviam regaladamente e não produziam para um país melhor. Portanto, segundo Collor e *Veja*, seria preciso privatizar, e esta não era a tese do PT, cujo discurso era considerado na contramão do pensamento neoliberal.

De um modo geral toda a edição, que contém ainda uma entrevista nas páginas amarelas com os dois candidatos; um editorial falando das propostas de ambos nas eleições e uma matéria curta sobre um episódio envolvendo militantes do PT, procura deslindar o programa de governo do partido defendendo a tese de que o que Lula quer vai dividir o país. Ou seja, a *Veja* já está arquitetando para uma possibilidade de “restauração da ordem”, caso Lula se eleja presidente, ao tempo em que estimula o eleitor a votar em Fernando Collor, a fim de evitar problemas maiores.

Veja enumera sete pontos do programa de governo do PT que, para ela, causam uma série de incertezas no campo da economia. São eles: o salário mínimo, o tabelamento dos lucros, a dívida externa, a reforma agrária, a dívida interna, as estatais, o aumento de impostos e o aumento real de salários. Dentre estes, o mais polêmico é o não pagamento da dívida externa.

O PT quer [...] promover uma auditoria e só depois decidir se negocia. O partido acredita que haverá uma poupança de 15 bilhões de dólares só em 1990 para ser

²⁶ Em parte a revista parece mostrar qual é o seu lado nestas eleições. De fato fica bem nítida a defesa de Collor. Todavia ela não o faz de maneira tão enfática, pois ela se diz apenas uma defensora do jornalismo objetivo e imparcial que está do lado do Brasil e não do político A ou B.

aplicada em investimentos no país. [Porém] pode haver retaliações econômicas de todos os tipos – corte nas exportações e nas importações e suspensão de linhas de crédito bancárias para o Brasil, por exemplo. Tanto em Wall Street quanto na Avenida Paulista, sabe-se que a dívida do Terceiro Mundo é impagável. Não se sabe, porém, como resolver o problema sem negociar com os credores. (VEJA, n.1107, p.55)

O discurso é incisivo ao ponto de sugerir que as intenções petistas se configuram apenas no terreno do abstrato. No Brasil real o que o PT promete não é possível. “[...] a História vem dando mostras claras em todos os pontos do planeta, e de maneira cada vez mais eloquente, de que a oposição frontal entre capital e trabalho não é solução para coisa alguma” (VEJA, n.1107, p.45). Até hoje nenhum presidente fez transformações tão eloquentes, capazes de mudar o país e pôr fim ao fosso que separa ricos e pobres. Destarte, ninguém sabe como será o país a partir de 1990 quando assumirá o novo presidente da República. O que fica de concreto é o discurso do presidente da Fiesp, o empresário Mário Amato, que anunciou: “Lula obrigaria ‘800.000’ homens de negócio do país a mudar-se para o estrangeiro” (VEJA, n.1107, p.53).

Uma das teses mais conhecidas, que acompanham a candidatura Lula como uma sombra, consiste numa previsão drástica – a de que sua eventual vitória em 17 de dezembro seria acompanhada por uma mudança catastrófica na economia já nos noventa dias que separam a eleição da posse, a 15 de março de 1990, levando a maioria dos empresários a suspender os investimentos planejados e a tocar seus negócios em ritmo de marcha lenta, à espera de um novo governo, que só seria empossado no longínquo 1995. (VEJA, n.1107, p.56)

Clima de terror instaurado, resta ao trabalhador, eleitor brasileiro, decidir se é esse realmente o país que ele quer. Lula não satisfaz a uma parcela considerável de pessoas no Brasil. Incomoda um ex-torneiro mecânico ocupando o posto político mais alto deste país. Se fosse o Aloísio Mercadante ou o Plínio de Arruda Sampaio, muitos não se queixariam, ressalta *Veja*.

A revista insere no debate esta tese extremamente preconceituosa com uma simplicidade tremenda: “[...] boa parte dos homens que frequentam o chamado mundo dos negócios fica incomodada com a própria pessoa de Lula e muito mais um ex-torneiro mecânico sentar-se no Planalto” (VEJA, n.1107, p.57), como se não aceitar um presidente com pouco estudo fosse a coisa mais natural do mundo.

Para *Veja*, o PT é o problema. Sendo assim seu esforço consiste em destronar a possibilidade de o candidato do partido ascender ao posto presidencial. Apesar do discurso eleitoral petista não ser

tão radical assim, o fato de o partido também não ser claro em uma série de tópicos cruciais gera uma celeuma muito grande. Além disso, a ausência de controle sobre algumas correntes minoritárias suscita uma série de incertezas no eleitorado, principalmente àqueles ligados ao ramo empresarial.

Para encerrar, após o primeiro turno da eleição, “[...] cerca de 120 funcionários públicos federais em greve invadiram o 5º andar do Ministério da Fazenda [...]. Chegaram a ferir dois seguranças que tomavam conta do gabinete [...]”. A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais é a petista Maria Laura Salles Pinheiro (VEJA, n.1107, p.146). Invasão e violência, eis uma outra prática de militantes do PT, que como já fora dito, tomam atitudes das quais o empresariado e a *Veja* temem.

A batalha final para mudar o Brasil ficou referenciada nas eleições do segundo turno. No dia 13 de dezembro de 1989 a *Veja* noticiou que algo diferente ocorreria no país caso Lula ou Collor se elessem. Quatro metas de governo de cada candidato compõem a capa seguida da foto dos dois. O PT de Lula crê no papel do governo para melhorar a vida dos pobres; confia na ação das empresas estatais; deposita fé no calote da dívida externa e promete uma reforma agrária a partir de 500 hectares. Já Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), almeja combater os privilégios na máquina do governo; tentará abrir a economia; promete privatizar as estatais e, por fim, pretende aumentar o bolo para dividir a renda (VEJA, n.1109, p.1).

Apenas um sairá vencedor neste pleito que definirá que tipo de Brasil o povo quer para os próximos anos. “É indiscutível, assim, que haverá dois países muito diferentes a partir de 17 de dezembro, conforme ganhe Collor ou Lula” (VEJA, n.1109, p.47). É óbvio que isso não se dará assim, de forma instantânea. Contudo, desde a posse, perceberemos que estratégias o presidente eleito utilizará para retirar o país da estagnação que atravessa, afirma *Veja*. Collor, apesar de não ter listado quais empresas serão efetivamente privatizadas, discursou em toda a corrida eleitoral que almeja levar à frente esta bandeira. Lula, no entanto, segue a linha estatizante. “O PT pretende melhorar o desempenho das empresas estatais – através da moralização de sua administração e da eliminação dos favores ao setor privado. A idéia é boa, mas parece ser equivalente a querer proibir palavrões nos estádios de futebol” (VEJA, n.1109, p.48). A revista

começa, novamente, a sua tese de desmonte das propostas do PT, em tom de chacota, deixando à vista sua crença na perspectiva neoliberal.

[...] a utopia de Lula é semelhante a de um pastor evangélico que promove uma assembléia com os proprietários de bares e restaurantes de uma cidade grande e fica convencido de que poderá obrigá-los a só vender um copo de cerveja para cada cliente – e que todos os fregueses irão se comportar com boa educação, deixarão de contar piadas e conversar em voz alta e, assim que tiverem encerrado sua dose diária, tomarão o rumo de casa para jantar com suas famílias (VEJA, n.1109, p.50).

Em certos aspectos o país de Lula e de Collor são parecidos, alardeia a revista. Na política para o crescimento industrial e no que tange à dívida interna suas prerrogativas são idênticas, da mesma forma que assuntos como o Proálcool e o destino das usinas nucleares não foram tratados por nenhum deles. Entretanto a gestão da dívida externa marca preponderantemente a diferença entre ambos. “Collor de Melo planeja ir ao FMI, acha a proposta de calote uma bobagem sem maiores benefícios práticos – e pretende conversar com os credores em clima de paz” (VEJA, n.1109, p.49).

“Poucas propostas do receituário do PT são tão conhecidas como o calote nos credores internacionais – a legenda defende esse projeto, em público, praticamente desde sua fundação” (VEJA, n.109, p.49). O PT pretende instalar uma auditoria a fim de avaliar o que será renegociado e o que será repudiado. Para Lula a dívida é um bolo que não pára de crescer e as propostas de Collor para resolver este problema são as mesmas fracassadas táticas dos governos anteriores.

O candidato do PT tem razão – por vários anos o governo brasileiro tratou os credores com cortesia, conseguiu enviar gigantescas somas de dinheiro para os banqueiros internacionais e, mesmo assim, a bolada da dívida não diminuiu. Ocorre que o próprio governo Sarney já tentou o calote em duas ocasiões. [...] Os benefícios estão bem aí, à vista de todos (VEJA, n.1109, p.49).

Como em outras edições citadas anteriormente, *Veja* põe em cena a figura do quartel para reforçar a presença militar, controladora dos desvios dos possíveis presidentes “aventureiros”. Algo que muitos apostam é que com Collor presidente a temperatura nos quartéis ficará bem mais amena, afinal, ele nunca foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Ademais o clima pode mudar no campo, onde o PT propõe uma reforma agrária ampla. “A idéia do PT é

regulamentar o artigo 185 da Constituição, definindo um conceito de terra produtiva que permita a partilha das grandes propriedades” (VEJA, n.1109, p.51).

2.4 DO PARTIDO DE LUTAS AO PT COR-DE-ROSA

Em meio aos lamentos havia a certeza de que o partido não havia vencido, mas também não havia perdido. As eleições presidenciais de 1989 impuseram ao PT uma derrota, mas também demonstrou o potencial de acolhimento ao candidato e ao partido, na sociedade brasileira. Para muitos, sua derrota fortalecera a esquerda e inaugurara uma fase de expansão para o PT, devido à grande quantidade de votos recebidos por Lula²⁷. Prefeituras, governos estaduais e o Congresso Nacional já se acostumavam com a idéia de conviver com essa nova agremiação chamada Partido dos Trabalhadores.

No dia 15 de junho de 1994 a estrela vermelha retorna às capas de *Veja*. ***Por que o partido de Lula brilha e assusta*** é a manchete. Entra em cena, novamente, a teoria do medo. Ao afirmar que o partido brilha, a revista abre precedentes para uma avaliação positiva do partido, no entanto, a palavra assusta remete a uma idéia de que algo ainda não está resolvido, por isso, o PT mete medo.

Pela primeira vez Lula não é a estrela da capa – dentro da reportagem, sua imagem só aparece uma vez, meio de lado, em uma fotografia que visava retratar um encontro nacional do PT –, apesar de a manchete ainda fazer menção ao seu nome e colocar o partido como sendo seu.

Algo amedronta. O partido cresce. Já são 700 mil filiados e mais de dois mil diretórios municipais. Com a eleição presidencial cada vez mais próxima, Lula – agora na dianteira das intenções de voto – não é um candidato que tranquiliza.

Com um braço na CUT e outro nos sem-terra, o PT é um partido associado à idéia de desordem. Em caso de vitória de Lula, existe a possibilidade de elevação da

²⁷ No total foram 31.076.364 votos, ou seja, 44,2% dos votos válidos. (VIEIRA, 2006)

temperatura social do país, com greves e invasões de terras numa escala como nunca se viu (VEJA, n.1344, p.38).

Lançar suas palavras contra este adversário passa a ser uma especialidade da revista, por meio de palavras e comparações que se repetem. A tese do medo sempre é precedida das relações do partido com o sem-terra e com a CUT, lembrando invasões de propriedades agrárias e greves, associadas à idéia de baderna e desordem. *Veja* eleva o tom em todos os momentos em que o PT cresce na intenção do eleitor a fim de mostrar que o PT só estará preparado para uma possível presidência quando ocorrerem mudanças ideológicas, haja vista que, desde a derrota na última eleição presidencial, as idéias vêm mudando no partido.

A candidatura do PT para as eleições de 1994 já admite negociar a dívida externa sem necessidade de calote, bem como negociar com “empresários que nos anos 70 chamavam a PM para bater em grevistas, e que em 1989 abasteceram o cofre larápico de Fernando Collor” (VEJA, n.1344, p.38). Essas pessoas chegaram à conclusão de que “é mais prudente ficar amigo do candidato do PT do que arriscar-se a desagradar a um possível presidente da República” (VEJA, n.1344, p.38).

Para esta disputa eleitoral, declara *Veja*, o PT prefere se calar em uma série de assuntos nebulosos – como o Plano Real que se encontra em fase de consolidação – e, dessa forma, manter-se firme na dianteira. Renegar assuntos polêmicos pode ser uma boa estratégia, todavia não confere legitimidade a uma série de verdades que cercam o Partido dos Trabalhadores.

“Confundir o PT de 1994 com a legenda frango-com-polenta é tão errado como esquecer que hoje Lula anda de paletó e gravata e não mais com seu macacão de torneiro mecânico da Vilares” (VEJA, n.1344, p.40). Em Goiás, por exemplo, o candidato do PT para o governo do Estado é um empresário. Esta confusa identidade petista pode trazer uma quantidade de implicações que, por fim, tende a pôr em risco a administração do Brasil por parte de Lula.

O PT que carrega Lula em sua campanha é um partido confuso, que não sabe direito o que quer. Que tem radicais, moderados, comunistas e católicos, estudantes que se tornaram prefeitos, sindicalistas que conquistaram um mandato parlamentar, trabalhadores horrorizados diante da possibilidade de voltar à produção um dia (VEJA, n.1344, p.41).

Para *Veja*, a grande pluralidade do PT – tratada por ela como confusão – impede o partido de avançar rumo a um futuro coerente. Ela coloca as diferenças como algo maléfico e não benéfico. Moderados e radicais não podem conviver juntos, como não é possível um católico coadunar, dividir o mesmo espaço com um comunista. Insinua também que os trabalhadores envolvidos com a política partidária não gostam de trabalhar.

A revista se propõe a explicar algumas das principais tendências do PT, tratando-as como facções, que remete à idéia de bando. A constelação de facções – divididas em diversas tendências – que cerca Luis Inácio são basicamente quatro: *Unidade e Luta*; *Opção de Esquerda*; *Na Luta PT* e *Democracia Radical*. Os que se posicionam de forma independente completam o quadro.

A *Unidade e Luta* (de Lula, José Dirceu e Aloízio Mercadante) possui 30% dos filiados, 15 dos 36 deputados e a maioria das 53 prefeituras petistas; já a *Opção de Esquerda* detêm 32% dos filiados e mais o presidente do partido que é Rui Falcão. Com 22% dos filiados, *Na luta PT* é a tendência radical, sendo a *Democracia Radical* – com 10% do partido, incluindo o deputado federal José Genoíno – um grupo tão moderado que parece tucano. Dentre os principais pontos que os dividem estão o pagamento da dívida externa – defendido pelo *Unidade da Luta* – e alianças políticas mais ao centro – rechaçado pelo *Na luta PT* (VEJA, n.1344, p.40).

Segundo a revista, no Congresso Nacional, a bancada petista não é formada nem por gênios nem charlatães. Tem os seus destaques como o já citado José Genoíno. Contudo, atitude louvável para a política nacional é a ausência de nomes de suas fileiras em listas de corrupção. Em um único caso, o envolvido foi rapidamente afastado. Toda esta ética tem base em uma constante ação da bancada petista que, além de atuar prudentemente, “adora caçar manchetes de jornal e dispõe de um sistema de arapongas que vivem à procura de irregularidades capazes de alimentar dossiês contra adversários” (VEJA, n.1344, p.42). Ao mesmo tempo em que a revista elogia o partido, ela o desqualifica equiparando suas práticas à de espíões que, em todo tempo, vigiam os outros a fim de prejudicá-los depois.

Calçado na clássica estrutura dos partidos de esquerda, o PT foi construído a partir de núcleos militantes de base, que são grupos conforme o bairro, o local de trabalho ou por

categoria profissional, com um quorum mínimo de nove pessoas. Os núcleos já passaram por fases de glória maior, quando reuniam dezenas de integrantes, percorriam bairros e feiras em campanhas populares. Hoje, estão esvaziados e, fora de temporadas eleitorais, a maioria não consegue fazer mais do que um encontro regular por mês. [...] Também há núcleos de movimentos sociais, como o de gays, negros e mulheres. (VEJA, n.1344, p.42)

Ao explicar o funcionamento da dinâmica partidária, *Veja* ressalta que no PT a militância não trabalha mais de maneira árdua, como antes. Os comitês estão esvaziados. Ao falar sobre o apreço da militância pelas discussões de temas que vão da condição do negro no país à semelhança entre Stalin e Fidel, *Veja* novamente retrata o militante do PT como sendo aquele sujeito que não gosta de se divertir como pessoas normais. Em sua opinião, essa característica se alastra também pela juventude – geralmente ligada ao movimento estudantil universitário – que se engaja no PT. “Comparecer a debates intermináveis toda semana parece coisa de grupo religioso, sarau literário ou clube de gastronomia. Para quem está fora, é uma chatice. Para quem gosta, é um deleite” (VEJA, n.1344, p.43).

Fazer do PT a sombra de Lula entra no cerne da questão neste momento. De acordo com o semanário, um fato marcante no PT é o personalismo. É difícil imaginar o partido sem sua figura maior, Luis Inácio Lula da Silva. Os petistas só perdem mesmo para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola como o mais personalista dos partidos brasileiros. Desde sua criação o Partido dos Trabalhadores não conseguiu projetar nacionalmente um outro nome sequer, apesar de contar com a simpatia popular em diversas regiões do país. “Se não fosse Luis Inácio Lula da Silva [...] é bem duvidoso que [o PT] tivesse a mesma força eleitoral” (VEJA, n.1344, p.44). Já que o partido não sobreviveria sem o Lula, a revista aponta que por isso Luis Inácio desfruta de algumas benesses que metalúrgico especializado no ABC não pode ter, tais como um carro com motorista e mais 1700 dólares (VEJA, n.1344, p.43). Mais uma vez a intenção da *Veja* consiste em desqualificar o partido, que no discurso prega igualdade, entretanto concede regalias a determinadas figuras.

É curioso notar que nunca na história deste país um partido com um perfil tão nitidamente de esquerda esteve tão perto de eleger um presidente. Portanto, *Veja* se lança a falar que Lula e o PT não são defensores da democracia. Não respeitam as instituições.

Ocorre que o PT é um partido confuso-reformista, que agrada tanto a multidões de miseráveis quanto a setores empobrecidos da classe média, todos eles dispostos a dizer não aos usos e costumes da política brasileira. Seu maior problema talvez seja o de suas relações com as instituições democráticas. Jamais se ouviu de Lula, por exemplo, uma palavra de elogio ou mesmo de defesa do Congresso. Ao contrário, é dele a generalização grosseira de que há ‘300 picaretas’ no Congresso. É de Lula também o conceito de que não precisa submeter-se a leis ‘injustas’, como a que proíbe que use um carro de som de sindicato. Como o Congresso e a lei fazem parte da democracia, Lula parece querer considerar-se acima deles. (VEJA, n.1344, p.45)

Para a revista existem duas possibilidades, caso o PT faça de Lula presidente. Uma delas é a consolidação a qualquer preço de sua proposta de governo, tal qual fez o social-democrata alemão Willy Brandt nos anos de 1970, implantando o Estado de bem-estar social. Outra possibilidade vem da Argentina. Depois de sair vitorioso com o voto dos peronistas, Carlos Menem feriu o ideário nacionalista argentino abrindo negociações com os banqueiros internacionais. “Lula não tem uma biografia de Willy Brandt nem de Menem. E tem feito o possível para criar mistério em torno de suas idéias, num clima messiânico que abafa o debate político e o projeta como a reencarnação do pai dos pobres” (VEJA, n.1344, p.45).

Desprezando a própria originalidade do projeto petista, ou mesmo o seu diferencial em relação aos demais partidos brasileiros, *Veja* insiste na tese de que o PT anda escondendo o jogo, deixando de lado o debate político. Continuar batendo nesta tecla consiste em saber como pensa de fato o PT, o que consta em seu programa de governo para as próximas eleições, para, deste modo, poder desclassificá-lo, deturpá-lo, baseado na mesma lógica das eleições de 1989. Já que tudo está meio confuso, a revista lança uma suspeita sobre o partido.

A manchete secundária da edição n. 1.355, *o jogo suspeito dos amigos de Lula*, emerge na batalha política em meio ao cenário que circunda o PT. A edição supracitada procura demonstrar de que forma o tesoureiro do PT se envolveu com uma empresa que superfaturava os serviços prestados à prefeitura de São José dos Campos (SP). “Ninguém podia imaginar que o mais novo espinho da campanha de Luis Inácio Lula da Silva fosse aparecer naquela disciplina em que o PT sempre tirou a medalha de primeiro da classe, a dos bons costumes políticos” (VEJA, n.1355, p.28). Passadas algumas semanas desde a matéria sobre o PT que brilha e assusta surge agora um questionamento em relação à idoneidade do partido.

Para revista, como se não bastasse a dificuldade eleitoral por conta da ultrapassagem de Fernando Henrique Cardoso nas intenções de voto para presidente, Lula se vê agora encurralado e a culpa é de uma pessoa bem próxima, o tesoureiro de sua campanha, Paulo Okamoto. Tudo por conta de uma consultoria que a nova prefeita de São José dos Campos, a petista Ângela Guadagnin, resolveu fazer nas contas da administração anterior. Nesta hora, “[...] descobriu-se que o tesoureiro de Lula ocupou um lugar central numa operação envolvendo uma prefeitura do PT, uma empresa de prestação de serviços públicos e o clássico caminho pelo qual o dinheiro do contribuinte costuma ser desviado para os cofres dos partidos políticos” (VEJA, n.1355, p.28).

Feita a devassa nas contas públicas descobriu-se que a empresa pivô desta história, a Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM), acusada de superfaturar contratos e prestar serviços fantasmas, tinha um esquema ilícito.

Estaria tudo de acordo com o figurino da pureza ética com que o PT costuma vestir-se não fosse por um detalhe. Em prolongadas negociações ocorridas nos bastidores da prefeitura de São José dos Campos, apareceu Paulo Okamoto. Não, ele não estava mobilizado para defender o contribuinte de uma empresa que predava as verbas públicas. Queria defender os interesses da CPEM. Outro que admira a CPEM é Roberto Teixeira, amigo de Lula. Teixeira tem um irmão que é advogado da Consultoria (VEJA, n.1355, p.28).

Veja afirma que duas figuras próximas ao candidato Lula estão ligadas ao esquema de corrupção: Roberto Teixeira – advogado e empresário membro do PT, que emprestou sua confortável residência para que Lula morasse de graça por uns anos – e Paulo Okamoto tesoureiro de campanha do PT.

Como sempre acontece quando o tema são as finanças do PT, o nome do amigo Roberto Teixeira vem à tona. São tantas as vezes que o apontam como o ‘PC de Lula’ que Teixeira gosta de receber jornalistas com uma pilha de processos que já moveu contra quem fez essa acusação pela imprensa. (VEJA, n.1355, p.31)

A matéria faz questão de frisar que Teixeira é um sujeito rico e bem sucedido na sua profissão, a fim de mostrar que os petistas não possuem relações apenas com trabalhadores de fábrica. Roberto Teixeira conta ainda com um patrimônio invejável que vai de imóveis no país à apartamento em Miami. “Acabou tão amigo de Lula que foi convidado para padrinho do filho mais novo [...]. Também foi sua a idéia de rebatizar a família inteira, incorporando [...] o apelido

Lula, saído das fábricas e do sindicato” (VEJA, n.1355, p.31). Como se percebe, o cenário está armado para que Lula possa entrar em cena como o amigo, quase irmão, do corrupto.

O interessante é constatar que Teixeira não possui negócios com a CPEM. Apenas seu irmão. Contudo, *Veja* insiste que o PT sabe dessa ligação entre Teixeira e a CPEM através do seu irmão e que isso é um indício de um vício político inaceitável.

[...] Lula comporta-se como se não visse nada de mais nessa amizade que lhe permite morar de graça numa casa com um bom jardim e ambientes espaçosos, cujo aluguel não sairia, em valores de mercado, por menos de 1500 dólares. O candidato do PT também considera normal que seus filhos tenham bolsa para estudar em escolas privadas e já afirmou que não via nada de mais que sua filha Lurian fosse passar uma temporada em Paris, no apartamento de uma herdeira da empreiteira Andrade Gutierrez que também é militante do PT. (VEJA, n.1355, p.31)

Estes incidentes envolvendo o PT e este novo posicionamento adotado por Lula, são péssimos para a corrida eleitoral, “pois o melhor dado de sua campanha continua sendo uma biografia invulgar, o menino que veio de longe no pau-de-arara [...]. Alguma coisa está se perdendo em Lula e, no fundo, isso é triste” (VEJA, n.1355, p.31). Até mesmo o visual de Lula está mudando. Ele está cada vez menos metalúrgico. Sua barba e seus cabelos são, agora, minuciosamente retocados antes dos programas de TV. Tudo isso para ficar com uma aparência menos agressiva, menos sindicalista e mais próxima de um sujeito que pode ser presidente. Enfim, *Veja* questiona a própria história e o perfil de Lula. Despi-lo daquela áurea de boa gente, de político de índole ilibada, torna-se o objetivo.

Além disso, a *Veja* afirma que uma estratégia em especial tem sido largamente difundida pela ala mais moderada do PT: é a desideologização no discurso – principalmente no âmbito municipal –, realidade que tem contribuído para o crescimento do partido junto à classe média urbana. Mudar o conteúdo de algumas propostas do programa petista é uma estratégia que, até certo ponto, agrada a revista. Deixar de lado o debate radical (que é aquele que expõe as injustiças da sociedade capitalista) é uma atitude louvável, do ponto de vista da *Veja*. Se o partido tem trilhado este caminho esta no rumo certo, sugere.

O Partido dos Trabalhadores não é mais, apenas, um partido do operariado industrial que o fundou. Ao longo dos últimos vinte anos este grupo, que ajudou a fundar e a propagar os ideários

petistas nos locais onde se bate cartão, passou a interagir com outros segmentos da sociedade. Sua força dentro dos espaços de decisão partidária já não é a mesma. Junto à parcela do eleitorado mais escolarizada, que atualmente simpatiza com o PT, os discursos incendiários dos proletários têm sido preteridos por outros discursos reformistas. Emerge assim, segundo *Veja*, no início do século XXI, um novo PT, mais palatável, mais eficiente, preocupado pura e simplesmente com a moral e a ética no trato com a coisa pública. Este é o PT cor-de-rosa, o PT de Marta Suplicy, candidata com a preferência do eleitorado paulistano para administrar o maior município do país nos próximos anos.

A edição do dia 11 de outubro de 2000 traz a foto de Marta, com um enorme sorriso, e a manchete: ***O PT cor-de-rosa***. “Ao trocar o discurso ideológico pelo da moralidade e eficiência, o partido arrebenta nas urnas” (VEJA, n.1670, p.1). A reportagem visa mostrar qual caminho este novo PT tem percorrido a fim de atingir objetivos políticos mais audaciosos. “Com discurso social-democrata, o PT agiganta-se nas urnas e entra no clube dos grandes” (VEJA, n.1670, p.34). A tese sustentada pela revista é a de que a mudança do discurso do PT, ou seja, sua aproximação à realidade do capital, faz o partido se tornar grande politicamente, respeitado nas urnas e o grande vencedor daquelas eleições. Defender a idéia de que o eleitor se simpatiza com o PT porque ele é um partido de esquerda está fora de cogitação.

Veja reafirma que a nova configuração política no plano mundial pôs abaixo as antigas certezas do PT relacionadas à adoção do socialismo e à ditadura do proletariado. Inicia-se um novo tempo onde o que tem valor é a moral e a ética, que sem dúvida, contam pontos a favor do PT. Prefeito eleito na capital Aracaju, Marcelo Déda afirma enfaticamente: “Não quero fazer revolução, quero é governar” (VEJA, n.1670, p.34).

Desde o vexame petista em Fortaleza²⁸ na década de 80, o PT não mais conseguira fazer um prefeito sequer em capitais nordestinas. Agora, Déda é a prova de que as mudanças no PT têm surtido efeitos pra lá de positivos. Pela primeira vez, em seus vinte anos de existência, o PT figura na lista das grandes máquinas partidárias. “O partido, de fato, engordou seu balaio de

²⁸ O caso Fortaleza é um daqueles emblemáticos. Vira e mexe a revista faz questão de lembrá-lo como uma experiência negativa do PT sem de fato esclarecer algumas peculiaridades daqueles anos de início da Nova República.

votos de forma impressionante: em 1996, teve 7,9 milhões de votos. Desta vez levou 11,9 milhões” (VEJA, n.1670, p.35).

[...] as cidades que elegeram petistas, ou os levaram ao segundo turno, premiaram o discurso ameno, menos agressivo. Os petistas de agora dizem que não são xiitas, não estão interessados em fazer revolução ou promover disputas de ideologias políticas. Em vez disso, querem dialogar, governar, tratar dos problemas reais das comunidades. De fato, o PT mudou. Ou melhor: vem mudando nos últimos anos, especialmente depois do trauma sofrido com a derrota presidencial em 1989, que precedeu o naufrágio da utopia socialista-operária no panorama mundial. Ficaram para trás na história deste PT que saiu das urnas na semana passada o levante revolucionário, a adoção do socialismo, a ditadura do proletariado. (VEJA, n.1670, p.35)

Veja faz questão de declarar que Lênin ficaria horrorizado com esta postura reformista e de gerenciamento do capitalismo dos petistas – confrontando novamente a história e as bandeiras do PT junto aos próprios petistas. Além disso, insere, juntamente com a opção pelo socialismo, duas idéias que nunca foram unanimidades dentro do partido, embora aparecessem de maneira difusa no discurso de algumas tendências, mas jamais como uma bandeira do PT: o levante revolucionário e a ditadura do proletariado. A revista afirma ainda que o PT cor-de-rosa é o único partido verdadeiramente social-democrata do país. Mais social-democrata que o PSDB do presidente Fernando Henrique (VEJA, n.1670, p.35).

No passado, toda essa comparação com a social-democracia soaria como uma afronta, todavia, a realidade agora é outra. Nada foi mais comemorado do que a vitória no primeiro turno da imagem, do discurso, da Marta cor-de-rosa. Nada, também, passou mais despercebido – inclusive não se ouviu um ai de lamento – do que as derrotas do partido nos municípios do ABC, diga-se de passagem, ambiente sempre propício às vitórias do PT (VEJA, n.1670, p.35).

Em São Bernardo do Campo e em São Caetano do Sul a história foi a seguinte: ex-presidentes da CUT sendo derrotados nas urnas, como efeito da guinada mais ao centro, haja vista que, inclusive, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também já não é mais a mesma. O presidente, pela primeira vez, não é um operário industrial. João Felício é um ex-professor de artes plásticas. “Uma pesquisa comparativa de dois encontros nacionais do partido, um em 1997 e o outro em 1999, mostra que o número de funcionários públicos cresceu 48%. O de assalariados, carteira assinada, caiu 20%” (VEJA, n.1670, p.36). Sinal claro de que o

sindicalismo de fábrica não exhibe tanto vigor como outrora. Logo, no próprio PT – cria do “novo sindicalismo”, fruto do ABC – os operários têm perdido sua hegemonia.

Atendendo a um anseio do eleitor, o PT distanciou-se da retórica vermelha e empunhou a bandeira da ética, da moralidade pública. Com isso, aproxima-se do eleitorado de classe média, que se assusta com os barbudos fazendo pronunciamentos incendiários. E, ao hastear a bandeira da ética, opta por um discurso desideologizado, anódino, mas que cai muito bem na nau do PT, cujo casco nunca foi arrombado por desonestidade no trato da coisa pública. (VEJA, n.1670, p.37)

Conforme enuncia o semanário, as tendências petistas que se colorem de cor-de-rosa são as únicas a alcançarem uma grande parte do eleitorado, pois, dos 32 prefeitos eleitos só um pertence a tendência radical de esquerda. O próprio Tarso Genro – favorito para a disputa no segundo turno em Porto Alegre – avalia que o PT entrou na fase madura da sua história (VEJA, n.1670, p.38). Aqui, a revista utiliza a própria fala de um membro do partido para garantir a sua tese de que o PT não é mais aquele, mas ainda pode assustar.

Quando a discussão é nacional, o PT comparece com as idéias de calote na dívida externa, auditoria nas privatizações já realizadas (presumivelmente para anulá-las), sem contar as palavras de ordem contra o FMI, o neoliberalismo e a globalização da economia. (VEJA, n.1670, p.40)

Destarte, será preciso discutir essas propostas tão polêmicas que, geralmente, não são tratadas no espectro das eleições municipais permeadas pela relevância de questões muito localizadas; trata-se de temas nodulares relevantes para configurarem as tendências concernentes à administração dos interesses gerais, peculiares à República Federativa do Brasil. Permanece, portanto, a incógnita: o que contém esta caixa preta chamada PT? Desta maneira a *Veja* lança novamente o seu olhar sobre o partido para repetir as mesmas palavras de ordem proferidas nas edições passadas: como a vitória recente não avaliza a alternativa socialista para o país, conclui-se que o PT deve continuar pintando em cor-de-rosa.

A caixa preta do PT amplia o debate da edição n.1670 por conta da confirmação da vitória de Marta Suplicy na capital paulista. “A partir de 1º de janeiro [de 2001], o PT toma o lugar do PFL como o partido responsável por governar o maior número de pessoas nos municípios brasileiros” (VEJA, n.1674, p.47), noticia a edição do dia 8 de novembro de 2000.

Lula, Marta e os partidários do PT comemoram com champanhe a vitória em São Paulo. “O grande erro do partido será imaginar que a vitória foi um aval a seu programa ideológico de mudança do modelo político-econômico do país” (VEJA, n.1674, p.40).

Mesmo que uma vitória desta magnitude no âmbito municipal não seja uma condicionante para se eleger um presidente da república, o fato é que a esquerda se agitou com a possibilidade de governar o Brasil, a partir das eleições de 2002 (VEJA, n.1674, p.47). O partido de Lula então, nem se fala. Só que um detalhe importante em toda esta história não pode ser esquecido.

Em quase todo o país, os candidatos petistas vitoriosos foram associados à ética, à eficiência ou simplesmente à renovação de quadros políticos. O que pode confundir o PT daqui para a frente é imaginar que as urnas deram aval ao programa ideológico do partido, especialmente nos aspectos em que ele defende a mudança do modelo político e econômico brasileiro, para a instalação de um sistema socialista de governo. (VEJA, n.1674, p.40)

Segundo a revista, nas últimas eleições o partido se apresentou de tal modo que era possível votar nele sem se preocupar com uma possível intervenção estatal ou um desrespeito às leis econômicas capitalistas. “Foi nesse PT cor-de-rosa que os eleitores votaram. Alguém está sendo enganado se a verdadeira face do PT não é aquela que apareceu no rosto sorridente dos candidatos [...]” (VEJA, n.1674, p.41). A partir da fala de Cristovam Buarque – ex-governador petista do Distrito Federal –, *Veja* procura garantir que sua tese não será de modo algum contestada. Segundo Buarque não foi dado um cheque em branco ao PT. Fazer tudo aquilo que está em seu programa é cometer um grave erro.

O PT concorreu como partido de centro-esquerda. Esse foi o mandato que recebeu. É assim que seus eleitores esperam que ele preencha o cheque recebido nas últimas eleições. Antes de chegar às urnas, o PT deu um jeito de arquivar seus penduricalhos ideológicos mais radicais, pelo menos nas declarações públicas de seus principais candidatos. Deixou pelo caminho grupelhos revolucionários como o PSTU e outros microorganismos que ainda veneram abertamente o leninismo, a insurreição violenta, o totalitarismo em nome da hegemonia da classe trabalhadora. São idéias velhas que envenenaram o século XX travestidas de utopias igualitárias (VEJA, n.1674, p.41-42).

Posicionando-se de forma contrária ao pensamento socialista, e, deste modo, delineando bem sua postura liberal, *Veja* se utiliza de jargões pejorativos para se referir às tendências de esquerda que fazem ou fizeram parte do PT. As teses finais, retiradas no 2º Congresso Nacional do PT,

realizado em 1999, em Belo Horizonte, deixaram algo em aberto: trata-se da concepção de avanços por etapas como estratégia em direção ao socialismo. Para *Veja* isto é inadmissível.

As Teses Finais – documento que expressa as diretrizes e os pensamentos do partido – trazem idéias para lá de controversas. Este PT vermelho afirma que determinadas medidas precisam ser tomadas como etapa de transição para a sociedade socialista. Nacionalização das empresas estrangeiras presentes no território nacional, estatização de todas as empresas necessárias e adequação do sistema financeiro à nova realidade do Brasil figuram entre as propostas das Teses Finais. “Se elas representam a natureza mais íntima do partido, então, caro leitor, esse PT não foi o que apareceu na sua telinha pedindo votos para prefeitos e vereadores” (VEJA, n.1674, p.42). A insistência na tese de que o eleitor brasileiro não simpatiza com as idéias de esquerda é uma artimanha a ser reiterada em toda a reportagem.

Este PT – das Teses Finais que cita livremente Karl Marx e seu Manifesto Comunista –, exala um exótico perfume de charuto cubano ou de jasmim da Coréia do Norte. O aroma é arcaico principalmente no mundo atual em que esse tipo de opção já deixou de ser levada a sério (VEJA, n.1674, p.42). Ademais, as Teses Finais não são dominantes no partido, mas seria ideal ouvir dos líderes as suas posições a respeito de tal documento, pois, o que explica em grande parte o sucesso eleitoral de muitos candidatos petistas como Tarso Genro, Cristovam Buarque e a própria Marta Suplicy é o distanciamento do PT de sua origem operária e socialista, acredita *Veja*.

Mais próximo da social-democracia, o Partido dos Trabalhadores tende a crescer ainda mais e pode chegar à presidência do Brasil. “Para aproveitar a nova fase, talvez fosse proveitoso que começasse a tirar os esqueletos ideológicos do armário para colocá-los na vitrine – ou no lixo” (VEJA, n.1674, p.43), encerra o assunto de maneira enfática e pouco amistosa. O que quer a revista é saber qual é, de fato, a postura do PT para que ela possa se posicionar de forma mais ou menos contundente. *Veja* não se conforma com esta postura democrática do PT, onde as idéias são discutidas e travadas nos Congressos, não são unânimes e nem incontestáveis. Ela exige uma fala de lideranças, para que ela possa, posteriormente, se pronunciar, retratar o PT.

2.5 O PT ESTÁ PREPARADO PARA A PRESIDÊNCIA?

Falta pouco mais de um ano para as eleições presidenciais de 2002. *Veja*, como sempre, se adianta em fazer prognósticos e lança um número de edições para falar do quadro político que se projetava para o próximo pleito. O estilo PT light continua sendo retratado na revista e, novamente, Lula estrela uma capa como candidato favorito às eleições presidenciais. Todavia, como é de praxe, *Veja* faz uma série de declarações a fim de contestar o passado e postura do partido. Seguida da manchete **Lula Light**, acompanhada da foto de Luis Inácio, temos o seguinte texto: “Na tentativa de parecer simpático e escapar da quarta derrota, o candidato do PT fala agora em fazer alianças amplas e em defender a estabilidade da moeda” (VEJA, n.1707, p.01). As palavras de ordem não param por aí. Na *Carta ao leitor*, que é escrita pelo diretor da revista e expressa a opinião do veículo, o discurso prossegue em tom de galhofa:

Os fracassos sucessivos do candidato petista em eleições presidenciais deram origem a uma piada. Segundo ela, só existem duas certezas nessas eleições. A primeira é de que Lula chegará ao segundo turno. A segunda é que o candidato eleito será seu adversário. [...]
A fragilidade de Lula sempre esteve nele próprio e em seu partido. O PT de Lula assusta a opinião pública há décadas com seu radicalismo. (VEJA, n.1707, p.9)

Na opinião da revista, “o PT fez concessões às inclinações do eleitorado, parou de falar em virar o país do avesso com a aplicação de sua utopia socializante” (VEJA, n.1707, p.9). A insistência nesta tese de que o PT abandonou o socialismo, graças à hegemonia do denominado Campo Majoritário, tem um fundamento: caminhar por uma via socialista fará do Brasil um país atrasado, pois, só o liberalismo propicia o progresso. Com a quase certeza de que Lula estaria, pelo menos, no segundo turno das próximas eleições e com grandes chances de governar o país, *Veja* busca reforçar a idéia de que o caminho Light é o certo para Lula. Assim, conceitos petistas são colocados em xeque: “É verdade que a legenda continua abrigando alas que defendem idéias estapafúrdias, como a luta armada e a implantação de um modelo comunista de gestão no Brasil, mas em geral o PT se modernizou um pouco” (VEJA, n.1707, p.40).

Em janeiro de 1989, falando sobre seu programa para dívida externa, o candidato do PT afirmou: “Nós, do PT, estamos convencidos de que a pior doença desse país é a dívida externa. Nossa posição é clara: teremos de suspender seu pagamento”. Dias atrás, Lula deu nova declaração sobre o assunto. Observe a mudança de tom: “Existem contratos

que não podem deixar de ser cumpridos, mas isso não significa que sejamos obrigados a concordar com eles”. (VEJA, n.1707, p.41)

Ao mesmo tempo em que é propagada a mudança de entonação de Lula, dúvidas são lançadas sobre a postura das tendências petistas de um modo de geral.

O petista vive num claustro cheio de divisões e seitas e, na maioria dos casos, carrega um passado de militância em favor de um modelo de sociedade que deixou de existir com a queda do Muro de Berlim, em 1989. O que parece claro é que as correntes dominantes do PT aprenderam alguma coisa com as mudanças ocorridas no mundo e com as derrotas consecutivas na corrida presidencial. A legenda aposentou o sonho socialista como bandeira pública e optou pela defesa de um Estado que faça ajustes no modelo neoliberal. A ala dominante no PT atual pode até sonhar com um igualitarismo utópico, mas faz isso apenas fora do expediente de trabalho. De segunda a sexta, aprendeu a separar fantasia de realidade. Foi dessa experiência de amadurecimento dolorido que nasceu o PT cor-de-rosa, como acabou batizado após a vitória de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo. Essa fatia do PT preferiu empunhar uma bandeira muito popular, a da moralidade pública. Este é um momento muito particular em que a defesa da ética tende a fazer mais sucesso. (VEJA, n.1707, p.42)

Veja busca fortalecer a idéia de que existem dois partidos num só e que o povo brasileiro tem procurado eleger o segundo grupo, o dos moderados. O primeiro PT, o retrógrado, ficou para trás juntamente com os escombros do Muro de Berlim.

A vida interna do PT também se alterou bastante. Essa transformação produziu uma novidade na estrutura do partido: o reconhecimento da existência dos caciques. Sim, porque no PT tudo sempre foi resolvido em intermináveis assembleias. Agora, ganhou peso a decisão de uma cúpula, exatamente como acontece no PFL. (VEJA, n.1707, p.42)

A fim de demonstrar aos seus leitores como suas prerrogativas estão corretas – e que, se o PT resolver retornar à sua postura antiga, algo de errado pode acontecer –, *Veja* coloca em cena o exemplo da França de François Mitterrand

Nos primeiros meses da Presidência, Mitterrand assinou uma série de medidas inspiradas na cartilha socialista mais ortodoxa, entre elas a estatização de empresas e de bancos e o aumento do salário mínimo por decreto. O pacote colocou o país de cabeça para baixo: a inflação subiu e o desemprego aumentou. Com a ajuda de políticos conservadores e com a revisão das medidas mais radicais, a casa foi colocada em ordem. (VEJA, n.1707, p.44)

A matéria também ataca a proposta econômica do PT para as próximas eleições chamando-a de esquizofrênica, atribuindo tal esquizofrenia aos militantes mais à esquerda, pois as lideranças

mais lúcidas do partido sabem bem que determinadas questões no campo da economia são lógicas: "A Boeing e a Airbus fazem aviões diferentes, mas todas as aeronaves que saem das fábricas têm asa. Ninguém debate isso porque sem ela o equipamento não voa" (VEJA, n.1707, p.45).

Para encerrar, uma entrevista com o marqueteiro de Lula: "se depender apenas do publicitário Duda Mendonça, Lula será cada vez menos 'Lula'" (VEJA, n.1707, p.44).

Chegado o ano de 2002, as matérias passam a ser feitas de forma mais consistente e incisiva. 26 de junho: ***O caso da propina que envolve o PT***. A manchete secundária não impede a revista de lançar uma série de questionamentos éticos sobre o partido. "Após cinco meses de trabalho, uma equipe de promotores de Santo André [...] desvendou um esquema de cobrança de propina que envolvia funcionários da prefeitura local, que é comandada pelo PT" (VEJA, n.1757, p.44).

[...] parte do dinheiro arrecadado de forma criminosa junto a empresários locais pode ter financiado campanhas de candidatos do partido. Mais grave: de acordo com um dos depoimentos colhidos pelos promotores, o montante coletado ilegalmente em Santo André teria sido entregue ao deputado federal José Dirceu, presidente do PT e coordenador da campanha de Lula. (VEJA, n.1757, p.44)

Meses antes das eleições surgem matérias deste tipo que, na pior das hipóteses, deverá render algumas perguntas por parte da opinião pública para o PT. Segundo a acusação feita pelo irmão de Celso Daniel (ex-prefeito petista de Santo André, região do ABC paulista, morto em um sequestro) "[...] tanto a campanha da prefeita Marta Suplicy, de São Paulo, quanto a atual campanha de Lula receberam recursos oriundos do esquema. 'O PT é igual aos outros. Age igual nas eleições, com caixa dois, no esquema de arrecadação", afirma o médico'" (VEJA, n.1757, p.44).

Colocar o PT em pé de igualdade com os outros partidos no que tange à ética é o objetivo desta matéria.

Há uma coisa que faz um caso de corrupção no PT se tornar especial. O partido costuma falar muito alto quando o assunto é maracutaia na casa dos outros. Na semana passada, viu-se que, sob os holofotes, os dirigentes petistas apelam para a desqualificação do trabalho de investigação [...].(VEJA, n.1757, p.46)

Conforme a revista, esta idéia de desqualificação do trabalho investigativo tem sido levado à frente pelo presidente do PT, José Dirceu.

No meio da tempestade causada pelas denúncias contra o PT, seu presidente, José Dirceu, qualificou as acusações de "caluniosas" e declarou-se "tranquilo, sereno e absolutamente inocente". Lula não teve a mesma serenidade do colega petista. "As denúncias fazem parte do esquema de terrorismo do próprio governo contra o processo eleitoral brasileiro", disse o candidato. (VEJA, n.1757, p.45)

As acusações de corrupção não param por aí. Uma lista delas passa então a inserir o PT no rol dos partidos com práticas espúrias, pois "[...] o processo de expansão acelerada da legenda, com a conquista de câmaras, prefeituras e até de governos, encarregou-se de providenciar vários casos de corrupção sob o guarda-chuva petista" (VEJA, n.1757, p.46).

Em Mato Grosso do Sul, dois secretários do governador Zeca do PT foram acusados de desviar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e se demitiram. No Rio Grande do Sul, uma CPI acusou o governador Olívio Dutra de ter sido conivente com um esquema de arrecadação ilegal de fundos para o PT. O Ministério Público de Brasília investiga se o ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque recebeu fundos arrecadados ilegalmente para fazer sua campanha em 1998. (VEJA, n.1757, p.46)

Duras críticas são feitas ao PT com o intuito de tirar dele o título que *Veja* mesma atribuiu, em edições anteriores, de guardião dos bons costumes. E não para por aí. Na sequência, em reportagem tratando sobre o acerto da aliança entre PT e PL, o semanário da Abril relata: "O PT conseguiu afinal o que queria. O partido socialista de Luís Inácio Lula da Silva aliou-se oficialmente na semana passada ao conservador Partido Liberal [...]" (VEJA, n.1757, p.48). Relatar as discrepâncias da parceria, insinuar que não passa de uma jogada de marketing e fomentar a idéia de que o PT está muito diferente é o mote da matéria.

Pela primeira vez em sua história, o partido de Lula deixa de ser uma ostra esquerdista nas eleições presidenciais. Nas outras vezes, andava em companhia apenas dos radicais de sempre, como o PC do B.

[...]

O objetivo central dessa união com o PL é transmitir ao eleitorado a mensagem de que Lula mudou e deixou para trás o coração sectário que sempre caracterizou os petistas. Vai funcionar junto ao eleitorado?

A escolha é uma grande jogada publicitária nesta eleição marcada justamente por jogadas publicitárias. (VEJA, n.1757, p.48)

Enfim, deu trabalho, mas Lula conseguiu atrair o capital.

[...] José Alencar parece ter perfil mais adequado para compor a chapa de Serra. Ele é um homem do capitalismo moderno – e da produtividade máxima. Em suas fábricas, adota o mais alto grau da robotização, optando sempre que possível pela automação em detrimento da força de trabalho humana e despedindo mão-de-obra qualificada. É uma estratégia que gera desemprego e viola uma das teorias sagradas do PT, a de proteger o trabalho humano. (VEJA, n.1757, p.48)

Como se percebe, *Veja* procura ao máximo insinuar quão discrepante é esta parceria ao ponto de afirmar que o vice de Lula viola uma das teorias sagradas do PT com suas metas de produtividade e dispensa de mão-de-obra. Agora, consumada esta etapa de aproximação do PT a uma força conservadora, passa-se a fase da desqualificação do partido.

Na capa da edição de 25 de setembro de 2002, a estrela do PT veste a faixa presidencial. Na manchete lê-se: *O PT está preparado para a presidência?* Um possível governo petista ainda causa temores.

[...] é um erro imaginar que a súbita transformação imposta a ele [Lula], primeiro pela mudança do mundo a sua volta e depois pelas necessidades eleitorais, tenha magnetizado todo o Partido dos Trabalhadores. A nova imagem de Lula não pode ser tomada como a demonstração final de que o PT renegou integralmente suas convicções antigas. (VEJA, n.1770, p.42)

O tom da reportagem começa de forma amena falando que,

É cada vez menor o número de pessoas que duvidam dos compromissos democráticos do Partido dos Trabalhadores e de seu candidato à Presidência. A maneira inequívoca com que Lula se comprometeu durante a campanha a manter intocados os fundamentos da estabilidade econômica também convenceu boa parte do eleitorado, conforme mostram as pesquisas de intenção de voto. Lula é aplaudido nos encontros com banqueiros, empresários e pecuaristas, mas as ambigüidades em torno dele ainda não se dissiparam. (VEJA, n. 1770, p.38)

No instante em que entra em cena a palavra socialismo, o texto recrudesce:

O que boa parte da opinião pública deseja saber é como o PT, que durante vinte anos se preparou para a construção do socialismo, vai se sair agora diante do desafio de governar de acordo com os padrões capitalistas que se compromete a seguir. É uma questão mais complexa do que parece. Exige aprendizado, alteração de paradigmas mentais e a recusa de toda a agenda ideológica que o PT seguiu desde sua criação, há

pouco mais de vinte anos. A pergunta é se o partido está mesmo disposto a enterrar sua cartilha histórica para administrar um país como o Brasil [...]. (VEJA, n.1770, p.38)

Veja chega ao ponto de afirmar que as expectativas alimentadas em todo o eleitorado em relação à eleição de Lula seriam problemáticas. “Um segundo problema seriam as expectativas que o PT despertou em seu eleitorado. Esperam os que votam no PT que, se ganhar, o partido execute uma política inédita de benefícios sociais” (VEJA, n.1770, p.38). A lista de ataques ao ideário petista e a propagação da ideologia do medo cresce conforme passamos as páginas.

As passeatas barulhentas e as espetaculosas invasões de terra estão em estado de hibernação. Se o petista ganhar a Presidência, esse bloco vai se mover novamente em busca de uma fatia de poder no novo arranjo governamental. Será difícil para Lula convencer esse segmento revolucionário de que as leis da estabilidade e do mercado precisam ser levadas a sério. (VEJA, n.1770, p.43)

Em entrevista de duas páginas, Lula é o tempo todo confrontado sobre seu passado, sua militância e o que há de fazer se for presidente em relação a uma série de assuntos polêmicos. Cinco perguntas são bastante enfáticas:

O PT sempre se preparou para implantar o socialismo no Brasil e agora se propõe a aperfeiçoar o capitalismo. Essa é uma definição correta do que está acontecendo?
 Os militantes de esquerda, como os do MST e da CUT, andam muito quietos. É para não atrapalhar sua campanha?
 Os radicais do PT, alguns velhos e fiéis companheiros, tiveram de ficar no meio do caminho e hoje não têm voz no partido. Doeu isso, ficou alguma amargura?
 Como presidente, que força moral o senhor teria para incentivar as crianças brasileiras a se empenhar nos estudos? Elas podem dizer: "O Lula não estudou e chegou lá".
 Os radicais do PT, que são cerca de 20% a 30% do partido, defendem o calote da dívida. Numa situação complicada de governo, o senhor consideraria a possibilidade de atendê-los e não pagar parte da dívida? (VEJA, n.1770, p.88)

Colocá-lo em situação de desconforto – ou mesmo tirá-lo do sério como a pergunta sobre o incentivo aos estudos – parece ser o principal objetivo da entrevista. Questionamentos políticos importantes são deixados de lado para que sejam tecidas as mesmas perguntas feitas ao Lula do início da década de 80. Como se percebe, a própria revista reitera demasiadas vezes que o partido mudou, mas o trata como se fosse o mesmo. É o discurso do medo e a intenção de colocar não apenas o PT e Lula na inquisição, mas sim todo o ideário e história que o rodeia.

A edição seguinte antecede o segundo turno da eleição presidencial de 2002. A capa é extremamente elucidativa do ponto de vista do terror. *Veja* não mede esforços para execrar o radicalismo petista e tentar manchar a imagem de Lula a uma semana das eleições. Estampa na capa o desenho de um cão com três cabeças e um rabo espetado que mais parece um demônio. As cabeças são de Marx, Trotsky e Lênin. Cada um mais raivoso que o outro. No texto lê-se: ***O que querem os radicais do PT.*** “Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias. Ficaram silenciosos durante a campanha. Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga” (VEJA, n.1774, p.1). Na ***Carta ao leitor***, o veículo enseja qual o teor da presente matéria.

A reportagem mostra como o PT foi empurrando os radicais para as bordas, diminuindo sua influência nas decisões partidárias, a ponto de concorrer nas atuais eleições com uma plataforma de centro-esquerda. Tendo se apresentado aos eleitores com uma roupagem moderada, o PT, no entanto, manteve os radicais encastelados em seus quadros. O partido de Lula evitou a manobra clássica feita pelas esquerdas européias, por exemplo, de, ao migrar para o centro do espectro ideológico, fazer autocrítica e expurgar os extremistas. A reportagem apresenta os custos que essa opção pode vir a trazer para Lula caso ele seja eleito. E revela sua estratégia para evitar que os radicais atrapalhem seu governo. (VEJA, n.1774, p.9)

Há uma insistência na tese de que o PT precisa deixar para trás os grupos que contribuíram para a sua criação, negar sua história baseada na pluralidade. Entretanto são também lembrados outros aspectos que demonstram como o partido tem mudado. O kit-doação, por exemplo, é uma dessas novidades que foram enviadas a 5.100 empresários do país a fim de angariar fundos para a campanha do PT.

O partido definitivamente é outro no trato com os empresários. Até na hora de pedir dinheiro. É tudo muito bem embalado, como manda o figurino do novo marketing petista. Dentro, há um broche dourado em forma de estrela e uma fita de vídeo de catorze minutos de duração, com o programa de governo e entrevistas de Lula. E, o mais importante: uma cartinha, assinada por Lula e José Alencar, pedindo uma contribuição para o financiamento da campanha, cujos "custos são elevados". (VEJA, n.1774, p.29)

Antes mesmo da reportagem de capa, uma matéria sobre como deve ser a transição na hora da crise, caso a hipótese Lula se confirme, figura nas páginas do semanário. A reportagem tem o claro intuito de defender o sistema econômico em vigor, classificar a crise como sendo uma combinação de efeitos negativos quase impossíveis de acontecerem e frisar que Lula está empenhado em agradar o mercado.

A instabilidade que se observa no Brasil foi provocada pela combinação de muitos fatores de risco. Entre eles, figura o temor de um governo Lula. [...] A tempestade que agora assola as finanças brasileiras combina fragilidades internas e externas. São problemas que ocorrem isoladamente nas melhores economias, mas cuja combinação é rara. (VEJA, n.1774, p.35)

Dentre os problemas listados estão os déficits que o Estado brasileiro produz com as aposentadorias do funcionalismo público e os gastos excessivos²⁹. Ao sair em defesa do governo FHC, *Veja* critica a postura de Lula de ataque à equipe econômica tucana.

Na semana passada, Lula, falando de improviso, deu algumas declarações desastrosas. "É uma ironia que a equipe econômica tenha subordinado a oitava economia do mundo à especulação e à ganância de meia dúzia de banqueiros", disse o candidato petista na quinta-feira, oferecendo sua explicação de por que as taxas de juro brasileiras são tão altas. Lula cometeu uma injustiça com a equipe econômica do atual governo e deu explicação emocional para uma questão complexa como os juros. (VEJA, n.1774, p.36)

Ao citar um documento assinado pelo PT tratando as bolsas de valores como parte do sistema produtivo, *Veja* comenta que este posicionamento petista agradou momentaneamente o mercado fazendo cair o dólar e o risco Brasil, todavia fortaleceu a divisão dentro do partido que conta com 30% de radicais que se "alimentam de utopias pré-queda do Muro de Berlim" (VEJA, n.1774, p.36)

Os donos dessas idéias podem atrapalhar muito um eventual governo de Lula. São pessoas que defendem a "expropriação do patrimônio da grande burguesia", a reestatização das empresas privatizadas e a censura à imprensa – medidas que, na visão deles, levariam em sua etapa final à abolição do capitalismo. (VEJA, n.1774, p.37)

A revista prossegue o seu discurso enfatizando que não espera que o PT "indique radicais para os postos-chave da administração, como o Ministério da Fazenda ou a presidência do Banco Central" (VEJA, n.1774, p.37).

O PT, pelo menos suas esferas de comando, não pretende entregar cargos vitais aos militantes entusiasmados com o jargão socialista predispostos a contrariar a linha política que o governo adotar. Caso siga essa conduta prudente, o partido, se chegar

²⁹ Matérias sobre a Reforma Previdenciária e Tributária farão parte do rol de notícias prediletas da revista no início do governo Lula. A idéia, geralmente, é atacar o funcionalismo público e responsabilizá-lo pelos gastos governamentais forçando a tese de que existe um Brasil que trabalha e outro que recebe.

mesmo ao poder, estará cumprindo as expectativas de milhões dos novos simpatizantes que conquistou nesta eleição. (VEJA, n.1774, p.37)

Reiterar inúmeras vezes que os radicais não merecem espaço no possível governo Lula, pois vivem num mundo antiquado, é uma artimanha para fortalecer a tese de que se estes grupos podem levar o país ao subdesenvolvimento. Além disso, *Veja* continua com a mesma retórica baseada na idéia de que as pessoas só votam no PT de Lula porque ele rumou ao centro e não por estarem insatisfeitas com os governos do PSDB e com a política de desmonte do Estado levada à frente por FHC. Carla Luciana Souza da Silva (2005) defende que a revista é não apenas construtora, fortalecedora, mas também mantenedora da ordem neoliberal – através das pessoas que escrevem no semanário – dentro do meio em que está inserida, no caso a comunicação de massa. Como podemos perceber, a revista mantém enclausurada a ordem vigente, procurando retirar de cena os que se opõem ao que ela acredita e defende.

Ao entrar na matéria de capa, que apresenta uma charge em que Lula, com cara de preocupado, segura o *cão raivoso de três cabeças*, a revista despeja sobre o PT toda a sorte de responsabilidades sobre os radicais afirmando, inicialmente, que será preciso segurar os marxistas, leninistas e trotskistas. Em tom de chacota, pontua:

Essas tendências, que não raro brigam entre si para provar qual é "mais revolucionária", têm várias bandeiras em comum. Defendem a "expropriação do patrimônio da grande burguesia", a reestatização de empresas privatizadas, o amordaçamento da imprensa (sob o eufemismo de "controle social dos meios de comunicação"), a abolição final do mercado. Em outras palavras, querem que sejam impostas ao país medidas anacrônicas e tão factíveis quanto convencer o ditador cubano Fidel Castro a cortar sua barba. A recente conversão de Lula às regras do capitalismo soa como heresia imperdoável a esses apóstolos do socialismo. (VEJA, n.1774, p.38)

Os defensores do socialismo são mostrados como membros de uma seita que, com fé, crêem piamente naquilo que não podem provar, crêem na utopia. A revista procura mostrar um PT dividido e em disputa e, nas entrelinhas, tenta provar que, no fundo, os radicais vão cobrar uma postura mais à esquerda de Lula e ele acabará cedendo. A ideologia do medo está presente em cada uma das sete páginas que compõem a reportagem. Além do desenho aterrador, temos foto do MST em manifestação; foto das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em treinamento; quadros falando sobre as tendências do PT e suas bandeiras e a polêmica entrevista

com Heloísa Helena. *Veja* faz questão de salientar um trecho da música, *Burgueses não pegam na enxada*, do MST, a fim de alimentar o medo.

Debaixo de sol e de chuva temos todos que lutar. Somos donos de nós mesmos nosso lema é ocupar. Homem, mulher e criança querem um mundo melhor. Se ocupamos, produzimos! Com força, esperança e suor. Ocupar, resistir e produzir. Sou latino-americano brasileiro explorado pelo rico tirano. (VEJA, n.1774, p.41)

A relação do PT com os guerrilheiros colombianos das Farc é apresentada sob a insígnia do narcotráfico.

Entre os grupos estrangeiros com os quais a ala radical petista sente afinidade, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) são aquelas em maior evidência. Essa guerrilha financiada pelo narcotráfico é vista pelos radicais como alvo de uma campanha difamatória do "imperialismo americano". Num texto que escreveu no ano passado, Luciana Genro explicitou essa visão completamente desprovida de sentido de realidade: "Combater o narcotráfico é só a desculpa. O verdadeiro objetivo do Plano Colômbia, que começa a ser implementado pelo governo dos Estados Unidos naquele país, é derrotar a resistência daquele heróico povo, que teima em não se deixar submeter pacificamente. É, portanto, uma intervenção político-militar do imperialismo contra as Farc, principal expressão da luta dos camponeses da Colômbia e do movimento de massas". O leque de organizações esquerdistas apoiadas pelo PT xiita é vasto. (VEJA, n.1774, p.44)

Outros grupos considerados radicais têm suas imagens atreladas ao PT. São eles o Exército Zapatista de Libertação Nacional e os Panteras Negras dos EUA. Esses perigosos militantes do PT, envolvidos com radicais espalhados pelo mundo afora, precisam deixar de expressar o desejo de romper, no meio do jogo, com as regras que controlam mercados importantes e mantém a economia estabilizada (VEJA, n.1774, p.41).

Três personalidades petistas aparecem com destaque na matéria. São elas: Luciana Genro (deputada federal – Rio Grande do Sul (RS)), Edmilson Rodrigues (prefeito de Belém – Pará (PA)) e Heloísa Helena (senadora – Alagoas (AL)). Em todos os casos, *Veja* procura pincelar as suas características como sendo tipicamente baderneiras e “do contra”.

[...] Edmilson Rodrigues, da Força Socialista, exerce atualmente seu segundo mandato consecutivo de prefeito. Em 1999, insatisfeito com o julgamento que inocentou os militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás, Rodrigues colocou-se ao lado de um grupo de 500 sem-terra e incentivou-os a entrar em choque com a PM – o que poderia ter resultado em uma nova tragédia.

Entre os radicais do PT, é comum a idéia de que o partido, ao buscar a massa de eleitores brasileiros, afastou-se de suas bases classistas e dos grupos nacionais e estrangeiros que propugnam a derrubada do capitalismo. Eles gostariam de reverter esse movimento. Alguns não escondem que, em casos extremos, ficarão ao lado de suas bases, e não da direção do partido. É o caso de Luciana Genro, de 31 anos. Ao contrário de seu pai, Tarso Genro, que hoje defende posições moderadas e disputa o governo do Rio Grande do Sul pelo PT, Luciana é uma estrela em ascensão na brigada xiita. (VEJA, n.1774, p.41)

Heloísa Helena em pequena entrevista afirma, dentre outras coisas, que “se Lula mantiver o discurso moderado, o enfrentamento será muito grande” (VEJA, n.1774, p.42). *Veja* procura por mais lenha na fogueira – e assim realçar as divisões na base petista, fortalecendo no leitor a dúvida em relação a um futuro governo Lula – propondo perguntas à Heloísa que demonstrem a insatisfação da mesma quanto ao PT.

Veja - Qual a sua opinião sobre a política de alianças realizada por Lula?

Heloísa – É deplorável. Foi uma adesão estúpida à lógica do pragmatismo eleitoral, algo que passamos a vida inteira criticando nos outros partidos. Política de aliança tem de ser definida à luz do conteúdo programático e dos objetivos estratégicos.

Veja – O que a senhora tem contra o PL?

Heloísa – O PL não tem a mínima condição. Eu é que não ia comer a fatia podre desse bolo. É impossível falar e vomitar ao mesmo tempo.

Veja – O governo Lula deve ser radical?

Heloísa – Sem dúvida nenhuma. O discurso light, diet, cor-de-rosa me deixa muito irritada. É impossível transformar um país de dimensões continentais como o Brasil sem romper com o modelo econômico existente. (VEJA, n.1774, p.43)

Na sequência, nova matéria reafirma que as pessoas não são favoráveis às bandeiras petistas, mas sim a postura light de Lula. *Nem todos que Lulam são PT*. Para tanto a revista utiliza uma série de dados e especialistas a fim de justificar-se.

Luís Inácio Lula da Silva sempre foi maior que o PT. Ele teve 39,4 milhões de votos no primeiro turno das eleições presidenciais, cerca de 46% dos votos válidos ou 41% dos votos totais. Aproximadamente 16 milhões de brasileiros que não se dizem petistas nas pesquisas votaram em Lula no primeiro turno. Se for confirmado o número de votos que os levantamentos dos institutos lhe davam na semana passada, Lula chegará à eleição de domingo com cerca de 57 milhões de votos válidos. Ou seja, nesta eleição, Lula mais do que dobrou o contingente eleitoral do PT. Ao longo do ano de 2002, segundo dados do instituto Datafolha, o número de eleitores que declararam ter o PT como partido preferido girou em torno de 20%, o que daria cerca de 23 milhões de pessoas. É interessante observar que, na Câmara Federal, o PT terá uma representação bem próxima dessa proporção – o partido elegeu 91 deputados federais, o que equivale a 18% dos assentos da casa.

[...]

Os especialistas explicam o fenômeno pela aceitação de Lula por parte de quem o achava simpático, mas despreparado e pela guinada do candidato rumo ao centro. (VEJA, n.1774, p.46)

Nas duas edições que se seguiram pós-eleição de Lula o tom do discurso não mudou. Ao contrário, procurou reiterar o seguinte: Lula apenas foi eleito por conta de sua agenda moderada, e de sua aproximação com o empresariado que sempre odiou. Para o semanário, isto é a mostra viva de que o Brasil tem se tornado um país solidamente democrático onde se mantém a ordem vigente em meio às mudanças de presidentes.

O Brasil afirma-se como uma nação de extraordinária mobilidade social, com a chegada de um homem do povo à Presidência. Sua democracia está madura o suficiente para receber no Planalto um partido desligado das esferas que tradicionalmente mandaram no país. Lula e o PT, por seu lado, prometeram arquivar seu tradicional fascínio pelo projeto anticapitalista que acompanhou a história do partido desde sua fundação, duas décadas atrás.

A estabilidade institucional e econômica do Brasil não esteve em jogo nas eleições que levaram Lula ao poder. O novo presidente não recebeu das urnas mandato para revogá-la. A sociedade brasileira exigiu dos candidatos esse compromisso público e formal. Lula aceitou as negociações do atual governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e não perdeu a oportunidade de informar os eleitores sobre sua decisão de pagar dívidas e respeitar contratos. A outra garantia vem da sociedade. As instituições brasileiras estão preparadas para funcionar independentemente das doutrinas e das convicções políticas do chefe de Estado. No domingo passado, portanto, os eleitores deram ao Brasil uma dupla vitória. (VEJA, n.1775, p.35)

Veja reincide no mesmo argumento novamente. Não se contenta em simplesmente falar do acontecimento, da vitória de Lula. Ela sempre recai naquele velho discurso de que o PT precisa manter a ordem institucional e econômica porque o povo só o premiou porque ele resolveu mudar.

A parte mais progressista e moderada do PT descobriu recentemente que jamais chegaria a lugar algum com aquela pregação ultrapassada de um modelo socialista para o Brasil, num momento em que os regimes comunistas foram varridos do mundo inteiro a partir do fim dos anos 80, só deixando vestígios em duas ditaduras, a de Cuba e a da Coreia do Norte. [...] Não se sabe até quando vai durar a boa vontade da cúpula petista em relação ao mercado, tão odiado no PT até meses atrás. (VEJA, n. 1776, p.44)

Na matéria seguinte, sobre a política externa do governo Lula, *Veja* continua a construir uma imagem do PT. Aliados internacionais que sempre deram apoio ao partido precisam agora estar distantes do presidente.

O governo petista está decidido a evitar reverenciar o cubano Fidel Castro, não dará mostras de simpatia para com o venezuelano Hugo Chávez nem pelas Farc, a guerrilha colombiana ligada ao narcotráfico. Diz um dos mais poderosos assessores do presidente eleito do Brasil: “O foco de nossa política externa será o pragmatismo econômico”. (VEJA, n. 1776, p.50)

Críticas começam a surgir agora que Lula foi eleito. A primeira diz respeito ao programa de combate à miséria.

[...] o novo governo adota um alvo correto, já que no Brasil vivem 23 milhões de pessoas incapazes de gerar renda suficiente para garantir a própria alimentação. É como se todos os habitantes da Venezuela de Hugo Chávez vivessem na indigência. O problema foi a forma escolhida pelo novo governo para enfrentar a pobreza. Em vez de garantir uma renda mínima aos mais necessitados, como propôs o senador Eduardo Suplicy, e como faz FHC e diversas prefeituras petistas (com grande sucesso, diga-se), os auxiliares de Lula na área social insistem num modelo ultrapassado. (VEJA, n. 1776, p.82)

A revista inclusive sugere que o governo não está muito convicto do que fará para levar à frente o Programa Fome Zero, e que o modelo levado à frente por FHC seria a melhor opção: ***Mudar Para Quê?***, anuncia a manchete.

O PT já apresentou várias propostas para combater a fome, algumas delas bastante engraçadas. O próprio Lula defendeu um modelo que taxaria em 5% as contas dos restaurantes de luxo. O bolo arrecadado seria destinado aos pobres. [...] Pelo visto, em vez de Fome Zero, o projeto poderia ser renomeado para Convicção Zero. (VEJA, n. 1776, p.84)

Ao comparar o que vem fazendo FHC e o que promete o PT, *Veja* não titubeia:

O programa do governo FHC tem o mérito de combater a fome distribuindo dinheiro, ou seja, admitindo que os pobres sabem eleger prioridades na hora de gastar os recursos. O projeto do PT acaba com isso. E isso é ruim. O PT promete gastar mais dinheiro por família, mas não explica como vai arranjar recursos. E isso é péssimo. (VEJA, n.1776, p.82)

Além do ataque às questões ideológicas do partido e sua história, feitas antes das eleições, inicia-se agora um desgaste do PT antes mesmo deste começar a governar. O colunista Diogo Mainardi começa a arregaçar as mangas.

Com Lula no poder, voltaremos a ser o Brasil folclórico e brejeiro da Aliança para o Progresso. O Brasil do Zé Carioca.
[...]

O PT é o partido do funcionalismo público. Por esse motivo, é natural que a estratégia do novo governo seja burocratizar ao máximo. (VEJA, n.1776, p.123)

Esta será uma das grandes funções de Diogo Mainardi no primeiro governo Lula: criticá-lo rasteiramente, arrazoar de seus feitos e referir-se ao PT e à Lula de maneira preconceituosa. Antes, porém, vejamos como, no dia 18 de dezembro de 2002, mais uma vez na capa da revista, Lula foi tratado e confrontado:

Quem diria que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, um homem de origem sindical e cuja vida foi dedicada a mudar "tudo isso que está aí", escolheria um banqueiro internacional e deputado tucano para dirigir o Banco Central? Pois Henrique Meirelles, o escolhido por Lula para o BC, é exatamente isso. O mesmo presidente, que demonizou o neoliberalismo e o belicismo americanos, visita o presidente George W. Bush e volta dos Estados Unidos dizendo que agora tem um "aliado" no morador da Casa Branca. (VEJA, n.1782, p.36)

Depois da alfinetada, *Veja* faz as honras da casa ao elogiar a prudência de Lula e sua convincente equipe de governo com nomes que vão de banqueiro internacionalmente conhecido à ilustre personalidade do *agrobussines*. O mercado não se acalmou por completo por temer os nomes do segundo escalão da gestão petista, mas dá sinais claros de que, conforme as escolhas são feitas por Lula, tudo entrará nos trilhos (VEJA, n.1782, p.36).

Salvaguardar, inicialmente, a equipe econômica moderada de Lula para que não ocorram mudanças bruscas passa a ser uma das jogadas da revista com o início da gestão petista. Para que tudo se mantenha como está, cada ato do PT, em relação à preservação das regras do jogo econômico, vão ser elogiados na medida em que se fortalecer aquilo que *Veja* acredita ser indispensável para o país que queremos ser. O ataque em outros aspectos, como o político, o cultural e o social continuam a cargo de Mainardi. Sobre a festa de posse do novo presidente, ele dispara: "Além de maracatu, a festa da posse contará com outros espetáculos folclóricos. O PT gosta de folclore. Mussolini também gostava. E Hitler. E Stalin. Folclore é coisa de regimes nacionalistas e totalitários" (VEJA, n.1782, p.155).

Posteriormente, analisaremos como este ímpeto para atacar o PT crescerá conforme se aproximam as eleições de 2006 e será levado à frente não apenas pelos colunistas, mas também por editores, repórteres, enfim, por todo o corpo editorial.

Antes de passarmos ao capítulo seguinte lembremo-nos que a revista com seu discurso, durante os períodos destacados até agora, fez menção ao PT, a partir da capa, 17 vezes. Em cada uma delas o debate girou sempre em torno de uma mesma tese: o povo brasileiro não é adepto das opções de esquerda, logo, o PT só cresce por conta da mudança de suas bandeiras, da inserção de outros debates, que não o socialismo, e Lula só conseguirá se eleger quando alijar as tendências de esquerda por completo e aceitar o mundo como ele é.

Veja defende como opção do brasileiro a sua própria opção pelo liberalismo. Para a revista é inaceitável a hipótese de que um partido de esquerda ascenda ao posto mais alto da política nacional porque o povo brasileiro optou por uma gestão mais à esquerda, ou mesmo está insatisfeito com a decadência do país por conta das políticas neoliberais fortalecidas, em especial, por FHC.

Uma pesquisa do Ibope, realizada em 2000, demonstrou que mais da metade do povo brasileiro acredita que uma revolução socialista resolveria os problemas do país³⁰. Independentemente da série de interpretações que uma pesquisa como essa pode levar, o fato é que a *Veja* buscou, no decorrer dos anos, mostrar um PT à sua maneira.

Munida de um discurso político incisivo, a revista continuará imprimindo, durante o primeiro governo Lula uma série de discursos travestidos de jornalismo, a fim de desqualificar e (re)tratar o PT na história, contando outras histórias, um tanto quanto semelhantes à estas.

³⁰ Segundo o Ibope, “[...] a população brasileira não interpreta o termo socialismo como uma doutrina relacionada com o Marxismo ou com suas lideranças. Para o Brasil, termo remete a significados como ‘amizade’, ‘comunhão’, ‘partilha’, ‘respeito’, ‘solidariedade’ e ‘justiça’. Ainda conforme o levantamento, ‘revolução socialista’ é entendida como uma ‘mudança social’, ‘ampliação das oportunidades de emprego’, ‘diminuição da corrupção’, ou seja, não remete a significados ideológicos”. (IBOPE, 2000)

3 (RE)TRATANDO O PT E O GOVERNO LULA

O início do governo Lula começou sob forte supervisão da imprensa. Todos queriam vistoriar os passos do presidente que, segundo *Veja*, ganhou um mandato para fazer uma política econômica baseada na livre concorrência do mercado. O risco Brasil caía, o dólar se estabilizava, o superávit primário era mantido e a equipe econômica do governo Lula dava sinais claros de que manteria tudo na mesma ordem do período FHC.

A insatisfação por parte da revista vinha do que ela costuma chamar de esquerdistas, xiitas ou radicais. As tendências mais à esquerda do PT são as peças a serem tiradas do quebra-cabeça por conta de suas críticas incisivas à política econômica. Como havíamos notado anteriormente – quando da matéria contendo o cão com a cara de Marx, Lênin e Trotsky –, o semanário já vinha se incomodando com a postura dos radicais. Mantê-los no jogo poderia ocasionar alguma mudança por parte de Lula, especialmente no que concerne à política econômica, dadas as críticas que vinham incidindo sobre Palocci e Meirelles – afinal, os radicais do PT, de algum modo, falam de dentro do partido. *Veja*, em sua defesa intransigente da economia do governo, ensaiará duas capas contendo críticas à postura política do PT quanto ao aparelhamento do Estado.

Passado o ano de 2003, *Veja* inicia 2004 com um discurso ardiloso. As reportagens passam a falar de um partido corrupto e controlador, no que diz respeito à criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e a partidarização do Estado, a partir das indicações para a ocupação dos cargos de confiança. Em 2005, a retórica do mensalão ocupa as capas da revista. Diversas edições passam a falar que o PT é o grande criador deste sistema de compras de votos da base aliada e que Lula é o maior beneficiário, pois pretende se perpetuar no governo. No ano da reeleição presidencial *Veja* procura, ao seu modo, contribuir sobremaneira para a eleição do candidato tucano. Além de relembrar o caso do mensalão, com uma versão número dois, a revista tenta ainda impugnar a candidatura de Lula com a história do dossiêgate, ao mesmo tempo em que seus outdoors em várias partes do país exibem um Alckmin imponente e desafiador em um caso claro de propaganda política custeada por um veículo de imprensa.

3.1 **GUERRA CONTRA OS RADICAIS LIVRES (2003)**

A manchete é secundária, mas reminiscência da edição n.1774. Salientar a importância de se controlar a esquerda do PT nesta hora que a economia passa a dar sinais de recuperação é o mote da matéria. *Governo do PT: a guerra de Lula contra os radicais livres* evoca a missão do Campo Majoritário de passar por cima de todos os insatisfeitos dentro do partido, como um rolo compressor. “A crise aberta pelas críticas dos radicais à cúpula do PT revela os mecanismos internos de poder do partido de Lula” (VEJA, n.1789, p.32). O semanário se propõe, assim, a explicar o racha do partido e a supremacia dos companheiros que estão no governo.

Os radicais discordam da política econômica de Lula, que consideram uma rendição humilhante ao modelo de Fernando Henrique Cardoso, combatido pelo PT durante os últimos oito anos. A manutenção da estabilidade econômica, reafirmada em todas as ações dos ministros da área econômica de Lula, é parte do fenômeno de perplexidade vocalizado pelos radicais. O PT no governo está fazendo exatamente o que seu candidato pregou nas fases finais da campanha. Isso deixou perplexos os radicais do partido. (VEJA, n.1789, p.32)

De acordo com *Veja*, os radicais, por um motivo ou outro, não se pronunciaram quando o PT já sinalizava uma mudança em sua postura a partir da aliança com o PL. Então, não podem reclamar. O PT deveria, agora que se moldou às políticas de mercado, eliminar de seu quadro os revoltosos ou, ao menos, dominá-los.

Da mesma forma que os moderados sob o comando de Lula e José Dirceu fizeram no Brasil, González empreendeu sua própria reeducação e da cúpula do partido antes de se apresentar ao eleitorado com uma roupagem ideológica social-democrata. Uma vez vencidas as eleições, os desentendimentos dos militantes continuaram na Espanha de Felipe González e vão continuar no Brasil de Lula. "A visão da cúpula do PT só vai chegar à base à custa de muita tensão e crises", diz o cientista social Sérgio Abranches. (VEJA, n.1789, p.34)

Este tipo de declaração se fortaleceu ainda mais com o fim da Guerra Fria e do socialismo real, a partir de quando se alardeou que prevaleceu o capitalismo e seu padrão liberal, como sendo o sistema mais justo e possível para nossa época. Com base nisso percebemos que de forma árdua a revista vem alicerçando os seus argumentos de modo a invalidar outras possibilidades e calar outras vozes. Seu discurso se apóia sobre as instituições políticas e econômicas que “venceram a guerra”.

Defender a verdade deste modelo liberal, em contraposição a qualquer outro sistema, pressupõe a constituição de saberes de uma época, que se fortalecem e se recrudescem em determinado momento histórico e se exaurem em outro período qualquer. Podem valer em um momento. Em outro não. Foucault nos traz um exemplo ao falar de Mendel.

Muitas vezes se perguntou como os botânicos ou os biólogos do século XIX puderam não ver que o que Mendel dizia era verdade. Acontece que Mendel falava de objetos, empregava métodos, situava-se num horizonte teórico que era estranho à biologia da sua época. [...] Novo objeto que pede novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos. Mendel dizia a verdade, mas não estava "no verdadeiro" do discurso biológico da sua época: não era segundo tais regras que se constituíam os objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse "no verdadeiro" e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. Mendel era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar dele; enquanto Schleiden, por exemplo, cerca de trinta anos antes, ao negar a sexualidade vegetal em pleno século XIX, fazia-o segundo as regras do discurso biológico e com isso formulava apenas um erro disciplinado.

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "polícia" discursiva que devemos reativar em cada um dos nossos discursos. (FOUCAULT, 2006, p.34)

Deste modo é possível constatar porque, com tanta incidência, *Veja* faz do seu argumento a verdade absoluta e recurso ilimitado para convencimento de que está sempre certa. Em se tratando da política econômica levada à frente pelo governo Lula, a revista não poupa esforços para que seu discurso seja suficiente em si mesmo.

O PT só aceitou oficialmente os fundamentos da política econômica praticada por FHC e Pedro Malan poucos meses antes das eleições. Isso foi comunicado ao partido e aos eleitores pela "Carta ao Povo Brasileiro", em que Lula reconhecia que a estabilidade não era um dogma importado dos Estados Unidos, mas uma conquista de toda a sociedade brasileira. Essa mudança foi aceita pela maioria do eleitorado e foi ela que, em última análise, levou Lula ao Planalto. Nada mais democrático, portanto, que ele norteie seu governo por essa bússola. (VEJA, n.1789, p.35)

Ao reiterar inúmeras vezes que o partido se elegeu para continuar levando à frente o modelo de desenvolvimento iniciado pelo governo anterior, *Veja* estabelece a política econômica de então como única possível e verdadeira. Ao reincidir na história de que o PT só elegeu o presidente porque mudou o discurso, fortalece a sua verdade que afirma não haver mais espaço no mundo de hoje para aventuras econômicas esquerdistas.

[...] ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro — no sentido forte e valorizado do termo —, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era necessário submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e segundo o ritual requerido; era o discurso que dizia a justiça e atribuía a cada um a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não apenas anunciava o que haveria de passar-se, mas contribuía para a sua realização, obtinha a adesão dos homens e desse modo se entretencia com o destino. Ora, um século mais tarde, a maior das verdades já não estava naquilo que o discurso era ou naquilo que fazia, mas sim naquilo que o discurso dizia: chegou o dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado de enunciação, eficaz e justo, para o próprio enunciado: para o seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência. (FOUCAULT, 2006, p.14)

Mais à frente, segundo Foucault, nova mudança ocorrerá por conta da questão do saber. A inserção da experimentação e subsequente comprovação fizeram com que a ciência e também a sociedade trilhassem por uma outra racionalidade.

[...] por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo) apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis.

Ora esta vontade de verdade, [...] é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. [...]

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção [...]. (FOUCAULT, 2006, p.16)

Assim, Foucault nos desvela que as constituições do saber e do discurso verdadeiro remontam períodos de transformações sociais e tecnológicas, momentos de mudança na própria maneira de pensar o ser humano. De certo modo, *Veja* também estabelece o seu discurso em relação ao PT com base em um saber que afirma não haver mais, no mundo de hoje, espaço para a esquerda.

A liderança petista disse que vai aplicar o estatuto do partido, pelo qual os descontentes que votarem contra a direção partidária poderão ser expulsos da agremiação. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, sustenta que os radicais deveriam saber que a cúpula do PT não estava iludindo os brasileiros ao concorrer com um programa de estabilidade

econômica. Foi essa pregação que, finalmente, depois de três tentativas tirou Lula de seu patamar histórico de 30% dos votos oposicionistas e deu-lhe a vitória contra o candidato do governo em outubro passado. "Nós fizemos um programa para governar, e não para ganhar a eleição", diz Palocci, que na sexta-feira passada anunciou uma nova meta de superávit primário, da ordem de 4,25% do PIB. Um recorde de economia que supera todo o esforço fiscal do governo FHC e vai ser mais um motivo de irritação dos radicais. A briga continuará por algum tempo. (VEJA, n.1789, p.35)

A defesa intransigente da política econômica do governo Lula não impede que *Veja* faça ataques cada vez mais constantes ao PT. Para o semanário, Lula, com seus 32 ministérios está aparelhando o Estado, tornando a máquina pública a sede do partido.

Na *Carta ao leitor* o editor faz a preparação do que há de vir na reportagem de capa que contém uma foto da Esplanada dos Ministérios suspensa no ar com a manchete: ***Brasilha da Fantasia***. O texto da capa segue ainda dizendo que “o PT infiltra a máquina administrativa do Estado com seus militantes e cai na velha ilusão de que, ao perseguir seus objetivos partidários, está servindo o país” (VEJA, n.1819, p.1).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem 32 ministérios e o mesmo gosto pelo centralismo, que foi a tônica de governos autoritários, de esquerda e de direita, nos piores momentos do século passado.

O governo de Lula não é autoritário, mas seu desenho favorece um tipo de administração que obedece mais à lógica de funcionamento de um partido político do que à da gestão de um país. [...] O que causa espanto no caso do governo do PT é o fato de o centralismo – e seu braço operacional, o fisiologismo que reserva nove de cada dez altos cargos da administração federal a petistas – ser vendido à opinião pública como um avanço. Não é. É um arcaísmo. Ele contrasta fortemente com o fato de o próprio governo Lula ter na área econômica uma visão sincronizada com o que há de mais funcional e transparente no mundo. Para fugir da armadilha do passado basta seguir essa visão. É nela que está o futuro. (VEJA, n.1819, p.7)

Veja assinala o que é certo ou errado e onde está o progresso. Como parâmetro apresenta a política econômica petista. Novamente a revista faz uso da sua verdade como sendo o horizonte a ser alcançado. A fim de reafirmar seus conceitos estabelecidos sobre a ordem liberal, reforça que a base sob a qual está estabelecida a verdade do PT é inconsistente e seus destroços podem ser encontrados junto às ruínas do Muro de Berlim. Com o intuito de consolidar ainda mais os seus pressupostos, ela se utiliza de pessoas que detêm determinados saberes. O mesmo sujeito, munido de um determinado conhecimento acadêmico e que fala favoravelmente a *Veja*, se expressa contrariamente em relação ao PT como veremos na edição n.1867.

Apesar dos elogios à política econômica que estão sempre bem demarcados no início de cada matéria sobre o PT, a revista adianta que “o país já está diante da mais radical e voraz partidarização da estrutura burocrática do Estado já vista em sua história” (VEJA, n.1819, p.40), ou seja, a revista afirma categoricamente que jamais houve algo igual no Brasil.

O ataque começa relatando que o PT foi um dos partidos que mais combateu o fisiologismo e o nepotismo e agora está “no centro de um escândalo de nomeações de petistas aos milhares para a máquina administrativa do governo” (VEJA, n.1819, p.40). Ser do PT ou simpático a ele é o único pré-requisito. Não se leva em consideração nem mesmo o aspecto técnico. A revista insinua que este aparelhamento tem como finalidade aumentar o “dízimo” do partido com o dinheiro do contribuinte. Um quadro mostra que no ano de 2002 o partido arrecadou pouco mais de um milhão de reais e que agora esta conta pode passar dos 30 milhões. “O PT cobra um dízimo até dez vezes maior dos filiados do setor público, pago pelo contribuinte, do que dos empregados na iniciativa privada” (VEJA, n.1819, p.41). A verdade que pretende defender a revista virá em edições subseqüentes que afirmam ter o PT a intenção de se perpetuar no poder tomando de assalto o Estado brasileiro. Para tanto, o partido precisa aparelhá-lo.

Além dos 21.000 cargos de confiança, o PT pretende colocar os seus em outros 19.000 cargos remanejáveis. Serão, portanto, 40.000 trocas. Naturalmente, isso não é mais uma mudança. É coronelismo partidário – ou, para ficar num termo mais caro ao discurso petista, é “aparelhamento ideológico”, com todo o seu rosário de ineficiência, insegurança, paralisia e patrulhamento. (VEJA, n.1819, p.42)

O PT tem mudado alguns técnicos gabaritados pelo simples fato de serem tucanos. “O fato de ser tucano – ou petista, ou vascaíno – não é motivo para promover uma mudança num cargo técnico” (VEJA, n.1819, p.42). Além disso, os petistas têm lotado a máquina governamental partindo do princípio de que eles não se corromperão “como se todos os petistas fossem incorruptíveis e apenas eles” (VEJA, n.1819, p.43).

Sendo assim, no ano de 2004 as matérias sobre corrupção começam a ganhar manchetes. Escândalos dos mais variados passam a reincidir no semanário com uma profusão incrível. *Veja* caminha o tempo todo sobre o fio da navalha ao atacar o governo do PT com casos de corrupção,

baseada na premissa jornalística da defesa das fontes, ao mesmo tempo em que defende as medidas econômicas de Palocci e Meirelles.

3.2 *O VALE-TUDO DO PT* (2004)

Em 2004, matérias sobre corrupção no PT começam a fazer parte do rol de notícias. Um dos métodos empregados pela revista para atacar o partido consiste na utilização de fontes anônimas. Segue a justificativa do semanário na *Carta ao leitor*:

Com freqüência os meios de comunicação utilizam em suas reportagens informações que lhes são passadas por fontes que preferem manter-se no anonimato. Em muitas ocasiões VEJA valeu-se desse recurso para sustentar os compromissos de manter seus leitores bem informados e de servir de instrumento de vigilância contra irregularidades, corrupção, erros ou mentiras. Nesta edição, a revista publica uma reportagem que nasceu e foi construída em boa parte com base em documentos cedidos por pessoas cuja identidade deve ser preservada.

[...] Seymour Hersh, de 67 anos, [é] o repórter americano que 35 anos atrás noticiou pela primeira vez na imprensa o massacre de My Lai, a grande derrota moral dos Estados Unidos no Vietnã, cuja revelação apressaria o fim da intervenção militar na Indochina. Hersh voltou a ficar em evidência recentemente pelas reportagens inéditas sobre a tortura de presos iraquianos por tropas americanas. Entrevistado por Diogo Schelp, de VEJA, Hersh defendeu o uso de fontes anônimas: "Muitas vezes as pessoas relatam crimes ou revelam segredos do governo. Identificá-las não torna a notícia mais confiável". (VEJA, n.1855, p.9)

Por hora, detenhamo-nos na edição n.1842 que traz um caso de corrupção envolvendo a loteria federal. Na capa o ataque é explícito: *O vale-tudo do PT*. "Ex-diretor da loteria gaúcha conta como foi pressionado a intermediar encontros de empresários do jogo com políticos do PT em busca de dinheiro para o caixa dois na campanha de 2002" (VEJA, n.1842, p.1). Estrelando a capa está José Vicente Brizola, filho de Leonel Brizola. Vicente acusa o PT de fazer pressão sobre ele. A história do caixa-dois, que levaria a uma série de escândalos no ano seguinte, teve início com o então subchefe de Assuntos Parlamentares do governo, Waldomiro Diniz. Em um email de Vicente para Waldomiro, *Veja* abre fogo contra o PT.

Lamentavelmente percebi que foste detonado como tantos outros. Claro está que o 'Cardeal' Dirceu, quando o escândalo bate em sua porta, detona seus amigos, seus inimigos. Transfigura a reforma ministerial de tal modo que a responsabilidade de atos protagonizados por ele recaiam em Aldo Rebelo, que nada sabia do assunto. Pois eu sei. Assim como foste compelido a acharar dinheiro de concessionários públicos em

benefício do PT, eu também o fui. Eu diretor da Lotergs, tu presidente da Loterj. Desde já estou à sua inteira disposição para testemunhar a seu favor, seja em juízo ou em quaisquer instâncias que solicitar. (VEJA, n.1842, p.36)

Confrontar o passado ético do PT passa ser o interesse da matéria. Todavia, a revista em nenhum momento ouve outras fontes (senão a que lhe convém, no caso José Vicente) a fim de dar voz ao partido e fazer valer o que reza a cartilha do jornalismo. Vicente foi filiado ao PDT de seu pai e rumou para o PT em 2001 e, ao que tudo indica, estaria se desligando novamente de mais um partido, pelo tom da entrevista “exclusiva”. Disparando acusações a torto e a direito, Vicente salienta aquilo que a revista queria ouvir em uma de suas últimas frases da entrevista. Primeiro, ele tira o corpo fora, para depois implodir o partido, inclusive reforçando a tese, também levantada por *Veja*, de que o prefeito Celso Daniel fora morto pelo próprio PT.

Em primeiro lugar, quero frisar que jamais peguei em dinheiro. Se tivesse passado dinheiro pela minha mão, jamais daria uma entrevista. O motivo de estar falando isso agora é que percebi que esse partido que eu supunha imaculado era igual ou pior que o anterior, o PDT. E mais: no PDT, nunca presenciei banditismo, como é o que aconteceu com o Celso Daniel. Não está e nunca estive nos meus planos compactuar com esse tipo de coisa. Como é o caso também de um telefonema que eu recebi na segunda-feira à tarde, ameaçando a mim e a minha família. Um dos motivos pelos quais estou dando esta entrevista é porque temo pela minha segurança e pela da minha família. (VEJA, n.1842, p.41)

Em meio ao escândalo Waldomiro Diniz, o governo petista tenta impedir a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Na opinião de *Veja*, a “operação abafa” – esquema montado pelo PT para que a CPI não seja instaurada – é a tática utilizada pelo partido para esconder o caso de corrupção. Os constantes elogios à mudança de postura política do PT, dão lugar agora a um ataque desenfreado às bases ética dos petistas.

Nos oito anos do governo FHC, o PT requisitou a abertura de dezesseis CPIs no Congresso Nacional. Como oposição, o PT fez o que todo partido político deveria fazer. Fiscalizou os governos, cobrou transparência, provocou debates e catalisou mudanças importantes. Na semana passada, o PT, como governo, fez tudo ao contrário. Diante do escândalo provocado pela denúncia contra Waldomiro Diniz, as lideranças do partido mergulharam em uma inusitada operação política para evitar a criação da CPI. E, de uma maneira até surpreendente, usaram os mesmos instrumentos e manobras que tanto criticaram no passado. A famosa “tropa de choque” – um grupo de parlamentares governistas que usa sua influência a serviço do poder – mostrou que estava apenas latente. Até o fim da semana, das 27 assinaturas necessárias para a instalação da CPI, a oposição havia conseguido reunir 22. A “operação abafa”, uma praga típica de quem tem algo a esconder, segundo os velhos petistas da oposição,

mostrou suas vantagens em benefício dos novos petistas do governo. (VEJA, n.1842, p.42)

E os escândalos não param por aí: *Veja* afirma que a *Ágora*, uma Organização não Governamental (ONG) petista, voltada para o combate à miséria, tornou-se um antro de irregularidades envolvendo-se em um esquema de emissão de notas frias.

Apesar da manchete secundária, o texto está em destaque em todo o alto da página dizendo *Escândalo da ONG petista*. Mais uma vez a reportagem visa destruir o patrimônio ético do PT com a utilização de uma matéria sobre corrupção. Detalhe: nas páginas amarelas, uma entrevista com Ruth Cardoso, ex-primeira-dama, prepara o leitor para o que virá. Das 20 perguntas, oito tratam sobre o governo Lula ou o PT. Os ataques são explícitos. Das respostas, uma homologa o que a revista havia dito na edição de n.1819 sobre a partidarização do Estado. “No Brasil, porém, o PT partidarizou a burocracia além do limite” (VEJA, n.1855, p.15).

Veja – Em parte pelo discurso do PT, em parte pela biografia do presidente Lula, imaginava-se que a área social seria o ponto alto do atual governo, mas não é isso que vem ocorrendo. O que aconteceu?

Ruth – A pergunta deveria ser respondida pelos petistas. Foram eles que criaram uma expectativa e ainda não encontraram uma maneira de devolvê-la aos brasileiros.

Veja – Mas qual é o principal obstáculo?

Ruth – Existem algumas premissas quando se fala em política social. A primeira é parceria. Isso precisa ocorrer em todos os níveis. Com o governo, com a sociedade civil, com as universidades. A concepção do PT é estatista. Nela, o Estado tem de fazer todas as coisas. Eu já acreditei nisso no passado. No mundo contemporâneo, no entanto, a coisa não funciona assim. A visão estatista dificulta muito. (VEJA, n.1855, p.14),

Feitas as devidas preparações para a reportagem de capa, o tom começa a se elevar. “Um companheiro de pescarias e íntimo de Lula foi flagrado com uma pilha de notas frias para amparar gastos de dinheiro público destinado a treinar trabalhadores [...]” (VEJA, n.1855, p.36).

Endinheirado e arrecador de campanha, Mauro Dutra também faz negócios com dinheiro público. [...] Em 1993, Dutra juntou-se a amigos petistas de Brasília e fundou a *Ágora*, entidade dedicada ao combate à fome e à pobreza. Desde então, recebeu muito dinheiro público – e, agora, está prestes a virar suspeito oficial de desviar uma boa quantia.

[...]

Na contabilidade da *Ágora*, porém, em vez de encontrarem provas de que o dinheiro teve o destino previsto, auditores acharam uma pilha de notas fiscais frias. São pelo menos 54 notas frias de 33 empresas-fantasma, que somam quase 900.000 reais. (VEJA, n.1855, p.36)

Um especialista atesta que as notas são frutos de corrupção.

Em entrevista a VEJA, Mauro Dutra também admitiu que era grave o quadro contábil da ONG. De início, ele pegou a pilha de notas frias nas mãos, passou os olhos nas três primeiras páginas e não quis mais olhar. "Não preciso ver mais nada. Se houvesse uma só nota já seria grave", disse. A existência de notas frias na contabilidade de uma empresa pode ter dois significados, ensina Miguel de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Ou é desvio mesmo. Ou, na melhor das hipóteses, uma empresa pode ser induzida a erro, ao ser enganada por um vendedor ou prestador de serviços. "Às vezes, você pode comprar um produto ou serviço e a empresa fornecer uma nota fiscal fria para não pagar imposto", diz Oliveira. E quando uma empresa tem 54 notas fiscais frias, emitidas por 33 empresas-fantasma? "Bem, aí é desvio de dinheiro mesmo. É uma forma de justificar a saída de recursos para outra finalidade qualquer que não a declarada", diz Oliveira. (VEJA, n.1855, p.39)

Apesar de todos estes problemas, a *Ágora* continua recebendo dinheiro do governo federal, sendo o PT conivente e financiador deste tipo de prática.

Apesar de exibir um currículo que já provocou denúncia do Ministério Público e até uma condenação na Justiça a devolução de dinheiro, e estar neste momento às voltas com um chafariz de notas frias, a *Ágora* nada de braçada no governo Lula. No fim do ano passado, a entidade recebeu 7,5 milhões de reais do Ministério do Trabalho para dar treinamento profissional a jovens de 16 a 24 anos no âmbito do Primeiro Emprego, um dos programas sociais do governo. A *Ágora* é a campeã nacional de recursos do Primeiro Emprego. Ninguém, até agora, recebeu uma bolada assim tão expressiva do Ministério do Trabalho.

Embora não seja uma organização oficial do PT, a *Ágora* nasceu sob a estrela do petismo e tem sido fiel a sua genealogia. (VEJA, n.1855, p.41)

Como se vê, *Veja* faz as devidas ligações necessárias entre *Ágora*, Mauro, Lula e, por fim, o PT, a fim de desmoralizar o partido. Como se não bastasse, Tales Alvarenga, em sua coluna subsequente à matéria do PT comenta sobre a conduta do vice-presidente José Alencar e seu posicionamento contrário aos juroz altos.

Alencar é radical. Detesta a política de rigor com as contas públicas [...] Alencar quer também que o governo para com esta história de economizar e gaste dinheiro para fazer o Brasil crescer [...]. O que não faria um barítono desses caso viesse a ocupar a presidência em caráter definitivo? (VEJA, n.1855, p.41).

Para Tales, em meio a tantas declarações enfadonhas, como a de Dirceu alardeando crise e a do próprio Alencar criticando Palocci, existe uma conspiração dos companheiros em favor de Lula.

Minha suspeita é que existe uma conspiração a favor de Lula entre seus auxiliares. Barítono, soprano, contralto e todos os integrantes do coro podem estar desafinando de propósito para que o tenor Lula, por efeito de comparação, fique parecendo mais competente. Essa hipótese explica os desentendimentos entre os membros do governo e também as trapalhadas que eles aprontam. É difícil acreditar que sejam tão amadores a ponto de brigar tanto e de errar com tamanha eficiência. Deve ser tudo fingimento, para realçar o desempenho do chefe. (VEJA, n.1855, p.41)

O que a revista quer é desmoralizar o governo do PT e ela procura de diversas maneiras derrubar valores que o PT sempre defendeu. Roberto Pompeu de Toledo, outro colunista, trata em sua página sobre as supostas vidas de Ernesto Guevara em razão do filme Diários de Motocicleta, de Walter Salles, ter sido ovacionado em Cannes. Em suas palavras há mais indícios de como a revista pensa o socialismo.

Ernesto "Che" Guevara conheceu o martírio nas selvas da Bolívia, aos 39 anos, e virou pôster. E se tivesse sobrevivido? Algumas hipóteses:

- Teria voltado à Cuba, se reintegrado ao governo [...]. "Guevara ordena a prisão de mais um grupo de escritores e jornalistas dissidentes" seria o tipo de notícia com o qual ele vez ou outra voltaria à tona.

- Teria rompido com Fidel Castro, desencantado com a burocratização do regime e com o alinhamento ao sistema soviético. [...] Guevara se tornaria um dos mais íntimos colaboradores de Palocci [...]. Hoje, como Palocci no Brasil, ele estaria administrando a economia de seu país natal com realismo e prudência. Suas políticas seriam muito apreciadas pelo mercado.

- Teria, depois da Bolívia, dado continuidade a seus ingentes esforços revolucionários no Chile de Salvador Allende. Seu idealismo e seu ardor estariam agora a serviço de uma nova tentativa de construção do socialismo, e de um socialismo diferente, mais aberto e democrático do que o implantado em Cuba. No Chile teria conhecido um jovem exilado brasileiro de nome José Serra. A amizade entre os dois se solidificaria quando, por ocasião da queda de Allende, escaparam juntos do Chile. Passaram então a perambular pelo mundo, sempre em contato um com o outro, trocando idéias e experiências, enquanto, em paralelo, se despiam das idéias radicais da mocidade. Depois de ter finalmente voltado ao Brasil, Serra escreveu-lhe falando maravilhas do grupo político com que se entrosara, no qual brilhavam figuras como Franco Montoro, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e perguntando: não desejaria ele transferir-se para o Brasil, e incorporar-se à mesma turma? Guevara aceitou. E eis como, hoje, ele seria, se não um prócer, porque estrangeiro, uma importante eminência parda do PSDB. Na boca do povo, seria "o argentino do PSDB", em contraposição a Luis Favre, "o argentino do PT".

- Teria abandonado a política, assim como Rimbaud abandonou a poesia, e virado um aventureiro metido em obscuras transações comerciais. [...]

- Teria abandonado a política mas, ao contrário da hipótese anterior, abraçado uma existência de perfeita paz e harmonia burguesa. [...] Digamos que vivesse num bairro de classe média de Lima, ou de Caracas, capitais de países que conheceu na juventude, durante uma louca viagem de motocicleta. [...] Ou, então... estaria vivendo em Miami. Sim, Miami. E achando que Jeb Bush não governa assim tão mal a Flórida. (VEJA, n.1855, p.126)

Toledo conclui que Guevara só é Guevara porque sua vida se congelou antes de ficar pronta. Logo, todos os ideais da juventude estariam fadados a sumir como sumiram com os ex-guerrilheiros Dirceu e Genoíno, e o ex-trotskista Palocci. Hoje eles trazem consigo novos conceitos, novas atitudes perante o mundo e que possibilitaram ao PT conquistar o eleitor brasileiro. Não há mais no mundo espaço para experiências totalitárias travestidas de igualitárias. No entanto, a esquerda mudou para melhor; rumou para aquilo que sempre esnobou, cedeu à verdade capitalista.

Em meio às afirmações, emerge mais uma notícia escandalosa envolvendo dinheiro não declarado e explicações infundadas sobre bens: por que o governo do PT não abandona Henrique Meirelles aos tubarões é o que *Veja* pretende explicar. O tom da matéria é bastante ameno, talvez por ser de interesse da revista a preservação de um dos homens responsáveis pela manutenção da ordem econômica.

Nada disso significa que o presidente do BC não seja um homem íntegro ou que não tenha condições de explicar as suspeitas em torno de seu patrimônio e suas operações financeiras. Significa apenas que surgiram dúvidas a respeito do assunto e, em havendo dúvidas, é preciso esclarecê-las. É assim que funciona qualquer democracia avançada do mundo.

[...]

É impossível prever qual será o efeito do cordão sanitário montado pelo governo em torno de Meirelles, mas é interessante analisar por que o Palácio do Planalto tem se empenhado tanto para segurá-lo no cargo.

O primeiríssimo argumento é que, com sua experiência internacional como presidente do BankBoston, Meirelles conquistou a confiança do mercado e virou garantia de estabilidade. (VEJA, n.1866, p.46-47)

Qualquer mudança muito brusca poderia pôr em risco a estabilidade econômica, já que Lula, em meio aos escândalos envolvendo Meirelles, havia procurado outros possíveis substitutos que, de novo, lhe responderam negativamente. Como a esquerda do PT já estava bastante ressentida desde a nomeação de Meirelles para o Banco Central (BC) e as sucessivas notícias de corrupção vinham desgastando o patrimônio ético do partido, a possibilidade de alguma reviravolta levar um sujeito com idéias menos alinhadas com o mercado financeiro ao BC se elevava, pelo menos na teoria. Apesar deste pressuposto não estar claro em *Veja*, o fato é que nas edições seguintes o escândalo envolvendo Meirelles não figurou mais nas capas da revista. O deputado tucano licenciado na função de presidente do BC não era mais pauta para a revista. Estamos diante de um caso típico de arquivamento da matéria. Não houve desgaste da imagem de Meirelles. As

denúncias inclusive partiram da *Istoé*. Mais à frente, veremos que *Veja*, de outro modo, não poupará esforços para desgastar a imagem do PT e, em especial, de Lula no auge da crise do “mensalão”. Por hora, entra em debate o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

O CFJ é uma reivindicação histórica dos jornalistas que militam junto ao sindicato. Sua criação era, para muitos, certeza de melhores profissionais, sujeitos mais responsáveis com a sociedade e uma mídia menos voraz. Para *Veja* a coisa não é bem por aí. Subsidiará sua reportagem uma série de profissionais “renomados” do meio jornalístico e também a própria história que, para a revista, demonstra ser esta atitude do governo um desejo irrefreável pelo controle, pela censura. Antes, porém, a revista desconstrói a proposta do governo e, novamente, traz para cena referências da esquerda tida por ela como experiências falidas, incompatíveis com o mundo atual.

Em meio às acusações de que a imprensa tem sido irresponsável na divulgação de denúncias sobre o presidente do Banco Central, o governo mandou um projeto ao Congresso Nacional propondo a criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Pela proposta, a entidade ficaria encarregada de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a imprensa. Apresentado assim, o projeto até parece corriqueiro e bem-intencionado, mas analisado com um pouco mais de atenção descobre-se que se trata de uma idéia duplamente espantosa. Primeiro, porque é autoritária, pois um conselho de jornalismo não terá outra função a não ser cercear a liberdade de imprensa. "Isso pode ser uma violação da ordem democrática definida pela Constituição Federal", analisa Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Segundo, porque é uma idéia cubana, já que reafirma a impressão de que o governo acha que deve – e pode – comandar todos os processos da sociedade, sem entender que o próprio mercado consumidor se encarrega de eliminar as publicações ruins e prestigiar as boas. Em Cuba, o ditador Fidel Castro mandou fechar todos os jornais. Deixou circular apenas um, o *Granma*, órgão oficial do Partido Comunista. Seguindo-se seu pensamento rupestre, a decisão até que faz sentido. Fidel achava um desperdício de papel manter vários jornais para divulgar um mesmo fato. Ou seja: na cabeça do ditador cubano, não existem matizes, nuances, enfoques distintos, abordagens diversas, muito menos opiniões divergentes. É uma decisão lógica, portanto, deixar que circule apenas um jornal. Talvez o governo ganhasse em tempo, e sobretudo em transparência, se a proposta enviada ao Congresso decretasse o seguinte: de agora em diante, o Brasil se bastará com a leitura do *Em Questão*, informativo eletrônico distribuído pelo governo federal cujo conteúdo é tão eletrizante que ganhou o apelido de *Pravda*. (VEJA, n.1866, p.49)

Na opinião da revista o PT padece de uma tentação autoritária ao querer controlar a imprensa, a TV e a cultura através do CFJ. Na capa, uma estrela sobre um fundo vermelho possui um olho que indica controle. Desde a *Carta ao leitor*, o discurso verdadeiro começa a confrontar a proposta do governo.

Nunca faltaram na história humana tentativas, algumas bem-sucedidas, de impedir críticas dirigidas a quem exerce o poder. VEJA traz nesta edição uma reportagem com depoimentos de dezenas de brasileiros ilustres indignados com a recente iniciativa do governo do PT de implantar mecanismos de coerção da imprensa, da televisão e das atividades culturais no país. Foi um tiro no próprio pé dado por um governo que começa a colher os frutos em prosperidade e popularidade de seus acertos na condução da política econômica. (VEJA, n.1867, p.9)

Como sempre, o elogio à política econômica não impede que a revista se posicione de maneira contrária ao governo. Inclusive, ao fazer referência a Aristóteles, *Veja* afirma que a relação de independência com os governos é sempre sinônimo de liberdade³¹.

Lula se deixa enganar por uma associação de assessores de imprensa de empresas estatais que se fazem passar por jornalistas e manda para o Congresso um projeto de lei que representa o mais sério ataque à liberdade de expressão no Brasil desde o regime militar. (VEJA, n.1867, p.40)

A revista alardeia que o fantasma do autoritarismo está rondando o partido. No DNA de alguns petistas do primeiro time a palavra de ordem “todo o poder aos *soviets*”, dos bolcheviques russos, ainda vigora. “Para quem não sabe, *soviet*, em russo, significa conselho” (VEJA, n.1867, p.42). Novamente ligar o PT a algum movimento de esquerda tido como fracassado é o mote da matéria. Reincidir nesta retórica parece ser o *karma* da revista. Em todo o tempo *Veja* enuncia que o rumo da economia está correto; os radicais de esquerda estão fora de órbita; o PT possui propensões cubanas, soviéticas ou stalinistas.

A reportagem afirma que o CFJ, em sua essência, transformará jornalistas em propagandistas do governo. A revista abre espaço para colocar a palavra de Frei Betto a fim de detoná-la em seguida afirmando que “o projeto agradou apenas a figuras cavilosas como Frei Betto, que é padre quando lhe convém, jornalista quando lhe convém e assessor especial do presidente quando lhe convém” (VEJA, n.1867, p.48). *Veja* menosprezou a opinião de Betto só porque este pensa diferente. De acordo com o semanário, a mídia não precisa de vigia.

³¹ *Veja* (n.2077, p.262) reitera que um veículo de comunicação livre é aquele que se financia com base na iniciativa privada. De certo modo, isso não é uma verdade absoluta como quer fazer crer a revista. Bem sabemos que matérias prejudiciais aos anunciadores nem sempre são levadas à frente. É sempre pauta vencida. De fato, a questão sobre onde reside a liberdade de imprensa é extremamente complexa, contudo a revista pretende simplificá-la de modo a fortalecer a sua verdade.

Por sua natureza e pela particularidade de seu exercício, a imprensa está entre as que mais cometem erros e fazem julgamentos precipitados. Ela precisa mesmo estar sob constante vigilância. Ocorre que está, sempre. Cada vez que chega às bancas, os jornais e as revistas estão se submetendo a julgamento popular instantâneo. Para as reparações mais específicas, a Constituição prevê que os abusos da imprensa devem ser corrigidos por meio da Justiça, sem que exista necessidade de algum órgão superior para estabelecer limites à liberdade de expressão. É assim que as coisas funcionam nos países democráticos. Mas não nos arraiais do PT [...]. (VEJA, n.1867, p.44)

Veja declara que este projeto não pode ter sido uma iniciativa de Lula já que este tem um apreço pela mídia da forma como ela é. “É de supor que o presidente foi levado a acreditar que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), patrona do projeto, é um órgão composto por jornalistas [...]” (VEJA, n.1867, p.45).

Não é. Do ponto de vista legal, a Fenaj tem a aparência de um órgão legítimo, que representa os 100.000 jornalistas brasileiros. Como menos de 30% dos jornalistas são sindicalizados, pode-se afirmar que a Fenaj representa uma minoria. Eleita no mês passado, a diretoria atual da entidade não é uma expressão de jornalistas que trabalham em jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. A maior parte está afastada das redações e presta serviços de assessoria de imprensa, em geral a empresas estatais e políticos. A atual diretoria é composta de sete jornalistas, dos quais apenas dois não são filiados ao PT. E, dos dois não filiados, um é franca e publicamente simpático ao partido. (VEJA, n.1867, p.45)

Estamos diante de um governo que quer controlar tudo, um governo tipicamente totalitário, que regula o acesso dos jornalistas às fontes e examina o que se publica (VEJA, n.1867, p.49). O projeto é uma afronta à ordem democrática. Alguns entrevistados complementam a linha de raciocínio, a fim de ratificar o discurso contrário ao governo. O deputado federal Alberto Goldman (PSDB-SP) diz: “Quando eu era de esquerda achava que o mundo era dividido entre os bons e os maus. Eu aprendi que não é assim, mas o PT continua com essa mentalidade”. O filósofo Roberto Romano afirma: “É o governo de um partido stalinista que considera a imprensa, a sociedade e a instituição meios de poder. Quem é stalinista por cinquenta anos não vira democrata ao chegar ao governo”. O advogado Sergio Bermudes completa: “Essa agência é stalinista e esse conselho submete os jornalistas a uma espécie de censura prévia” (VEJA, n.1867, p.43 e 44).

Goldman salienta aquilo que *Veja* sempre faz questão de rememorar por ser, para ela, uma verdade irretocável: a esquerda é caduca. Vê o mundo de maneira errônea e o PT continua enxergando as coisas dessa maneira por ser também caduco. Contudo o “quando eu era de

esquerda” deixa entrever que isso passa e o PT está no caminho certo, pois já abandonou as opções esdrúxulas no campo da economia. A verdade da revista sempre resplandece nas falas de especialistas e é isso que ela quer mostrar com seu discurso: que não há outro caminho senão o do capitalismo liberal. Parece algo religioso, confessional: todos os esquerdistas se curvarão e admitirão que estavam errados.

Para ilustrar a diferença no tom dos discursos e, conseqüentemente, mostrar quem está com a verdade, *Veja* separa falas de duas personalidades do plano das idéias.

Por que deveríamos aceitar a liberdade de expressão e de imprensa? Por que deveria um governo, que esta fazendo o que acredita estar certo, permitir que o critiquem? Ele não aceitaria a oposição de armas letais. Mas idéias são muito mais fatais que armas.
Vladimir Lênin

[...]

Uma vez que a base de nosso governo é a opinião do povo, nosso primeiro objetivo deveria ser mantê-la intacta. E, se coubesse a mim decidir se precisamos de um governo sem imprensa ou de uma imprensa sem governo, eu não hesitaria um momento em escolher a segunda situação. *Thomas Jefferson* (VEJA, n.1867, p.49)

Após expor as duas opiniões, a revista sacramenta:

Thomas Jefferson (1743-1826) e Vladimir Lênin (1870-1924) foram líderes de revoluções que formularam regras básicas das sociedades que ajudaram a criar – os Estados Unidos e a União Soviética, respectivamente. As frases acima registram o pensamento de ambos sobre a liberdade de expressão. O ideário de Lênin resultou num regime em que a censura foi férrea e o silenciamento dos dissidentes, sistemático. As crenças de Jefferson, radicalmente opostas, traduzem-se ainda hoje nos editoriais dos grandes jornais americanos ou em libelos satíricos como Fahrenheit 11 de Setembro, do documentarista Michael Moore. Ou seja, num sistema em que sagrado não é o governo, mas o direito de criticá-lo. Também por isso os Estados Unidos são o que são. Pela razão inversa, a União Soviética morreu. (VEJA, n.1867, p.49)

Como se vê, após pôr abaixo a proposta de criação do Conselho, com base em saberes diversos, *Veja* respinga o seu discurso naquele que é seu alvo, seu contraste: a esquerda. Tales Alvarenga dá o tom final nesta completa orquestração contra o PT, utilizando-se novamente do discurso que visa corrigir e fazer com que o partido renegue suas crenças, o discurso verdadeiro que diz não haver mais espaço para utopias no mundo de hoje.

Durante duas décadas, correntes internas do PT defenderam a conquista do poder para a extinção do modelo "burguês" de democracia. Era assim que eles se referiam, com desdém, às sociedades que respeitam as liberdades individuais e o sistema de livre

mercado. Para muitos ideólogos do PT, a redenção final do Brasil viria com sua transformação numa grande Cuba, sem congresso, Justiça e imprensa independentes. Há facções instaladas no partido que continuam pensando assim.

Para vencer as eleições presidenciais de 2002, o PT renegou o passado revolucionário e apresentou-se como uma legenda reformista. Em áreas vitais, conseguiu agir contra sua herança ideológica, para desespero das facções radicais abrigadas na legenda. O PT amadureceu. O Brasil passou a dormir tranqüilo tendo no governo uma agremiação que no passado se embriagara com sonhos revolucionários.

Essa fase parecia ultrapassada. Nos últimos dias, descobriu-se que muitos dos batalhões liderados por Lula tiveram uma recaída. Deram sinais de que estão se deixando tentar outra vez [...].

Matreiramente, o governo apropriou-se de um projeto de automutilação profissional, preparado pela central sindical petista, que se denomina Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas.

[...]

Chegou a hora de o partido chefiado por Lula e José Dirceu se convencer de que não é mais uma simples legenda. Tornou-se o governo de todos os brasileiros. Precisa deixar para trás o entulho salvacionista que acumulou enquanto treinava para conquistar a chefia da nação. (VEJA, n.1867, p.51)

A proposta do CFJ gerou tanta polêmica para os grandes meios de comunicação que foi enterrada. Não rendeu outras capas. O próprio governo preferiu não avançar sobre algo que pudesse desgastar sua imagem de maneira, talvez, desnecessária³². No entanto, a revista passou a desgastar o governo de outra forma, com um pesado escândalo de corrupção que viria a se tornar o maior percalço na trajetória do partido no ano de 2005.

A história do mensalão aparece na capa da revista pela primeira vez no dia 22 de setembro de 2004. A manchete é secundária, as fontes são anônimas e a reportagem tem pouco mais de três páginas. As declarações são de deputados e servidores que preferiram não revelar seus nomes. *Veja* novamente repete o sermão da preservação das fontes³³. De certo, temos mais uma notícia bombástica confrontando toda a ética petista. Para início de conversa, o antropólogo Roberto DaMatta expõe suas opiniões nas páginas amarelas a respeito do governo do PT. Antes, a revista o apresenta:

A vocação do antropólogo Roberto DaMatta é explicar o Brasil. Ele fez isso em livros que se tornaram clássicos, como *Carnavais*, *Malandros* e *Heróis*, publicado pela

³² Na *Carta ao leitor* da edição n.1872, p.9, o próprio Lula afirma: "A sociedade precisa do jornalismo para fiscalizar seus governantes e suas autoridades", reproduzindo assim uma fala parecida com a de *Veja* na edição n.1867.

³³ Sem isso parece não haver fato nem notícia, logo não há verdade. Sendo assim *Veja* afirma que para esclarecer o episódio cotejou as "versões relatadas pelo maior número possível de pessoas. Ao todo, nove fontes contaram detalhes da história, com a condição de que sua identidade não fosse revelada: são seis parlamentares, dois servidores públicos e um dirigente partidário sem mandato. Dos nove entrevistados, três são ligados ao PTB, quatro vinculados ao PT e dois trabalham no Palácio do Planalto" (VEJA, n.1872, p.45).

primeira vez em 1978 e que já está em sua 12ª edição. Faz isso ainda em aulas, palestras e atividades de consultoria. Nos últimos dezesseis anos, como professor na Universidade Notre Dame, no Estado de Indiana, ele foi a mais constante e coerente fonte de informações sobre o Brasil nos Estados Unidos. (VEJA, n.1872, p.11)

Pronto. Saber localizado, verdade estabelecida, *Veja* começa a tecer uma série de perguntas a DaMatta sobre o Brasil atual. Inicialmente é preciso que o antropólogo elogie o modelo econômico vigente.

O Brasil tem um governo petista com duas faces muito distintas. Uma é liberal e moderna no trato das finanças públicas. A outra face é autoritária. O lado liberal aprendeu a lidar muito bem com a economia moderna, impediu que o país quebrasse, estabilizou as forças produtivas e está conseguindo ótimos resultados com o aumento das exportações e a melhora de quase todos os indicadores econômico-financeiros. Enquanto isso, o lado autoritário ainda tenta ressuscitar um pensamento sociológico dos anos 50 e 60, um ideário ultrapassado que lida com o mundo em termos de categorias sindicais. (VEJA, n.1872, p.11)

A crítica levada à frente por DaMatta visa mostrar que o PT está muito atrasado no aspecto político. O Estado forte e muito presente na vida dos indivíduos, como quer o PT, é uma herança da era Vargas, logo, ultrapassada, reitera o antropólogo.

Este prenúncio da reportagem, com a participação de DaMatta, visa colocar a política econômica de Lula em seu devido trono antes de levar o PT ao calvário. “Para ter o apoio do PTB, o PT ofereceu cargos, material de campanha e 150 000 reais a cada deputado – mas, como o negócio não vinha sendo cumprido, os petebistas estão querendo o rompimento” (VEJA, n.1872, p.44). De acordo com a manchete, o escândalo da compra do PTB pelo PT saiu por 10 milhões de reais.

Não se trata de um fato inédito, num quadro político em que negociatas entre partidos – compra de votos, de mandatos, de consciências – são praticamente uma banalidade. O inusitado do caso de agora não é quem está do lado vendedor do balcão, considerando-se que o PTB construiu uma biografia política com caudalosos capítulos comerciais. O espantoso é quem aparece do lado comprador. (VEJA, n.1872, p.45)

Ao que tudo indica o dinheiro da compra não saiu dos cofres públicos e o presidente também não sabia que havia valores em jogo. Tudo foi arquitetado por Roberto Jefferson e José Dirceu, envolvendo aí Delúbio Soares para a entrega do combinado e Emerson Palmieri para o repasse aos correligionários (VEJA, n.1872, p.46). Apesar de considerar que este fato não é inédito na política brasileira, *Veja* despejará todo seu discurso sobre o partido de modo jamais visto,

levando o governo a uma crise que parecia incontornável – nem com Collor as sequências de capas foram tão incisivas.

Enquanto isso, Tales Alvarenga, em sua coluna, novamente faz às vezes do guardião do saber. Seu objetivo é sempre destronar a esquerda e seus ideais.

O PT no poder continua com a mesma tendência de ver o país como um território em que a classe dominante e a classe provisoriamente dominada estão em luta para conquistar o comando da sociedade. Para os petistas tradicionais, que ainda não fizeram sua conversão à complexidade do mundo que os cerca, a classe dominante exerce o poder de forma sistemática para esfolar ao máximo as classes dominadas. Segundo essa visão, o quadro econômico e social é mantido em desequilíbrio porque sua alteração acabaria com as vantagens tenebrosamente injustas que são auferidas pela elite, à custa das classes populares. Esse é o marxismo vulgar que as esquerdas brasileiras conjugam. Por esse catecismo simplório, cabe às esquerdas (no governo) a missão de tirar o comando da sociedade das mãos da elite e assumi-lo integralmente em nome do "conjunto da sociedade".

Isso não passa de tolice, é claro, mas essa visão aparece mascarada em muitas atitudes adotadas pelo governo petista.

[...]

Vivemos num mundo mais arriscado e mais interessante do que aquele que existe na cabeça de certos ideólogos retardatários da esquerda aninhados na máquina petista. (VEJA, n.1872, p.48)

A voracidade com que Tales avança sobre o PT é o mote para o texto carregado de humor ácido nas páginas subsequentes. O discurso permanece o mesmo. Nele o alvo é o PT. A tática agora é a do pequeno dicionário das (re)criações políticas. *Veja* se lança a explicar o novo significado das palavras Gestapo, Fascista, Liberdade de Expressão, Democracia, Modernidade e Stalinismo com base em situações envolvendo o PT. Apenas a título de ilustração, fiquemos com o termo Modernidade.

O que é: o termo se refere a várias correntes artísticas do século XX – surrealismo, dadaísmo, suprematismo, cubismo, fovismo etc.

Novo significado: em uma entrevista, o líder do Movimento dos Sem-Terra, João Pedro Stedile, declarou: "Não existe nada mais moderno do que sonhar com o socialismo". Dado o fato de que o chamado socialismo real desmoronou em 1991, com a derrocada da União Soviética, o significado de "modernidade" mudou. "Modernidade", pelo menos a de Stedile, só pode significar algo parecido com "nostalgia de um movimento político que teve 75 anos para mostrar sua viabilidade na União Soviética, mas que desabou por sua própria corrupção e ineficácia". (VEJA, n.1872, p.55)

O tom se eleva com Diogo Mainardi. Com petulância, arrogância e preconceito, muitas vezes, o seu texto *nonsense* agride a tudo e a todos que não estão alinhados com o discurso de *Veja*. É a verdade defendida pelo veículo levada ao extremo.

Lula tem dono. Só eu posso chamá-lo de ignorante e autoritário. O resto é roubo. Roubaram Lula de mim.

Falei tanto de Lula nos dois últimos anos que quase me sinto seu amigo. Como Roberto Teixeira, acusado de favorecer uma empresa que fraudava as prefeituras petistas. Ou Mauro Dutra, acusado de desviar verbas do programa Primeiro Emprego. Ou Francisco Baltazar, acusado de negociar com um doleiro. Ou Paulo Okamoto, acusado de montar o esquema de arrecadação paralela do PT e que, atualmente, comanda o Sebrae. Duvido que todas essas denúncias sejam verdadeiras. José Dirceu garantiu que os petistas não roubam. Ou melhor, ele garantiu que os petistas não "róbam", roubando, inadvertidamente, a língua portuguesa.

[...]

A liberdade de debochar de um presidente é tão importante quanto a de denunciar roubalheiras. (VEJA, n.1872, p.135)

Percebe-se, por conta dos ataques diretos de Mainardi e das matérias que se seguirão, que o discurso da revista se situará numa outra lógica a partir do ano seguinte. De maneira bem mais contundente, *Veja* destilará suas palavras sem nenhum zelo para com a imagem ou a história do PT. Denúncias das mais obscuras e parciais, com inconsistência de fontes ou dados, tomarão conta das capas com maior frequência. Colocar uma redoma de vidro ao redor da economia, ou seja, blindá-la de escândalos, será uma estratégia utilizada pelo veículo para que as suas denúncias não venham a envolver ninguém da área econômica. Ficar-nos-á claro que para *Veja* sustentar o PT do ponto de vista econômico só é estratégico na medida em que, no campo político, a oposição se organize de modo a eleger o presidente. O desgaste, a um ano das eleições presidenciais, será político.

No final do ano de 2004, Lula iniciará a *despetização do governo*. Os ministros que sairão são aqueles que o desempenho ficou abaixo do aceitável. Eles também possuem uma outra característica em comum: “[...] todos se mostram críticos severos do mais inequívoco sucesso da administração Lula até o momento, a política econômica” (VEJA, n.1882, p.9).

Entende-se a desorientação dos reclamões do PT. Afinal, os resultados auspiciosos na economia foram conseguidos por uma política que eles condenam, dando-lhe o rótulo de neoliberal. Na visão deles, essa política só deveria gerar miséria. Ela gerou inflação baixa, crescimento e estabilidade. O ápice da histeria dos descontentes com o sucesso econômico da administração Lula, porém, partiu de um funcionário subalterno, Rolf

Hackbart, presidente do Incra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Hackbart atribuiu a morte de cinco militantes do movimento dos sem-terra em Minas Gerais ao agronegócio. Eles foram mortos por criminosos, alguns dos quais já presos. Atividade responsável pela maior parte das exportações e por um terço do PIB do Brasil, o agronegócio é justamente uma das maiores esperanças de uma vida melhor para todos os brasileiros. (VEJA, n.1882, p.9)

É fato que na história da política brasileira, muitos partidos se adequam ao jogo conforme a partida. O PMDB que estava dividido antes das eleições, agora entra quase por completo no barco governista. Para andar junto com o governo, Lula oferece mais cargos para os peemedebistas. *Veja* relata esta iniciativa como sendo o triunfo da racionalidade. A despetização que, aliás, soa parecido com dedetização é, aos olhos da revista, a certeza de que agora Lula iniciará um ciclo de eficiência técnica.

Um aspecto do triunfo da racionalidade na gestão pública está no fato de que não cabe mais especulação alguma sobre guinadas ou aventuras na política econômica. Nenhum círculo intelectualmente honesto poderá, a esta altura, supor que o governo trama uma alternativa ao caminho de sensatez trilhado até aqui. Na semana passada, Lula reafirmou o compromisso de seu governo com a política econômica do ministro Antonio Palocci. As razões para isso são ditadas pelo instinto de sobrevivência política do presidente. (VEJA, n.1882, p.37)

Veja entende por círculo intelectualmente honesto os especialistas que defendem o mesmo ponto de vista que o seu. O semanário faz, inclusive, um elogio ao PT que, após seu Encontro Nacional, manteve o “primor de sensatez” redigindo um documento defendendo a manutenção da política econômica como está, apesar da chiadeira das correntes de esquerda.

Redigida em 22 tópicos, a nota pede a queda dos juros, ressaltando que deve ser feita de forma "consistente e responsável", a redução da carga tributária e, num aceno à classe média, defende o reajuste da tabela do imposto de renda. A certa altura, a nota defende o trabalho de Palocci e chega a atribuir o bom desempenho de candidaturas petistas à "retomada da economia" e ao "crescimento do emprego". Bingo. (VEJA, n.1882, p.38)

Em meio a este cenário de mudanças *Veja* procura mostrar um outro racha dentro do PT ao relatar que o partido está jogando contra o governo. A figura a ser atacada novamente é José Dirceu que estaria conspirando de maneira contrária por puro capricho e insensatez, ao atacar as medidas econômicas de Palocci.

Em silenciosa rebelião, a bancada petista abandonou o plenário, deixando as sessões sem quórum e, com isso, dificultando a votação das medidas provisórias [...]. A bancada do PT nunca promoveu uma rebelião como a da semana passada, nem mesmo quando em pauta estavam assuntos que antagonizavam os parlamentares com as suas bases, como a reforma da Previdência Social.

José Dirceu teria ajudado a orquestrar a rebelião depois de uma reunião de duas horas com o presidente Lula, no Palácio do Planalto, da qual saiu frustrado ao ouvir que a coordenação política continuará sob o comando do ministro Aldo Rebelo, do PC do B. Dirceu, que adoraria voltar à função, está inconformado com seu papel de gerenciador dos programas federais, mas não conseguiu convencer o presidente a lhe dar a coordenação política. Diante disso, resolveu convocar seu exército parlamentar na Câmara por acreditar que, ao paralisar os trabalhos da Casa e emperrar a vida do governo, acabará por colocar o ministro Aldo Rebelo numa posição delicada. A estratégia parou realmente os trabalhos da Câmara, mas trouxe muito mais desgaste para o ministro José Dirceu. Informado do episódio, Lula voltou a conversar com o ministro e censurou seu comportamento. "Não conte com mudanças que não virão, não jogue contra o nosso governo", desabafou Lula, conforme o relato de um petista que testemunhou o diálogo. A interlocutores, Lula tem dito que prefere manter Aldo Rebelo, que o consulta antes de tomar qualquer decisão, a escalar Dirceu, que só o comunica depois de agir.

O ministro José Dirceu vive um mau momento no governo. Em público, poupa ataques à política econômica, mas, em privado, solta o verbo contra seu colega Antonio Palocci, como ocorreu na reunião de Lula e os dezessete ministros do PT, na Granja do Torto: "Não podemos ter a estabilidade como um fim, precisamos reduzir os juros, o superávit primário e acelerar os investimentos", reclamou Dirceu. Pouco depois, Lula pediu a palavra e, num discurso de trinta minutos, só fez defender Palocci. O chefe da Casa Civil também está descontente com o fato de não ser consultado por Lula na reforma ministerial. Diante disso, Dirceu já tem falado em reassumir seu mandato de deputado e presidir a Câmara, em que acha que teria maior influência sobre os rumos da política. Nos corredores do Palácio do Planalto, porém, pouca gente acredita que Dirceu deixou o coração do Poder Executivo. (VEJA, n.1882, p.38)

Veja quer fazer crer que, de fato, Lula está aborrecido com Dirceu e contentíssimo com Palocci.

Ao decidir "despetizar" o governo, Lula não quer apenas apoio político para desobstruir as propostas do governo no Congresso. Também quer colocar seu governo em um ciclo de eficiência administrativa, nos moldes do que conseguiu fazer na política econômica, cujos frutos começaram a aparecer. Nos ministérios mais vitais da área social, como Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, o presidente quer mudanças profundas das áreas técnicas, trocando filiados do PT por profissionais de reconhecida competência, independentemente de filiação partidária. (VEJA, n.1882, p.39)

Ao final de mais um ano e com a chegada do Natal, *Veja* logo anuncia que as festas natalinas de Lula serão bem melhores. "Boas notícias na economia mostram que o caminho está certo. Mas um bom 2005 depende de reformas" (VEJA, n.1882, p.40). A projeção que a revista faz para o ano seguinte é de bons resultados econômicos – mantendo a coisa como está, é claro – e necessidade de reformas estruturais que mexem com a estabilidade do emprego e a arrecadação do Estado. Enfim, mais daquilo que *Veja* acredita ser indispensável para o país que queremos ser.

“Às vésperas do Natal de 2004, um pacote de boas notícias deu ao presidente Lula a oportunidade de reafirmar com convicção que nada de substancial mudará na política econômica nos próximos dois anos” (VEJA, n.1882, p.40).

Algumas insatisfações dentro do governo, por conta principalmente da alta taxa de juros, levaram a revista a exclamar que, de fato, “os críticos da política monetária podem estar atirando no inimigo errado quando culpam os juros pela incerteza em relação ao fôlego da atual retomada do crescimento” (VEJA, n.1882, p.41).

O grave erro que se cometeu nos primeiros dois anos de governo foi não encaminhar, paralelamente às medidas destinadas a garantir a estabilidade macroeconômica, outras mudanças que dão horizonte de longo prazo à economia. Estas são, em sua maioria, de âmbito microeconômico. São medidas destinadas a remover gargalos na infra-estrutura ou a dar mais segurança aos investidores [...].

[...]

Para um feliz 2005 os bons resultados só serão mantidos se, aos acertos da política econômica, forem agregadas outras medidas:

- Marcos regulatórios: Definição das regras de funcionamento dos setores de infraestrutura e serviços, com destaque para o papel das agências reguladoras;
- Infra-estrutura: Privatizações ou concessões nas áreas de transporte e saneamento para agilizar a entrada de capital privado nesses setores;
- Lei de Falências: Sua aprovação é essencial para dar segurança às instituições de crédito e é peça fundamental para reduzir o spread [...];
- Reformas estruturais: A aceleração das reformas tributária e trabalhista e a conclusão da reforma previdenciária são essenciais para dar ao país horizonte de crescimento a longo prazo. (VEJA, n.1882, p. 41-42)

O grande problema do Brasil é o Estado brasileiro, um gastador que gera uma dívida pública equivalente a 55% do Produto Interno Bruto (PIB). Nas palavras do especialista Cláudio Considera: “É preciso acabar de vez com a Era Vargas” (VEJA, n.1882, p.42). Deixar de lado reformas importantes, como a trabalhista, por receio do desgaste político que isso possa gerar, pode ser um erro muito grave do governo Lula, reforça *Veja*. “O Brasil está diante de uma chance de ouro” (VEJA, n.1882, p.42).

É perceptível o discurso carregado de palavras de ordem de modo a sugerir o que é certo ou errado para Lula e o PT. Porém, o ano de 2004 foi marcado pelo excesso de elogios à política econômica e certa discrição em relação aos ataques ao partido. Temas como o retorno da censura por conta do CFJ, a compra do PTB e o dinheiro não declarado de Meirelles – que esboçaram algumas matérias mais contundentes – não reincidiram nas capas da revista. O ataque ficava

sempre nas entrelinhas e possuía alvo certo: a esquerda do partido ou todo aquele que se colocasse de forma contrária à política econômica de Lula. Os poucos escândalos foram apenas prenúncios daquilo que estava por vir no ano de 2005: o ano em que a estrela vai se partir³⁴.

3.3 O ANO EM QUE A ESTRELA SE PARTIU (2005)

O ano de 2005 é marcado pelas sérias denúncias levantadas pelos meios de comunicação sobre corrupção no governo do PT. As sequências de capas falando de escândalos levarão o PT a um grande desgaste. *Veja* inclusive sugerirá o impeachment do presidente nos momentos de crise mais profunda. De fato, a cena estava sendo armada para que nas eleições do ano seguinte o PT fosse o principal derrotado das urnas. A capa do dia 26 de janeiro de 2005 traz duas orelhas de burro e a seguinte manchete: ***O PT Deixou o Brasil mais burro?*** O tom da pergunta é apenas um ensejo para que a reportagem e os especialistas consultados pela revista respondam o que a mesma quer insinuar. Mas antes, uma pausa rápida para elogiar os rumos da política econômica.

Depois de dois anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil é um país melhor. A economia vive seu mais longo período de estabilidade em tempos democráticos. O governo, num exercício de sensatez, já demonstrou a seriedade de sua adesão aos instrumentos universalmente aceitos de estabilização econômica. (VEJA, n.1889, p.46)

Mesmo em meio aos elogios da condução econômica, um turbilhão de ataques se inicia afirmando que o PT está correndo o risco da involução se levar adiante os projetos de “oficializar a cultura, controlar a imprensa, barrar o inglês, asfixiar a universidade...” (VEJA, n.1889, p.46).

Deve-se ao governo petista o fato de que, hoje, o Brasil é um país com uma economia ainda mais estável e uma democracia ainda mais vigorosa. Mas, por trás desse panorama geral cuja tônica é o avanço, há sinais desconexos, que apontam para a aversão ao debate, a sovietação do conhecimento, o desprezo do mérito. Do embate entre esses dois vetores do governo resultará a direção pela qual o país vai seguir. Por enquanto, está-se no rumo evolutivo correto. Mas, dada a constelação de disparates que o governo anda produzindo, especialmente no que diz respeito à cultura e à educação, não é exagero dizer que o Brasil corre sério risco de involução. (VEJA, n.1889, p.46)

³⁴ Na última edição do ano de 2005, naquela em que se faz uma retrospectiva, *Veja* recordará toda uma série de escândalos de corrupção e estampará na capa a estrela do PT se ruindo – insinuando que o fim do partido havia chegado, tentando fazer crer que a reeleição não seria possível nem mesmo viável por conta dos baixos números de aprovação e da derrocada do patrimônio ético petista (VEJA, n. 1937, p.1).

Comparar as práticas do PT a modelos stalinistas significa desqualificá-las.

O governo já tentou controlar a produção cultural do país, quando quis fundar uma agência para direcionar os rumos do cinema e da televisão, a famigerada Ancinav. Já quis coibir a liberdade de imprensa ao propor a criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Agora, pressionado a limar as protuberâncias autoritárias da Ancinav e enterrar por inteiro o tal conselho de jornalismo, o governo acaba de sair-se com a idéia de criar a Lei Geral dos Meios de Comunicação de Massa. O estatuto nem começou a ser feito, mas – mau presságio – está sob os cuidados da mesma equipe do Ministério da Cultura que concebeu as amarras para o cinema e a TV. Numa aparente guerra aberta contra o conhecimento, o governo também propôs uma reforma universitária de tirar o fôlego: solapa a autonomia da universidade colocando-a sob o jugo de corporações, faz tábula rasa da meritocracia e, a pretexto de aprofundar vínculos da universidade com a comunidade, cai num democratismo de base incompatível com a vida acadêmica. (VEJA, n.1889, p.46)

Para a revista, já começa a ficar claro, o PT está deixando o país mais burro simplesmente por possuir uma postura política e pressupostos diferentes dos que ela defende. A questão do Itamaraty é enfática. Novas regras definiam que não era obrigatório a um funcionário ligado ao órgão saber inglês. “O Itamaraty é só o exemplo mais acabrunhante do nivelamento por baixo que, pelas mais diversas deformações ideológicas, vem sendo aplicado pelos chefes petistas na educação e na cultura” (VEJA, n.1889, p.47).

[...] ações de menor calibre, mas igualmente obscurantistas, têm brotado aqui e ali nos escalões intermediários do governo petista. Entre elas a ojeriza ao idioma inglês na cúpula da diplomacia e a nomeação de fiscais ideológicos do PT para as agências reguladoras da economia – justamente as instâncias que exigem alto preparo técnico e isenção acima de tudo.

[...] Desde que o PT, em junho de 2002, rasgou os empoeirados códigos leninistas que orientavam sua atuação e deu publicidade à sua Carta ao Povo Brasileiro, o partido tem sido uma força civilizatória no país. Aderiu à condução responsável da economia e aprofundou-a [...]. (VEJA, n.1889, p.48)

Veja sempre se refere ao avanço do partido no que diz respeito às medidas econômicas. No resto das ações o semanário reitera que os petistas mais erram do que acertam.

O que as iniciativas obscurantistas recentes dos petistas têm em comum é sua burrice na acepção mais brasileira da palavra, que não é apenas ignorância – é também teimosia, cegueira ideológica, preguiça, casmurrice e empacamento. As iniciativas refletem uma espécie de autismo nacionalista. (VEJA, n.1889, p.50)

A palavra burrice por si só já denunciaria o caráter ofensivo da reportagem. Não satisfeita, a mesma ainda desqualifica o partido com uma série de adjetivos que demonstram a raiva latente deste veículo de comunicação para com o PT principalmente no âmbito político, já que os elogios às práticas econômicas dos petistas aparecem sempre como um avanço e não como “empacamento”.

A reportagem também coloca em xeque a proposta do governo Lula de adotar medidas afirmativas na universidade. O projeto é chamado de “reforma universitária de orientação soviética” (VEJA, n.1889, p.48). Como para *Veja* o modelo soviético é o grande exemplo de atraso e insanidade, a revista incidirá seu discurso sobre o PT a fim de agredi-lo.

A proposta do governo embute ainda outro problema. Segundo um estudo feito pela Universidade de São Paulo, as cotas, caso implantadas, deixariam de fora três de cada dez jovens com nota suficiente para passar no vestibular. Em seu lugar, teriam direito a uma cadeira estudantes com avaliações quase 60% piores. O processo, portanto, levaria a uma inevitável queda no nível do ensino. (VEJA, n.1889, p.51)

Através de números levantados pela USP, sobre a quantidade de alunos com boas notas que ficariam de fora da universidade, *Veja* induz a um pensamento não expresso necessariamente na citada pesquisa: a de que os alunos cotistas diminuiriam o nível do ensino. Entretanto, convém ressaltar, alguns estudos sobre cotas, ao longo dos últimos anos, deixaram bem claro o contrário: o nível de aprendizado dos cotistas e não cotistas é praticamente o mesmo³⁵.

A proposta de reforma universitária é a mais assustadora pelo delírio, pela intenção de elevar as massas ao estágio superior do pensamento apenas pela boa vontade, como em um passe de mágica. Por seu motor totalitário, a reforma só funcionaria em um regime forte como a antiga União Soviética. Para ser implantada ela exigiria a ação coesa de um governo plenipotenciário, disposto até mesmo a desprezar a Constituição. (VEJA, n.1889, p.52)

A revista procura insinuar que o governo do PT haveria de rasgar a Constituição para fazer com que suas medidas vigorassem. Ou seja, declara que o PT não é um partido apegado à democracia e as suas instituições. A proposta de criar uma comissão gestora nas instituições privadas de ensino superior é, para *Veja*, um exemplo de que o PT não aprecia a atividade empresarial e o

³⁵ Leia um pouco mais sobre os mitos defendidos pelos que são contrários às cotas em DEZ MITOS SOBRE AS COTAS, acesso em 6 jun. 2009.

capitalismo. “O projeto asfixia as instituições particulares, submetendo-as ao controle da sociedade – que já se tornou o eufemismo preferido do petismo [...]” (VEJA, n.1889, p.52).

Expropriar as instituições privadas é burro, mas rende aplausos e reverências no Fórum Social de Porto Alegre. Serão mais aplaudidos os que disserem coisas como "o problema da educação superior no Brasil só será resolvido com a mudança radical do modelo neoliberal importado dos Estados Unidos". (VEJA, n.1889, p.53)

No mais, a matéria traz ainda a fala de 12 especialistas nas duas últimas páginas. É o saber destes e seus discursos que, enfim, determinará se o PT tem deixado o país mais burro ou não. De todos eles, apenas um não ataca as propostas petistas. Os outros 11 expressam falas como a da cientista política Lúcia Hipólito – “O IBGE poderia colaborar criando o IBP, índice de bobagens petistas, para apurar se o governo tem aumentado ou diminuído sua capacidade de falar besteiras” (VEJA, 1889, p.56) e a do filósofo Denis Rosenfield – “No Brasil, o governo contribui para o emburrecimento da sociedade” (VEJA, n.1889, p.57).

Após uma sequência de mais de 10 páginas, em que *Veja* havia perguntado, desde a capa, se o PT tinha deixado o país mais burro, a revista chega à sua conclusão que já estava dada desde a construção da pauta. Talvez não precisasse ser escrita. Contudo o caminho rumo à verdade é trilhado pela revista a fim de ratificar o seu discurso. É uma matéria que já nasce pronta, porém, conta com a colaboração de alguns especialistas para se fazer verdadeira.

O susto Severino é a manchete de capa da edição n.1893. Após a vitória do “rei do baixo clero” *Veja* procura explicar os fatos que levaram o PT à derrota na Câmara. A eleição de Cavalcanti, de fato, foi arquitetada pela oposição. Entretanto, a revista quer fazer crer que a culpa no episódio do Partido dos Trabalhadores como se a articulação em torno de um nome imprescindesse do voto que, nesse caso, foi dado ao deputado do Partido Progressista (PP) pela oposição, se valendo do voto secreto. O PT é criminalizado por conta do episódio. “A extravagante vitória de Severino, o ‘rei do baixo clero’, mostra o desprezo do PT pelo Legislativo e revela que a experiência de poder está esfacelando o partido” (VEJA, n.1893, p.39).

O presidente Lula disse que a derrota foi do PT. O candidato derrotado do PT, Luiz Eduardo Greenhalgh, afirmou que quem perdeu foi o governo. Até aí, nada de novo. Ninguém gosta de ser apontado como responsável por um fracasso, ainda mais quando

se trata de um naufrágio de proporções ciclópicas, como foi a escolha para presidir a Câmara dos Deputados do obscuro deputado pernambucano Severino Cavalcanti, do PP, o partido de Paulo Maluf. O presidente americano John Kennedy, assassinado em 1963, dizia que "a derrota é orfã e a vitória, cheia de pais". Sob esse ponto de vista, a derrota do governo na eleição para a presidência da Câmara é atípica. Ela tem três pais. O primeiro deles é o próprio Greenhalgh, um advogado de longa militância esquerdista que sempre fez questão de dizer que escolhe as causas que defende por preferência ideológica.

O segundo progenitor da derrota é o PT. [...] O episódio mostrou que o partido, no exercício de seus dois primeiros anos de poder federal, gerou entre os deputados um sentimento de repulsa que, até agora, estava contido e dissimulado. Na eleição de Severino, aproveitando o anonimato do voto secreto, os deputados mandaram seu recado de repúdio às práticas prepotentes e hegemônicas do PT [...]. Como quase todas as siglas de origem socialista, o partido traz em seu código genético um certo desprezo pelo Parlamento [...].

O terceiro, e último, pai da maior derrota política de Lula é o Palácio do Planalto. (VEJA, n.1893, p.39)

Nenhuma alusão é feita à oposição. No texto, parece que os deputados que votaram em Severino não têm culpa alguma. O governo não nos deu alternativas – insinua a revista a partir da fala de um deputado. O discurso chega ao ponto de sugerir que, por conta dos erros do PT, a Câmara escolheu um presidente desvairado que não sabe o que fala.

Em sua primeira entrevista depois da vitória, Severino deu a conhecer uma pauta de outros projetos que não aqueles destinados tão-somente a melhorar a qualidade de vida de seus pares na Câmara. O novo presidente se disse contra a autonomia do Banco Central e atacou a política econômica do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que ele, como deputado, sempre apoiou. No campo político, defendeu a coincidência de todas as eleições do país e pregou a prorrogação por dois anos do atual mandato do presidente Lula. Ao analisar a meia hora de entrevista, a jornalista Dora Kramer, colunista do jornal O Estado de S. Paulo, resumiu admiravelmente a cena. Severino, segundo ela, se mostrara "um presidente da Câmara desprovido – pelo menos naquele momento – de organização mental e articulação oral para estabelecer um diálogo razoavelmente sensato". (VEJA, n.1893, p.42)

Para a revista está claro que Severino não é o presidente ideal. Ela não o defende. De fato ela ataca o PT de modo a desgastá-lo politicamente afirmando que suas estratégias continuam sendo aquelas que o PT parecia ter deixado para trás. *Veja* insiste na tese de que o fisiologismo do PT e sua crença de se tornar hegemônico são práticas prejudiciais à política de coalizão que deve permear a democracia.

Em sua coluna, Tales Alvarenga escreve que o governo Lula usa dois pesos e duas medidas conforme o grau de envolvimento de partidários seus em crimes. Para medir o interesse de Lula para investigação de crimes, Alvarenga sugere um Lulômetro. Suas palavras buscam

desqualificar a postura de Lula de querer fazer justiça com agilidade no caso do assassinato da missionária Dorothy Stang e não querer mexer em caso como o de Waldomiro Diniz.

Waldomiro foi braço-direito do chefe da Casa Civil, José Dirceu. Ocupou o cargo de assessor parlamentar do ministro. Waldomiro é acusado de ter usado o poder de seu cargo para produzir a renovação de um contrato milionário entre a Caixa Econômica Federal e uma empresa privada. Mas ficou mais conhecido por outro fato. É o homem que aparece numa fita de vídeo de 2002 pedindo propina e contribuições de campanha a um integrante da máfia do jogo, Carlinhos Cachoeira. No caso Waldomiro, o ponteiro do Lulômetro ficou parado no zero. O processo não sai do lugar há um ano. (VEJA, n.1893, p.61)

Para Tales, o governo Lula quer esconder e mostrar o que lhe convém. Suas palavras pretendem também reabrir feridas e relembrar acontecimentos que não estavam mais em voga, como é o caso da morte do prefeito do PT, Celso Daniel, e o próprio episódio Waldomiro. Deste modo, Alvarenga afirma que o PT está sendo hipócrita ao não agir com ênfase em todas as situações, e mais: o governo Lula não tem moral para pedir rapidez no caso Dorothy, pois existem coisas ainda a serem resolvidas que colocam o PT no centro da investigação. Se na matéria de capa a intenção era culpar o PT dentro de um contexto de disputa política, agora o mote é criminalizar o PT com casos de polícia. Este é o caso da edição n.1896. *Tentáculos das FARC no Brasil*. “Espíões da Abin gravaram representante da narcoguerrilha colombiana anunciando doação de 5 milhões de dólares para candidatos petistas na campanha de 2002” (VEJA, n.1896, p.1). Se o dinheiro vem das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), então, é dinheiro sujo. “Os 5 milhões de dólares saíram de Trinidad e Tobago e entraram no Brasil por intermédio de cerca de 300 empresários amigos do PT, que, por sua vez, doaram o dinheiro aos comitês regionais do partido como se fossem contribuições suas” (VEJA, n.1896, p.45).

Reuniões secretas em locais retirados, espião infiltrado, documentos sigilosos e esquema de repasse de dinheiro sujo de forma meticulosa. Parece mais cena de filme, mas é o cenário relatado na reportagem onde se reúnem alguns petistas. *Veja* afirma que teve acesso a documentos sigilosos que de modo algum poderia revelar. “Sob a condição de não reproduzi-los nas páginas da revista, VEJA teve acesso a seis documentos da pasta que trata das relações entre as FARC e petistas simpatizantes do movimento” (VEJA, n.1896, p.46).

No Brasil, a grande mídia trata as FARC não como um grupo revolucionário, mas terrorista. Afirmar que esquerdistas do PT se relacionam com terroristas é rotulá-los de terroristas também³⁶. E *Veja* vai até as últimas consequências para sustentar esta hipótese.

VEJA investigou a veracidade das informações arquivadas na sede da Abin. Será que houve mesmo um encontro numa chácara em Brasília? O encontro teve a presença de representantes das Farc? Falou-se ali na doação de 5 milhões de dólares? Para responder a essas perguntas, VEJA localizou o agente da Abin que se infiltrou na reunião das Farc e ouviu outros dois funcionários da agência que tiveram contato com a investigação, além de procurar os esquerdistas que foram ao encontro. A apuração comprovou a reunião, o local, a data e os personagens. Só não encontrou indícios suficientemente sólidos de que os 5 milhões de dólares tenham realmente saído das Farc e chegado aos cofres do PT. A doação financeira é dada como realizada pelos documentos da Abin, mas a investigação de VEJA não avançou um milímetro nesse particular. (VEJA, n.1896, p.46)

Apesar de não declarar abertamente que o PT recebeu dinheiro das FARC, só de frisar que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acredita que isso ocorreu, *Veja* já quer fazer crer que a sua suposição é um fato. Além disso, munida da verdade, a revista diz ter respondido a todas as outras dúvidas que ainda pairavam sobre a suposta reunião, o seu local e seus participantes. Na sua conclusão, sem sombra de dúvidas, os petistas mantém relações com terroristas.

Considerando-se o currículo das Farc, a história também faz sentido lógico. Fundadas na década de 60, as Farc começaram a se envolver com o tráfico na década de 90, quando os maiores traficantes colombianos passaram a remunerar os guerrilheiros em troca de segurança armada para os plantadores de coca. Com o envolvimento direto com o tráfico, a organização acabou tornando-se financeiramente poderosa. Sabe-se que os cartéis colombianos da cocaína usam as ilhas de Trinidad e Tobago como um entreposto, estocando ali a droga que embarcam para a Europa. Por coincidência, é de Trinidad e Tobago que o dinheiro das Farc saíria para entrar nos cofres dos candidatos esquerdistas, conforme mostram os documentos arquivados na Abin. Apesar da verossimilhança e da aparência lógica do esquema, é vital ressaltar que, fora os registros feitos pelos espiões da Abin, não foram encontradas evidências sólidas da ajuda financeira da guerrilha da Colômbia. (VEJA, n.1896, p.46)

A despeito de afirmar em todo o tempo que não há comprovações muito claras sobre o dinheiro das FARC para o PT (fora as da Abin), *Veja* indicia que a possibilidade deste acordo financeiro não seria algo impossível. A matéria é extremamente repetitiva e procura insistir na reafirmação das mesmas questões de que o PT está envolto com criminosos. Tanto que uma matéria

³⁶ “[...] embora o governo brasileiro insista em considerar oficialmente as Farc como um grupo guerrilheiro – e legítimo, portanto –, recusando-se a reconhecer o que elas realmente são. Ou seja: um conluio oportunista de guerrilheiros, terroristas e narcotraficantes”. (VEJA, n.1896, p.47)

subsequente traz um relato de alguns acontecimentos envolvendo as FARC. A idéia não é explicar como surgiu e o porquê da luta destes guerrilheiros. *Veja* traz à cena apenas eventos isolados sobre a guerrilha que visam criminalizar o grupo que está envolvido com o PT. “A maior parte dos recursos do maior grupo guerrilheiro colombiano é obtida por meio de três atividades criminosas – sequestros, tráfico de drogas e roubo de gado” (VEJA, n.1896, p.51).

Envolver o partido na lama da criminalidade não é o objetivo da *Carta ao Leitor* nem mesmo da coluna de Diogo Mainardi. No primeiro, a intenção é incomodar o PT com a questão dos impostos. Todo defensor do Estado mínimo que se preza precisa incomodar o governo no que tange às taxas governamentais. Novamente a sua receita é que deve ser adotada para que o país cresça ainda mais.

Ninguém precisa ser especialista para saber que o volume de impostos, taxas e contribuições compulsórias pagos pelos brasileiros superou o nível do tolerável. Na semana passada, o governo do presidente Lula deu uma demonstração pública de que começa a perceber a gravidade desse obstáculo ao progresso e ao bem-estar da população.

[...]

Pela primeira vez o governo reconhece internamente que, para não arriscar uma derrota em 2006, não pode permitir que a carga tributária se torne a questão principal da campanha. Para isso só existe um caminho: diminuí-la. Eis aí mais um benefício das eleições e da democracia. (VEJA, n.1896, p.9)

Nas últimas páginas, Diogo Mainardi prossegue com a sua sessão de ataque ao PT e ao governo Lula que passa a ser uma tradição a cada número da revista. Por birra, preconceito ou opção política, ou mesmo as três atitudes simultaneamente, Mainardi traz em seu discurso uma série de palavras contra Lula. “Minha coluna se transformou numa espécie de bestiário lulista, em que colecionei todas as suas monstruosidades. Amolá-lo virou meu dever. Virou meu bordão. Virou meu ponto-de-venda” (VEJA, n.1896, p.128).

Era bom depreciar Lula quando ninguém o fazia. Agora não. Todo mundo o deprecia. Mais e melhor do que eu. Institutos de pesquisa indicam que a popularidade do presidente continua alta, com 60 e tantos por cento. Não sei onde está essa gente toda. Não conheço ninguém feliz com ele. O único ponto que as pessoas ainda insistem em elogiar é a gestão da economia. É um erro. É dar-lhe uma canja indevida. Lula só é elogiável quando se considera a baixa expectativa que havia em relação a ele. O problema é que Lula não pode ser comparado a ele mesmo. Ele não concorreu sozinho à eleição. Seu adversário era José Serra. Para elogiar a gestão da economia de Lula, é necessário achar que o país estaria pior caso Serra tivesse sido eleito. Eu não acho isso.

Acho que estaria melhor. Faríamos tudo igualzinho. Só que não teríamos perdido dois anos. (VEJA, n.1896, p.128)

Mainardi deixa bem claro qual a sua opção política, mesmo que seu tom beire o ridículo. A partir desta edição Diogo anuncia que não falará mais de Lula. “Esta é a última coluna em que Lula irá aparecer. Achincalhá-lo foi uma farra por dois anos e meio. Agora a farra acabou. Peguei bode. Estou farto. Fico com perebas na pele só de ver sua cara ou ouvir sua voz. Somatizei Lula” (VEJA, n.1896, p.128). Veremos adiante que sua promessa não será cumprida por motivos óbvios: ele está ali exatamente para ser o discurso extremado da *Veja*, a exacerbação do texto das matérias, aquele que nem mesmo os “bons números econômicos do governo” podem mudar a sua opinião em relação ao PT.

Para encerrar, a última página desta edição, escrita por Roberto Pompeu de Toledo, traz uma insinuação interessante para o cenário político um ano antes das eleições: em sua opinião, o PT e o PSDB deveriam se unir para pôr fim à política de trocas que precisam ser feitas com os partidos de aluguel após cada pleito.

A polarização da política brasileira entre PT e PSDB faz mal à política brasileira. É a principal responsável pelas barganhas, pelo fisiologismo, pelas tenebrosas transações e pelas diversas modalidades de atentado ao Erário, às instituições e ao pudor a que a pobre pátria, tão distraída, tem sido submetida. (VEJA, n.1896, p.134)

Toledo afirma que nestes dois partidos estão os melhores quadros de políticos do país e suas diferenças já não são tão grandes mais. Separados eles se digladiam enquanto políticos oportunistas ganham com as negociatas entre estes e os partidos pequenos. De fato, seu discurso enseja que ambos possuem, agora, a mesma prática. “Muita coisa une o PT e o PSDB. Inclusive, desde que o PT assumiu o poder, o grosso da linha doutrinária” (VEJA, n.1896, p.134). Logo, o que suas palavras tentam mostrar é que as diferenças de outrora não são mais um problema, pois a partir da experiência de governo do PT, suas práticas o igualam ao PSDB. Venceu, então, no cenário demonstrado pela revista, a tese de que não há outra possibilidade nos rumos político-econômicos, sendo assim, não tem porque estes dois partidos disputarem.

Uma sequência de 14 capas, equivalente a 3 meses e meio de matérias desgastando o governo e incriminando o PT, serão trabalhadas por *Veja*. A edição n.1906 traz um rato de terno e gravata

(gravata vermelha, por sinal) com um anel de ouro, charuto e a seguinte manchete: ***Corruptos, estamos perdendo a guerra contra essa praga.*** A matéria falará estritamente sobre as possibilidades abertas no sistema político brasileiro para a proliferação da corrupção e como exemplo, obviamente, falará do ocorrido no governo Lula e a iminência de instauração da CPI dos Correios e suas possíveis descobertas.

Contudo, chama-nos atenção o fato da palavra corruptos tomar o lugar da palavra corrupção na página inicial da revista. O PT sempre utilizou como estratégia propagandística algumas palavras em que, entre elas, se inseria a sigla do partido, como é o caso de oPTEi, PinTou um ParTido, entre outros. Apesar do PT não receber destaque entre a palavra, o fato é que sua utilização remete a isso, ao Partido dos Trabalhadores. Sendo assim, vejamos como nesta sequência de edições, muito mais que neste único exemplar, o partido foi execrado a cada matéria chegando ao ponto de ser tornado público pelo semanário, em tom de campanha mesmo, o pedido de impeachment de Lula. *Veja* foi uma autêntica porta-voz da oposição e arauto de seus discursos neste período de crise no governo Lula. Destarte, sua verdade buscará esmiuçar o PT a fim de desqualificá-lo sugerindo inclusive a sua derrocada.

Após o último escândalo de corrupção, envolvendo um funcionário dos correios que cobrava propina e foi filmado pelas câmeras cometendo tal ato, *Veja* passa agora a investigar ligações entre os petebistas e o PT. De início ela já indicia que os petistas têm culpa. Ao lado de Roberto Jefferson, líder do PTB, Lula posa para uma foto que vem acompanhada da seguinte frase: “Diga-me com quem anda que direi quem você é, a menos que faça de público a diferença. Em vez disso, Lula se solidariza com o PTB e Roberto Jefferson e, assustado e atônito, mobiliza o governo para impedir a criação da CPI dos Correios” (VEJA, n.1906, p.39).

Outro receio do governo é que esses tentáculos possam enlaçar também estrelas do próprio PT, principalmente aquelas mais ligadas à área financeira do partido. Movido por esse temor, que em alguns momentos da semana passada beirou o pânico, o Palácio do Planalto deslanchou sua maior mobilização no Congresso desde a posse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios. É uma pena. (VEJA, n.1906, p.39)

Ao longo de 16 páginas, a revista trabalhará o tema corrupção e procurará explicar que situação é esta que o país atravessa, como contorná-la e quem são os responsáveis. O PT, Lula e seu

governo estão temerosos nesta luta contra a CPI. “A crise que se seguiu à divulgação por VEJA do vídeo da corrupção nos Correios espalhou o receio de que o caso acabasse se multiplicando em outros escândalos” (VEJA, n.1906, p.44). Além disso, teme-se que haja um desgaste da imagem de Lula e que algumas pessoas do partido sejam perseguidas. De fato, para *Veja*, o PT está sofrendo do mesmo mal que sempre alardeou combater (o da corrupção) a partir da instauração de CPI’s.

A azáfama do governo contra a CPI é a ironia elevada à última potência. As estrelas mais cintilantes do PT arregaçaram as mangas para barrar a CPI, esse poderoso instrumento que ajudou a construir a fama de defensores da ética de boa parte dos petistas hoje no governo. Nada como um dia após o outro. (VEJA, n.1906, p.44)

O texto afirma que a CPI é o melhor caminho para que o cenário político brasileiro se livre dos corruptos. O que preocupa a revista é a posição de Lula em relação aos acontecimentos³⁷ e contrária à CPI.

Na mesma quarta-feira, Lula jantou com quatro governadores e pediu que convencessem suas bancadas a retirar o apoio à CPI. [...] Lula deve uma explicação aos brasileiros sobre por que está antevendo crise política e perigo para as instituições na investigação de corrupção de um funcionário de terceiro escalão dos Correios ligado a caciques do PTB, partido que, não é de hoje, sempre esteve na coluna dos custos dos governantes. (VEJA, n.1906, p.45)

Como se vê, a revista começa a desgastar a imagem do presidente insinuando que o mesmo tem escondido algo. Ao interpelar Lula, *Veja* se propõe a ser a descobridora da verdade, aquela que conseguiu arrancar uma confissão do presidente³⁸. Ainda sobre a CPI dos Correios, a revista faz uma acusação em tom de chacota – com base numa polêmica cartilha desenvolvida pelo governo – com o intuito de ligar o presidente Lula a um outro que ela na época apoiou e fez questão de esquecer, porque acabou derrubado.

Há outras ironias da história no episódio. O governo petista montou uma tropa de choque para evitar uma CPI cuja primeira vítima potencial é o deputado Roberto Jefferson, do PTB, o mesmo que liderou a tropa de choque que tentou salvar Collor do

³⁷ Nas revistas que se seguirão, *Veja* fortalecerá esta tese de que o presidente sempre soube do esquema de corrupção e, deste modo, deve explicações à população.

³⁸ Esta artimanha se equipara também àquela utilizada pela revista em relação à opção do PT pela política econômica outrora criticada. Com isso *Veja* quer provar que estava certa (que sua verdade imperou) e que tudo aquilo que o partido acreditava antigamente ficou para trás por jamais ter sido uma verdade de fato e sim uma ilusão, uma utopia como a mesma gosta de dizer.

impeachment. Será que foi por isso que a famosa cartilha de expressões politicamente corretas do governo proibia que se falasse "farinha do mesmo saco"? (VEJA, n.1906, p.45)

Na edição seguinte Roberto Jefferson aparece na capa como sendo o homem bomba, sujeito capaz de levar às ruínas o PT e alguns de seus principais políticos. Nas páginas da matéria, a vassoura do PT tenta varrer Jefferson para debaixo do tapete vermelho. Ou seja, o partido está armando um esquema para encobrir fatos que põem em xeque a sua imagem. O que Roberto Jefferson sabe que tanto apavora o PT? “A operação anti-CPI falhou. E Jefferson já disse que, se sentar no banco dos réus, três petistas sentarão junto: José Dirceu, Delúbio Soares e Silvio Pereira” (VEJA, n.1907, p.48).

Já surgiram indícios de que o PT também tinha alguma participação no esquema espúrio dos Correios desvendado pelo jornalista Policarpo Junior, da sucursal de VEJA em Brasília. Segundo confessa candidamente o próprio senador Fernando Bezerra, que vem a ser líder do governo no Congresso, na reportagem que pode ser lida na página 52 desta edição, um indicado seu para os Correios não poderia ser empossado enquanto não fosse concluída uma licitação milionária de interesse do PT na estatal. (VEJA, n.1907, p.49)

CPI instalada, jornalista que desvenda esquema espúrio, cenário armado para que *Veja* comece a sua contundente crítica ao PT. Em uma foto na página 50, seis deputados da oposição aparecem com uma faixa: “PT: quem te viu!, quem te vê!”. Ou seja, a revista dá publicidade e endossa o coro dos tucanos de que o PT não é mais aquele. Após narrar uma cena em que José Dirceu e Aldo Rebelo visitam Jefferson a fim de pedir-lhe que seus aliados retirem suas assinaturas para instauração da CPI, *Veja* enseja que algo preocupa o governo e essas jogadas do PT nos bastidores passam a demonstrar que o partido tem alguma culpa no vasto esquema de corrupção. “A operação abafa do governo foi a maior mobilização política já realizada nos trinta meses de governo petista e incluiu seis ministros e um punhado de aliados” (VEJA, n.1907, p.50).

A revista ressalta que o PT se enfiou em uma séria crise por conta dos aliados nada amigos que fez na caminhada rumo ao Planalto e também dos compromissos que firmou a fim de governar. O apadrinhamento é uma das táticas utilizadas pelos políticos brasileiros para garantir o domínio sobre seu curral eleitoral. Isso historicamente tem acontecido assim. O que *Veja* quer evidenciar é que o esquema montado pelo PT tinha por meta lotear o Estado de modo a garantir a continuidade do projeto petista de governo. Achando que estava fazendo bem o partido estava

mesmo era fazendo mal, dando mostras claras de que suas decisões políticas estão muito aquém de uma agremiação moderna e preocupada com a política democrática do século XXI. A política do PT se tornou criminosa, logo, deve ser combatida, investigada e expurgada.

Petry disse a VEJA que, no ano passado, os Correios enviaram cartas-consulta a nove empresas para fazer uma tomada informal de preços. Procuradas por VEJA, três delas declararam que deixaram de responder à consulta porque simplesmente não vendem os kits de informática. É estranho que os Correios tenham consultado essas empresas. A mancada teria sido fruto de amorismo ou elas foram chamadas para a licitação apenas para fazer número? Quatro empresas mandaram seus orçamentos. Quem ofereceu o menor preço? Segundo Petry, a Novadata do amigo de Lula. [...] Marinho afirma que essa concorrência estava dirigida para que a Novadata, sempre ela, ganhasse. (VEJA, n.1907, p.53)

Como se vê, o cenário está armado tendo o PTB no centro deste esquema de corrupção e favorecimentos. *Veja* estabelece uma série de ligações entre figuras petebistas e seus apadrinhados que teriam por objetivo angariar fundos para os cofres do partido fortalecendo deste modo a máquina liderada por Jefferson. Entretanto, sendo o governo do PT, tudo isto conta com uma vasta contribuição do partido. Henrique Brandão, corretor de seguros, amigo e sócio de Roberto Jefferson, por exemplo,

[...] conquistou influência invejável no governo: há estatais fazendo de tudo – até violando normas técnicas – para entregar os seguros nas mãos de Brandão. E essa malandragem conta com a alegre contribuição de diretores indicados pelo PT. Será uma sociedade que funciona na sombra? (VEJA, n.1907, p.56)

O princípio da crise do ano de 2005 terá ainda outros episódios de corrupção noticiados pela revista como o descaso do governo para com a Amazônia e seu loteamento por parte de pessoas ligadas ao PT. Este é o tema da edição seguinte.

Na capa, a palavra corrupção está em destaque e os protagonistas são petistas que aceitavam propina para devastar a Amazônia. Vê-se a nítida intenção da revista de sujar a imagem do partido – ainda pouco manchada em meio às denúncias que mais tinham a ver com o PTB e com o governo do que com o partido propriamente – e alardear que o pouco de ética que lhe restava chegou ao fim. Antes do ataque, obviamente, fora preciso fazer a defesa do governo na *Carta ao leitor* por conta dos rumos da economia e reiterar que Lula só está ali porque mudou sua postura, sendo a *Carta ao Povo Brasileiro* o maior indício disto.

Em clareza de propósitos e na definição do que realmente é vital para o futuro do Brasil, o presidente não poderia ter ido mais direto ao ponto. Talvez em apenas uma outra ocasião no passado recente Lula tenha se apresentado ao país com um discurso tão afinado com as necessidades da sociedade brasileira. Isso se deu em plena campanha presidencial de 2002, quando Lula e o PT comunicaram aos eleitores por meio da Carta ao Povo Brasileiro seu reconhecimento de que a estabilidade da moeda e a sanidade das contas públicas não eram dogmas importados dos Estados Unidos, mas conquistas a serem preservadas. Ao aplinar as dúvidas sobre a condução da política econômica que o então candidato levaria a cabo caso eleito, a promessa da carta, em última análise, levou Lula ao Planalto. (VEJA, n.1908, p.9)

Para *Veja* parece ser difícil aceitar outra possibilidade em relação à eleição de Lula em 2002. Temos por certo que apesar da mudança de discurso de Lula e de uma parcela do PT, sabemos também da insatisfação do povo brasileiro com os últimos anos do governo FHC. Porém, para a revista não há outra resposta para a eleição de Lula, pois, em sua maneira de ver, não há outra via senão a dá liberalização da economia, enxugamento do Estado e privatizações. É o fim da história, única alternativa. Sua verdade, subsumida em seu discurso, procura fazer crer que o PT é de fato mais um partido que mudou (ou aceitou a mudança) porque estava, anteriormente, equivocado, desgarrado da realidade defendida por *Veja*. A reportagem especial sobre corrupção começa acusando o PT.

A ação policial provocou alívio entre os defensores da mata e os brasileiros que não suportam mais assistir ao crescimento da corrupção no país, mas – como não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos – deverá causar também mais um constrangimento para o governo federal.

Pelo menos três dos detidos na operação foram nomeados pelo atual governo e pertencem aos quadros do PT. No comando do roubo da floresta, segundo a PF, estava o número 1 do Ibama em Mato Grosso, Hugo Werle. Gerente executivo do órgão, Werle é membro do conselho fiscal do PT no estado e foi o arrecadador extra-oficial de fundos de campanha do partido nas últimas eleições municipais em Cuiabá. (VEJA, n.1908, p.121)

A reportagem continua, afirmando que boa parte das arrecadações da venda da mata eram feitas para engordar o caixa de campanha do PT de Cuiabá. O banditismo tomou conta do partido, logo, não é mais digno de confiança e exemplo de idoneidade.

A revelação de que um integrante de seus quadros – que cumpriu papel de arrecadador de campanha para o partido – estava no comando de uma gangue que ceifava a selva amazônica em troca de propinas surte o efeito de uma bomba de napalm em uma sigla que até há muito pouco tempo tinha na moralidade sua maior bandeira. Nas horas seguintes à divulgação da Operação Curupira, a ministra do Meio Ambiente, Marina

Silva, veio a público para dizer que o esquema entre madeireiros e o Ibama não surgiu no governo Lula: "Existe há décadas", reagiu. É verdade. O que a constrangida ministra não pôde negar, no entanto, é que, embora o esquema se perpetue há tempos, os cupins que dele participam se renovaram. E alguns dos que hoje estão em ação carregam no peito a estrela de seu partido. (VEJA, n.1908, p.124)

O PT mudou. Antes, quando era oposição, estava sempre à frente dos discursos moralizantes que pediam a todo o tempo a instauração de CPI's. Agora o partido quer enterrar ou mesmo impedir o funcionamento da CPI dos Correios.

É difícil entender por que o governo teme tanto investigar a corrupção quando a corrupção é um dos grandes inimigos do país – e o PT, particularmente, sempre fez esse diagnóstico. Uma pista está no que o ministro José Dirceu já confessou a correligionários: que uma CPI "minimamente bem-feita" pegaria Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e Silvio Pereira, o secretário-geral do partido. Como os dois petistas, o tesoureiro e o secretário, sempre tiveram amplo trânsito no governo, da sua montagem até os dias de hoje, suspeita-se que a descoberta de alguma atividade heterodoxa de um deles acabe respingando no próprio governo – o que explicaria o empenho oficial em barrar a CPI. Entre os mais argutos observadores da cena brasileira, comenta-se que o receio do governo seria maior em relação aos trabalhos de Delúbio do que nos de Silvio Pereira. Silvio Pereira seria o detentor de segredos sensíveis, mas cuja revelação poderia causar um estrago de caráter apenas político. Já a descoberta de algum deslize de Delúbio Soares, com sua missão de lidar com enormes quantias de dinheiro, poderia produzir um rombo no casco ético do governo. (VEJA, n.1908, p.133)

Com isso *Veja* quer mostrar que o PT tem parte no escândalo do loteamento dos cargos públicos e sua conduta na tentativa de impedir o avanço de determinadas investigações são, enfim, uma evidência de sua culpa. Estes episódios serão os subsídios necessários para que outras onze edições contenham matérias ainda mais cruéis no trato para com o PT e o governo Lula. O tom há de se elevar na medida em que os meses vão passando e a eleição chegando. Delúbio Soares, tesoureiro petista, será comparado à Paulo César Farias – remetendo ao célebre caso de corrupção que levou Fernando Collor ao impeachment. Lula será comparado ao próprio Collor. Enfim, tudo caminhará para o pleno desgaste do PT e de Lula. Segue a opinião de Tales Alvarenga como um indício disto.

O PT também tem uma ética que é uma placa na parede, invisível. Quando se tratava de enquadrar os adversários como antiéticos, o PT exibia sua placa com orgulho. Julgando-se os únicos representantes da correção política, os petistas consideravam os adversários suspeitos naturais. Como pit bulls da moralidade, atacaram os que cercavam José Sarney, morderam merecidamente Fernando Collor e ficaram de dentes à mostra para Fernando Henrique durante oito anos. Rosnavam. Para marcar sua diferença de FHC tentaram abrir CPIs a qualquer indício de deslize no governo tucano,

que na visão deles estava tão apodrecido que Fernando Henrique deveria ser punido com o impeachment.

Agora, os petistas do governo estão atolados em acusações sobre falcaturas envolvendo auxiliares diretos e aliados políticos. Nessa situação, as lideranças do PT ficaram cegas diante de sua tábua ética, aquela que só existe para os rivais. Tentaram evitar a CPI dos Correios por meio de transações escandalosas com deputados, fizeram chantagem emocional contra petistas que querem a investigação, ameaçaram com punições seus quadros rebeldes e acusaram os adversários de atentar contra a estabilidade das instituições nacionais. Vão usar todos os métodos que tiverem à mão para evitar que a verdade venha à tona na CPI. Qual é a razão de tanto medo? (VEJA, n.1908, p.138)

Destarte, as acusações que diziam respeito aos partidos aliados agora já incidem contundentemente sobre o PT e apenas sobre ele. Na opinião de *Veja*, o partido está querendo esconder a verdade, pois esta o amedronta. Como perseguidora da verdade que a revista diz ser, matérias serão lançadas a fim de defender a tese de que o PT é o grande responsável por toda a corrupção no país. Como medida disciplinar *Veja* enunciará que as urnas darão ao PT a resposta por tal ato.

A edição n.1909 traz Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, na capa. A cor vermelha de fundo remete ao próprio partido. Desde as primeiras páginas o que estará em maior evidência é a sucessão de escândalos que a revista afirma ter o PT como arquiteto. Nas páginas amarelas uma entrevista com um ex-petista, o deputado do Partido Verde (PV) Fernando Gabeira, tem a seguinte manchete: ***O PT acabou***. Em resumo, *Veja* dará publicidade às insatisfações de Gabeira com o PT e fará da fala dele sua própria expressão de insatisfação com o partido. Lula traiu a nação, o autoritarismo é algo intrínseco ao PT, o socialismo e o marxismo são posturas atrasadas, dirá Gabeira.

Veja – Qual o futuro da sigla, na sua opinião, diante dessa crise?

Gabeira – O PT tem um grave erro de origem. Ele opta pelo centralismo democrático, que foi um instrumento criado por Lênin, no princípio do século XX, para organizar trabalhadores fabris na luta contra o Exército do czar. Ora, nós já estamos no princípio do século XXI e o PT continua fazendo coisas em nome desse centralismo, como a expulsão da senadora Heloísa Helena. Isso é uma coisa ridícula, já não existe mais. Na Inglaterra, 240 deputados do Partido Trabalhista votaram contra a guerra no Iraque e continuam lá, ninguém vai expulsá-los. O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido.

Veja – Do ponto de vista histórico, então, o PT estaria condenado. E do ponto de vista ideológico?

Gabeira – Desse ponto de vista, ele não existe mais. Acabou, foi para o espaço. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava.

Veja – Em que momento isso aconteceu?

Gabeira – Quando ele achou que poderia abrir mão da bandeira ética que mantinha quando estava na oposição. [...]. (VEJA, n.1909, p.14)

É perceptível o interesse em destituir do PT uma série de preceitos que o ajudaram a constituir-se como partido. Reposicionar-lhe no âmbito da história a fim de criar uma outra imagem sobre o mesmo é o principal objetivo da entrevista. Quando *Veja* coloca um ex-membro do partido proferindo palavras contrárias às crenças e práticas deste, sua intenção é mostrar a todos que o PT não é o que sempre disse ser. Logo, ela busca fazer crer que, de fato, a história do PT é outra. Na sequência, a reportagem principal afirma que o PT assombra o Planalto, ou seja, as práticas petistas são as responsáveis pela crise do governo Lula. Na imagem utilizada para retratar a matéria, a estrela do PT está rachada e sua sombra já toma conta do palácio presidencial.

As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, detonaram a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma espessa nuvem de fumaça sobre o futuro próximo. Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de 30.000 reais aos deputados do PP e do PL, Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa: o PT, essa legenda que, acalentada no berço por sindicalistas, estudantes e intelectuais e alçada ao comando do país aos 22 anos de vida, senta agora no banco dos réus para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos. (VEJA, n.1909, p.54)

Veja procura inserir o leitor no cenário político montado por ela própria a fim de explicar os acontecimentos. São cinco escândalos e pouca explicação. O escândalo dos Correios, do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), e o recém-chegado mensalão figuram entre os principais. Para *Veja*, não há dúvidas da existência do esquema de repasse de dinheiro para base aliada. “A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente” (VEJA, n.1909, p.54). Sem chance de defesa o texto já incrimina o presidente da república. O sujeito tido como responsável pelo repasse, o tesoureiro petista Delúbio Soares, não conseguiu explicar as denúncias que recaem sobre ele e o PT e Lula está incomodado com a situação. “[...] Lula acusou o PT de estar ‘acabando com o governo’ e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas” (VEJA, n.1909, p.58). Enfim, se as denúncias estão ainda no âmbito da suposição, *Veja* se propõe a lançar afirmações sobre os acontecimentos.

Na semana passada, VEJA conversou com três ministros, cinco deputados e um senador: todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão. As nove fontes ouvidas pela revista pertencem a cinco partidos diferentes – são eles: PT, PMDB, PSB, PP e PFL –, mas todas informam que o pagamento era feito pelo PT. Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição. Novidade? Desgraçadamente, talvez não. Já começam a se solidificar com indícios os rumores insistentes de que a mesma prática foi adotada na gestão da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy. (VEJA, n.1909, p.59)

Além de acusar o PT, sob o pretexto de ter ouvido inclusive membros da base petista que confirmaram a existência do mensalão, *Veja* se adianta às investigações oficiais e dá seu veredicto final. Afirma também que a mesma artimanha já havia sido adotada por Marta Suplicy provando assim que o partido é recorrente nesta prática espúria.

O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas. O PT perdeu uma perna quando arriou sua bandeira de combate à "política econômica neoliberal", dado o fato de que o governo Lula aderiu – responsavelmente, diga-se – às práticas civilizadas do equilíbrio fiscal e manteve com ênfase redobrada a rota econômica do governo anterior. Restava seu discurso histórico em defesa da ética na política e da moralidade pública. Essa segunda perna começa agora a fraquejar. Terá o PT se degenerado numa máquina gluttona que corrompe até seus militantes mais antigos? (VEJA, n.1909, p.60)

O patrimônio ético do PT está arruinado. Lula pensa inclusive em desistir da reeleição. O que ele quer é apenas preservar a sua biografia. Na opinião de Tales Alvarenga, apesar de não haver provas, o governo Lula e o PT estão sim, dando dinheiro para os deputados votarem com o governo.

Essa denúncia não está apenas na entrevista do deputado Roberto Jefferson. Foi feita diretamente a Lula pelo governador Marconi Perillo, de Goiás, é reforçada por depoimento do deputado petista Miro Teixeira e pelo prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia. Está escorada ainda numa reportagem do *Jornal do Brasil* de setembro de 2004. (VEJA, n.1909, p.63)

Para o colunista, o escândalo, apesar de não conter provas, é evidente. As matérias subsequentes darão conta de fortalecer ainda mais esta tese, ao mesmo tempo em que a defesa das medidas econômicas aumenta.

A solidez da política econômica tem funcionado como um contraponto às deficiências gerenciais e políticas do governo Lula – e éticas do partido que lhe dá sustentação. Os

programas sociais não funcionam? Não funcionam, mas o combate à inflação, sim. Há muita conversa e pouca ação? É verdade, mas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se esforça para assegurar o ajuste fiscal e a eficiência do gasto governamental. (VEJA, n.1909, p.66)

Com isso há uma pretensão em evidenciar e defender que o partido anda trôpego, contudo a economia deve permanecer da mesma forma. Que saia de cena o PT, mas que permaneça a postura econômica adotada por ele. Para a revista, algumas atitudes do PT perderam as feições do partido político para assumirem os contornos de atitudes criminosas. No Pará, os petistas são os principais responsáveis pelo desmatamento da floresta amazônica em um esquema que envolvia suborno. A denúncia vem de um outro ex-membro do partido, o deputado Babá, do PSOL. A senha para que madeiras fossem retiradas de reservas era um adesivo escrito: empresa oPTante. Inclusive Dorothy Stang, freira americana assassinada por grileiros “tinha conhecimento do envolvimento de políticos do PT na derrubada de madeira ilegal [...]. ‘A irmã Dorothy dizia que, agora, quem estava desmatando a floresta eram os deputados do partido que ela ajudou a eleger’” (VEJA, n.1909, p.73). *Veja* arma todo um cenário para mostrar como o PT decepcionou – no início da edição com falas de Gabeira, agora com uma freira que depositou confiança no partido e foi assassinada por se contrapor.

Com o aparecimento de Marcos Valério no cenário político e o envolvimento de seu nome no escândalo do mensalão, além da queda de José Dirceu, o PT figura como culpado, apesar de não haver prova concreta dos supostos atos criminosos. A capa da edição n.1910 traz a imagem de Lula toda em ruínas seguida da pergunta: ***Tem conserto?*** De fato, apesar das explicações serem ainda muito desencontradas, *Veja* dá publicidade às acusações feitas por Roberto Jefferson. Todo o circo montado por ele, a partir de suas declarações, ecoa como única verdade na revista. Ela utiliza o arsenal de acusações de Jefferson a fim de testificar as suas próprias acusações sobre o PT.

Na semana passada, o deputado Roberto Jefferson confessou ter mentido ao desqualificar o conteúdo de duas denúncias publicadas por VEJA. A confissão é a mãe de todas as provas. Seu valor é ainda maior quando o confessor não se exime de culpa, imputando a si próprio uma acusação criminosa. É o caso de Jefferson nas duas confissões em que, agora, confirma o que antes desmentira em relação às reportagens de VEJA. (VEJA, n.1910, p.52)

Em relação a Marcos Valério, a revista começará a fazer as ligações iniciais entre o considerado “operador do mensalão” e figuras petistas, em especial Delúbio Soares, que o semanário chama de amigo do peito de Valério, além de Silvio Pereira, José Dirceu e José Genoíno. Tudo, obviamente, com base nas acusações de Roberto Jefferson. Entretanto, o fato de o deputado não lançar acusação sobre Lula e até eximi-lo de qualquer culpa faz com que a revista lance questionamentos sobre esta afirmação de Jefferson. Nas palavras do articulista André Petry, “ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto). A situação é tão lamentável que há uma torcida para que o presidente seja um inepto” (VEJA, n.1910, p.67). O discurso, nesta e na próxima edição, passa então a reiterar que o presidente sabia, não fez nada, e por isso merece ser punido. De acordo com Diogo Mainardi, “Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula” (VEJA, n.1910, p.109).

Para *Veja*, o que fica de exemplo em toda esta história de corrupção envolvendo o PT é o fato de o partido ter confundido a sua bandeira com a do Brasil. Isso foi um erro. Afirmar que existe uma conspiração das elites é pura ilusão, é desviar o foco das acusações. Como sugere a *Carta ao leitor*:

Às portas de uma nova eleição presidencial, o PT é incapaz de reconhecer que perdeu a aura de honestidade, justamente a característica que levou o partido ao Planalto. Por isso tenta colocar de pé tolas teorias conspiratórias. O resultado disso tudo, como mostra outra reportagem da revista, é uma enorme decepção popular e a ânsia de que tomem as medidas efetivas para conter a corrupção. No próximo ano, esses anseios se manifestarão nas urnas. Eis a beleza da democracia. (VEJA, n.1911, p.9)

O problema do PT no governo sempre esteve na ocupação predatória dos cargos públicos por petistas e isso foi determinante para a corrupção, afirma *Veja*. O que a revista não expõe é que tal prática mantém-se presente na política brasileira há um bom tempo e quer fazer crer que isto começou a partir do PT, omitindo referências a eleições e governos anteriores a exemplo das relações excusas entre Marcos Valério e o senador Eduardo Azeredo (PSDB) no esquema de caixa dois, também conhecido como *valerioduto*, quando o tucano tentava a reeleição para o governo de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que a revista defende a diminuição de petistas no governo e a entrada de outros partidos aliados que propiciem um governo de coalizão, *Veja* se contradiz ao criticar a entrada do PMDB no governo como se fosse possível, segundo a tradição

política fisiológica, negociar a entrada de partidos na base governista sem que cargos sejam loteados.

Na sexta-feira passada, o presidente Lula almoçou com integrantes do PMDB, a quem recorreu em busca de respaldo político, oferecendo em troca novos espaços no governo, idioma que o fisiologismo histórico do PMDB entende à perfeição. Naturalmente, é sensato ampliar o apoio político ao governo, mas é um equívoco insistir em fazê-lo à custa do loteamento da máquina pública – que resultará, mais cedo ou mais tarde, em novos casos de corrupção. (VEJA, n.1911, p.59)

O fato é que ao mesmo tempo em que a revista acusa o PT, com base nas afirmações de Jefferson, ela informa, apoiada nas investigações iniciadas, que ninguém do partido está envolto no mensalão, contradizendo a sua própria fala.

Já apareceram fatos sinais de que o mensalão pode mesmo ter existido no Congresso Nacional, mas, ao contrário do que diz Jefferson, nada surgiu envolvendo o PT. O que apareceu, até agora, envolve o PL e o PP. Na semana passada, a deputada licenciada Raquel Teixeira, do PSDB de Goiás, depôs no Conselho de Ética da Câmara e confirmou que recebeu uma oferta de 30.000 reais por mês, podendo chegar a 50.000, mais luvas de 1 milhão de reais por ano, para aderir a outro partido. Mas disse que a oferta lhe foi feita pelo deputado Sandro Mabel, líder do PL, que nega a acusação. Há suspeitas de que a distribuição do mensalão fosse feita na casa do deputado José Janene, que é do PP. Suspeita-se, também, que seu chefe de gabinete, João Cláudio Carvalho Genu, pagava aos deputados do PP um mensalão, que variava de 5.000 a 30.000 reais, cujos recursos seriam recolhidos entre os indicados do PP em estatais como Petrobras, Furnas e IRB. Nada disso compromete dirigentes ou parlamentares do PT, mas, de novo, revela o câncer central do governo: ceder espaço a aliados para a predação da máquina pública – Petrobras, Furnas, IRB. (VEJA, n.1911, p.60)

O que está por traz disso tudo parece ser um intenso desgaste do partido e do governo que vinha crescendo conforme os índices de aprovação iam sendo divulgados. *Veja* chega ao ponto de afirmar que, apesar de não haver provas, as afirmações de Jefferson são mais críveis do que as citadas acima. Não parece ter validade qualquer fala, mas apenas a que a *Veja* atribui importância e veracidade.

As acusações contra o PT no que diz respeito à compra do apoio do PTB por 20 milhões de reais no ano passado estão acompanhadas de detalhes mais críveis. O deputado Roberto Jefferson, que antes negou o acordo pecuniário, admitiu sua existência, disse que apenas 4 milhões foram efetivamente pagos pelo PT e detalhou que o dinheiro lhe chegou em duas remessas: uma de 2,2 milhões e outra de 1,8 milhão de reais, ambas entregues, segundo ele, pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o "operador do mensalão". Na semana passada, Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, voltou à Polícia Federal para fazer um segundo depoimento. Disse que, em seu primeiro interrogatório, se sentiu forçada a mentir,

devido a ameaças que recebeu. Na segunda rodada, ela confirmou que o publicitário tinha relações próximas com a cúpula do PT e que de sua agência saíam malas de dinheiro em direção a Brasília, onde supostamente serviam para remunerar deputados. O publicitário nega as acusações, mas admite ter ido muitas vezes ao Palácio do Planalto. (VEJA, n.1911, p.62)

Sem dúvida, os fatos ainda bastante desconstruídos permitem que *Veja* especule com base na liberdade de imprensa. Não há preocupação alguma com a imagem do partido que está sendo deteriorada por conta de acusações e juízos. As reportagens tem a aparência das declarações dos políticos ligados aos partidos opositores nas tribunas do Congresso Nacional. Não parece um meio de comunicação preocupado em ouvir os lados e noticiar apenas o que é fato. Cria-se um fato a fim de noticiar um lado e isso não é jornalismo. Além disso, a reportagem anunciada na capa não é de maneira alguma o mote principal da matéria. O que se quer com a edição de n.1911 é manter no centro do debate político as afirmações de Roberto Jefferson e as suspeitas em relação a Marcos Valério a fim de que o clima de instabilidade jamais passe. Deste modo o desgaste prosseguirá por mais nove capas, em sequência, sem que o leitor esqueça, sem que a imagem de Maurício Marinho recebendo dinheiro saia de cena.

O elo se fecha, afirma a edição seguinte. Com Marcos Valério na capa, a revista propõe-se a explicar que o partido está ligado ao empresário quando o assunto é dinheiro. Valério é o sujeito distribuidor de dinheiro público para os partidos da base aliada no esquema nomeado mensalão. Obviamente, a mando de lideranças do PT. Ele nega ser o avalista deste negócio milionário, contudo a revista, imbuída de fazer emergir a sua verdade declara que, de fato, Valério e os petistas estão mentindo.

A verdade é muito pior. Marcos Valério tem uma sociedade secreta com o PT cujos elos são financeiros. O homem da mala e o partido que foi eleito para moralizar a política estão umbilicalmente ligados por obscuras transações envolvendo dinheiro, muito dinheiro. E o que é pior para todos: dinheiro público. (VEJA, n.1912, p.52)

Segundo *Veja* existe um esquema montado para favorecer financeiramente empresas de Valério em licitações. Com isso o PT receberia garantias pecuniárias para continuar comprando a base aliada.

Uma das fontes de receita da SMPB é o governo do PT. Isso mostra a existência de um ciclo conhecidíssimo, mas que raramente se consegue trazer à luz com tanta nitidez

como agora: o dinheiro sai dos cofres públicos, faz uma escala na conta da agência de publicidade e acaba aterrissando no caixa do PT. Simples. Muito simples. De uma simplicidade tal que qualquer homem comum entende se tratar de grossa corrupção. (VEJA, n.1912, p.53)

Enquanto provas mais concretas não aparecem, indícios que comprometeriam o PT são noticiados. Sempre com base nas declarações de Jefferson, que a esta hora já é tido como o defensor da verdade e dos bons costumes, a revista procura fazer crer que o PT é o grande arquiteto disso tudo. Denúncias referentes a outros partidos e respectivos políticos não figuram nas páginas do semanário. Citar que Valério é o PC Farias do Partido dos Trabalhadores é uma artimanha para fazer emergir um período conturbado da república brasileira que acabou com o impeachment de Collor. Ao mesmo tempo em que *Veja* procura enfatizar que a tese petista de conspiração das elites é uma farsa, ela também declara que as acusações que agora recaem sobre o PSDB são uma tática do PT para jogar lama no adversário e impedir as investigações, como se não fosse possível ao tucanato se envolver em tal esquema de corrupção.

Desde que o deputado Roberto Jefferson denunciou o pagamento do mensalão a deputados da base aliada, o PT não conseguiu apresentar explicações minimamente convincentes para o bombardeio de acusações que recaem sobre os chefes do partido. Na semana passada, diante da impotência para rebater as denúncias de corrupção envolvendo ainda mais órgãos federais, o PT colocou em ação uma estratégia mais pragmática: envolver o PSDB. O objetivo é criar condições ideais para um acordo que, com cassações seletas, assegure a sobrevivência da administração Lula. (VEJA, n.1912, p.68)

O texto busca insinuar que o PT está tão atolado em denúncias que tenta armar para carregar a oposição junto de si. Em meio à série de denúncias que proliferam e ganham publicidade, realça-se sempre a defesa da política econômica do governo, resguardando-a, com a intenção de tranquilizar o mercado, mesmo em meio ao cenário caótico produzido pelas CPI's. A intenção essencial é desgastar o PT e, se possível, impedi-lo de se reeleger com o presidente Lula.

Os investidores sabem, portanto, que as regras serão mantidas qualquer que seja o candidato eleito em 2006. Sabem que a política macroeconômica não mudará, seja com a reeleição de Lula, seja com um tucano subindo novamente a rampa do Planalto. O que caracteriza os países de Primeiro Mundo é que os governos passam, mas os preceitos básicos permanecem: o Congresso, as leis, as regras econômicas, a democracia, enfim, se mantêm constantes qualquer que seja o governante. Talvez no Brasil isso ainda seja uma meta distante. É certo, no entanto, que nestes dez anos de governo de FHC e Lula o país caminhou consideravelmente nessa direção. (VEJA, n.1912, p.76)

Em seu discurso *Veja* parece querer preparar desde já o leitor e, especialmente, os investidores para a mudança de governo, que possa advir do próximo pleito, inclusive com a manutenção da política econômica. Afinal, para a revista é inimaginável a permanência de um partido que sempre pregou uma proposta antiquada para o país – o socialismo – e que tinha como única virtude a ética, que deixou de existir a partir da eclosão destes escândalos.

A descoberta de que Valério e o PT se cruzam em negócios bancários reforça as suspeitas de que o empresário atua em nome do partido, mas também provoca um dano imenso à imagem do PT. Em seus 25 anos de vida, a legenda virou um partido poderoso e parecia ter percorrido sua trajetória sem perder as qualidades originais, entre as quais se ressaltava o compromisso com a ética e a moralidade pública. Esse era seu diferencial, o que fez da estrela vermelha um símbolo de esperança para o Brasil. Agora, o cenário é outro. (VEJA, n.1912, p.57)

Enfim, mesmo em meio à falta de provas que envolvam figuras do PT, a estratégia de *Veja* é instaurar um clima nebuloso, clima de relações secretas e perniciosas. A revista parece querer exigir a auto-confissão prévia de Dirceu, Delúbio ou Genoíno, mesmo sem provas necessárias que os incriminem. Se confessarem, ficam culpados, da mesma forma que se mantiverem o silêncio!

Sem nenhum escrúpulo este desgaste prosseguirá na edição do dia 13 de julho de 2005. *Ele sabia?* é a pergunta que vem estampada na capa. Uma pesquisa encomendada informa que 55% da população acredita que Lula sabia da corrupção. Se as investigações confirmarem que o presidente sabia de todos os esquemas, ele “pode se tornar alvo de um processo de impeachment” (VEJA, n.1913, p.61).

As desculpas esfarrapadas para os indícios e provas de corrupção que envolvem os petistas somente reforçam que o PT é mesmo um partido igual às mais fisiológicas agremiações da República – ou pior que elas. Ministros que dizem não saber o que faziam seus auxiliares mais próximos, políticos que afirmam ter assinado contratos de empréstimos milionários sem ler (um genuíno Genoíno), líderes de bancada que juram desconhecer o mensalão, para não falar daquela malandragem de dizer que todas as acusações são “golpismo das elites contra o governo operário” (operário ou de operadores?) – todos esses argumentos e justificativas pífios, se não convenciam, agora irritam. (VEJA, n.1913, p.62)

Ou seja, para *Veja* está claro que os petistas organizaram todo o esquema de corrupção e por isso merecem punição. Novamente as matérias de corrupção só fazem referência ao PT mesmo que

outros partidos – com comprovada participação no esquema de expropriação de dinheiro de estatais como o PTB, o PL e o PP – estejam envolvidos. A denúncia de que o PSDB teria se enrolado financeiramente com Marcos Valério, denúncia que se encontra na edição n.1912, não merece nem mais uma nota.

Novas denúncias passam a envolver agora parentes de Lula. É o caso do seu filho Fábio Luis, o Lulinha. *Veja* se pôs a investigar os ganhos financeiros do filho do presidente nos últimos anos com o intuito de forçar irregularidades em suas contas e na de sua empresa, a Gamecorp. É nítida a intencionalidade da matéria. O investimento da Telemar na empresa de Fábio Luis é para a revista um exemplo claro de favorecimentos ao filho de Lula.

Apesar de ser uma empresa privada, boa parte do capital da Telemar vem do setor público (BNDES e fundos de pensão de estatais), o que cria uma situação de conflito de interesses: uma empresa com parte do capital pertencente ao Tesouro brasileiro investiu 5, 2 milhões de reais em uma empresa do filho do presidente da República, guardião do caixa do Tesouro. (VEJA, n.1913, p.67)

Já a prisão do irmão de José Genoíno com dólares na cueca é mais um indício de que o PT se tornou um covil de ladrões, mentirosos e corruptos.

Vieira da Silva, de 39 anos, foi preso no fim da manhã de sexta-feira, quando embarcava para Fortaleza. A Polícia Federal detectou a presença de uma grande quantidade de dinheiro em espécie na valise de mão que o assessor submeteu ao raio X. Os policiais perguntaram ao secretário de organização do PT cearense quanto ele carregava. Vieira da Silva disse que eram 80.000 reais. Na contagem, porém, os agentes descobriram que a mala escondia 200.000 reais. Perguntaram, então, ao petista se ele carregava mais dinheiro no corpo. Mesmo diante da negativa, os agentes o revistaram. Descobriram mais de 100.000 dólares ocultos sob sua cueca, embrulhados em sacos plásticos. Vieira da Silva ainda levava consigo uma agenda e atas de reuniões do PT. O assessor é filiado ao partido há pelo menos quinze anos e, há três, trabalha com o deputado Guimarães. O parlamentar disse não ter a menor idéia do motivo pelo qual um funcionário que ganha cerca de 2.000 reais mensais carregava uma quantia 220 vezes maior. "Nem sabia que ele estava em São Paulo. Não sei o que ele veio fazer aqui", disse (impressionante como esses petistas nunca sabem de nada). Coincidentemente, o deputado cearense estava também em São Paulo, participando de uma reunião do PT. É um caso raro de chefe que não sabe o que o subordinado faz e nem onde ele se encontra – ainda que os dois se encontrem na mesma cidade. (VEJA, n.1913, p.78)

O comentário do repórter, no texto entre parênteses, é enfático e visa atingir o presidente. Lula afirma não saber de nada, porém, conforme depoimento de Roberto Jefferson, o presidente teria

sido avisado sobre todo o esquema de corrupção. O caso dos dólares na cueca é, assim, mais uma comprovação do escândalo petista envolvendo quantias de dinheiro não declaradas. Deste modo, o colunista Diogo Mainardi, expressão fiel do espírito da revista, sustentará a tese de que Lula deve renunciar. “Proponho a realização de eleições antecipadas. Era o que defendia Tarso Genro, no governo anterior. Lula deve renunciar. Mas só depois de pedir perdão na televisão, com lágrimas no rosto. Ver um petista chorando é uma diversão” (VEJA, n.1913, p.129).

Mesmo que não haja base ou fundo algum de verdade em todos esses escândalos, o fato é que essa busca honesta e isenta da verdade alardeada por *Veja* elimina a hipótese de que a revista seja inverídica na divulgação das notícias ou tenha lado político³⁹. Isso quer dizer que tudo o que diz é absoluto e inquestionável. É aqui que entram, por exemplo, as defesas da política econômica tal qual vem sendo conduzida. A ausência de determinadas matérias também é uma mostra clara de que “se não deu é por que não tem importância ou não existem”⁴⁰. Na *Carta ao leitor* é possível ler:

O denunciamento é uma doença terminal do jornalismo que se manifesta em momentos de crise política profunda como a atual. É vital não deixar esse mal se instalar. A vacina contra o denunciamento passa pela apuração diligente, árdua e trabalhosa dos fatos que se julga imperioso levar ao conhecimento da opinião pública. A isso se segue a edição do material em que a ênfase e a indignação não devem jamais degenerar em escárnio ou julgamentos sumários das pessoas envolvidas. VEJA sempre se pautou por esses critérios. As reportagens recentes da revista sobre o excesso de liberalidades de políticos e empresários com o dinheiro público elevaram ainda mais esses padrões.

VEJA não fez denúncias. Apresentou provas irrefutáveis. É um exemplo acabado disso a reportagem do jornalista Alexandre Oltramari, da sucursal de Brasília, em que líderes do Partido dos Trabalhadores aparecem associados ao empresário do ramo de publicidade Marcos Valério em um milionário empréstimo bancário. A revista revelou com documentos a promiscuidade do PT com um personagem que, em público, seus partidários se esmeravam em demonizar como desonesto e corrupto. A hipocrisia foi desmascarada de maneira irresponsável. Quando Lídio Duarte desmentiu VEJA sobre as revelações de que o PTB cobrava "mesada" do presidente de uma estatal, a revista divulgou, na semana seguinte, a fita em que Duarte fazia a confissão em alto e bom som. Mais uma máscara caiu.

A atual série de reportagens de VEJA desnudando a corrupção começou em maio com a divulgação do que talvez seja a mais explícita e incontestável evidência já trazida a público por um órgão de imprensa. Fala-se aqui do vídeo em que um funcionário dos Correios embolsa uma propina com naturalidade e desenvoltura. A reportagem que acompanha a apresentação do vídeo nas páginas da revista ficou ofuscada pela força das imagens e sons, mas ela preenche todos os requisitos de uma apuração lógica,

³⁹ O que não deixa de ser uma farsa, pois seu discurso se situa em determinado âmbito político, não necessariamente partidário, mas liberal como ela mesmo alega.

⁴⁰ Notícias como o envolvimento do então governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB) com Marcos Valério, por exemplo, não foi noticiado à época e tampouco apareceu com ênfase posteriormente.

precisa e necessária. Entregar aos leitores o resultado da busca honesta e isenta da verdade é um requisito do bom jornalismo. Para VEJA é um dever. (VEJA, n.1913, p.9)

É perceptível onde *Veja* quer chegar com tudo isso. Veremos no decorrer das edições restantes deste ano de 2005 como as reportagens ensejarão o fim do PT, sua história, seus ideais e seu sentido de existir como partido político.

A capa da edição n.1914 tem uma imagem sombreada de Lula ao fundo e a inscrição: ***Mensalão: Quando e como Lula foi alertado***. Até os números anteriores, havia ainda uma dúvida exposta por *Veja* sobre a ciência ou não do presidente acerca do caso da compra de deputados. Agora não, porque Lula recebera o aviso e não tomou atitudes e isto já é motivo suficiente para que se interrompa o mandato do presidente.

É a mais completa e exaustiva tentativa jornalística feita até agora com o objetivo de desvendar quanto Lula sabia sobre desmandos éticos que ocorriam a sua volta. Saber de um crime e nada fazer para coibi-lo e punir os culpados é condição juridicamente suficiente para a abertura de um processo de impedimento de um presidente.

[...]

Depois de ouvir 29 ministros, senadores, deputados, governadores e assessores, VEJA descobriu que o presidente soube do mensalão bem mais do que admitiu oficialmente até agora. Em pelo menos cinco ocasiões – em Brasília, em Goiás e até na viagem à China –, o caso chegou aos ouvidos de Lula. (VEJA, n.1914, p.47-48)

A revista reitera que apesar das claras evidências, Lula não sofrerá impeachment porque possui apoio político, diferentemente de Collor no seu momento mais crítico. “Para isso é vital não se aprofundar em descobrir o quanto Lula sabia dos desmandos a sua volta, mesmo que não seja crível que ele possa ter estado alheio a tudo” (VEJA, n.1914, p.54). É preciso desgastar o PT para que de modo algum ele chegue com força ao próximo pleito.

Ao mesmo tempo em que o seu discurso acaba por defender a permanência do presidente para que ele possa “purgar nas urnas os pecados que deixou grassar em seu governo (VEJA, n.1914, p.52)”, nas entrelinhas a revista deixa bem claro que “o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora” (VEJA, n.1914, p.54). Ou seja: para *Veja* ela própria está com a razão, com base na verdade da apuração dos fatos.

Na matéria seguinte, fatos que marcaram a queda de Collor, a partir de situações ocorridas no caso Marcos Valério, serão trazidos à memória. “Depois de dizer que sacava dinheiro vivo para comprar gado e negar que tinha avalizado empréstimos ao PT, Valério inventa uma história que lembra um dos piores momentos da era Collor” (VEJA, n.1914, p.56). O título da reportagem é *Operação Uruguai II*⁴¹ e visa atingir o cerne do PT com a idéia de que estes manipularam dinheiro impropriamente com o apoio de Valério, comprando deputados e votos para as propostas petistas.

Há diferenças importantes entre a Operação Uruguai I e a de número II, de Valério, Delúbio e cia. Na primeira, os empréstimos não existiram. Na segunda, eles provavelmente existem. Aliás, não só existem como, segundo especialistas em crimes financeiros, podem ter sido feitos com o único propósito de esquentar parte do dinheiro de corrupção ou do caixa dois do PT. (VEJA, n.1914, p.59)

Logo aparecerão “provas definitivas de que parlamentares e dirigentes do PT foram beneficiados com o mesadão” (VEJA, n.1914, p.59). Ao falar de provas definitivas, a revista de antemão presume que os petistas são culpados. Um outro detalhe importante é que ao falar de mensalão e mesadão, *Veja* diferencia, ao seu modo de ver, duas práticas diferentes de corrupção, aumentando assim a quantidade de escândalos envolvendo o PT. E por falar em aumento do número de escândalos, o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha recebeu dinheiro do Banco Rural, em mais um esquema com Marcos Valério. O saque foi feito por sua esposa que alegou ter ido ao banco resolver um problema com uma conta de sua empresa. “A suspeita se dissipará ou se confirmará em breve” (VEJA, n.1914, p.60). Enquanto isso, a revista envolve todo e qualquer petista na mesma nau que o semanário pretende afundar até as próximas eleições. Para tanto, pesquisas de opiniões são divulgadas a cada edição a fim de constatar até que ponto as denúncias estão surtindo efeito eleitoral.

A quantidade de pessoas que acham que o governo Lula saltou de 31,2% para 40,3%. Boa parte desse crescimento aconteceu entre os que acreditavam há dois meses que a bandalha havia diminuído na gestão petista. É sinal de que as denúncias arranharam a credibilidade do governo. O instituto [CNT/Sensus] perguntou também qual será o critério mais importante na escolha do próximo presidente. O mais citado foi moralidade pública – justamente o calcanhar-de-aquiles do presidente. (VEJA, n.1914, p.61)

⁴¹ Em razão de Collor, quando questionado sobre a procedência de seu extenso patrimônio, ter afirmado que conseguiu empréstimo de cinco milhões de dólares de uma empresa uruguaia.

A mais nova denúncia tem um petista com mais de 20 anos de militância como protagonista. Henrique Pizzolato é diretor de marketing do Banco do Brasil e teria recebido uma grande quantia em dinheiro de Marcos Valério, além de ter gasto dinheiro público, mediante cartões corporativos, “para gastos pessoais, que iam de compras a guloseimas finas a visitas a sites pornô” (VEJA, n.1914, p.64). Esta denúncia é mais um indício de que não há mais salvação para os petistas. O partido está completamente corrompido. Lula está vivendo um momento tão tenebroso que não consegue enxergar, por exemplo, o que todos vêem, e tampouco se propõe a corrigir seu filho no escândalo da Telemar.

O presidente [...] considerou normal a sociedade de seu filho Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, com a Telemar, a maior empresa de telefonia do país.
[...] a injeção de milhões de reais feita pela Telemar na empresa do filho do presidente representa, no mínimo, um problema ético para Lula (VEJA, n.1914, p.65).

Enfim, o caso dos dólares na cueca e uma última matéria sobre humor em tempos de crise completam as mais de vinte páginas falando de escândalos no governo do PT. Fato corriqueiro na revista é não deixar com que as reportagens sejam esquecidas. A cada semana uma nova suspeita é lançada ou então um pouco de “mais do mesmo” é tratado sempre com manchetes de capa, dando visibilidade a mais um escândalo, mesmo que não seja exatamente mais um escândalo novo, mas apenas a repetição ou a rearmagem de um escândalo antigo.

Diogo Mainardi eleva o tom a fim de insuflar o debate: “Muita gente ainda se pergunta se Lula sabia ou não da corrupção no governo. Na verdade, a questão é mais grave: Lula simplesmente desconhece o que é certo e errado. Eu não acredito no presidente Lula” (VEJA, n.1914, p.123).

A edição seguinte não contém uma figura do PT na capa, todavia a manchete de capa faz menção ao mensalão. Segundo *Veja*, o clima de instabilidade chegou a tal ponto para Marcos Valério que sua postura agora, para não envolver o presidente nas suas denúncias, pressupõe o recebimento de 200 milhões de reais. Ele está acuado. Enquanto isso, a revista relata que o PT tem se esmerado para preparar a mentira a ser alardeada a fim de livrar a barra do presidente. Obviamente, *Veja* será a responsável por apregoar a verdade. Sem utilizar nome de fonte alguma nas matérias, seu discurso procura convencer o leitor de que o PT é um partido de corruptos

mentirosos. O PT comprou deputados com dinheiro público no chamado esquema do mensalão e agora procura se esquivar das acusações saindo-se com a tese do crime eleitoral.

A tese do crime eleitoral surgiu logo depois do telefonema em que Marcos Valério começou a chantagear o governo. [...]

É uma linha de defesa ideal, pois, em sua estrutura, não há corrupção, suborno, propina ou mensalão – só um crime eleitoral, dado o fato de que Delúbio, ao confessar que não contabilizara os 39 milhões de reais nas contas do PT, revelou que seu partido tinha um caixa dois. A punição, prevista no artigo 350 do Código Eleitoral, é de no máximo três anos de prisão, mas nem advogados com longa militância na área do direito eleitoral têm notícia de que alguém tenha ido para a cadeia por isso. Em geral, o crime prescreve antes do julgamento e, além disso, como os réus são primários, a prisão é substituída pela prestação de um serviço qualquer. (VEJA, n.1915, p.62)

De acordo com *Veja*, esta tese é tão mentirosa que até mesmo petistas, como Delcídio Amaral (presidente da CPI dos Correios), afirmam ter havido mensalão. Ou seja: a revista é verídica enquanto o PT mente. Com isso *Veja* pretende reforçar ainda mais seu caráter de detentora da verdade neste jogo político. Para tanto ela precisa também confrontar todas as falas de defesa advindas do Partido dos Trabalhadores.

A verdade é que parte da elite brasileira está mesmo querendo obrigar Lula a baixar a cabeça. Essa parte da elite é formada por pessoas que ganham peruas Land Rover, presentes de grandes empresas com negócios com o governo (caso de Silvio Pereira, ex-secretário do PT); por pessoas que obtêm empréstimos milionários em transações subterrâneas com empresários suspeitos (caso de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT); e por pessoas que saem para ir a uma clínica neurológica mas no caminho passam em um banco e saem de lá com centenas de milhares de reais (caso da assessora de Paulo Rocha, ex-líder do PT na Câmara dos Deputados). Bem, foi-se o tempo da elite que acendia charutos com notas de 100 dólares e que, caprichosamente, fazia e desfazia governos. Para tristeza de Lula, a parte da elite brasileira que está tirando o brilho da sua biografia e a força do seu governo é formada por pessoas que forram a cueca com 100.000 dólares – um troféu de vergonha pública do PT que talvez nunca mais seja superado em grafismo e escárnio. (VEJA, n.1915, p.57)

Em meio ao cenário caótico encenado, mantém-se como palavra chave a cada edição a inviabilidade do impeachment de Lula, dado o risco de perdas no âmbito econômico. É a mesma tese defendida pela oposição que prefere vê-lo perder nas urnas. É a reprodução de um discurso político específico.

Com receio de que a crise evolua para seu pior desfecho, com um eventual impedimento do presidente, a oposição iniciou conversas com o empresariado. No primeiro compromisso dessa natureza, Bornhausen almoçou com João Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, no Rio de Janeiro. A idéia é evitar que a crise,

aconteça o que for, provoque um impasse de caráter institucional e acabe por contaminar o bom momento da economia do país. (VEJA, n.1915 p.65)

O diálogo entre um político e um empresário do ramo das comunicações sobre a necessidade de não desgastar em demasia o presidente demonstra de forma clara quão promíscua tem sido a relação da grande mídia com determinados partidos, aceitando determinadas pautas, reforçando determinados discursos, proliferando uma dada forma de ver a realidade. Com isso há que se perguntar: é de fato o PT um partido de corruptos ou a revista *Veja* assim nos enuncia? Seriam os brasileiros um bando de idiotas, como acredita Diogo Mainardi⁴², ou estaríamos apenas descrentes em relação ao que nos apresentam?

Tales Alvarenga, anunciando o fim do PT como possibilidade de transformação, afirma que toda esta crise trouxe uma boa perspectiva para o Brasil. Agora deixa-se de acreditar na fórmula petista para solucionar os problemas nacionais.

Uma coisa que ruiu no Brasil, neste mês de julho, foi a idéia de que o país só tinha problemas porque seu governo nunca havia sido entregue a um imaculado partido de pessoas puras como o PT, capaz de materializar a utopia da salvação nacional pela ação dos ímpolutos cavaleiros da vermelha figura. O fato de que o Brasil tenha acreditado nessa empulhação e, em consequência, colocado o PT à frente dos destinos do país, parece absurdo ao observador de hoje. Mas não parecia aos eleitores de 2002. Houve um aprofundamento da autoconsciência nacional. A ilusão saiu esfrangalhada, mas nunca foi salutar viver de ilusões. Outra idéia que vem ruindo desde o início do governo é a de que o PT tinha competência técnica, política e humana para governar o país. Com exceção da área econômica, em que emprega o bom senso convencional, mas contrária as convicções da maioria dos integrantes da sigla petista, o partido salvou-se em poucas frentes do naufrágio absoluto. (VEJA, n.1915, p.73)

Já Diogo Mainardi diz, com base em mais uma pesquisa de opinião encomendada, que “Lula foi eleito com a promessa de combater a desigualdade. O que o salva agora é justamente a desigualdade educacional e territorial do Brasil” (VEJA, n.1915, p.127). Mainardi enuncia que a falta de informação da população mantém os patamares de aprovação de Lula bem altos. No seu discurso está tácito que ao informar-se com os meios de comunicação tidos como arautos da verdade, o povo brasileiro há de se libertar da ignorância.

⁴² “O brasileiro é idiota? Foi o que muita gente se perguntou depois de ler a última pesquisa do Ibope, publicada na terça-feira. A impressão que se tem é que o eleitorado não liga para a roubalheira lulista.” (VEJA, n.1915, p.127).

Quando o eleitor toma conhecimento da corrupção no governo, rejeita Lula. Quanto mais informação ele tem, maior é a rejeição. A popularidade de Lula não resistiria a uma campanha eleitoral, em que a roubalheira seria lembrada o tempo todo. (VEJA, n.1915, p.127)

Sendo assim, vejamos o discurso da revista sobre o que seria a sua própria missão. Ela se defende na *Carta ao Leitor* da edição seguinte em meio à série de críticas que recebia através de cartas e por outros meios de comunicação, como o Observatório da Imprensa, por conta da intensa parcialidade nas denúncias do mensalão⁴³.

‘A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça’. A frase de Rui Barbosa, que vale sempre citar, desdobra com beleza aquela que é a missão jornalística por excelência – a de fiscalizar o poder, independentemente de quem o tenha conquistado, pelo bem do país. É essa missão que VEJA leva a cabo semana após semana, desde que foi lançada, em setembro de 1968.

[...]

No caso de VEJA, o cantochão mais ouvido é que ela é "parcial". Há quem o entoe agora, por causa da cobertura extensa e aprofundada que a revista faz dos escândalos que colocam em xeque o governo Lula. Como se fatos sobejamente provados fossem um diz-que-diz inconseqüente. Como se VEJA fosse antipetista. Nada mais longe da verdade. A revista não é, nem nunca foi, inimiga de forças políticas. Não era anti-Collor quando denunciou o esquema do tesoureiro PC Farias; não era antitucana nos momentos em que o governo Fernando Henrique Cardoso foi maculado por esquemas de corrupção. VEJA não é inimiga de certos partidos nem amiga de outros. A revista é, simplesmente, a favor do Brasil. Contra os que lhe malfazem, os que lhe roubam. A vista da nação. (VEJA, n.1916, p.9)

Em nenhum momento *Veja* poupou esforços para amplificar a crise do ano de 2005. As constatações prévias e a ausência de critérios para divulgação das notícias obrigaram-na a exibir em todo tempo uma postura parecida com a do texto acima, visando testificar através do discurso a veracidade de suas reportagens, de modo que, até o fim daquele presente ano, a revista levará o PT literalmente ao banco dos réus a fim de que o mesmo se tornasse completamente inviável para o pleito seguinte. Apesar de endossar o coro oposicionista de permanência do presente governo até o fim do mandato, o semanário não deixará escapar a oportunidade de ameaçar o presidente com o impeachment.

⁴³ Tomás Eon Barreiros e Danilo Amoroso (2008) compararam os discursos de *Veja* e *Carta Capital* no caso mensalão e demonstraram como o veículo da editora Abril atacou de forma veemente o PT e o governo.

A edição de n.1916 traz o ex-ministro José Dirceu acuado por conta das acusações de Roberto Jefferson. Ele é o rosto de comando do “esquema clandestino de arrecadação de dinheiro e repasse a parlamentares aliados do PT, que ficou conhecido como mensalão” (VEJA, n.1916, p.57)

[...] José Dirceu era o mandachuva do mais surpreendente escândalo de corrupção descoberto desde o impeachment do presidente Fernando Collor. Depois da revelação, a oposição e petistas importantes passaram a enxergar na cassação do mandato do deputado a melhor alternativa para abreviar a crise. Disposição que deverá aumentar com a revelação de que o sujeito que cuidava da agenda e despesas pessoais do ex-ministro estava na lista dos sacadores de uma conta da agência SMPB, de Marcos Valério, no Banco Rural. O problema é que José Dirceu avisou que não vai aceitar assumir o papel de chefe de quadrilha – e ameaça envolver o presidente Lula. (VEJA, n.1916, p.57)

O que *Veja* quer denunciar com isso é que de fato não só Dirceu estava envolvido, mas também o presidente. A quadrilha é maior do que se pode imaginar tendo o PT como sendo este antro de bandidos políticos. José Dirceu assusta o governo, o que quer dizer que ele sabe de algo capaz de incriminar Lula. “Fiz tudo com o conhecimento e o aval do presidente”, repete Dirceu, dando a entender que, para se salvar, não hesitará em chantagear o presidente Lula (VEJA, n.1916, p.58). Uma frase dita pela assessora do ex-ministro afirma que “se forem conferir quem o Delúbio visitou mais vezes no Palácio, vocês vão ver que o presidente ganha de longe” (VEJA, n.1916, p.58).

Veja quer fazer crer que existe um complô do próprio PT para derrubar apenas Dirceu e calar a opinião pública. Além disso, a revista monta um cenário em que Dirceu e Lula se digladiam por conta do poder e parecem lutar por algo apenas para fazer suas próprias vontades.

Dirceu também fustiga Lula por outro lado. Comenta que o presidente tinha ciúmes de sua capacidade administrativa. Todas as vezes que apareciam notícias de que ele deixaria o governo, contou o ex-ministro a um amigo, havia uma fieira de pedidos a seu favor. Isso irritava o presidente, que se sentia menor do que seu ministro da Casa Civil. A situação, de acordo com relatos de Dirceu, chegou a tal ponto que o presidente passou a não convidá-lo para eventos e encontros importantes. O ex-ministro se considerava o sucessor natural de Lula. Antes da campanha de 2002, a quarta do PT, queria ser o candidato do partido, mas, como Lula não abriu mão, ele o apoiou e ajudou a construir sua vitória. Esperava, como sinal de gratidão, que Lula fizesse dele candidato à sua sucessão, em 2006 ou 2010. Em lugar disso, na sua opinião, foi traído. O ex-ministro diz que, por culpa de Lula, saiu do governo de maneira humilhante. (VEJA, n.1916, p.59)

É interessante notar neste texto que a revista sabe exatamente tudo o que o ex-ministro pensa e fala sobre o presidente sem ter conversado diretamente com Dirceu, mas apenas com um amigo disposto a compartilhar sobre os acontecimentos do Planalto. Portanto não é de se estranhar que *Veja*, a cada edição, necessita reafirmar a veracidade de suas informações tão carentes de fontes identificáveis. A revista não deixa de modo algum que as matérias se esfriem – como se diz no jargão jornalístico. A repetição é a principal arte do semanário. Na sequência das matérias envolvendo Dirceu aparece novamente Roberto Jefferson: o algoz da verdade. Obviamente, *Veja* não deixa de lembrar todas as acusações levantadas pelo deputado. Em nenhum momento a revista questiona as denúncias deste político. O semanário o caracteriza como sendo o principal defensor da verdade em todo este escândalo e não procura explicar por que Jefferson decidiu falar do esquema. Exibe-se apenas um político defensor da ética. “A bomba da verdade: os fatos trataram de demonstrar que Roberto Jefferson não estava mentindo quando falou em mensalão, Delúbio, Valério...” (VEJA, n.1916, p.68). Para sustentar acusações *Veja* precisa manter as afirmações de Jefferson como sendo reais e inquestionáveis.

Depois de todos os claros indícios de desfalque no erário público, Lula decidiu entrar em campanha, cumprindo agendas públicas com o povo nas regiões mais pobres do país, deixando de resolver problemas crônicos que o país enfrenta no que tange à corrupção.

[...] três especialistas em pesquisas de opinião ouvidos por VEJA concordam que, neste momento, o petista ainda tem condições de se reeleger e age de forma oportuna ao concentrar esforços na fatia do eleitorado que lhe permanece fiel. Os especialistas, no entanto, afirmam que essa situação só tem chances de se manter sob uma condição: se não se revelar nenhuma denúncia que atinja Lula diretamente. E não cabe a eles, evidentemente, entrar no mérito do comportamento de um presidente que, no lugar de preocupar-se com a faxina ética que deveria estar comandando, está mais interessado no próprio umbigo. (VEJA, n.1916, p.68)

Mais uma matéria falando do esquema da máfia dos vampiros completa a sessão de dilapidação da imagem do PT.

Já se sabia que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares havia montado um caixa dois para o seu partido com contribuições ilegais e empréstimos bancários fajutos. Na semana passada, VEJA descobriu que o polivalente esquema de Delúbio arrecadou dinheiro também entre bandidos. Sim, bandidos. O ex-tesoureiro do PT pode ter recebido dinheiro desviado do Orçamento da União pela máfia dos vampiros, aquela que sugou 2 bilhões de reais dos recursos reservados pelo Ministério da Saúde para a compra de produtos derivados do sangue. (VEJA, n.1916, p.82)

Uma reportagem contendo uma entrevista com o cantor Zezé di Camargo, que apoiou Lula e participou da campanha em 2002, também objetiva destituir da imagem do PT a aura de portavoza da ética. Apesar de continuar confiando em Lula, Zezé não quer mais saber de política. Na entrevista o cantor afirma que o PT tem uma dívida com ele e Lula sabia da corrupção, mas foi ingênuo. O mote da entrevista é todo em torno do PT, apesar do tema do quadro ser *Showbiz*. Não há interesse em mostrar ao leitor como anda a carreira da dupla sertaneja, apenas o desejo de divulgar quão decepcionado está o artista que se envolveu com o partido.

O cantor sertanejo Zezé di Camargo tomou uma decisão: nunca mais fará shows para políticos. Em 2002, ele abraçou a campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Zezé não só cantava como também tecia loas ao caráter de Lula. A avalanche de lama que atingiu o governo do PT provocou um recuo tático do militante sertanejo. Numa entrevista a VEJA realizada na semana passada, em sua fazenda no interior de Goiás, ele afirma que ainda não perdeu a confiança no presidente, mas não esconde o desencanto em relação à política (VEJA, n.1916, p.94)

Tales Alvarenga e Diogo Mainardi asseguram, cada um ao seu modo, que Lula está desorientado, afirmando que a elite quer derrubar-lhe, retirar-lhe o mandato. Todavia, Tales pontua que a elite criticada por Lula quer manter seu mandato até o final, mas, na opinião de Mainardi, Lula deveria ser derrubado o quanto antes.

Lula, como sempre, é um fator de imobilismo e atraso. Seus partidários chantageiam o eleitorado com a ameaça de que sua queda trará a "colombianização" ou a "venezuelização" da sociedade. Mentira. Não há o que temer. Pior do que está não pode ficar. (VEJA, n.1916, p.125)

Para finalizar a presente edição, retornemos algumas páginas a fim de mostrarmos o embate discursivo entre a revista e um informe publicitário da Petrobrás. Na semana anterior *Veja* tinha lançado uma matéria acusando a estatal de dar espaço para Silvio Pereira influenciar na escolha do quadro de funcionários da empresa que teria ainda um contrato irregular com a GDK, empresa responsável pela recuperação da plataforma P-34. No informe da estatal, que também foi veiculado em diversos veículos de comunicação, aparece que a revista *Veja* mentiu. Sendo assim *Veja* se põe a explicar o acontecimento e a atacar novamente a Petrobrás. "VEJA não mente. A revista disse a verdade, nada mais do que a verdade, quando tratou do tráfico de influência de amigos de José Dirceu na Petrobras. [...]. A Petrobras não precisa gastar mais 600.000 reais do

dinheiro dos acionistas e contribuintes com informes publicitários desse naipe” (VEJA, n.1916, p.85).

Destituir o discurso da Petrobrás do seu lugar pressupõe resguardar a sua imagem de defensora da verdade. *Veja* não pode aceitar uma afronta como esta. Seria pôr abaixo toda a estrutura de sustentação do seu jornalismo. A revista necessita dessa verdade para vender exemplares, receber dos assinantes e anunciantes, manter seu patrimônio e sua identidade. Aceitar que sua notícia não é a verdade pode determinar o seu fim, o seu próprio sentido de existir como veículo de propagação de verdade. Se esta premissa é eliminada do suporte que sustenta o seu jornalismo ele rui. Portanto *Veja* continuará defendendo que o PT e o presidente merecem a punição advinda das urnas com base em suas denúncias – apesar do impeachment passar a ser cogitado a partir da próxima edição pelo semanário. Lula, deste modo, será retratado na edição seguinte como se vivesse a mesma agonia da era Collor por conta da corrupção.

Desde a capa Lula é retratado como Collor. A começar pelas letras utilizadas pelo presidente impedido: o nome foi grafado como **Lulla**. Além disso, *Veja* se põe a relatar o diário da crise com os 100 fatos e as mentiras mais absurdas ditas para esconder a corrupção. Para a revista não há margem para dúvida, não há investigação que prove o contrário que a faça crer em outra história. O cenário de criminalização do PT está montado e não há, pelo menos por enquanto, possibilidade dele ser retirado.

Um movimento pelo impeachment de Lula está nas ruas. São os neocaras-pintadas. Estão inconformados com o presidente que afirma não saber de nada sobre a corrupção⁴⁴.

O presidente está abusando da paciência ao fingir que não sabia de nada e ao adotar esse discurso de que os fatos são criados por uma oposição ressentida e pela imprensa. Exigimos que ele assuma sua responsabilidade. Assuma o papel de chefe. Chega de fingir que não sabe de nada, presidente! Chega de farsa! (VEJA, n.1917, p.56)

⁴⁴ Se ele disser que sabe, um processo se desencadeará podendo levá-lo ao impeachment ou mesmo desgastá-lo de tal modo que ele se torne adversário fácil para as próximas eleições. O mais impressionante é que a revista busca arrancar-lhe uma confissão sem que, necessariamente, as investigações o apontem como culpado ou acusado. Ela pede explicações como se ele já estivesse sendo investigado esquecendo-se de uma premissa importante que afirma serem todos inocentes até que o contrário seja provado. É uma típica postura digna das piores ditaduras.

Se Lula não assumir sua culpa as pessoas nas ruas haverão de pressioná-lo ao ponto do impeachment se tornar insustentável, já que tudo indica que o presidente sabia dos esquemas de corrupção. “Todos os caminhos do escândalo revelados até o momento levam ao Palácio do Planalto” (VEJA, n.1917, p.58). Como se pode notar, *Veja* exhibe um cenário completamente desfavorável para o presidente, mesmo que os índices de aprovação divulgados há pouco tempo o aprovem.

Para o PT a situação está ainda mais complicada. O Conselho de Ética da Câmara, ao reunir Dirceu e Jefferson para uma acareação, comprovou que o petebista de fato está com a verdade.

Jefferson, enfim, mostrou que continua disposto a ser o homem-bomba da verdade. Já Dirceu demonstrou ser o homem-estalinho da mentira – ou seria "stalinzinho"? Ao optar por não deixar perguntas sem resposta, o ex-chefe da Casa Civil atropelou a verdade diversas vezes. Deu-se mal. Suas lorotas caíram por terra em tempo recorde. (VEJA, n.1917, p.70)

O que mais impressiona em todo este turbilhão de informações são as constantes falas da oposição para confirmar os escândalos e o tom de chacota a que são submetidas as falas de petistas e o próprio presidente. Desta maneira, o leitor fica impedido de ouvir a outra parte e a sua versão, sendo este mais um exemplo claro do anti-jornalismo da revista. Dirceu, por exemplo, é retratado como o deputado Pinóquio. Em uma de suas declarações em que afirmou jamais ter sido arrogante quando ministro, *Veja* destila que essa mentira não durou nem um minuto e outras de corrupção duraram pelo menos 24 ou 48 horas (VEJA, n.1917, p.71).

Seguem as palavras de Tales Alvarenga. “Lula é o nosso Jatobá⁴⁵ barbudo. O país está metido no maior escândalo político da história e ele continua cego às evidências. Delúbio Soares, Silvio Pereira e José Dirceu também não viram nada. Nesta terra de cegos, Jefferson poderia ser rei” (VEJA, n.1917, p.68).

Na sequência, os 100 fatos e as mentiras contadas pelos petistas para encobri-los, são, enfim, a autêntica declaração da revista sobre o seu posicionamento neste cenário montado e reproduzido

⁴⁵ “O Jatobá original, personagem cego da novela *América*, da Rede Globo, é um desses tipos que sofrem de otimismo panglossiano. É cego, mas vê tudo cor-de-rosa. Lula é também um otimista sem causa.” (VEJA, n.1917, p.68)

pela mesma. Todos os escândalos são mantidos nos seus devidos lugares até que a imagem do PT torne-se completamente irreparável. E lá se vão mais nove páginas para fomentar a crise e reduzir o partido e sua história a nada.

O ritmo da crise provocada pela exposição da mais espantosa e abrangente máquina de corrupção já montada no país é de tirar o fôlego. Muitas vezes, são tantos os desdobramentos que parecem ultrapassar a capacidade de acompanhá-los. Por isso, recapitular o desenrolar dos acontecimentos tem dois efeitos importantes. Primeiro, reativar na memória fatos que, embora tão recentes – e vitais –, parecem superados pela constante avalanche de novas revelações. Mentiras, desmentiras, acusações que se comprovam genuínas, renúncias e quantidades cada vez mais alucinantes de dinheiro formam uma massa crítica capaz de calcinar tudo o que passa em sua órbita. Segundo, lançar a luz límpida da realidade sobre os fins da rouboalheira sistêmica: sustentar o PT em suas múltiplas necessidades, comprar aliados em massa, cobrir gastos de campanhas passadas e montar o caixa de eleições futuras. Tudo isso feito pelos mais importantes colaboradores do presidente – hoje conhecidos, resumidamente, como "a quadrilha". (VEJA, n.1917, p.79)

A manchete do dia 17 de agosto de 2005 declara que o presidente está lutando contra o impeachment. Segundo a *Veja*, o presidente perdeu a chance de se defender em pronunciamento na TV, sugerindo novamente que Lula é culpado, pois neste sofisma só se defende quem está na posição de acusado. Fica claro o desejo de mostrar que o presidente é peça chave dentro do esquema de corrupção. Todos os indícios o incriminam (VEJA, n.1918, p.61).

Todos estão crentes de que o presidente sabia de tudo, inclusive os petistas que agora começam a deixar a nau dos trabalhadores. Hélio Bicudo, por exemplo, afirma, ao ser perguntado sobre o motivo que levou o presidente a não tomar nenhuma atitude para impedir que a situação chegasse aonde chegou: “Ele [Lula] é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma” (VEJA, n.1918, p.70). Deste modo, *Veja* utiliza palavras de petistas históricos para sacramentar o fim do PT e a possível queda de Lula.

Para complementar o clima de desalento, saiu uma nova pesquisa do instituto Datafolha. Lula perderia para o tucano José Serra no segundo turno – e com folga de 9 pontos. Pior: 29% dos entrevistados já se declaram favoráveis ao impeachment. (VEJA, n.1918, p.64)

Em meio a mais uma enxurrada de denúncias, advindas de Duda Mendonça e as contas no exterior para pagamento de campanha, o enunciado afirma que o PT caminha agonicamente para

o fim. E tudo isso porque o partido sempre desprezou a democracia além de ter ficado deslumbrado com os requintes do poder.

Outro elemento, mais prosaico e (demasiadamente) humano, contribuiu para o desmanche do PT: o deslumbramento de alguns de seus principais representantes, que, diante do banquete do poder, lançaram-se sobre os pratos como porcos magros. Silvio "Land Rover" Pereira coroou os 25 anos de serviços prestados ao partido no constrangedor episódio envolvendo a GDK, empresa prestadora de serviços ao governo e fornecedora do "presente" recebido pelo ex-secretário-geral do PT. Delúbio "Charutos Cohiba" Soares e suas fazendas de origem nebulosa, pela profusão de elementos disponíveis, dispensam comentários, da mesma forma que o ex-presidente da Câmara, João Paulo "50.000" Cunha. Hoje, porém, já se sabe que o surgimento de outros petistas nas listas do valerioduto causou pouca surpresa entre representantes do partido. O Professor Luizinho, ex-líder do governo na Câmara, por exemplo, agraciado com 20.000 reais pelo valerioduto, era famoso entre seus pares pela desenvoltura com que pedia vinhos de quatro dígitos em restaurantes da capital federal e pela generosidade que exibia durante jantares com companheiros de legenda. "Fazia questão de pagar a conta de todo mundo, ainda que ela desse 300 reais por cabeça", lembra um companheiro. (VEJA, n.1918, p.69)

O tom de chacota a que são submetidos os petistas investigados são mais uma mostra clara do desprezo da revista para com a imagem do PT. *Veja* demonstra novamente o seu desmazelo para com o jornalismo de fato que respeita os investigados ou mesmo os culpados.

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política – sabe-se – não há espaço para o vácuo. A fila anda – e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes – pelo menos enquanto valor universal. Para os petistas hoje pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia – assim como a ética – jamais foi um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder – tem um valor "estratégico". [...]. É possível que a passagem do PT pelo cenário político brasileiro, portanto, nem sequer deixe um legado digno de respeito. Pelo contrário: é mais provável que os livros de história se dediquem a contar às futuras gerações o efeito deletério da oposição petista na última década, quando o partido tentou barrar propostas fundamentais para a modernização do Estado brasileiro [...].(VEJA, n.1918, p.70)

Por fim todo o seu discurso é destilado contra o seu adversário predileto: o socialismo, encarnado aqui pelas correntes de esquerda do PT.

Tarso, agora, tenta juntar os cacos do PT, recorrendo às alas que foram alijadas da direção do partido pela quadrilha de Dirceu. Essa turma "limpinha", no entanto, tem um

pecado de origem: a falta de conexão com a realidade, fruto de sua crença messiânica no socialismo.

O PT, sob o comando de Dirceu, colocou em prática um pragmatismo que conjuga o pior tipo de patrimonialismo, aquele que "sacramenta" o direito à apropriação de recursos públicos em benefício privado, com o mais empedernido leninismo, representado pelo aparelhamento do Estado em favor dos interesses do partido. Escondidos sob o manto da dicotomia "conservadores versus progressistas", os petistas que encabeçavam o tal Campo Majoritário espertamente evitaram a diferenciação que, de fato, interessa no momento de escolher os que lidarão com o bem público: o que separa a honestidade da desonestidade, o certo do errado. Felizmente, esse petismo de resultados tem encontro marcado na lata de lixo da história com outras experiências reais do ideário marxista. (VEJA, n.1918, p.72)

Para completar a criminalização do PT, e não deixar passar mais um escândalo, foi publicada uma reportagem sobre o envolvimento do partido com o doleiro Toninho da Barcelona. Barcelona estaria sendo ameaçado por saber quem são os petistas envolvidos no esquema de envio de remessas para paraísos fiscais, confirmado por Duda Mendonça. Advogados do PT já o teriam coagido. Seu próprio advogado teria dito que a Polícia Federal estaria interrogando-o ilegalmente (VEJA, n.1918, p.76).

Há ainda nesta emblemática edição a coluna de Tales Alvarenga sobre os intelectuais de esquerda cujo título é "O silêncio do avestruz". Ele é emblemático por expressar o mais puro desprezo da revista para com a atividade do intelectual, em especial o de esquerda. Este discurso demonstra quão claro é o posicionamento do semanário em relação ao ponto de vista contrário ao seu. É a ditadura do discurso impondo o que é possível e o que é execrável.

Há três tipos de petistas caricatos e o intelectual de esquerda em geral é um deles. Esses tipos são o emotivo, o ideológico e o porquinho Prático. O emotivo é aquele sujeito de bons sentimentos que votou no PT por acreditar que o Brasil ficaria melhor num governo Lula. Esse petista está decepcionado. Sente vergonha daqueles que o viram um dia entusiasmado com a pureza do Partido dos Trabalhadores.

O petista ideológico é um tipo que se sentiu fascinado pelo igualitarismo marxista na juventude e não conseguiu se libertar dessa superstição anacrônica na vida adulta. Ao contrário do emotivo, acha que os valores de uma sociedade não se alteram para melhor apenas com a boa vontade de um partido e da população que o elegeu. É preciso, acha ele, mudar a própria natureza da sociedade, expelindo a camada burguesa dominante, para colocar em seu lugar a vanguarda dos trabalhadores, ou seja, eles mesmos, os intelectuais de esquerda.

Há, por fim, o porquinho Prático. Esse já foi emotivo e ideológico, mas tudo isso acabou amaciado por sua arte de se adaptar à realidade. São políticos e, como se sabe, nesse aspecto todos os políticos são iguais. Porquinhos Práticos são esses integrantes da cúpula do PT que estão perdendo a cabeça por ter sido pilhados na quadrilha do mensalão. Para ver como eles pensavam no passado, consulte na internet os documentos do partido anteriores a 2002. Ou, melhor ainda, examine os manuais marxistas, leninistas, maoístas e fidelistas usados pelos professores do Movimento dos

Sem Terra para doutrinar as crianças nos seus acampamentos de lona. A cúpula do PT, com algumas exceções como Lula, um dia foi assim. (VEJA, n.1918, p.82)

Por fim, a última edição desta sequência de 14 capas, totalizando cem dias de desgaste e intensas denúncias, traz o intocável, até o presente momento, Antonio Palocci. A preocupação da *Veja* está em salvaguardar a economia de uma possível queda do ministro. Para tanto, várias teses tentarão garantir que o país e o mundo estão no caminho correto e nada pode atrapalhar o desenvolvimento. O texto visará garantir a manutenção do *modus operandi* da economia. Portanto o tom da matéria sobre Palocci será bem mais ameno e comedido. Assim como a proposta de aumento do salário mínimo pela oposição foi considerada loucura pela *Veja*⁴⁶, a mudança de rumos na economia com a possível queda do ministro também será tida como uma insanidade. É a defesa total daquilo que lhe convém.

[...] o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem sido, desde o início do governo Lula, o grande fiador da política econômica. Vê-lo envolvido no escândalo de corrupção que assombra o país há três meses alimenta o pesadelo de que a crise, até o momento circunscrita à política, contamine a economia.

[...] deve-se levar em conta que a sociedade brasileira, que elegeu Lula com 53 milhões de votos sob a condição de que ele renunciasse às tentações da esquerda populista, já não permite que aventureiros arruinem a estabilidade duramente conquistada com o Plano Real. Não há, portanto, razão para pânico. (VEJA, n.1919, p.68)

Em meio ao cenário de crise é preciso manter a esperança no sistema econômico por ser ele a grande vitória dos brasileiros, afirma *Veja*.

Desde o início da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Antonio Palocci projetou a imagem de uma fortaleza inexpugnável de sobriedade num mar de ineficiência e insensatez. Ex-militante da Libelu (Liberdade e Luta), movimento radical de tendência trotskista, despiu-se, à frente da economia, do esquerdismo infantil de seus colegas. Converteu-se num defensor do equilíbrio fiscal e do controle rigoroso da inflação. Ao reciclar-se ideologicamente, reconquistou a confiança dos mercados no primeiro ano de governo petista e, nos últimos meses, impediu que o escândalo político contaminasse a economia. (VEJA, n.1919, p.67)

Apesar das denúncias que agora cercam Palocci e com a iminência de sua saída do governo, *Veja* utiliza uma fala da oposição a fim de criar um quadro de tranquilidade no espectro econômico e

⁴⁶ “[...] o reajuste do salário mínimo para 384,29 reais, retroativo a maio [...] mostra o grau de demagogia, oportunismo e irresponsabilidade de parlamentares de uma oposição de quem se esperava mais sensatez no delicado momento da vida pública brasileira.” (VEJA, n.1918, p.09)

mais uma baixa no governo no âmbito político. Que saia Palocci, mas se mantenha a economia tal qual está.

A maioria dos líderes acredita que Palocci dificilmente conseguirá manter-se no cargo sem passar pelo constrangimento de um depoimento em CPI. Diz o senador José Agripino Maia, líder do PFL: 'Criou-se um clima de que, se ele cair, a economia vai pelo ralo, mas não é verdade. Os fundamentos estão bons e os agentes econômicos estão maduros o suficiente para segurar o tranco'. (VEJA, n.1919, p.67)

As principais figuras que cercavam o presidente estão agora envolvidas em escândalos. *Veja* não titubeia e continua a desgastar o PT. Uma entrevista com o doleiro Toninho da Barcelona, que teria informação suficiente para incriminar o partido, é a estratégia da vez. Segundo Toninho o PT trocava na campanha de 2002 entre 30 e 50 mil reais por dia em um esquema que consistia no envio de dinheiro ilegal para o exterior e retorno para o caixa-dois do PT. Toninho foi condenado a 25 anos de prisão por evasão de divisas. Está delatando o PT a fim de conseguir uma diminuição na sua pena. Seria ele uma fonte confiável para o jornalismo? Seria Roberto Jefferson, que se declarou culpado, também uma fonte confiável? No caso de Jefferson, em troca de que ele estaria se acusando? *Veja* – a fim de sustentar a sua denúncia – afirma que Toninho é uma testemunha importante e deve ser levado em conta na investigação.

À primeira vista parece uma temeridade dar ouvidos a alguém nessa situação, ainda mais quando o preso se dispõe a colaborar apenas mediante o benefício de redução de sua longa pena – ou seja, não está nem um pouco interessado em ajudar a Justiça e pensa somente em seu interesse mais imediato. Criminosos em situações semelhantes costumam ser, porém, uma das mais valiosas armas da investigação policial e judiciária. (VEJA, n.1919, p.67)

Sendo assim, a revista dá publicidade às declarações do doleiro e mais uma vez procura impor ao PT uma derrota no campo da ética. O envolvimento de lideranças partidárias com remessas ilegais de dinheiro para paraísos fiscais é a acusação. Ao final da matéria, na coluna de Tales Alvarenga, a conclusão do semanário nos deixa entrever a opinião do semanário em relação ao partido de Lula.

Quem é pior? O partido de Severino, o PP, tem Maluf. O partido de Lula tem José Dirceu, Delúbio Soares, Silvinho Pereira, José Genoíno, Professor Luizinho, João Paulo Cunha, Paulo Rocha, sem contar penduricalhos como Waldomiro Diniz e Marcelo Sereno. E a cereja do bolo, Marcos Valério. A penúltima cidadela, o ministro Antonio Palocci, levou um tirambão na sexta-feira passada. Qual é o pior cenário?

Faça sua escolha. A minha eu já fiz. Não pode haver nada pior do que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. (VEJA, n.1919, p.76)

Outro colunista, André Petry, sugere que Lula deixe logo o governo, pois as acusações não cessam contra o PT.

Eram os deuses uma quadrilha? Eram os deuses da ética, os deuses da moralidade pública uma corja de assaltantes disfarçada sob um manto vermelho? Eram eles apenas um grupo de salteadores que assaltava – em reais ou em dólares, com donos de bingo ou donos do lixo, nos cofres públicos ou nos cofres privados – com três objetivos claros: financiar um projeto de poder, comprar o apoio de deus e o mundo e, como ninguém é de ferro, dar uma embolsada num pedaço da grana para ter um carro melhor, morar num apartamento mais amplo...? Era disso que se tratava o tempo todo? De um bando de propineiros? Corra, Lula, corra. (VEJA, n.1919, p.80)

Enfim as 14 desgastantes capas chegam ao seu final com um incrível déficit para o PT e o governo Lula. As denúncias iniciais levaram a uma proliferação de escândalos que não foram capazes de derrubar o presidente apesar de ter feito um estrago considerável em sua imagem, na do partido e ter contribuído para a queda de seus ministros mais próximos.

O ano de 2005 chegará ao fim com o prosseguimento das investigações nas CPI's. As capas com o PT e com o governo Lula se tornarão menos corriqueiras, porém não menos incisivas. Na edição n.1923 o fim do partido será anunciado tendo como principal objetivo destituir o PT de seu importante lugar na recente história política brasileira. A ética petista, antes considerada pela *Veja* o único ponto a favor do partido, será relatada apenas como uma forma que o PT encontrou para se perpetuar no poder. Ou seja, uma agremiação sem escrúpulos que usa falsamente a ética como uma artimanha qualquer para o seu próprio deleite e de seus partidários e não para o bem do país. Através da sua abrangência como meio de comunicação de massa *Veja* mostrará o PT como o pior partido que já existiu e o governo Lula como a maior tragédia da política brasileira. Tudo isso, obviamente, com base na sua própria maneira de retratar a política no Brasil, estabelecida sobre a sua própria verdade.

A manchete de capa se encontra na página 44 e vai até a 51. *Da utopia ao caos* é o título. Na foto, Luiz Gushiken, José Dirceu e Lula sorridentes em uma imagem da época da campanha Diretas Já (1984) e uma outra, atual, no momento anterior à crise política. “Como o PT forjou sua derrocada: do nascimento apoiado no equívoco socialista e no mito do líder operário ao

esfacelamento de seu patrimônio ético e à chegada ao banco dos réus” (VEJA, n.1923, p.44). Para o semanário, o PT possui um erro de princípios, logo, está fadado ao erro e ao fracasso político. Na sequência, se repetem os comentários de como será administrar uma massa falida – já que a eleição para o Diretório Nacional do partido estava próxima. Preparando o terreno para o próximo pleito eleitoral, os repórteres Marcelo Carneiro e Juliana Linhares escrevem com base em um presságio de uma cientista política.

[...] as perspectivas para as eleições de 2006 são, na mais otimista das hipóteses, dramáticas. A cientista política Lúcia Hipólito estima que as bancadas do partido na câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas dos estados devam minguar em, pelo menos, um terço. À massa vencedora das eleições deste domingo, portanto, restará pouco mais do que a melancólica missão de administrar uma massa falida (VEJA, n.1923, p.45).

Com base nos escândalos políticos que se amontoavam sob o PT, o discurso explicitava que a ruína havia se dado em tempo recorde. Em apenas 100 dias todo patrimônio ético do partido veio abaixo. “Uma edificação não vai ao chão em tão pouco tempo a menos que seus alicerces estejam podres. É o caso do PT” (VEJA, n.1923, p.46).

Deste ponto em diante, a tal tragédia política ressaltada desde a capa passará a ter um fundamento: o socialismo, a utopia marxista. No momento em que a China se abria para o capital estrangeiro e a URSS caía praticamente junto com o Muro de Berlim, o Partido dos Trabalhadores “divulgava manifestos pregando a ‘solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo’ e aos ‘explorados pelo capitalismo’. Do ponto de vista ideológico, portanto, o PT já nasceu póstumo” (VEJA, n.1923, p.46). Um outro fundamento do fracasso petista para *Veja* está na própria figura de Lula, o mito operário. “Movido pela ambição pessoal, Lula [...] embarcou gostosamente na aventura leninista” (VEJA, n.1923, p.47).

Conforme o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, “os intelectuais achavam que Lula seria um tapete mágico capaz de levá-los à revolução. Já Lula via nos acadêmicos outro tipo de tapete, aquele que poderia ajudá-lo a chegar ao poder” (VEJA, n.1923, p.47).

No decorrer dos anos vários intelectuais deixaram o partido por conta da “percepção da realidade” (VEJA, n.1923, p.47). Entretanto, as exceções persistem. Marilena Chauí é uma delas.

A despeito de ter afirmado que o PT foi um dos principais construtores da democracia neste país, *Veja* comentou:

Na semana passada, a filósofa Marilena Chauí, uma das principais ideólogas do PT, rompeu, da pior maneira possível, o silêncio obsequioso que vinha mantendo até então, a pretexto de ‘entender a crise’. A filósofa declarou ter ‘descoberto’ o motivo pelo qual se tem ‘tanto ódio do PT’. [...] Não há, para os que tem na razão e no pensamento a matéria-prima de seu trabalho (como é o caso da filósofa), nada mais deletério do que se deixar levar pela paixão cega. Ao incorrer nesse erro, Marilena Chauí abre mão do título de pensadora para se tornar uma séria candidata à vaga de Velhinha de Taubaté [...] (VEJA, n.1923, p.48)

Uma desmistificação do partido é feita a cada palavra, a cada parágrafo, a cada foto. O primeiro quadro (p.46 e 47) mostra *Os 100 dias que abalaram o PT*. Escândalos envolvendo José Dirceu, os dólares na cueca, Silvinho Land Rover Pereira, e contas no exterior para pagamentos à Duda Mendonça estão em destaque nessas páginas. Na sequência, uma explicação sobre as correntes de esquerda do PT. Eles são *os antitudo*. “Entre radicais e ultra-radicais, as correntes do PT que disputam o comando do partido – todas à esquerda do Campo Majoritário – têm, em comum, o anacronismo das idéias que defendem” (VEJA, n.1923, p.48). A indicação, a partir de um gráfico, de que o presidente vive o seu pior momento no governo se completa com um quadro que busca remontar a trajetória do PT desde sua criação. *Do sonho ao Pesadelo*: “O PT nasceu de uma idéia equivocada, cresceu de modo esquizofrênico e agoniza em meio a acusações de corrupção” (VEJA, n.1923, p.50).

Por fim, a eterna dicotomia cultivada pelo PT entre os ideais socialistas e o mundo real fez com que o partido deixasse de cumprir aquele que poderia ter sido o seu papel – contribuir para a consolidação de um sistema político em que os rótulos de esquerda e direita não cabem mais (VEJA, n.1923, p.49).

O ápice da cena chega ao seu final com uma boa notícia em meio a tantas ruínas. *Veja* encerra o seu discurso dando ênfase novamente à fala de um especialista, o filósofo José Arthur Gianotti. “Não amadureceríamos se não queimássemos as ilusões petistas, diz Gianotti. Nesse sentido, a gangue que tomou de assalto o PT não poderia ter facilitado mais o trabalho” (VEJA, n.1923, p.51).

A matéria principal chega ao fim, mas o martírio petista está longe de acabar. Nas páginas 92 e 93 o título “*Um fiasco Mundial*” relata que “O escândalo do mensalão esconde a mais desastrosa

política externa da história brasileira”. Do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ao fracasso da força de Paz no Haiti, tudo é um desastre para *Veja*, assim como nas páginas 106 e 107, onde uma reportagem sobre exploração e comercialização ilegal de madeira para bancar campanhas petistas relata que “O caso foi parar na CPI da Biopirataria, da Câmara dos Deputados, e, depois de dois meses, não só se confirmaram as irregularidades como também se descobriu um sistema organizado de pilhagem da floresta [...]”. Os envolvidos no caso: duas pessoas do PT como já havia noticiado uma reportagem em edições anteriores. Com isso a revista pretende reiterar a veracidade do seu discurso, comprovando a sua verdade: a de que o PT de fato é a maior quadrilha política em ação no Brasil.

O colunista Tales Alvarenga declara ainda que o PT é “o principal construtor da roubalheira ‘neste país’” (VEJA, n.1923, p.102), sendo sua afirmação um contraponto ao que Marilena Chauí alegara sobre o PT. Na opinião da filósofa o partido foi “o principal construtor da democracia neste país” (VEJA, n.1923, p.102). Para Tales, a filósofa se recusa a enxergar o óbvio, pois a esquerda tradicional sempre esteve aquém de seu tempo. O artigo desde o início procura mostrar que no mundo não há mais espaço para este discurso de classe. Para tanto, defende o deputado verde Fernando Gabeira, ex-filiado ao PT, e suas idéias em contraposição ao ideário de esquerda. Para *Veja*, abandonar as “bandeiras juvenis” é sinal de evolução do pensamento, é enxergar o que é tão claro, é seguir aquilo que o semanário sempre defendeu: a ineficácia da ideologia socialista.

Gabeira é inteligente, é um esquerdista darwiniano (evolui) e parece tão honesto como água de bica. Para mim, Gabeira representa o que de melhor a esquerda produziu no Brasil. Precisou dar uma volta imensa antes de se tornar o ideólogo equilibrado e flexível que conhecemos hoje.

Seqüestrou o embaixador dos Estados Unidos em 1969, converteu-se à "política do corpo" nos anos 70, desfilando seminu nas areias de Ipanema, defendeu a liberalização do uso da maconha, transferiu-se para o ambientalismo através do Partido Verde. Tudo isso para, finalmente, descobrir ao fim da linha o que eu já sabia sobre a esquerda nos anos 60. Não importa que tenha demorado. Adquiriu experiência e densidade.

Raramente um militante da esquerda tem uma máquina cerebral suficientemente forte para libertá-lo dos mitos que absorveu na juventude. Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, alguns integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas.

[...]

Entre os intelectualmente desonestos, José Dirceu é o patrono. (VEJA, n.1923, p.102)

De acordo com *Veja*, o fantasma do prefeito Celso Daniel tem assombrado o PT. O caso há tempos é cercado de mistérios e sua resolução é tida como extremamente complexa. Parece, de

fato, um romance policial. Todavia, a revista se propõe a explicar o caso a partir da investigação de um repórter que teve acesso aos documentos que permeiam o assassinato. Obviamente, *Veja* procura demonstrar que o PT e suas lideranças têm algum tipo de envolvimento no crime.

O cadáver de Celso Daniel, que jaz embalsamado no Cemitério da Saudade, em Santo André, ainda assombra o PT. Nos últimos dois meses, os dois irmãos do prefeito assassinado, João Francisco e Bruno Daniel, depuseram na CPI dos Bingos. Voltaram a bater na tecla de sempre – a de que dois petistas de alto coturno, José Dirceu e Gilberto Carvalho, puxavam os fios do esquema de corrupção que se instalou em Santo André. (VEJA, n.1927, p.43).

A reportagem pretende provar que a cúpula do partido estaria envolvida na morte de Celso Daniel e agora faz de tudo para esconder a revelação de mais um esquema pesado de corrupção, inclusive levando à morte algumas testemunhas. “Enquanto não se souber exatamente o que aconteceu, o espectro de Celso Daniel continuará a assombrar o PT [...]” (VEJA, n.1927, p.43). Nas palavras de Tales Alvarenga, a velha máxima da revista de expor o partido ao ataque mais cruel, qualificando-o como o pior exemplo político brasileiro. “Integrantes conhecidos da cúpula do PT roubaram, aceitaram gorjeta, empregaram parentes no serviço público, mentiram, usaram o dinheiro sujo da cueca e, nunca [...] manifestaram nenhum sentimento de culpa” (VEJA, n.1927, p.56).

O governo petista foi um fracasso não apenas porque roubou e governou mal. Fracassou também por ter promovido a vulgaridade. A mais pesada crítica da esquerda ao governo Lula é a de que ele se dobrou à agenda da elite nacional e às exigências do sistema financeiro internacional. Na verdade, fez coisa muito diferente. Escorregou das mãos das mal-amadas elites para expor o país a uma era de mediocridade. Piorou os já exíguos padrões de auto-respeito que existiam. A culpa e a vergonha foram desmoralizadas pela aplicação contumaz da esperteza delinqüente. (VEJA, n.1927, p.56)

Diogo Mainardi – e seu sempre presente discurso da queda de Lula – desferiu o seguinte golpe: “Por mais melodramático que possa parecer, o destino de Lula é determinante para o futuro do país. Há dois cenários. No primeiro, Lula cai e o Brasil melhora. No segundo, Lula fica e o Brasil piora. É simples assim” (VEJA, n.1927, p.56). Na sequência do texto, um autêntico manifesto liberal de resolução dos problemas brasileiros. Nada mais *Veja*.

Minha proposta é que os parlamentares nomeiem uma comissão de notáveis, composta de juristas e tributaristas, como Raul Velloso, Miguel Reale Jr. e Eduardo Gianetti da

Fonseca. Eles seriam encarregados de redigir uma ampla reforma do Estado, para cortar aposentadorias, eliminar impostos, abater sindicatos, suprimir direitos trabalhistas, limpar o Judiciário e diminuir o peso dos políticos, enterrando boa parte das asinices de nossa Carta Constitucional. Depois disso, o texto passaria por um plebiscito. O Brasil ficaria melhor.

Agora só falta derrubar Lula. (VEJA, n.1927, p.56)

A edição que chegou às bancas no segundo dia de novembro traz a foto de Fidel Castro na capa com seu rosto dentro de uma nota de 100 dólares e a seguinte manchete: *Os dólares de Cuba para a campanha de Lula*. Existem evidências de que o PT recebeu uma grande quantia em dinheiro do país caribenho, cometendo assim um crime grave. Essa não é a primeira vez que o partido se vê envolvido com dinheiro estrangeiro sujo. O caso dos 5 milhões doados pelas Farc, cuja investigação foi inexplicavelmente engavetada apesar das provas, foi o primeiro indício de que o partido recebera recursos não declarados (VEJA, n.1929, p.07).

As evidências são enunciadas por pessoas próximas a Palocci, o que para *Veja* é um atestado de veracidade. Em meio às sérias dificuldades econômicas que Cuba vem enfrentando nos últimos anos, a revista crê piamente no envio de dólares para o comitê de campanha de Lula.

A Lei 9096, aprovada em 1995, informa que é proibido um partido político receber recursos do exterior. Se isso ocorre, o partido fica sujeito ao cancelamento de seu registro na Justiça Eleitoral. Ou seja: o partido precisa fechar as portas. O candidato desse partido – o presidente Lula, no caso – não pode ser legalmente responsabilizado por nada, já que sua diplomação como eleito aconteceu há muito tempo. [...] Caso as investigações oficiais confirmem que o PT recebeu dinheiro de Cuba, e o partido venha a ter o registro cancelado, o cenário político brasileiro será varrido por um Katrina: isso porque os petistas, sem partido, não poderiam se candidatar na eleição de 2006. Nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (VEJA, n.1929, p.53)

Ao lançar esta reportagem a revista quer que as investigações dêem conta de retirar o PT do cenário de disputa eleitoral, quiçá do quadro político brasileiro. Afinal, se sua palavra é a verdade, nada mais convincente que o texto apresentando a ligação clandestina entre o PT e o Partido Comunista Cubano.

“Esta é a beleza da democracia: permitir que um notório culpado alegue inocência” (VEJA, n.1929, p.60). O notório culpado em destaque é José Dirceu. Sua defesa no Conselho de ética da Câmara também mereceu uma matéria.

Comandante supremo do esquema do mensalão, Dirceu agarra-se a todas as tábuas oferecidas pela chicana jurídica, a fim de evitar que o Conselho de Ética da Câmara envie para votação em plenário o relatório em que recomenda a sua cassação.

[...]

De qualquer forma, esta é a beleza da "democracia representativa burguesa", para usar o jargão dos que gostariam de derrubá-la: o cidadão tem sempre como se defender antes de ser privado de um direito seu. No caso de Dirceu, tantos recursos servem, ainda, para legitimar mais sua necessária cassação, tirando-lhe de vez o argumento de que foi vítima de um rito sumário e excrescências que tais, típicas das ditaduras – como a cubana, por exemplo, da qual o ex-ministro é admirador. Também é da natureza da "democracia representativa burguesa" a liberdade de opinião e expressão. É dessa possibilidade que se valem os intelectuais e artistas signatários de um manifesto pró-Dirceu, divulgado na semana passada. Arregimentados pelo maior interessado, e capitaneados pelo escritor Fernando Moraes, eles tentam criar na opinião pública uma aura de simpatia em torno da figura do ex-ministro. A tarefa é difícil, camaradas, mas continuem tentando. A "democracia representativa burguesa" oferece espaço para todas as utopias. (VEJA, n.1929, p.60)

Quando *Veja* defende a “democracia representativa burguesa” ela procura impor uma derrota no modo de pensar do PT. É a vitória do sistema mais justo que há, contra o discurso que criou o maior esquema de corrupção do país. É isso o que *Veja* quer mostrar, estas são as palavras que a revista quer que creiamos sempre a fim de pressupormos apenas o seu discurso como cabível, independente de existirem outros. “O PT continua tentando confundir os brasileiros com a sua falsa epopéia esquerdista” (VEJA, n.1929, p.63).

Se os inimigos do PT são de fato as forças conservadoras, os nomes de seus integrantes são os seguintes: Delúbio Soares, com sua mala preta. Silvinho Pereira, com o Land Rover que ganhou de uma empresa vitoriosa em licitação da Petrobras. A Caixa Econômica e o caso GTech. Dólar na cueca. Corrupção em Santo André e o assassinato do prefeito Celso Daniel. Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete de Lula, acusado de envolvimento com a quadrilha que extorquia empresários de ônibus. José Genoíno, ex-presidente do PT (renunciou), que sabia dos "empréstimos" tomados por Delúbio e ficou mudo. José Dirceu, acusado de ser o chefe do mensalão. Seu ex-braço-direito na Casa Civil, o achacador Waldomiro Diniz. O ex-deputado Roberto Jefferson (cassado), aliado íntimo do PT a ponto de Lula ter dito que lhe daria um cheque em branco. O ex-deputado Valdemar Costa Neto (renunciou), presidente do PL, cujo apoio à eleição de Lula o PT comprou com uma mala de dinheiro. Por fim, o publicitário Marcos Valério, que fez o capital "não contabilizado" irrigar a horta de toda essa gente. (VEJA, n.1929, p.63)

Com a entrada de Dilma Roussef no lugar de José Dirceu na Casa Civil, a preocupação da revista se volta para as incisivas críticas que a ministra vem fazendo à política econômica, segundo *Veja*, o único acerto do PT até agora – o que na verdade é apenas, para a revista, a manutenção do belo trabalho feito por FHC nos anos anteriores (VEJA, n.1929, p.84).

A manutenção dessas conquistas – mérito que, este, sim, cabe ao governo Lula e à equipe de Palocci – é justamente o que a ministra (e ex-guerrilheira da VAR-Palmares, um dos principais grupos armados da década de 60) Dilma agora tenta torpedear. Do ponto de vista objetivo, é improvável que consiga, dado o estado de consolidação em que se encontram os principais pilares da economia brasileira. O risco, contudo, é o de que as investidas da ministra atinjam um outro flanco da política econômica, ainda relativamente vulnerável: a credibilidade do próprio país. (VEJA, n.1929, p.84)

Ao tratar a ministra como ex-guerrilheira, *Veja* tenta desqualificar a importância da mesma para sugerir qualquer tipo de mudança e mostrar suas origens como sendo hediondas. Além disso, a revista reincide no argumento de que o Brasil só se manterá no rumo certo se o PT abandonar as suas críticas ao neoliberalismo.

Em dezembro de 2001, durante um encontro nacional, o PT aprovou um documento que pregava a "ruptura necessária" com o "modelo neoliberal". O texto incluía a necessidade de "denunciar o acordo com o FMI para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento". Seis meses mais tarde, quando Lula já demonstrava ter chances reais de vitória, o partido divulgou a "Carta ao Povo Brasileiro", em que defendia a manutenção dos contratos – ou seja, dizia o contrário do que apregoava no documento anterior. Felizmente, para o país, o governo fez valer a segunda promessa. Agora, novamente às vésperas das eleições, ele deixa explícito que seus principais ministros não se entendem na área econômica – pelo contrário, discordam em pontos cruciais e desafiam-se em público. Diante disso, é compreensível que a dúvida que rondou os investidores em 2002 de novo volte à tona: o governo está munido de real disposição para manter a estabilidade da economia ou isso só vale como discurso destinado a garantir mais quatro anos de poder – e corre o risco de ser revisto ao sabor de pressões internas no partido, em caso de vitória? (VEJA, n.1929, p.85)

Enfim, *Veja* está disposta a deixar o ano eleitoral bem mais tenso para que mudanças na política econômica não ocorram. A idéia para 2006 será mostrar um partido corrupto, com péssima capacidade administrativa e uma tendência a querer mudar o que segundo a revista não pode ser mudado, no caso a política econômica, com risco de levar o país ao atraso.

Resta ainda ao ano de 2005 a última edição, a retrospectiva. Nela *Veja* novamente reacende a mente do leitor e traz novamente ao cenário político fatos deste intenso 2005, ***O ano em que a estrela se partiu***. Em uma única edição o semanário pretende explicar o desenrolar dos escândalos petistas. Sob o seu ponto de vista, é claro. Mas, como tudo isto já foi visto e revista ao longo deste último capítulo, fiquemos por conta do articulista Tales Alvarenga.

Na sua coluna, Alvarenga afirma que “este foi o ano em que o Muro de Berlim desabou no Brasil, com dezesseis anos de atraso. Devemos ao PT a produção do feliz acontecimento. [...] O

PT desmoralizou as esquerdas, no plural, todas elas” (VEJA, n.1937, p.68). Nota-se no discurso de Tales o desejo de revirar o passado recente, a queda do Muro de Berlim e o fim do socialismo soviético, para mostrar que o PT nascia no início da década de 1980 na contramão da realidade, mesmo que a história do partido prove o contrário⁴⁷. O desmazelo para com a ideologia de esquerda e o PT são características muito presentes nas linhas do semanário. Impor-lhe derrotas severas tem por objetivo fortalecer seus conceitos e visões de mundo.

A esquerda tradicional, marxista, racional, foi derrotada na Europa, a partir de meados do século passado. Rastejou sobre os próprios escombros até 1989, quando a derrubada do Muro de Berlim significou a retirada dos tubos que a mantinham vegetando na UTI. Essa esquerda advogava a centralização do planejamento econômico em benefício de uma sociedade mais eficiente. Perdeu a disputa.

A velha esquerda racional teve seus defensores tardios no Brasil. O candidato a presidente Lula, nas suas primeiras tentativas eleitorais, pregava a estatização do sistema financeiro e reprovava as privatizações.

Essa esquerda que venera Marx, admira o gênio de Lenin e chamava Stálin de papai até a década de 50 foi desidratada no Brasil quando o candidato Lula, para não perder a quarta eleição, em 2002, renunciou à visão bolchevique de seu partido e se comprometeu a seguir as regras das economias de mercado.

[...]

A coroação da obra petista veio na forma da maior roubalheira sistemática a que o país já assistiu. O Brasil saiu diferente desse encontro com o PT em 2005. Nunca mais será tão ingênuo. O nosso Muro de Berlim finalmente ruiu. (VEJA, n.1937, p.68)

O que Alvarenga deseja, ao afirmar que nosso Muro de Berlim finalmente ruiu, é mostrar que as expectativas que rondavam o PT foram postas abaixo. Agora a população não precisa mais acreditar no discurso petista. Os petistas não precisam mais acreditar nas mudanças estruturais, pois elas também não são mais possíveis. O Brasil, enfim está livre do discurso atrasado, retrógrado alardeado pela esquerda. Destarte, o capitalismo e seu modelo de desenvolvimento liberal prevaleceram novamente. O discurso defendido por *Veja* venceu outra vez.

Roberto Civita, dono da editora Abril, assina um artigo em defesa da *Veja* e de suas reportagens sobre corrupção ao longo do ano de 2005. Suas palavras procuram testificar que cada matéria é a mais pura expressão da verdade, pois dar conta da veracidade dos acontecimentos é a função da imprensa, de acordo com Civita. Defender as instituições estabelecidas e não agir com base em denunciamentos ou golpismos é, para Roberto Civita, o autêntico papel a ser desempenhado pelos meios de comunicação.

⁴⁷ Afinal, sabemos que o PT nasceu e se desenvolveu a partir da crítica ao socialismo tradicional, buscando construir um modelo sem métodos importados ou cartilhas prontas.

Ao longo deste ano, VEJA – mais uma vez – liderou a cobertura da imprensa sobre corrupção no governo. Isso resultou no descobrimento de um gigantesco esquema de desvio do dinheiro público na órbita do governo federal.

Resultou, também, em inúmeros ataques a VEJA e à Abril, acusando-nos de publicar "fantasias" e "injúrias". E levou o presidente Lula – após mais de cinco meses de evidências crescentes de que algo estava podre no Estado brasileiro – a falar de "denuncismo vazio" e "golpismo das elites".

Não se trata de denunciamento. Muito menos vazio, pois, como demonstram as investigações feitas pelas CPIs, não há mais dúvida alguma de que estatais e entidades que recebem recursos do governo federal foram usadas para sustentar um esquema milionário de corrupção.

Também não se trata de golpismo, mas sim de respeito à verdade e vontade de ver o Brasil ser governado como precisa e merece.

VEJA faz o que faz ao desvendar esquemas de corrupção em qualquer esfera pública não pelo gosto de fazê-lo ou para aumentar a sua circulação [...].

Não porque apoiamos este ou aquele partido ou candidato.

Não porque estamos defendendo ou promovendo "interesses ocultos" ou "propósitos escusos".

Não porque somos insensíveis ou agressivos ou destrutivos.

Mas porque entendemos que essa é a função e a principal responsabilidade da imprensa. Procurar a verdade e contá-la. (VEJA, n.1937, p.9)

Deste modo, encontramos mais uma vez indícios de como se dá a atuação desta mídia com base na defesa intransigente da verdade mediada através do seu discurso. Suas palavras estão carregadas de sua própria maneira de enxergar a realidade e assim, como vimos em outros exemplos no decorrer de todo o trabalho, ela precisa repetir que o discurso da esquerda encarnado na imagem concreta do PT está completamente equivocado, é inviável, é irreal, a fim de reafirmar a sua verdade como sendo a verdade.

3.4 ANO DE ELEIÇÕES (2006)

Os acontecimentos que marcaram o ano de 2005 eclodem com os julgamentos de boa parte dos mensaleiros exatamente em um ano eleitoral. Apesar do resfriamento dos ataques por parte do semanário, visto que as denúncias no ano de 2006 não rendem mais tantas capas, o cenário montado pela revista tende a retratar um partido desestabilizado, afundado em suas próprias corrupções, um PT que jogou sua história na lata do lixo com o intuito de instituir um Estado alinhado com o que de pior existe em termos de política: o socialismo. Para *Veja*, mesmo que saibamos que o governo petista não é nem de muito longe um modelo soviético ou cubano de

gestão, existe uma tendência por parte do Partido dos Trabalhadores em transformar o Brasil em um pardieiro socialista. Como os modelos de esquerda são, para a revista, o mal a ser extirpado, será preciso trabalhar firme para conter uma possível reeleição de Lula.

No dia 22 de fevereiro, uma manchete secundária anuncia: *Lula e o PT rumo ao divórcio*. Neste cenário há ausência de soluções equânimes entre Lula e seu partido. Enquanto Lula quer a ampliação das alianças para a próxima eleição, o PT não faz questão disso. O presidente e o PT não se entendem. Lula, segundo os números, leva vantagem nas disputas eleitorais, mas o PT continua sendo sinônimo de corrupção e banditismo. Quanto mais o presidente se distanciar do PT, melhor.

A indicação mais clara de que o PT parece caminhar para um lado e Lula para o outro está nas negociações para compor as alianças eleitorais nos estados. Lula insiste em cercar-se de aliados, mas os petistas, agora que as pesquisas voltaram a sorrir-lhes, fazem o contrário.

[...]

O fato é que, ao examinar as pesquisas, se constata que Lula teve forte recuperação, mas nada indica que o PT esteja se beneficiando disso. Ao contrário. Na última pesquisa CNT/Sensus, os números mostram que o partido não faz diferença – nem para o bem nem para o mal. Apenas 2,1% dos eleitores dizem que escolheram votar em Lula porque ele é do PT. Em contrapartida, entre os eleitores que rejeitam Lula, apenas 4,5% dizem que não votariam nele por ser do PT. A conclusão é que o PT não tira nem dá votos, e o presidente segue sendo muito maior do que seu partido. Mas, para evitar surpresas, Lula tem sido aconselhado a tomar distância do PT. Há duas semanas, um pesquisador visitou o presidente no Palácio do Planalto e, de posse de um levantamento quantitativo, sugeriu a Lula que não associasse seu nome ao PT, sobretudo depois do início da campanha presidencial. O pesquisador informou que o partido está ligado a atributos negativos como "corrupção", "mau uso do dinheiro público", "má administração" e "não-cumprimento de promessas". Lula, no entanto, apesar do escândalo do mensalão e de dizer que não sabia de nada do que acontecia debaixo de seu nariz, ainda aparece vinculado a valores positivos, como "pessoa de passado limpo", "honesto", "trabalhador" e "preocupado com os pobres". Assim sendo, quanto mais longe Lula ficar das bandeiras vermelhas, melhor para ele. (VEJA, n.1944, p.50)

Os números das pesquisas dão ao presidente o indicativo de vitória contra qualquer candidato. Para *Veja*, os erros da oposição, as generosas contribuições dos noticiários de TV e o programa de distribuição de dinheiro herdado da administração passada ajudaram Lula na recuperação de sua imagem.

Ninguém duvida do resultado da pesquisa no que ela informa de essencial: Lula está à frente de seus potenciais competidores. A principal razão disso é que, nos últimos meses, o presidente beneficiou-se do arrefecimento da crise política causada pelo que se

descobriu da profundidade e extensão da corrupção em seu governo. Faz parte da natureza das crises amainar na ausência de fatos novos que as sustentem. Nesse sentido, a oposição em geral e os tucanos em particular deram sua inestimável contribuição ao jogar água fria na fervura do mensalão – tanto pelo receio de acabar enredados nele quanto por ter acreditado na estratégia de que o mais vantajoso seria "deixar sangrar" o presidente. Deu no que deu. Lula não só parou de sangrar como parece gozar de boa saúde política. [...]

A eclosão da crise havia complicado as coisas: a popularidade de Lula passou a rolar ladeira abaixo. Agora, no entanto, esfriado o escândalo, esse processo cessou – e Lula parou de perder. Animado com a bonança, o presidente entrou de cabeça na campanha, embora relute em dizer que é candidato. Trata-se de uma esperteza, não de indecisão. Se anunciasse com todas as letras sua candidatura à reeleição, Lula seria cobrado com rigor sobre a turnê de inaugurações e reinaugurações que recheiam agora sua agenda – e também os noticiários de televisão, generosos além da conta com o presidente petista. Além disso, o anúncio tornaria ainda mais escandalosos o brutal aumento dos gastos em publicidade oficial e a chuva de dinheiro federal que passou a irrigar os segmentos mais pobres da população nordestina. (VEJA, n.1944, p.42)

Neste sentido, mesmo reconhecendo que o atual presidente leva vantagens sobre seus adversários, *Veja* prefere questionar o instituto de pesquisa CNT/Sensus, denunciando que costuma maquiar números ao seu bel prazer. Através deste comentário a revista busca por em xeque a veracidade da coleta de dados obtida pelo instituto que teria seu dono envolvido com Marcos Valério⁴⁸.

O levantamento da CNT/Sensus foi realizado em um momento propício para Lula. Estavam na mídia notícias sobre o aumento do salário mínimo e a operação tapa-buracos nas estradas. Além disso, as entrevistas começaram a ser coletadas no dia 6 deste mês, um dia depois de o governo federal concluir o pagamento do Bolsa Família – um programa de distribuição mensal de dinheiro que, apesar de ter sido herdado da administração passada, se tornou o símbolo do governo petista. Essas coincidências, no entanto, não são suficientes para dizer que a CNT/Sensus agiu de caso pensado. (VEJA, n.1944, p.44)

Enfim, André Petry afirma que em quatro anos o partido se transformou para pior dentro do governo, enquanto Lula, por outro lado, tem feito dos bons números um salvo-conduto para sua impunidade (VEJA, n.1944, p.53).

O PT de 2002 não existe mais. Era um partido conhecido pela garra de sua militância e pela retidão ética de seus membros. Agora, a militância perdeu o prumo. A retidão ética, nem é preciso dizer, desabou com a revelação de que a cúpula do partido fora tomada pela delinquência. O PT de 2006 é uma legenda que, em meio à desmoralização, tenta superar a desorientação.

⁴⁸ “A pesquisa da CNT/Sensus tem dono: o empresário mineiro Clésio Soares de Andrade. [...] Clésio, que atualmente é filiado ao PL, construiu seu caminho na política com a ajuda do lobista Marcos Valério Fernandes de Souza, o carequinha do mensalão” (VEJA, n.1944, p.45).

A esquerda não é a mesma. Com sua podridão, o PT aplicou o mais sério golpe que a esquerda brasileira já recebeu desde que, nos anos 20 do século passado, o sindicalismo operário, o tenentismo e a intelectualidade modernista começaram a ganhar unidade ideológica. Nem a ditadura militar, com perseguição, exílio e eliminação física de militantes, conseguiu arrebentar com a esquerda de forma tão devastadora quanto o golpe petista. (VEJA, n.1944, p.53)

Nesta mesma tônica, o mês de março começa com uma outra manchete secundária que explica como o PT vendeu a Amazônia. Esta reportagem mostra o resultado das investigações da CPI da Biopirataria que pediu o indiciamento de “cinco petistas acusados de facilitar o corte ilegal de madeira em troca de dinheiro para candidatos do partido” (VEJA, n.1945, p.39).

Dez meses depois do estouro do escândalo do mensalão, pensava-se que o envolvimento do Partido dos Trabalhadores em casos de corrupção e falcaturas em geral já não causasse surpresa a mais ninguém. Na semana passada, no entanto, a primeira parte do relatório final da CPI da Biopirataria mostrou que o partido ainda pode, sim, surpreender – e superar-se quando o assunto é o assalto ao Estado. A vítima, neste caso, foi a Floresta Amazônica. No ano passado, VEJA publicou reportagem mostrando a existência de um esquema em que filiados e parlamentares petistas ligados ao Ibama facilitavam a extração de madeira ilegal no Pará em troca de doações de madeireiros para campanhas de candidatos do PT. Depois de nove meses investigando o assunto, a CPI não só confirmou a situação descrita pela reportagem como apontou como chefe do esquema de desmatamento ilegal no Pará o gerente executivo do Ibama no estado, Marcílio Monteiro – indicado para o cargo pela senadora petista Ana Júlia Carepa, com quem foi casado. (VEJA, n.1945, p.39)

De acordo com o semanário, as investigações concluíram aquilo que havia sido informado: o PT vendeu a Amazônia para manter seu projeto de tomar o Estado de assalto para fazer o que bem entender com o país.

O caso de favorecimento ao filho do presidente Lula, pela Telemar, reaparece nesta edição. Tal qual o fato da venda da Amazônia, *Veja* quer mostrar um interesse escuso de petistas em fazerem dinheiro com patrimônio público.

Na semana passada, descobriu-se que a relação da Telemar com Lulinha, como é conhecido o filho do presidente, é ainda mais estreita. Em primeiro lugar, o repasse da Telemar para Lulinha não se limitou a 5 milhões de reais, como se noticiou no ano passado, nem a 10 milhões de reais, como a empresa admitiu há duas semanas. A cifra é ainda maior: bate na casa dos 15 milhões de reais. O mais estranho é que, enquanto a Telemar abastecia o filho de Lula com recursos, o Palácio do Planalto preparava uma mudança na legislação que beneficiava a Telemar. (VEJA, n.1945, p.42)

Lula prepara uma mudança na legislação que rege as telecomunicações com o falso argumento de que o crescimento da Telemar, detentora majoritária do capital em telefonia nacional, tenderia a elevar a imagem do Brasil no exterior (VEJA, n.1945, p.42).

No mês seguinte denúncias sobre um novo mensalão tomam conta das manchetes. Duas edições em sequência trazem na capa a história do *Mensalão II*. Nelas o PT teria envolvido também o PMDB no esquema de repasse de dinheiro público para os cofres do partido. Outro fato levantado pela revista afirma que o apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho, teria recebido cinco milhões de reais para falar bem do PT durante o ano de 2004.

O apresentador, em troca do dinheiro, passaria a usar seu programa no SBT como palanque para promover o presidente Lula e a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que se encontrava em campanha reeleitoral. (Como se sabe, Ratinho fez uma longa entrevista com Lula durante um churrasco na Granja do Torto. A entrevista-churrasco foi exaustivamente reprisada no seu programa, mas o apresentador sempre negou que tivesse recebido qualquer pagamento.) (VEJA, n.1946, p.46)

Reinaugurando um novo clima de instabilidade para o PT, *Veja* traz outros dois casos de corrupção em 2005 para o centro do debate político neste ano eleitoral. Ambos pretendem mostrar um partido que não consegue explicar a procedência de tanto dinheiro e tantas denúncias contra seus partidários. Antonio Palocci, por exemplo, aparece como sendo o principal organizador do esquema de corrupção, na época em que foi prefeito de Ribeirão Preto. Com base nas declarações de um ex-auxiliar de Palocci a revista afirma:

Foi o próprio prefeito quem negociou o mensalão de 50.000 reais com a Leão&Leão, empresa da qual Buratti se tornou diretor depois de deixar a prefeitura. Embora a maior parte do dinheiro fosse repassada para o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, Palocci sempre reservava uma parcela para si. Em troca da propina, Palocci organizou um sistema contábil fraudulento pelo qual a empresa sempre ganhava da prefeitura valores maiores que os fixados no contrato inicial de varrição de lixo. O relacionamento entre Palocci e a Leão&Leão era tão próximo que o então prefeito tinha à sua disposição uma reserva financeira para ser usada sempre que necessário [...] (VEJA, n.1946, p.50)

Sobre Palocci, já incriminando-o, o colunista André Petry diz que:

São tantas as suspeitas em torno de Palocci que sua indicação para comandar a campanha de Lula só pode ser interpretada como um deboche lançado a todos aqueles

que não se esqueceram. Ou, então, é a expressão mais cabal de que Lula pretende comportar-se na campanha reeleitoral como um autista que nunca ouviu falar em mensalão. Se é assim, Lula bem que poderia aproveitar e indicar Duda Mendonça como o marqueteiro ou Delúbio Soares como o tesoureiro, ora. (VEJA, n.1946, p.50)

Outro petista colocado sob suspeita é Paulo Okamoto. A revista procura incriminá-lo por conta do pagamento de uma dívida de Lula, em um valor incompatível com sua renda mensal. O amigo de Lula seria um receptor de fontes de dinheiro não declarados e também teria pagado uma dívida da filha de Lula, em razão de uma campanha dela para a Câmara de São Bernardo do Campo. De acordo com *Veja*, tanta benevolência por parte de Okamoto tem-lhe gerado muitas benesses. Atualmente ele é o presidente do Sebrae. “Dívidas alheias pagas com dinheiro do próprio bolso, cheques misteriosos, transações esquisitas... O amigo do presidente, como se vê, é uma caixinha de surpresas. Isso explicaria tanto empenho em mantê-la trancada” (VEJA, n.1946, p.54). O semanário procura, com essas palavras, salientar que Okamoto esconde um segredo que poderia inviabilizar o avanço de Lula e do PT neste ano eleitoral e por isso é preciso arrancar-lhe uma confissão.

No artigo de Diogo Mainardi o assunto impeachment ainda dá o que falar. Se a oposição resolveu fazer o Lula sangrar até as urnas, Mainardi acredita que o ideal para o país é retirar o presidente de seu posto o quanto antes. “Há quem prefira que Lula perca nas urnas. Não me animo com essa possibilidade. Uma derrota nas urnas, por mais esmagadora que fosse, não teria aquele caráter de exemplaridade que a abertura de um processo criminal contra ele poderia ter” (VEJA, n.1946, p.115).

Na edição n.1947 uma testemunha confirma várias das denúncias levantadas na publicação anterior. O mensalão II existe, e é isso que *Veja* há de sustentar para que as matérias de escândalos sobre o PT não deixem o cenário político.

Dentre as muitas declarações da testemunha Tony Garcia, as mais importantes dizem que o dinheiro do PT era distribuído para mais de cinquenta deputados do PMDB. Além disso, o PT teria uma conta secreta num paraíso fiscal, em Luxemburgo, onde eram operados os financiamentos (VEJA, n.1947, p.52).

O escândalo do mensalão começou como um duto financeiro pelo qual a cúpula do PT despachava dinheiro para comprar o apoio de deputados do PTB, do PL e do PP. Na semana passada, veio a público outro capítulo do escândalo, aquele pelo qual o PT escoava dinheiro para o bolso de deputados do PMDB. Em sua edição passada, VEJA publicou uma reportagem informando que 55 dos 81 deputados do PMDB recebiam mensalão, cujo valor variava de 15.000 a 200.000 reais, e que o advogado Roberto Bertholdo, ex-conselheiro da hidrelétrica de Itaipu, se apresentava como homem da mala do PMDB. Em conversas gravadas por um ex-sócio seu e entregues à Polícia Federal, às quais VEJA teve acesso, Bertholdo dizia ter negociado o pagamento de 5 milhões de reais para que o apresentador Carlos Massa, o Ratinho, apoiasse o presidente Lula e a então prefeita Marta Suplicy em seu programa no SBT. (VEJA, n.1947, p.53)

A testemunha é, para a revista, mais um sinal claro de que o Partido dos Trabalhadores deixou sua ética para trás. A história do PT que nos é contada pelo semanário nos surpreende a cada semana, a cada ano: parece até surreal tamanha corrupção. É a história do partido que com a chegada à presidência se envolveu com todas as falcaturas possíveis com o intuito de postergar a sua permanência no governo federal e inaugurar um vago socialismo no país.

Para *Veja*, aceitar o fato de ter um partido forjado na esquerda e um presidente fruto das lutas sociais brasileiras à frente do governo federal nunca foi uma idéia fácil. Sempre temerosa, em relação às mudanças econômicas prometidas historicamente pelo PT, *Veja* sustentou com todas as palavras possíveis a manutenção da ordem econômica. Não poupou elogios e nem discurso que embasasse a ação da equipe comandada por Palocci. Não faltaram também frases que pudessem pôr abaixo todo o ideário esquerdista do partido. Sobraram denúncias a fim de destituir do PT toda a áurea ética que historicamente o cercara. Enfim, tudo o que foi escrito sobre o PT e o governo Lula teve base em um fundamento central: a manutenção de uma política econômica implementada por Fernando Henrique Cardoso, tantas vezes agraciado pela revista nos anos em que governou⁴⁹. Se esta é a principal linha de ação política a ser preservada pela sociedade brasileira, não se faz mais necessário o PT, que contém em suas fileiras tendências de esquerda as mais variadas, em diálogo aberto com movimentos sociais.

⁴⁹ Um breve levantamento a partir da edição comemorativa de 40 anos de *Veja* nos mostra que dos governos pós-regime militar, o de FHC foi o que mais figurou em capas com matérias positivas. Das 14 edições, 57% tiveram um foco vantajoso para Fernando Henrique. O governo Lula apareceu em 30 capas sendo que 70% delas retrataram aspectos negativos do governo Lula. Supera inclusive Collor com 33 capas sendo 67% de matérias negativas. (VEJA, n.2077, p.262). FHC também foi a personalidade mais agraciada pelas páginas amarelas concedendo 10 entrevistas ao longo dos anos. (VEJA, n.2000, p.62)

Destarte, existe um latente desejo de não conceder ao PT a mesma sorte que as urnas lhe deram em 2002. Para tanto as reportagens deverão arrancar-lhe todas as confissões e mostrar-lhe suas vísceras, destronando todo o seu patrimônio ético e lançando por terra todas as suas verdades, consideradas por *Veja* como mentiras.

No olho do furacão estão agora Palocci e Okamoto. No caso de Palocci seu crime ocorreu quando ainda era prefeito de Ribeirão Preto, nada tendo a ver com sua atual postura de guardião da economia. Mesmo assim será preciso que se explique, até porque poderia vir a ser um candidato para a futura sucessão à presidência da república. De qualquer modo a corrupção envolvendo Palocci não parece merecer, neste momento, as mesmas incisivas matérias que, por exemplo, contribuíram para a queda de Dirceu. Assim, *Veja* mantém um tom ameno, sem desgastá-lo tanto (VEJA, n.1947, p.60). Com Okamoto, entretanto, a história é diferente. A revista pede novamente a quebra de sigilos bancários do presidente do Sebrae e o trata o tempo todo como um autêntico mentiroso. “A despeito do imenso coração que possa ter o amigo do presidente, ele está longe de ser um milionário – daqueles que podem sair por aí distribuindo milhares de reais aos amigos” (VEJA, n.1947, p.58).

Desde que suas "doações" vieram a público, Okamoto tem sido obrigado a usar de muita imaginação para explicá-las. Se quisesse mesmo esclarecer as suspeitas que pesam sobre ele, bastaria que autorizasse a quebra de seu sigilo bancário – até agora trancafiado a sete chaves. (VEJA, n.1947, p.58).

O escândalo envolvendo Palocci será o mote da edição seguinte. O governo do PT perdeu a bússola ética e o senso do ridículo (VEJA, n.1949, p.01). O partido está com a *Moral Torta*. Na foto de capa a deputada petista Ângela Guadagnin dança comemorando a vitória da impunidade. É a morte da ética petista (VEJA, n.1949, p.50).

Os ataques contra Palocci continuam: o discurso comedido reflete a preocupação de não achincalhar tanto o ministro que mantém a economia no rumo certo. “Não há sinal de que o ministro Palocci tenha tido um envolvimento direto no caso, mas existem suspeitas de que o rastro dessa violação constitucional chega à soleira da porta de seu gabinete” (VEJA, n.1949, p.52). *Veja* preferirá atacar o cerne do partido e seu governo por toda a corrupção existente no país.

Para a sociedade em geral, o que deixa a sensação de que o país entrou no reino da bandalheira é o show ininterrupto de hipocrisia promovido pelo governo, materializado na sucessão de desmentidos peremptórios diante de evidências acachapantes. O presidente Lula não se encabula de dizer que o mensalão nunca existiu. Palocci disse que nem conhecia Rogério Buratti direito. Os dólares na cueca eram apenas renda de um modesto agricultor. Até hoje, o governo chega ao ponto de defender a inocência de Waldomiro Diniz, flagrado em vídeo – imagem e som, portanto – achacando um empresário de jogos! (VEJA, n.1949, p.52)

[...]

Não pode ser bom um governo que gasta a maior parte de seu tempo e sua energia negando crimes, driblando suspeitas, incitando uns a mentir, constrangendo outros a ficar calados. Não pode ser bom um governo cujo líder máximo, o presidente Lula, insiste em usar seus inegáveis carisma e prestígio para amortecer os impactos dos escândalos mais patentes. Ao negar, negar e negar o que os olhos vêem, os ouvidos escutam e as bocas falam cada vez com maior clareza, Lula está impedindo que os escândalos passem pelo metabolismo natural que vai da denúncia à apuração até desaguar nas eventuais punições. Sem esse calvário, só Lula ganha. O país perde. (VEJA, n.1949, p.55)

Ao culpar o governo do PT como o responsável por todos esses escândalos, a revista tende a tornar a imagem de Lula e de seu partido menos aceitável para as próximas eleições. E não apenas isso. Como vimos na sequência de capas do ano de 2005, a idéia do semanário é também fazer do PT apenas um trágico capítulo da história recente do país. Assim, o anunciado fim do partido é a prova de que suas estratégias para um outro Brasil não passavam de pura abstração.

Em artigo, André Petry faz novamente uma comparação do governo Lula com o governo Collor, por conta da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo⁵⁰.

É preciso, em nome da verdade histórica, que se reconheça: o governo do operário ético faz com o caseiro tudo o que o governo do corrupto desvaierado não ousou fazer com o motorista. E repare-se numa diferença: o motorista derrubou o governo literalmente. O caseiro derrubou o governo moralmente. (VEJA, n.1949, p.68)

A edição se encerra com uma crítica em tom de deboche por parte de Roberto Pompeu de Toledo. Seu texto narra alguns acontecimentos prevendo o mês de janeiro de 2007, quando os políticos eleitos assumem seus novos mandatos. Após fazer chacota com a vida de Palocci, Dirceu, Delúbio e companhia, Pompeu discursa sobre a reeleição de Lula.

⁵⁰ Um dos eventos que contribuíram para a queda do presidente Fernando Collor de Melo foi o depoimento no Congresso do motorista Eriberto França sobre os depósitos vultosos de PC Farias na conta de Collor.

E Lula? Bem, Lula... foi reeleito presidente da República. Salvaram-no sua capacidade de liderar, sua identificação com o povo brasileiro, a mística de sua história. É um outro Lula, porém, não só sem Dirceu, sem Palocci, sem Duda e sem Delúbio, como também menos deslumbrado com o cargo, menos festeiro, mais consciente de seus deveres e suas responsabilidades. Chamou José Serra para primeiro-ministro, cargo que – descobriu-se – nem precisava de reforma constitucional para ser instituído, podia ser criado como qualquer outro cargo de ministro. PT e PSDB governarão em coligação. (VEJA, n.1949, p.134)

É perceptível que em meio ao cenário circense montado para que seu discurso soe engraçado existe uma mensagem expressa ligando o PT ao PSDB em um governo de coalizão, querendo mostrar que ambos não são tão diferentes assim. Não é a primeira vez que *Veja* expressa este desejo. O que a revista parece querer com isto é fortalecer um bloco partidário onde impere a racionalidade econômica liberal e estejam isolados os esquerdistas e “proveitadores” das decisões políticas. Enfim, é a pura expressão do seu pensamento que diz não haver mais espaço para alternativas. O capitalismo nessa atual forma prevaleceu e é o único caminho possível para nos tirar do atraso.

Na edição seguinte o procurador-geral Antonio Fernando de Souza relata que os casos de corrupção envolvendo o PT não são fatos isolados. “A denúncia do procurador-geral não deixa dúvida: Lula é o sujeito oculto da organização criminosa que tinha como objetivo garantir a continuidade do projeto de poder do PT” (VEJA, n.1952, p.01).

Antes a questão era: sabia e é conivente ou não sabia e é um presidente apalermado, vagando em um palácio em que seus íntimos planejam as mais criativas formas de assalto ao dinheiro do povo. Depois da arrasadora denúncia da quadrilha petista feita por Antonio Fernando de Souza, procurador-geral da República, Luiz Inácio Lula da Silva ficou na incômoda situação de explicar como se pôde armar ao seu redor uma quadrilha tão numerosa e organizada. É devastador para um presidente que não pode subir em um tijolo sem proclamar que seu governo é autor de alguma façanha sem igual na história da humanidade. Ora é "o maior programa social do mundo", ora é "a melhor política externa que o Brasil já teve"...

Bem, se pode reclamar um recorde, o governo Lula talvez devesse ler com cuidado o texto da denúncia oferecida por Antonio Fernando de Souza. Ali estão descritos em detalhes e com precisão jurídica os mecanismos de funcionamento do que talvez seja – com exceção da *nomenklatura* soviética – a maior quadrilha jamais montada com o objetivo de garantir a continuidade no poder de um mesmo grupo político, o PT de Lula. (VEJA, n.1952, p.48)

Com a denúncia do procurador, *Veja* busca novamente criminalizar o PT e desferir ataques ao presidente. Se a tese do impeachment não vingou entre a oposição, por conta dos altos índices de

aprovação de Lula, os brasileiros têm obrigação de extirpá-lo com os seus votos, sugere *Veja*. Em entrevista de duas páginas para o semanário, o jurista Miguel Reale Júnior, ex-ministro da justiça de FHC, afirma que “reelegê-lo significa chancelar a onipotência e a impunidade” (VEJA, n.1952, p.62). Reale Júnior diz ainda que a quebra de sigilo do caseiro Francenildo poderia ser comparada a um ato de um governo fascista. Além disso,

Se Lula for eleito depois de todos esses fatos, nós não estaremos dando uma carta-branca para que um autoritarismo desbragado tome conta do país? Não estaremos emprestando nossa anuência a tudo o que aconteceu? Temo o que possa vir depois disso. (VEJA, n.1952, p.63)

Enfim, os papéis já foram distribuídos para as próximas eleições. Lula encarnará novamente o vilão e o PT o alvo a ser completamente abatido. A escolha de Geraldo Alckmin possibilitará à oposição o papel de benfeitor da trama, capaz de retirar o país das mãos da camarilha do PT. Por ora, a revista tentará prender os *PTbulls*. “Financiados pelo governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o braço armado do PT” (VEJA, n.1960, p.01).

Novamente a revista trata o partido como uma quadrilha onde se unem bandidos de diversas espécies. O evento ocorrido no Congresso foi um alibi para *Veja* e seu discurso em ano eleitoral. O episódio não foi arquitetado pelo PT, pois os envolvidos são ligados ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra - MLST, mas a imagem mostrada pela revista toma o partido como principal articulador e beneficiário de toda aquela quebradeira. Inclusive porque alguns líderes do movimento são seus filiados, o que, para a revista, é um indício claro de que o PT está por trás de tudo. “O PT e os sem-terra comungam de uma certa antipatia contra o Congresso, visto como instrumento da ‘democracia burguesa’” (VEJA, n.1960, p.49).

É... eles chamam eleição, voto secreto, multipartidarismo, liberdade de expressão, economia de mercado de "democracia burguesa". No mundo de sonhos dos baderneiros pagos com o dinheiro produzido pela "economia burguesa", o sistema ideal seria uma certa "ditadura do proletariado" – estágio superior do "mal de Marxzheimer", em que toda inteligência e consciência individuais são destruídas e substituídas pela vontade de um ditador.

Ao abrigar essas correntes e dar apoio a esses movimentos, o PT cai no equívoco histórico de achar que é com eles que o país vai avançar. Porque o PT já deu sinais evidentes de que trata os movimentos sociais como linha auxiliar. (VEJA, n.1960, p.50)

Toda a reportagem pretende ligar os envolvidos no caso de depredação do Congresso à ideologia de esquerda que tem o PT como um representante. É evidente o desejo da revista de imputar-lhe a responsabilidade no episódio e impedir-lhe assim de se tornar elegível porque, segundo ela mesma, não há um desejo do partido em defender e solidificar as instituições burguesas. É um jogo discursivo surpreendente. O simples fato de ligar as lideranças do MLST aos quadros do PT visa criar uma instabilidade em torno do partido, que não é só eleitoral, mas é também moral.

Em entrevista, uma ex-militante do MST resolve falar à revista o que se passa num acampamento. “A cabeleireira Marivalda Aguiar Braga, de 35 anos, viveu durante dez meses no acampamento [...]. Em maio deste ano, decidi deixar o local. Foi espancada e ameaçada de morte” (VEJA, n.1960, p.53).

O pessoal vive armado. É um antro. Tinha até acampado que vivia de assaltar os barcos que passavam pelo rio. Não fui para lá para virar bandida. Coloquei a vida do meu filho em risco. Queria que a promessa deles fosse de verdade, mas o MST é feito de mentiras. [...] Hoje, vivo escondida do MST. Tenho medo do que pode acontecer comigo. (VEJA, n.1960, p.53)

Na *Carta ao leitor* a postura da revista em relação ao acontecimento e a subsequente ação do PT e do governo são, enfim, a expressão de como o semanário busca classificar o partido como um covil de bandidos e de ideólogos atrasados, que pouco a pouco têm feito um Brasil à sua maneira.

Nem Lula nem seu partido, o PT, pareceram preocupados com a essência deletéria do episódio sobre o frágil tecido político sobre o qual se assentam as instituições democráticas no Brasil. Em um ano eleitoral, limitaram-se a salvar as aparências. Compreende-se o motivo: o presidente e seu partido são os tratadores dos pit bulls ideológicos que lideraram a agressão ao Congresso. Os fatos demonstram que, quando Lula coloca o boné dos sem-terra, ele não está sendo apenas demagogo, afagando o espectro mais radical de seu arco de alianças – composto, reconheça-se, também de ingênuos sociais-democratas. Não. O boné no caso de Lula é uma carapuça. Se não, vejamos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra foram entregues a agitadores comprometidos até a medula com o MST, de cuja costela nasceu o MLST. O financiamento governamental a ambos os grupos radicais cresceu exponencialmente durante a administração petista. [...]

O chefe do MLST é Bruno Maranhão. Ele é um dos integrantes da Executiva Nacional do PT e secretário do partido encarregado dos movimentos sociais. O termo é um eufemismo. Ele designa as organizações que, a pretexto de defender causas justas, sentem-se livres para cometer crimes e adiantar sua declarada agenda revolucionária marxista. Está passando da hora de essa gente ser informada de que está no século errado. (VEJA, n.1960, p.9)

Mais a mais *Veja* vai entrando no jogo eleitoral posicionando-se na linha de frente contra o PT. Mesmo que não declare abertamente seu candidato, a revista trabalha na oposição de forma mais enfática que a própria oposição, como um verdadeiro arauto. *Veja* não deixará de inserir o PT em escândalos de corrupção a fim de desgastá-lo até as urnas. O evento da vez é a máfia dos vampiros: segundo denúncias, o PT teria, na figura do onipresente Delúbio Soares, se beneficiado do esquema a fim de sustentar o seu caixa dois de campanha.

[...] o esquema dos vampiros fora instalado ainda no tempo do governo de Fernando Collor (1990-1992) e pode ter chegado a desviar a monumental cifra de 2 bilhões de reais, de acordo com estimativa da Polícia Federal. [...] Agora, dois anos depois, surgem indícios sólidos de que o esquema tinha uma face oculta: uma conexão com o caixa dois do PT. (VEJA, n.1963, p.48)

A revista traz novamente ao cenário a história do caixa dois e a figura de Delúbio Soares, a fim de mostrar que o PT tinha ainda muitos outros casos de corrupção não revelados e ela, como promotora da verdade, se vê no dever de revelar estes acontecimentos. Neste sentido, pretende fazer com que sua informação ajude o leitor a perceber que o Partido dos Trabalhadores continua enrolado por demais em escândalos. Não sendo ele uma escolha sensata para continuar à frente do país.

Nas páginas amarelas, uma entrevista com a filósofa Maria Sylvania de Carvalho Franco pretende apresentar a visão de uma especialista sobre o governo do PT. A filósofa é apresentada como um exemplo de profissional que não se curva a ideologia, antes, porém, procura apresentar-se isenta tanto para a direita quanto para a esquerda (VEJA, n.1963, p.13). Ela é um símbolo daquilo que a revista elogia: uma “profissional isenta”, que pensa o melhor para o Brasil, assim como *Veja* se apresenta para o leitor.

Veja – Apesar de todas as denúncias contra o seu governo, e com o PT caminhando para um encolhimento nas urnas, o presidente Lula continua com alta popularidade. Como explicar esse fenômeno?

Maria Sylvania – Primeiro, isso se deu graças a uma política populista desenfreada e ao uso desmedido do dinheiro público e da estrutura governamental para propagandear essa política.

[...]

Veja – A senhora é conhecida por distribuir críticas a pensadores tanto do PT quanto do PSDB. Há alguma diferença entre um intelectual petista e um tucano?

Maria Sylvania – No PT, há dois tipos de intelectual. O primeiro é correto, mas tem um fanatismo exacerbado. São pessoas que não tiram vantagem nenhuma de apoiar o PT,

às vezes dão de si e do próprio bolso, sem receber nada em troca. Mas são capazes de cortar relações com você só porque você faz críticas ao PT. É um apego ideológico, e ideologia emburrece. O segundo tipo é o intelectual de um oportunismo atroz, como Marilena Chaui. Uma pessoa com a formação dela não pode dizer que, quando Lula abre a boca, o mundo se ilumina. É uma professora universitária que diz que o mundo é iluminado por alguém que faz a apologia da ignorância, que é capaz de dizer "minha mãe nasceu analfabeta". Alguns membros do PT fazem essa apologia. (VEJA, n.1963, p.14)

Por mais que as reportagens degradem a imagem do PT, as notícias no segundo semestre de 2006 não funcionam do mesmo modo como no ano de 2005. Naquela oportunidade a sequência de capas escandalosas por meses a fio celebrava a derrota moral do PT e preparava uma possível derrota nas urnas – o impeachment foi cogitado, mas não reforçado pelo semanário. Purgar o partido até as eleições era o discurso da oposição e foi proferido por *Veja* a fim de retirar o PT por completo do cenário político. Entretanto o ano de 2006 não trouxe um discurso ainda mais incisivo. Pelo contrário, as manchetes principais de corrupção diminuem⁵¹. Segundo a filósofa Maria Sylva isso se deve ao fato de Alckmin ter sido escolhido para perder.

Aécio (Neves, governador de Minas Gerais) e Tasso (Jereissati, presidente do PSDB) escolheram alguém para ser queimado. O projeto do PSDB é para 2010. As chances de Alckmin são muito pequenas porque, inclusive, o tucanato não vai se empenhar. Diz-se que Lula não tem herdeiros, daí o "Lulécio", o Lula com Aécio. Meu marido (o filósofo Roberto Romano) tem uma expressão muito adequada. Afirma que os tucanos são primos do PT e que, no futuro, vão se reunir em família e dividir o bolo. Acho que haverá um ajustamento entre Lula e esses dirigentes mais novos, como Aécio. (VEJA, n.1963, p.14)

Se fato ou não o grande lance é a postura da revista em todo o cenário. As capas e os indícios de corrupção realmente diminuem. Nas notícias vemos apenas uma defesa do candidato oposicionista nas entrelinhas. Nada abertamente declarado – estratégia utilizada por *Veja* em razão da aclamada “imparcialidade jornalística”. Como a eleição não se define no primeiro turno a revista até esboça uma reação no que tange a divulgação de matérias achacando o PT e o próprio Lula. No entanto, nada muito deletério. O resultado parecia esperado. Por ora, prossigamos com outros números que mostram um pouco mais deste retrato do PT e do governo Lula.

⁵¹ Em 2005 foram 18 capas tendo o PT ou o governo Lula como manchete principal. Em 2006 foram 10 capas sendo 6 com manchete principal.

A edição de n.1975 traz o Lula com a faixa presidencial vendando seus olhos. Nenhuma frase ou manchete aparecem na página. A imagem procura falar por si só: um governante que não enxerga e nem sabe de nada do que acontece em sua volta. Um sujeito literalmente perdido.

O assunto em questão gira em torno do dossiê supostamente comprado pelo PT a fim de incriminar José Serra e alavancar a candidatura de Mercadante para o governo de São Paulo.

Um grupo de petistas sem escrúpulos e estúpidos, integrantes do comitê eleitoral de Lula e do núcleo íntimo do Planalto, negociou com o chefe da máfia dos sanguessugas a entrega do que seriam provas contra o ex-ministro da Saúde José Serra. A intenção era destruir sua reputação e minar sua candidatura ao governo de São Paulo, em benefício do candidato do PT, Aloizio Mercadante.

[...]

Como é possível que o PT e Lula não tenham aprendido a lição depois de tudo o que fizeram no ano passado? Mensalão, dólares na cueca, desvio de dinheiro público... Será que nada daquilo foi suficiente para afastar a escumalha do partido e do próprio círculo íntimo do presidente? Até quando isso continuará a ocorrer? Entre tantas perplexidades e dúvidas, há duas certezas. A primeira delas é que o Partido dos Trabalhadores é hoje uma agremiação em frangalhos, sem credibilidade, resultado de um processo de autodestruição ética [...]. A outra certeza é que, desta vez, a crise não poderá ser contida nos círculos eminentemente políticos. A negociata que redundou no "dossiêgate" é objeto de um processo conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral que poderá, em última instância, levar até à impugnação da candidatura de Lula ou à cassação de seu diploma de presidente, caso venha a ser reeleito. (VEJA, n.1975, p.11)

Véspera das eleições, e um outro escândalo pretende comprometer o PT e Lula. *Veja* se esmera em propor soluções para a mudança do Brasil. Ela acredita ser esta a sua função. No artigo de Diogo Mainardi, por exemplo, ela critica a *IstoÉ* que teria aceitado dinheiro da Petrobrás para fazer o jogo do PT.

Fim de agosto. Base aérea de Congonhas. Lula se encontra com Domingo Alzugaray, dono da *IstoÉ*. O encontro está fora da agenda presidencial. Alzugaray se lamenta dos problemas financeiros da revista. Sabe como é: salários atrasados, contas penduradas com o fornecedor de papel e com a gráfica. Lula pergunta como pode ajudá-lo. Alzugaray sugere o pagamento imediato de uma série de encartes encomendados pela Petrobras. Valor total: 13 milhões de reais. Lula promete se interessar pelo assunto. Duas semanas depois, a *IstoÉ* publica a matéria de capa com os Vedoin, incriminando os opositores de Lula. (VEJA, n.1975, p.129)

Veja insinua que o jornalismo de *IstoÉ* está comprometido com a ação governista de incriminar a oposição. Esta seria a postura de uma imprensa falaciosa, não comprometida com a verdade, que, a seu bel prazer, escreve reportagens com base nos seus próprios interesses.

Quando *Veja* afirma isso, quer insinuar que ela própria está na contramão deste tipo de prática, andando lado a lado com a informação verídica, sem se comprometer com ideologia ou se corromper por dinheiro. Se todos se informassem com suas matérias, por exemplo, ninguém votaria no Partido dos Trabalhadores, sinônimo de má administração e corrupção.

O escândalo do dossiê é uma excelente oportunidade para o eleitorado brasileiro mostrar que vive num país. Nem precisa virar a eleição. Basta que, com seu voto, provoque a realização de um segundo turno na eleição presidencial. Basta que os eleitores envergonhados, aquela massa com pleno acesso à informação que vota em Lula mas não conta a ninguém, façam uma concessão ao tempo e uma homenagem ao debate. A esta altura, é o mínimo que um país, um país de verdade, poderia fazer. (VEJA, n.1975, p.88)

Enfim, *Veja* entra de cabeça na eleição, mas não para provocar o debate⁵², como sugere, e sim para tentar impor uma derrota política ao PT. Para isso ela conclama aos eleitores envergonhados a levarem o candidato da oposição ao segundo turno, para que a vitória de Lula não represente o triunfo da arrogância. “Resolvendo a parada já no próximo domingo, Lula talvez se sinta revigorado para retomar a defesa da tese de que tudo – o mensalão, os bingos, o lixo, o caseiro, as cartilhas, o dossiê... – não passou de conspirata da elite”. (VEJA, n.1975, p.88)

O episódio batizado de “dossiêgate” permanecerá como assunto em questão. Este novo escândalo, inclusive, será o tema predileto até o segundo turno.

Com seus métodos criminosos, o PT lançou o país em uma grave crise política. Às vésperas da eleição presidencial, o partido cometeu uma violência ao tentar influir nos resultados do pleito estadual paulista pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários. O crime foi descoberto.

[...]

O episódio é fruto de desgoverno, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadrinha a chance de chegar ao poder – e, depois, de mantê-lo a qualquer custo. (VEJA, n.1975, p.58)

Na sequência, além de enfatizar categoricamente que a investigação da Polícia Federal (PF) pode levar todo o primeiro escalão petista, inclusive Lula, à prisão, *Veja* relata que as investigações

⁵² Afinal, sejamos sinceros: o debate sério e construtivo passa, atualmente, ao largo do período eleitoral, pois, a imagem capitaneada pelo marketing político substitui o aprofundamento dos temas concernentes à melhoria do país.

caminham a passos de cágado a fim de facilitar a vida do PT nas eleições, dando a entender que existe um complô em favor de Lula.

Não se vê tal rapidez e tal publicidade agora, na investigação sobre a origem dos 1.168.000 reais e dos 248.800 dólares usados pelo esgoto sindical do Partido dos Trabalhadores para comprar um dossiê falso contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra. A lógica é apertar o pé no breque e proteger o governo de qualquer revelação comprometedora [...]. (VEJA, n.1975, p.76)

Na edição seguinte a manchete secundária relata: *Dinheiro sujo do PT: apareceram as fotos*. Esta edição busca confirmar a denúncia da edição passada de que o PT estava mesmo impedindo o avanço das investigações por motivos eleitorais.

Em reportagem publicada em sua última edição, VEJA já informava que, passada uma semana da prisão dos envolvidos no escândalo, a Polícia Federal não havia sequer entrado em contato com três bancos dos quais teriam sido sacados os reais usados na tentativa de compra do dossiê. Informou ainda que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão que fiscaliza as movimentações financeiras, também não havia fornecido dados sobre as investigações. Agora, está claro que nada disso ocorreu por acaso. Na semana passada, VEJA reconstituiu os passos da operação que revelou o dossiêgate e conversou com policiais que participaram dela. Descobriu que a denunciada "operação tartaruga" da PF foi mesmo uma "operação abafa". (VEJA, n.1976, p.57)

Se o PT e a PF tentam enganar a população que está prestes a votar, a revista, contudo, se procura se apresentar como auxiliadora do cidadão, ao mostrar-lhe mais um esquema de enganação montado pelos petistas.

A Polícia Federal também imprimiu marcha lenta ao pedir à Justiça Federal a quebra dos sigilos telefônico e bancário dos seis petistas envolvidos na operação do dossiê. O pedido foi enviado ao Judiciário apenas na segunda-feira, ou seja, dez dias depois de o trambique do pessoal do PT ter se tornado público. (VEJA, n.1976, p.59)

A história do dossiê renderá ainda um artigo por André Petry falando sobre o procurador Mário Lúcio Avelar, que comanda as investigações. Em defesa do procurador, *Veja* anuncia que teme pela segurança do mesmo, já que o PT é um partido capaz de destronar os que cruzam seu caminho – relembrando o caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Mário Lúcio Avelar, 40 anos, é procurador há dez anos. Já prestou muito serviço relevante ao país. Comandou a operação que flagrou 1,3 milhão de reais em dinheiro vivo no bunker de Roseana Sarney, estilhaçando sua pretensão presidencial. Também

comandou a investigação sobre o desfalque monumental da Sudam, que acabou colocando um par de algemas em Jader Barbalho – de quem, hoje, Lula beija a mão e ouve conselhos políticos. Coube ainda ao procurador implodir o esquema dos sanguessugas cujos desdobramentos o levaram à situação mais temerária de sua carreira: meter-se com o pessoal do PT.

Aos amigos, o procurador tem dito que está com medo. Medo de sofrer uma campanha de desmoralização. Medo daquela perseguição sórdida que vitimou o caseiro. Medo de vergar sob o peso do Leviatã inescrupuloso. Medo de ser atingido pela bala perdida da orgia sindical que os petistas promovem ao confundir partido e Estado. Medo. (VEJA, n.1976, p.94)

Tal qual as eleições presidenciais anteriores, que contaram com a participação do PT, *Veja* levanta, de novo, a tese do medo para criar um clima de instabilidade. Antes o medo tinha a ver com a mudança, a transformação prometida pelo partido, o socialismo. Agora – como a experiência no governo mostrou que o partido não foi nada radical em suas ações – o medo tem uma outra face bem mais cara ao PT, pois o liga à insígnia do banditismo, da quadrilha que assalta para manter um poder corrupto a qualquer custo. Eis a nova face do PT para essas eleições.

De qualquer modo *Veja* afirma que o resultado das urnas deve mesmo se manter conforme apontam as pesquisas de opinião, desde o início da corrida eleitoral, sacramentando assim a vitória petista. O que para Diogo Mainardi é uma deixa para fazer ecoar o discurso mais extremo da revista.

Quero que Lula perca. Mas perder ou ganhar é igual. Se ele perder, tem de ser cassado. Se ele ganhar, tem de ser cassado. O comando da campanha eleitoral de Lula foi pego com dinheiro sujo. Quem é pego com dinheiro sujo deve ser punido. Os lulistas sabem que o Tribunal Superior Eleitoral acabará pedindo a cassação do mandato de Lula. É a lei. José Dirceu, Marco Aurélio Garcia, Ricardo Berzoini e Tarso Genro já declararam que aplicar a lei contra Lula é golpe. Tarso Genro alertou para o risco de um "golpe branco", um "golpe eleitoreiro", um "golpe jurídico", um "golpe brando". Na última quinta-feira, num artigo publicado no Globo, ele chegou até mesmo a chamá-lo de "golpe legal". Se o golpe é legal, a defesa da legalidade só pode ser golpista. E a defesa da ilegalidade só pode ser democrática. Depois de legitimar o roubo, o lulismo está conseguindo legitimar o golpe de Estado. (VEJA, n.1976, p.137)

A edição que circulou no dia 18 de outubro de 2006 trazia o seguinte texto: “a operação para encobrir a origem do dinheiro pode ser ainda mais devastadora para o governo” (VEJA, n.1978, p.01). O tal dossiêgate continua na ordem no dia. A tentativa mal sucedida do PT, de envolver o PSDB no escândalo das sanguessugas, está levando o partido a cometer outros crimes de encobertamento. Segundo o semanário, todos os envolvidos têm proximidade com Lula e ele era o maior beneficiário do esquema.

Passado o primeiro turno eleitoral, e a ida de Geraldo Alckmin para a etapa seguinte, parece que *Veja* resolve entrar literalmente de cabeça endossando a campanha do partido opositor⁵³ em contraposição ao que ela considera o pior governo da história recente brasileira.

Além do caso do dossiê a revista fará questão de lembrar nesta mesma edição outros fatos como o dos 15 milhões de reais dados pela Telemar à empresa de games do Lulinha e o caso das cartilhas da Secretaria de Comunicação (Secom).

Na semana passada, VEJA teve acesso às 32 páginas do relatório técnico do TCU sobre o assunto e descobriu que o caso é bem complicado. Para os auditores do tribunal, há a hipótese de que os 2 milhões de encartes e revistas não tenham sido sequer produzidos e que o dinheiro pago pela Secom às gráficas serviu, na verdade, para remunerar serviços eleitorais feitos por elas ao próprio PT. A versão de que as cartilhas foram entregues ao PT seria, portanto, apenas uma desculpa para encobrir o crime de desvio de dinheiro público. (VEJA, n.1978, p.52)

Todavia o que mais tira *Veja* do sério é o fato de o PT estar fazendo “terrorismo eleitoral”, manchando assim a imagem do seu candidato não declarado. Neste caso a idéia é tornar o discurso de Lula inverossímil. O apoio a Luis Inácio, segundo a revista, é dado pelos *bin ladens* petistas.

Inventar uma mentira sobre o adversário, e divulgá-la à exaustão numa campanha eleitoral, é um velho truque sujo do qual o próprio presidente Lula já foi vítima. [...] Agora Lula está vendo seus partidários adotar o mesmo método e até se engajou nele. No último dia 6, em um comício na Bahia, o presidente declarou que seu adversário nas eleições, Geraldo Alckmin, pretendia privatizar a Petrobras, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Mesmo tendo sido desmentido pelo tucano, o candidato do PT e sua equipe continuaram a alardear a falsa informação, numa operação de terrorismo eleitoral que já havia incluído a difusão de outras mentiras: a de que o tucano extinguiria o Bolsa Família, acabaria com a Zona Franca de Manaus e demitiria funcionários públicos.

[...]

Na semana passada, Garcia aproveitou-se de uma declaração do economista Yoshiaki Nakano, segundo a qual o governo faria um bem ao país se efetuasse um corte de 60 bilhões de reais no Orçamento, para divulgar uma nota dizendo que "Alckmin quer levar o país à recessão e o governo federal à inoperância". Não adiantou o fato de Nakano, um dos coordenadores do programa econômico de Alckmin, ter sido desautorizado pelo candidato – a central de boatos do PT cuidou de reverberar a mentira.

[...]

⁵³ Após o segundo turno *Veja* lança uma edição (n.1977) com Geraldo Alckmin sorridente na capa seguido do texto “o desafiante”. Esta capa vai parar em diversos outdoors de divulgação publicitária da revista país a fora. Atendendo a um pedido do comitê de campanha de Lula, o TSE manda retirar todos os outdoors, pois se configuravam como campanha em favor do tucano. (BRASIL, 2006).

Na semana passada, o PT decidiu refinar a estratégia: colocou em seu site de campanha – para logo em seguida retirar – uma nota que dizia: "Alguém poderia perguntar se ele (Alckmin) sabia que sua filha era funcionária de uma empresa acusada de contrabando, a Daslu, ou se tinha conhecimento de que sua esposa ganhou de presente 400 vestidinhos chiques". Em seguida, membros do governo "plantaram" nos jornais a notícia de que fora Lula em pessoa quem, "indignado" com a divulgação do texto, teria ordenado sua retirada do ar. Com isso, o PT conseguiu trazer à tona episódios embaraçosos para Alckmin e, ao mesmo tempo, lustrar a imagem do presidente – apresentado como candidato "preocupado com o vale-tudo" das eleições. Mas o maior objetivo dos bin ladens petistas com a última operação é pressionar os tucanos para que não toquem no que é um dos mais sensíveis assuntos do governo Lula: os negócios bem-sucedidos de Lulinha – como é conhecido Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente e sócio de uma empresa de games que recebeu 15 milhões de reais da Telemar. (VEJA, n.1978, p.58)

Ao criticar o método terrorista do PT, *Veja* faz uso da mesma tática – relembrando o caso Lulinha – a fim de mostrar ao partido que ele não está limpo no cenário político. De fato nesta reta final para o 2º turno, *Veja*, como porta-voz de um discurso político, passa a funcionar como um panfleto partidário que alardeia as intenções dos opositores. Mesmo que seja caro a um candidato a presidente falar sobre privatizações e cortes no orçamento em período eleitoral, a revista faz esse papel.

A *Carta ao leitor* das edições n.1976 e n.1978 afirma claramente que após as eleições, independente do presidente eleito, algumas coisas precisam ser feitas: “o Estado deve parar de sugar com impostos quase metade da riqueza gerada no país, precisa urgentemente fazer as reformas que diminuirão drasticamente a fome do setor público por mais e mais recursos. É hora de cortar gastos e anunciar isso com orgulho”. Tudo isso é uma síntese do pensamento liberal defendido por *Veja*. O PT em um novo governo não está disposto a cortar gastos. Já o coordenador econômico de Alckmin disse que assim o fará. Quem recebe o apoio da revista? Estaria ela apenas do lado dos brasileiros, do que é melhor para o Brasil? Sinceramente: sabe *Veja* o que é melhor para o país? Enfim, ela se diz indispensável para o país, dispensando assim a alternativa PT.

Em ano de copa do mundo as comparações também valem no campo da política. Para revista, o *Ronaldinho de Lula* só se tornou este craque depois que o pai chegou à presidência. Novamente o semanário resolveu ressuscitar a história do filho do presidente – talvez esta história só tenha

retornado por conta das acusações feitas pelo comitê de campanha do PT à filha e à esposa de Geraldo Alckmin⁵⁴.

Fábio Luís então será a capa da edição de n.1979 com Lula ao fundo, como sua sombra. ““Porque não pode todo mundo ser o Ronaldinho’ Eis a explicação do presidente Lula para o tremendo sucesso de seu filho Fábio Luís, que coincide com o mandato presidencial do pai” (VEJA, n.1979, p.60).

Fábio Luis é biólogo por formação, tendo trabalhado muito tempo como monitor de zoológico e seu repentino enriquecimento se deve a influência que exerce sobre os círculos do governo. Lulinha é um lobista que captou recursos junto à Telemar e como retribuição pretendia ajudá-la de algum modo para que ambos os negócios crescessem (VEJA, n.1979, p.60).

Como aconteceria com qualquer pai, o presidente Lula tem demonstrado o orgulho que sente pelo sucesso de seu filho Fábio Luís Lula da Silva. Aos 31 anos, Lulinha, apelido que ele detesta, é um empresário bem-sucedido. É sócio de uma produtora, a Gamecorp, que, com um capital de apenas 100.000 reais, conseguiu fazer um negócio extraordinário: vendeu parte de suas ações à Telemar, a maior empresa de telefonia do país, por 5,2 milhões de reais. Como a Telemar tem capital público e é uma concessionária de serviço público, a sociedade com o filho do presidente sempre causou estranheza.

[...]

Sabe-se agora que os 15 milhões de reais investidos pela Telemar na empresa de Lulinha não foram um investimento qualquer. As circunstâncias sugerem que o objetivo mais óbvio seria comprar o acesso que o filho do presidente tem a altas figuras da República. [...] Houve uma corrida entre grandes empresas de telecomunicações para ver quem conseguia alinhar o filho do presidente entre seu time de lobistas. A Telemar venceu.

[...]

O Ronaldinho do presidente Lula é mesmo um fenômeno. Formado em biologia, ele ainda era chamado de Lulinha, apelido que os amigos hoje evitam, quando trabalhava como monitor no zoológico de São Paulo, com um salário de 600 reais por mês. [...] Em dezembro de 2003, no entanto, quando Lula estava em via de completar seu primeiro ano no Palácio do Planalto, Lulinha começou sua decolagem rumo à galeria exclusiva dos indivíduos fenomenais. (VEJA, n.1979, p.60)

A idéia de *Veja* é mostrar que Fábio Luis de modo algum teria crescido no ramo empresarial se não fosse o fato de ser filho do presidente. Para a revista este evento ficou caracterizado como

⁵⁴ Sofia Alckmin, filha do candidato à presidência pelo PSDB, trabalhava na Daslu – loja de grife frequentada pela alta sociedade. A empresa fora acusada pela Polícia Federal de evasão de divisas e contrabando de mercadorias. Já Maria Lucia Alckmin, a Lu Alckmin, teria ganhado cerca de 400 vestidos chiques da loja. Acuada, Lu teria dito que não recebera tantas roupas, mas apenas 40, e todas elas teriam sido doadas à entidade social Fraternidade Irmã Clara. Maria Lucia fora pega em contradição quando a presidente da entidade negara o recebimento de tais vestidos.

um caso de tráfico de influência envolvendo não apenas o filho do presidente, mas o próprio presidente e seu governo atolado em mais um escândalo.

O semanário, através do discurso bem arquitetado, tenta provar que Lulinha de fato tem muita influência junto ao governo, sendo ele capaz de trazer vantagens às empresas que o ajudam. Na verdade, *Veja* parece querer insinuar que a corrupção está entranhada não só no partido ou no governo, mas também na família dos petistas. É uma espécie de banditismo hereditário, um câncer em metástase que precisa ser extirpado a qualquer preço.

Nas páginas que se seguem, nos são apresentados *Os coronéis de Lula*. “Os petistas tomam o lugar dos velhos caciques nordestinos do PFL e do PMDB” (VEJA, n.1979, p.74). A derrota dos históricos coronéis pefelistas é a vitória de novos coronéis que utilizam outros tipos de cabrestos.

Pela primeira vez na história, o PT e seus aliados tiveram mais votos no Nordeste do que os caciques tradicionais. Esses resultados poderiam ser comemorados como a correção de um vergonhoso defeito da democracia brasileira – o da compra de votos. Infelizmente, não é bem assim.

A ascensão dos petistas nordestinos ao poder, ao contrário do que se imagina, não representa o fim do caciquismo político ou do voto de cabresto. Saíram de cena os velhos coronéis de revólver na cintura para dar lugar a uma liderança na aparência mais moderna, mas nem por isso menos pernicioso. “A vitória dos aliados de Lula no Nordeste é a vitória do coronelismo da era digital. O cartão do Bolsa Família é a institucionalização da compra de votos”, diz o deputado José Carlos Aleluia, do PFL baiano. (VEJA, n.1979, p.74)

Ao dar voz à oposição, negando oportunidade de fala aos petistas eleitos, a reportagem pretende taxativamente concluir que o PT nada tem de novo no cenário político nordestino, ele apenas encurralou as pessoas de uma outra maneira. Nas palavras de Diogo Mainardi,

Lula está praticamente reeleito. Os brasileiros o perdoaram. Mas a bandidagem da qual ele se cercou continuará a rondá-lo para sempre. É assim que será lembrado. Por mais que tente se esconder, Lula é o PT. Lula é Delúbio Soares. Lula é Marcos Valério. Lula é o golpismo do mensalão e do dossiê Vedoin. (VEJA, n.1979, p.165)

Um outro fato que marca a atuação política de *Veja* nas eleições presidenciais de 2006 é a questão das privatizações. Diversas edições trazem reportagens em defesa deste método de corte de gastos públicos. Como é sabido, o governo FHC foi um dos grandes responsáveis pela venda de boa parte das estatais. *Veja*, à época, foi favorável à venda de todas elas. Era uma defesa ao seu modo de ver da eficiência contra a burocracia e corrupção inerente ao serviço público. O

debate nas eleições capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores dava conta de que um possível governo Alckmin poria fim ao restante de estatais e que o PT era o único que poderia conservar o patrimônio brasileiro. Geraldo, titubeante, não sabia como sair em defesa das estatais sem que perdesse a compostura típica dos políticos em período eleitoral – afinal, um de seus principais coordenadores de campanha havia dito que cortaria em quatro anos os gastos do governo em 60 bilhões de reais. *Veja* utiliza seu discurso em prol da venda das estatais confrontando o PT, que apenas defenderia as empresas públicas com o único intuito de alimentar negociatas obscuras.

Lula, o candidato-presidente, tratou a venda dessas empresas como um crime. Seu desafiante, Geraldo Alckmin, caiu na armadilha, encapsulando-se na defensiva. Duplo erro. Ao lado do tiro mortal que desferiu contra a inflação, a venda de empresas estatais foi um dos feitos mais positivos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

[...]

Privatizar não é queimar patrimônio do povo. Ao contrário, ao vender uma estatal, o governante está tirando-a das mãos de grupos políticos eventuais detentores do poder e passando-a a dezenas ou centenas de milhares de investidores interessados na compra de suas ações. Em outras palavras, a estatal vendida dessa maneira torna-se, enfim, uma empresa verdadeiramente pública.

[...]

As vantagens da privatização são indiscutíveis. As empresas que escapam do controle estatal se tornam mais eficientes, lucrativas, inovadoras e socialmente mais úteis – além de pararem de funcionar como um ralo pelo qual escoo o dinheiro para a corrupção. (VEJA, n.1979, p.9)

A evidente reeleição de Lula será relatada como a vitória da divisão política no país. Uma série de receitas para que os brasileiros possam se unir e o Brasil avançar independente de partido são apresentadas.

O presidente eleito terá o desafio imediato de unir os dois Brasis revelados na campanha. Mas para fazer o país voltar a funcionar será preciso, mais do que unir, encontrar pontos de consenso que diminuam o atrito entre as diferentes visões de mundo. Países que deram certo são justamente aqueles em que as forças políticas mais díspares se distinguem uma da outra apenas por detalhes de condução da política e da economia. Um caso clássico na América Latina é o do Chile. Esquerda e direita no Brasil deveriam votar juntas a pauta comum de reformas que fará o país andar para a frente no ritmo necessário. Depois disso, sintam-se à vontade para discutir se o alemão Bertolt Brecht adormecia as platéias ou acordava as massas.

[...]

Para tanto, o país precisa trabalhar em duas direções. Primeiro, tem de derrubar as barreiras contra o capitalismo, o único regime conhecido capaz de gerar riqueza – coisa que até a China já percebeu. Em segundo lugar, como o capitalismo também produz desigualdade, o país precisa empenhar-se em distribuir a riqueza de modo a reduzir a desigualdade ao máximo. [...] A chave da prosperidade brasileira não é outra senão encontrar uma pauta comum entre os modernizadores e a esquerda conservadora. (VEJA, n.1980, p.68)

No discurso da revista, os eleitores de Alckmin são modernos e os de Lula arcaicos, ou seja, os conservadores são os petistas, enquanto os modernizadores são aqueles que enxergam o mundo como *Veja* o vê. Estes querem um Brasil avançado, progredindo sempre. É neste sentido que a revista defende a tese da divisão política do país.

Os que votam em Lula justificam a opção citando a queda do preço de alimentos da cesta básica, o emprego conquistado por um parente, os benefícios assistenciais promovidos pelo governo. Já os que apóiam Alckmin costumam apontar razões mais conjunturais. Falam da necessidade de reformas, de maior dinamismo no comércio exterior e do combate à corrupção. (VEJA, n.1980, p.70)

O texto ressalta ainda que o país de Alckmin está impedido de avançar por conta do peso que é carregar o país de Lula nas costas.

O Brasil que busca a riqueza e o crescimento, habitado por famílias que desejam preparar seus filhos para um mundo mais complexo e dar a eles uma educação livre de ranços ideológicos, encontra-se encapsulado por um outro Brasil: um país arcaico, clientelista, resignado às práticas de corrupção e habitado por uma população que, premida pela miséria, tem como única perspectiva de vida usufruir os benefícios imediatos proporcionados por projetos assistencialistas. É o Brasil em que vicejam o patrimonialismo, o corporativismo, o populismo e outras velhas práticas de efeito paralisante. (VEJA, n.1980, p.70)

O Brasil dos eleitores de Alckmin é o país que dá certo, no entendimento de *Veja*. O país de Lula é reflexo do atraso, do Brasil fadado ao fracasso. O Partido dos Trabalhadores é o grande beneficiário da pobreza, pois esta, influenciada pelas medidas assistencialistas do PT, rende muitos votos possibilitando a continuação de um poder nos novos moldes coronelistas.

Apesar da reportagem altamente favorável ao candidato tucano, novamente *Veja* afirma não ter lado. “O nosso lado é o do Brasil” (VEJA, n.1980, p.9). Esta retórica é sempre reafirmada quando acusações recaem sobre ela⁵⁵. Na edição n.1980, por exemplo, é notável a defesa do

⁵⁵ Na *Carta ao leitor* da edição n.1980 a revista resolve se retratar por conta de uma charge publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre cuja tirinha trazia Lula em uma banca de jornal tentando comprar uma revista de sacanagem que só o sacaneia (que no caso é a *Veja*). A fim de reiterar sua idoneidade de imprensa comprometida com a verdade, ela afirma: “VEJA fiscaliza o poder – e denuncia os criminosos que lesam a pátria – a partir de um ideário sólido, imune às vicissitudes, e sobejamente legitimado por seus leitores e anunciantes desde que a revista foi criada, em 1968. Dele constam a defesa da democracia, da livre-iniciativa, da liberdade de expressão e opinião. Ao julgar na semana passada a impropriedade de duas ações do PT contra VEJA, o Tribunal Superior Eleitoral deixou claro que a liberdade de imprensa ampara justamente o direito de opinião. Essa conquista da sociedade brasileira, concretizada em garantia constitucional, paira acima das circunstâncias e das conveniências políticas. Imprensa livre não é imprensa neutra. O lado de VEJA é do lado do Brasil”. (VEJA, n.1980, p.09)

PSDB e suas idéias – demonstrando assim que seu lado não é simplesmente o lado do Brasil.

André Petry diz em sua coluna:

As pesquisas indicam que, neste domingo, Alckmin perderá a eleição. Mas o problema não é perder uma eleição. Isso é próprio da democracia. Alguém sempre perde. O problema é perder a eleição sem cumprir seu papel de apresentar-se como uma alternativa concreta. Alckmin não foi capaz de usar sua campanha para mostrar o essencial: que o projeto tucano é diferente do projeto petista. Não mostrou que seu partido defende a radicalização da experiência social-democrata no Brasil, mobilizando todo o seu empuxo modernizador e seu sentido libertário. Não defendeu sua crença no capitalismo avançado. Não conseguiu sequer defender a privatização. (VEJA, n.1980, p.86)

Passada a eleição e confirmada a projeção que dava a vitória ao Partido dos Trabalhadores – fazendo de Lula novamente presidente do Brasil – é chegado o momento das cobranças. A edição de n.1981 afirma em sua capa que esta é a *última chance*. “O primeiro mandato de Lula foi pífio e agora ele tem mais quatro anos para deixar um legado de grandeza” (VEJA, n.1981, p.01). Na *Carta ao leitor* Veja se propõe a continuar sua vigilância sobre o governo petista.

A promessa mais vital feita pelo presidente reeleito diz respeito justamente à vigilância dos cofres públicos, que, no primeiro mandato, serviram em parte de repasto aos "companheiros". Principalmente, Lula garantiu que o que ele chama de "erros" não se repetirá. VEJA torce para que seja assim, sem relaxar, porém, sua vigilância. (VEJA, n.1981, p.9)

Em uma reportagem seguinte a revista faz questão de elogiar a conduta econômica do primeiro governo e, obviamente o capitalismo liberal⁵⁶. “No seu primeiro mandato, o presidente teve desempenho elogiável na condução da economia – e Lula sabe que esse é o principal motivo de sua reeleição por uma margem tão ampla de votos” (VEJA, n.1981, p.42). Todavia um alerta é lançado em razão do apreço petista pelo totalitarismo.

O aspecto mais sombrio do seu primeiro mandato esteve no campo das tentações totalitárias – e, claro, da ética. Nesse terreno, o eleitorado deve permanecer alerta. É saudável o presidente dizer que pretende investigar os escândalos, mas isso nem de longe é o bastante num governo em que os escândalos se sucedem numa velocidade espantosa. Em menos de dois meses, vieram a público o escândalo das cartilhas superfaturadas (ou fantasmas), o escândalo do dossiê contra os tucanos comprado com

⁵⁶ “Parece claro que Lula deixou para trás a visão tacanha de que a miséria que afeta milhões de brasileiros possa ser superada pelo princípio bolchevique de tirar dos ricos e dar aos pobres – o que é um jogo de soma zero. A miséria só será superada, de fato, pela produção de riqueza. Para esse fim o gênio humano não concebeu nada mais eficiente do que o velho e bom capitalismo, com seus mercados livres, empreendedores ambiciosos e empresas inovadoras. Tudo isso sob um governo que não faça a guerra, cobre impostos justos, proporcione balizas jurídicas seguras e agências reguladoras respeitadas. Fora desse ambiente, o máximo que se consegue é administrar a escassez sob um regime de escravidão, como é o caso da ilha caribenha de Cuba”. (VEJA, n.1981, p.43)

dinheiro sujo e o escândalo de Lulinha, o filho do presidente que andou fazendo lobby no governo para a Telemar. Quanto ao viés totalitário que vez por outra volta ao centro da cena política, não há nada a comemorar. Ao contrário. Na semana passada, já no dia seguinte à eleição, enquanto o presidente dava entrevistas às principais emissoras de televisão do país, seus eleitores e aliados, ministros inclusive, voltaram a produzir sinais preocupantes da dificuldade que têm em lidar com uma imprensa independente e crítica.

[...]

O Partido dos Trabalhadores, que se transformou numa usina de escândalos, deu recados de que não pretende, de novo, facilitar a vida do presidente. Fortalecido pelo bom desempenho nas urnas ao eleger cinco governadores e uma bancada de 83 deputados, o PT já está rosnando. Na semana passada, depois de uma reunião da cúpula, o partido divulgou uma nota oficial cobrando que no novo mandato Lula faça um "governo de esquerda". Ninguém sabe exatamente o que isso quer dizer, mas é certo que significa mandar às favas o equilíbrio fiscal e o controle da inflação em troca de um crescimento econômico tão duradouro quanto um vôo de galinha. Com sua peculiar falta de generosidade política e sua arrogância hegemônica, o PT também deixou claro que não pretende ceder espaço no governo para os novos aliados. É a máquina petista que se incrustou na máquina pública com o apego das cracas já se movimentando para resistir à expulsão. (VEJA, n.1981, p.44)

O tema liberdade de imprensa renderá uma outra matéria na sequência. Por conta de um evento envolvendo três repórteres de *Veja*, interrogados por um delegado da Polícia Federal⁵⁷, em razão das matérias que apontavam um “abafa da PF” sobre o caso dossiê; a revista despende todo o seu discurso de verdade sobre o PT.

[...] eles são fruto de uma ação coordenada do governo do PT para controlar jornais, revistas e emissoras de televisão – e, por meio de tal controle, obstaculizar a missão da imprensa de fiscalizar o poder. Antecedentes existem: em 2004, o governo, com o bem estimável apoio de pelegos sindicais e editores a serviço do PT, tentou criar um certo Conselho Federal de Jornalismo, que, a pretexto de coibir erros, significaria na prática a imposição de censura prévia aos meios de comunicação.

[...]

Quando tudo isso, no entanto, parecia pertencer ao passado, eis que as últimas agressões e arbitrariedades contra jornalistas, não bastasse a sua gravidade intrínseca, ganharam uma moldura preocupante. Ao condenar de forma burocrática o espetáculo promovido por militantes do PT em Brasília, o presidente do partido, Marco Aurélio Garcia, aproveitou a oportunidade para sugerir à imprensa que fizesse uma "auto-reflexão" sobre sua atuação na campanha eleitoral. Ele afirmou ainda que os jornalistas deviam uma informação à sociedade: a de que o esquema do mensalão não existiu. Semelhantes disparates enquadram-se na tradição autoritária da esquerda marxista, da qual Garcia é um inebriado seguidor [...].

Quando afirma, sem enrubescer, que o esquema do valerioduto não existiu, porque disso não há "evidências", o presidente do PT usa da mesma artimanha do camarada Stalin, que por várias vezes "reescreveu" a história da então União Soviética, apagando de textos históricos os relatos de fatos que lhe eram negativos e de fotografias as imagens de opositores políticos. Salvo melhor juízo, a imprensa ideal de Garcia é a cubana, que goza de toda a liberdade para elogiar Fidel Castro. (VEJA, n.1981, p.50)

⁵⁷ Na coluna de Diogo Mainardi, o articulista afirma que o delegado interrogador foi indicado para o cargo por possuir ligações com o PT. Ele estaria agora perseguindo a revista porque esta denuncia as corrupções dos petistas. Novamente aqui, *Veja* aparece como defensora da razão e da verdade (VEJA, n.1981, p.143).

Tal discurso deixa entrever que a luta no segundo mandato petista continuará sendo contra toda e qualquer conduta ou pensamento de esquerda. Para *Veja* esta ideologia é um sinônimo de atraso e levá-la à frente condenará o Brasil ao subdesenvolvimento. O programa petista de democratização da mídia brasileira, por exemplo, será tratado de forma pejorativa, fora do contexto, tentando provar que o projeto do PT acabará por cercear a imprensa e a atividade jornalística abrindo precedentes para o encobrimento de escândalos.

O tal programa sugere a desconcentração da propriedade de emissoras de rádio e televisão. No que se refere à imprensa escrita, seria preciso criar um "programa de incentivos legais e econômicos para o desenvolvimento de jornais e revistas independentes". A verdade é que, por trás de propósitos aparentemente tão nobres, está a aspiração à criação de um *kolkhoz* jornalístico onde seriam apascentadas dóceis vaquinhas de presépio do governo petista. Por "jornais e revistas independentes", leia-se "publicações submissas ao PT". (VEJA, n.1981, p.51)

Feitos os devidos alardes, o clima de instabilidade está oficialmente reinaugurado pelo semanário para o próximo mandato do presidente Lula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos que este trabalho procurou abarcar vimos de que maneira *Veja* retratou o PT. Uma das perguntas iniciais que nos lançou a essa pesquisa era a seguinte: se a única forma de conhecermos o PT fosse através da revista *Veja*, que partido seria este? Que retrato nos seria mostrado?

No semanário da Editora Abril vimos um partido nascido sob a insígnia de um incipiente socialismo e que se afundou em suas próprias práticas políticas cotidianas se envolvendo em corrupção e se rendendo ao sistema capitalista que outrora criticou. Essa rendição, por fim, foi uma das poucas atitudes tomadas pelo PT que mereceram sonoros elogios por parte da *Veja*. Ou seja, o retrato que nos foi apresentado do PT foi sendo construído ano após ano com base em um discurso que conflita com os conceitos que circundaram historicamente o partido dos trabalhadores.

Esta tarefa que o jornalismo tenta cumprir diariamente buscando selecionar dentre os diversos fatos o que é proeminente, atribuindo-lhe mais importância que a outros e tornando-o posteriormente uma história assimilável, faz com que o discurso jornalístico continue sendo considerado um relevante instrumento de construção/ordenação do imaginário social.

Enfim a tarefa de *Veja* nestes anos em que seu discurso versou sobre o PT era mostrar ao leitor que o Partido dos Trabalhadores se criara na contramão da história. Ele não era uma alternativa de progresso, pois não há progresso, alardeia *Veja*, fora do sistema em que vivemos.

Veja é porta-voz de um discurso político – não necessariamente partidário, porém alinhado com o ideário de muitos partidos – situado à direita no espectro político brasileiro. A defesa das idéias liberais/neoliberais é recorrente no semanário⁵⁸. Em inúmeras vezes esta pesquisa tentou mostrar que ao defender o seu ponto de vista, *Veja* se chocava ideologicamente com o PT. Não que o partido seja o mais puro guardião dos “costumes socialistas” no país, entretanto é, historicamente, um dos seus arautos mais importantes. Mesmo que uma série de posturas tenha

⁵⁸ Sobre a defesa deste argumento, vide DA SILVA, 2005.

mudado no PT no decorrer dos anos (inclusive as questões a respeito do socialismo), o fato é que *Veja* encontra no partido dos trabalhadores a sua antítese, a personificação do seu oposto, ou seja, o discurso que ela deve combater a fim de demonstrar a supremacia da sua fala, das suas idéias.

Com o passar dos anos, o crescimento eleitoral do PT parecia atemorizar *Veja* – afinal, o discurso do PT propunha mudanças. Seria preciso então frear este crescimento com um discurso que desse conta de desfazer toda e qualquer áurea que vinha se formando em torno do partido. A tese de que o PT era uma agremiação de práticas corruptas, estabonado na organização de seu governo, com programas sociais e soluções políticas questionáveis e eleitoreiras foi amplamente difundida durante o primeiro governo. Com qual intuito? A fim de destituir todo e qualquer argumento esquerdista capitaneado pelo PT e mostrar um contraponto em relação a tudo aquilo que os números divulgados pelo partido demonstravam e que as pesquisas de opinião apontavam⁵⁹. De certo que a batalha capitaneada por *Veja* é uma batalha pelo/atraves do discurso verdadeiro, baseado no saber jornalístico.

Apesar da série de ataques que em 2005 resultou em uma extensa sequência de capas falando de corrupção no PT, a revista também saiu em defesa do governo Lula. Ao proteger o modelo de condução da economia do governo Lula, *Veja* pretendia, de algum modo, reiterar que suas próprias idéias estavam corretas bem como as idéias do presidente anterior (FHC), tão criticado pelo partido dos trabalhadores. Enfim, procura salientar *Veja*, o PT se rendeu a tenra verdade da revista que afirma não haver alternativa.

Destarte, as matérias pesquisadas, e em especial as datadas entre os anos de 2003 e 2006, mostraram a ação do discurso de *Veja*: os articulistas com suas opiniões o tempo todo em rota de colisão com o PT; os entrevistados (especialistas) expressando suas idéias de modo a

⁵⁹ Diversas pesquisas encomendas pelo PT e reunidas na publicação “Governo Lula avançou em todas as áreas” davam conta de que este governo era um dos melhores que o país já teve. Em comparação com a gestão anterior, por exemplo, os resultados eram bastante favoráveis aos petistas. (GOVERNO Lula avançou em todas as áreas, acesso em 29 maio 2009).

Já a pesquisa de opinião do Instituto Sensus assinalava que os índices de aprovação do presidente estavam bem altos assim como os níveis de aprovação do seu governo também se mantinha em patamares considerados bons mesmo com a série de denúncias de corrupção. (GOVERNO Lula tem melhor avaliação desde janeiro de 2003, diz CNT/Sensus, acesso em 29 maio 2009).

descaracterizar os argumentos do partido; as reportagens impondo desgastes no campo político (servindo inclusive de subsídios para os ataques da oposição).

Veja também não faz distinção entre governo e partido quando o assunto é corrupção, por exemplo. Todo político tem nome, porém, quando ele é do partido dos trabalhadores, antes do nome ele recebe a alcunha de petista.

Percebe-se um esforço intenso da revista em retratar o partido, dar-lhe outra identidade bem menos palatável no âmbito político. Esmerando-se repetitivamente na arte do alarde, *Veja* tenta se colocar como promotora da justiça através das reportagens. Como a investigação por parte da justiça é meticulosa, demorada e pode muito bem não sentenciar os que a revista aponta como culpados, *Veja* desde o início se propõe a executar a pena: tornar Lula inelegível e o PT uma catástrofe a ser lembrada apenas pelos livros de história. Quando das primeiras denúncias do mensalão, a revista se empenhou em fazer uma sequência de capas que durante três meses procurou vilipendiar o PT, pôr abaixo toda sua história, tornando-o assim o principal responsável por todos os males presentes na política brasileira.

Deste modo fica evidenciada a vontade de *Veja* em (re)tratar o partido dos trabalhadores. Mesmo que o semanário não tenha publicado mentiras (ou mesmo verdades), o fato é que suas notícias são colocadas como inquestionáveis simplesmente por advirem de *Veja*. O grande detalhe reside na incessante repetição em cada matéria da veracidade das fontes e dos assuntos tratados. A prática da repetição vem aliada a constante prática da defesa da repetição. Quando as reportagens parecem velhas, eis que novas roupagens revestem os “escândalos petistas”. Na *Veja*, até Roberto Jefferson (corrupto confesso) aparece como um sujeito que contribuiu para desmascarar “o maior esquema de corrupção que este país já viu”. Outro aspecto que merece destaque é a intensa campanha promovida pela revista para punir o PT nas urnas. Suas palavras remetem a uma obrigação do eleitorado em castigar o partido. *Veja* sentenciar-o e busca safar-se de qualquer julgamento público afirmando ser a liberdade de imprensa um bem inviolável nas democracias e que o seu lado é o lado do Brasil e não do político A ou B. Enfim, mais uma demonstração clara de que as histórias contadas por *Veja* podem ser tudo, menos fatos desinteressados, inquestionáveis e indispensáveis para o país que queremos ser.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista *Veja***. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000379.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BARREIROS, Tomás Eon e AMOROSO, Danilo. Jornalismo Estrábico: *Veja* e Carta Capital na cobertura do “escândalo do mensalão”. In: _____. **Perspectivas de la comunicación**. v.1, n.1, Chile: Universidad de La Frontera, 2008.

Disponível em: <www.perspectivasdelacomunicacion.cl/revista_1_2008/parte2_11.pdf> Acesso em: 27 mai. 2009.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. DIRETO DO PLENÁRIO: TSE manda revista *Veja* retirar outdoors com foto de Geraldo Alckmin. Relator: ministro Ari Pargendler. Brasília, 10 out. 2006. Disponível em:

<<http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=15692>>. Acesso em 06 jun. 2009.

CANDIOTTO, César. Foucault: Uma História Crítica da Verdade. **Revistas Eletrônicas Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n.2, p.65-78, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> . Acesso em: 27 maio 2009.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO PT. Disponível em:

<<http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/arquivos/cartadeprincipios.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2008.

CARVALHO, Lourival de. **O PT na construção do futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: PT, 1988.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAIA, V. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In: RUBIM, A. A. C. (org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004. p. 29-52.

CHAUÍ, Marilena. A verdade. In: _____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 110-150.

_____. et al. **Leituras da crise: Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIVITA, Roberto. **Roberto Civita fala sobre capas marcantes de VEJA**. *Veja*, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/210307/rc_video.html>. Acesso em: 22 mar. 2008.

CIVITA, Victor. **Carta ao leitor**. *Veja*, São Paulo, n.1, 1968. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/numero1/p_020.html>. Acesso em: 15 jan. 2008.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DA SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Tese (Doutorado – Área de Concentração em História Moderna e Contemporânea) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Niterói. Niterói, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. v. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DE LIMA, Venício A. **Mídia: Teoria e Política**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DEMIER, Felipe (coord.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DE SOUZA, Lincoln Moraes. **Crônica de um Partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000**. Tese (Doutorado Ciências Econômicas - área de concentração: Política Social) - Instituto de Economia de Universidade Estadual de Campinas (IE- UNICAMP). Campinas, 2004.

DEZ MITOS SOBRE AS COTAS. Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira. Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/documentos/1_10_mitos_cotas.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2009.

DIZARD JR., Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2002.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREITAS, José Newton Lopes de. **Panorama da Educação**. Disponível em: <http://www.ftn-ce.edu.br/site/artigos_00003.asp>. Acesso em: 12 jan. 2009.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Hobsbawm está triste, e a Veja maluca**. Disponível em: <<http://ghiraldelli.blogspot.com/2007/10/hobsbawm-est-triste-e-veja-est-maluca.html>>. Acesso em: 27 dez. 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar e controlar**. São Paulo: Hackers Editores. Edusp, 2003.

_____. Palavra de ordem / dispositivo disciplinar. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.5, p. 91-108, 2003.

GOVERNO Lula avançou em todas as áreas. São Paulo: Diretório nacional do Partido dos Trabalhadores, 2006. Disponível em: <http://www.ideli.com.br/avanco_gov_lula.pdf> Acesso em: 29 maio 2009.

GOVERNO Lula tem melhor avaliação desde janeiro de 2003, diz CNT/Sensus. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/02/18/ult23u1189.jhtm>> Acesso em: 29 maio 2009.

GRABOIS, Mario. Notas sobre estratégia, tática e mudanças na política no PT. **achegas.net**. n. 34, 2007. Disponível em <http://www.achegas.net/numero/34/grabois_34.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2009.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HENNING, Paula Corrêa. **Foucault e os perigos da história**. São Leopoldo: Unisinos, p. 246-248, 2005.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.

IBOPE. **Brasileiros não compreendem bem o termo socialismo, mas mesmo assim metade da população acha que o sistema deveria ser implantado no país**, 2000. Disponível em:<<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOP>

E&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=066DD44232E493B283256EA50045EEA3>. Acesso em: 20 jan. 2009.

IBGE. **Censo Demográfico - 2000: Educação: Resultados da amostra**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/02122003censoeduchtml.shtm>> Acesso em: 8 jun. 2009.

KECK, Margareth E. **PT. A lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LÊNIN, V.I. **Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MARCOS, Soraia Tomich. **Lula, Veja e Istoé: A construção de um ator político**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Marília FCETUR – Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo, Marília, 2006.

MARQUES, Angela Peralva Baumgratz. Nem esquerdas e nem revolução, o processo de busca do centro. **Revista Agora**, Vitória, n.1, p. 1-21, 2005. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_1_PDFs/Angela%20Peralva%20-%20C1gora_1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete**. São Paulo: Annablume, 2002.

PAULO, Marli da Silva. **Trajetória do Partido dos Trabalhadores: da fundação à vitória presidencial**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp024808.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

PEREIRA, Hamilton e SORIANO, Joaquim. **O PT faz história**. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PICHELLI, Katia Regina. et al. **O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Pichelli.PDF>. Acesso em 13 jan. 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 09-13.

PROJETO MEMÓRIA. Marco Aurélio Garcia (coord.). **Partido dos Trabalhadores: Trajetórias**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982. Disponível em:
<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/27974/27532>>.
Acesso em: 21 de jan. 2008.

REIS, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **As esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia, 1964.... 1. ed., v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 503-540.

RESENDE, Lino Geraldo. Gramsci, jornalismo e os intelectuais como objeto de reflexão. In: RODRIGUES, M.B.F (Org.). **A atualidade do pensamento de Antonio Gramsci para a História Política**. Vitória: PPGHIS, 2005. p.31-55.

_____. Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia. **Revista Agora**, Vitória, n.4, p. 1-17, 2006. Disponível em:
<http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_4_PDFs/Lino%20Geraldo%20Resende%20-%20C1gora_4.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2008.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de um partido anti-sistema a legitimador do sistema. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis n.3, p.47-70, 2003.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHERER, Canício. Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz (1995-1998). **Revista Agora**, Vitória, n.1, p. 1-21, 2005. Disponível em:
<http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_1_PDFs/Can%EDcio%20Scherer%20-%20C1gora_1.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008.

SEIFERT, Priscila Leal. Jornalismo, Justiça e Verdade. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais ...** Salvador: Intercom. 2002. Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2SEIFERT.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2009.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 2002. Disponível em:
<http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2009.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez. **Trabalho e Política: As origens do Partido dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2008.

TAVARES, Mônica Xavier. Sim ou Não? A polêmica presente no discurso da revista *Veja* no Referendo 2005. In: II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – COMPOLÍTICA. **Anais ...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_epp-monica.pdf> Acesso em: 10 jan. 2008.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **A Eleição do Futuro**: 1989 votando para mudar. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/pgcp/dissertacaosoraia2006.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

VILAS BOAS, Crisoston Tertio. **Para Ler Michel Foucault**. 2. ed. Ouro Preto: Imprensa Universitária da Ufop, 2002. Disponível em: <http://sabotagem.revolt.org/sites/sabotagem/files/Para_Ler_Foucault_-_VillasBoas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

VILLALTA, Daniela. O Surgimento da Revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais ...** Salvador: Intercom. 2002. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2VILLALTA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2008.

NASSIF, Luis. **O caso de Veja**. Disponível em: <<http://luis.nassif.googlepages.com/>> Acesso em: 07 jan. 2009.

Revistas:

A BATALHA final para mudar o Brasil: o que pode ocorrer no país com Lula ou com Collor. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 22, n.1109, 1989.

A CHANTAGEM. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1915, 2005.

A CONEXÃO do PT com a máfia dos vampiros. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1963, 2006.

A CÚPULA da nova corte: os três mosqueteiros com quem é preciso falar para ser ouvido no governo de Lula. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 35, n.1776, 2002.

A LUTA DE LULA contra o impeachment. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 33, n.1918, 2005.

AMAZÔNIA à venda. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1908, 2005.

- AMAZÔNIA: como o PT vendeu a floresta. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1945, 2006.
- A TENTATIVA autoritária. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1867, 2004.
- BRASILHA da fantasia. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 36, n.1819, 2003.
- CONDENADO. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n.652, 1981.
- CORRUPTOS. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1906, 2005.
- DENÚNCIAS ATINGEM PALOCCI. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1919, 2005.
- DINHEIRO sujo do PT: apareceram as fotos. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1976, 2006.
- DOIS BRASIS depois do voto? **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1980, 2006.
- ELEIÇÕES: a caixa-preta do PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 33, n.1674, 2000.
- EMPRESÁRIOS disputam a agenda do petista. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 35, n.1752, 2002.
- ESPECIAL. 2000 capas de Veja para comemorar a edição 2000. In: VEJA, **Comer certo**. São Paulo: Editora Abril, ano 40, n.2000, 2007.
- FLAGRANTE no aeroporto. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1913, 2005.
- GOVERNO do PT: a guerra de Lula contra os radicais livres. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 36, n.1789, 2003.
- LULA. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1975, 2006.
- LULA e a “despetização” do governo. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1882, 2004.
- LULA e o capitalismo: as mudanças que o PT promete dividem o Brasil. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 22, n.1107, 1989.
- LULA e o PT rumo ao divórcio. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1944, 2006.
- LULA, o governo e a greve: o preço da intransigência. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 605, 1980.
- LULA Light. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 34, n.1707, 2001.
- LULLA. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1917, 2005.

- MENSALÃO: quando e como Lula foi alertado. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1914, 2005.
- MENSALÃO II: a testemunha fala a Veja. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1947, 2006.
- MORAL torta. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1949, 2006.
- O BANDO dos 40. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1952, 2006.
- O CASO da propina que envolve o PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 35, n.1757, 2002.
- O ESCÂNDALO da compra do PTB pelo PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1872, 2004.
- O ESCÂNDALO da Ong petista. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1855, 2004.
- O ELO se fecha. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1912, 2005.
- O GRANDE duelo no mundo comunista. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 01, n.01, 1968.
- O GRANDE erro. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1911, 2005.
- O HOMEM bomba. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1907, 2005.
- O JOGO suspeito dos amigos de Lula. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 27, n.1355, 1994.
- O MENSALÃO II. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1946, 2006.
- OS MILITARES e a sucessão. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 10, n.523, 1978.
- O PT cor-de-rosa. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 33, n.1670, 2000.
- O PT cresce e agita. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n. 903, 1985.
- O PT deixou o Brasil mais burro? **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1889, 2005.
- O PT está preparado para a presidência? **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 35, n.1770, 2002.
- O QUE querem os radicais do PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 35, n.1774, 2002.
- O RISCO Dirceu. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1916, 2005.
- OS DÓLARES de Cuba para a campanha de Lula. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1929, 2005.
- OS PTBULLS. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n.1960, 2006.

- O RONALDINHO de Lula. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1979, 2006.
- O SOCO nas urnas. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 21, n.1055, 1988.
- O SUSTO Severino. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1893, 2005.
- O VALE-TUDO do PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1842, 2004.
- PT... era vidro e se quebrou. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1923, 2005.
- PT: por que o partido de Lula brilha e assusta. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 27, n.1344, 1994.
- QUEM diria... **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano, 35, n.1782, 2002.
- QUEM mais? **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1909, 2005.
- RETROPECTIVA 2005: o ano em que a estrela se partiu. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1937, 2005.
- TEM concerto? **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1910, 2005.
- TEM salvação? **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 37, n.1866, 2004.
- TENTÁCULOS das Farc no Brasil. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1896, 2005.
- UM FANTASMA assombra o PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 38, n.1927, 2005.
- VICTOR CIVITA. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, ano 22, n.1145, 1990.
- 40 anos. **Veja especial**. São Paulo: Editora Abril, ano 40, n. 2077, 2008.

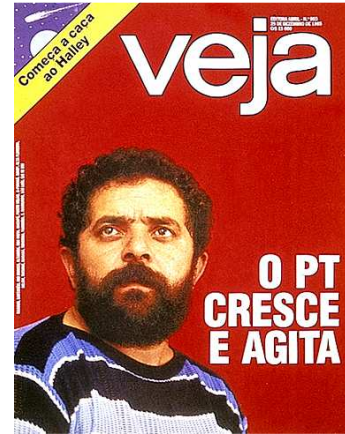
6 ANEXOS



Ed. 605 (abril/1980)



Ed. 652 (março/1981)



Ed. 903 (dez/1985)



Ed. 1055 (nov/1988)



Ed. 1107 (nov/1989)



Ed. 1109 (dez/1989)



Ed. 1344 (jun/1994)



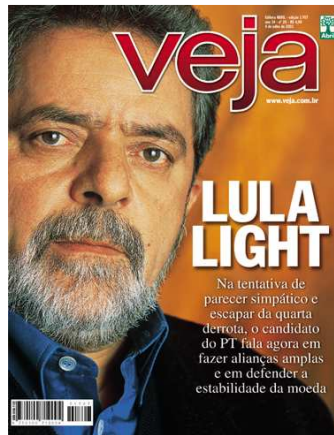
Ed. 1355 (agosto/1994)



Ed. 1670 (out/2000)



Ed. 1674 (nov/2000)



Ed. 1707 (julho/2001)



Ed. 1752 (maio/2002)



Ed. 1757 (junho/2002)



Ed. 1770 (set/2002)



Ed. 1774 (out/2002)



Ed. 1776 (nov/2002)



Ed. 1782 (dez/2002)



Ed. 1789 (fev/2003)



Ed. 1819 (set/2003)



Ed. 1842 (fev/2004)



Ed. 1855 (maio/2004)



Ed. 1866 (julho/2004)



Ed. 1867 (agosto/2004)



Ed. 1872 (set/2004)



Ed. 1882 (dez/2004)



Ed. 1889 (jan/2005)



Ed. 1893 (fev/2005)



Ed. 1896 (março/2005)



Ed. 1906 (maio/2005)



Ed. 1907 (junho/2005)



Ed. 1908 (junho/2005)



Ed. 1909 (junho/2005)



Ed. 1910 (junho/2005)



Ed. 1911 (junho/2005)



Ed. 1912 (julho/2005)



Ed. 1913 (julho/2005)



Ed. 1914 (julho/2005)



Ed. 1915 (julho/2005)



Ed. 1916 (ago/2005)



Ed. 1917 (ago/2005)



Ed. 1918 (ago/2005)



Ed. 1919 (ago/2005)



Ed. 1923 (set/2005)



Ed. 1927 (out/2005)



Ed. 1929 (nov/2005)



Ed. 1937 (dez/2005)



Ed. 1944 (fev/2006)



Ed. 1945 (março/2006)



Ed. 1946 (março/2006)



Ed. 1947 (março/2006)



Ed. 1949 (março/2006)



Ed. 1952 (abril/2006)



Ed. 1960 (junho/2006)



Ed. 1963 (julho/2006)



Ed. 1975 (set/2006)



Ed. 1976 (out/2006)



Ed. 1978 (out/2006)



Ed. 1979 (out/2006)



Ed. 1980 (nov/2006)



Ed. 1981 (nov/2006)